

NEILA NUNES DE SOUZA
(ORGANIZADORA)

O BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO DO TOCANTINS



**NEILA NUNES DE SOUZA
(ORGANIZADORA)**

O BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO DO TOCANTINS



**PALMAS - TO
2020**

**Reitor**

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários (PROEST)

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes

Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sanzio Pimenta

Prefeitura Universitária

João Batista Martins Teixeira

Procuradoria Jurídica

Marcelo Morais Fonseca

Projeto Gráfico/Diagramação

Gráfica Movimento

Editora Universitária - EDUFT**Conselho Editorial**

Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (Presidente)

Dr.^a Liliam Deisy Ghizoni

Dr. João Nunes da Silva

Dr. Alexandre Tadeu Rossini da Silva

Dr.^a Verônica Dantas Menezes

Todos os artigos desta publicação são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores, incluindo a revisão, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre o seu conteúdo à EDUFT ou à Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os artigos podem ser reproduzidos total ou parcialmente, desde que a fonte seja devidamente citada e seu uso seja para fins acadêmicos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

S729b

Souza, Neila Nunes. (Org).

O Banco Mundial na educação do Tocantins. / Organizadora:
Neila Nunes Souza. – Palmas, TO: EDUFT, 2020.

152 p. : il. tabs. ; 21 x 29,7 cm.

ISBN 978-65-89119-48-7

Inclui referências.

1. Gestão Pública, Tocantins. 2. Tocantins, histórico. 3.
Patrimonialismo, Tocantins. 4. Banco Mundial. I. Título.

CDD – 658

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1	16
ANTECEDENTES HISTÓRICOS: FORÇAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS NA FORMAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO TOCANTINS.....	16
1.1 <i>A conformação do Patrimonialismo no Tocantins.</i>	17
1.2 <i>História: o rio, a mata, suas riquezas e população nos anos 1900.....</i>	20
1.3 <i>Elementos culturais na produção da vida material.</i>	25
1.4 <i>Das disputas à criação do Estado de Tocantins: o poder de mando e o autoritarismo das forças políticas e econômicas..</i>	31
1.5 <i>A continuação do movimento de separação do Norte ao ano de 1988.</i>	34
CAPÍTULO 2	39
A GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DE TOCANTINS, 1988 a 2014 - GOVERNOS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	39
2.1 <i>O político e histórico nacional na lógica gerencialista da educação pública</i>	40
2.1.1. <i>Governadores e Secretários de Educação do Tocantins - Política e Gestão.</i>	43
2.2 <i>Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos – 1989 – 1991 e práticas dessa gestão.....</i>	46
2.3 <i>Política e Gestão da Educação no Governo de Moisés Avelino - 1991 a 1995.</i>	48
2.3.1. <i>O Conselho Estadual de Educação do Tocantins– 1989.....</i>	50
2.4 <i>Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos – 1995 a 2002</i>	51
2.4.1. <i>Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.</i>	55
2.5 <i>Política e Gestão da Educação no Governo Marcelo Miranda - 2003 a 2009 e Carlos Henrique Amorim - 2009 a 2010.</i>	61
2.5.1. <i>O Planejamento Estratégico – Seduc – PES - Marcelo Miranda.</i>	61
2.5.2. <i>Regulamentação do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.....</i>	66
2.5.3 <i>Plano Estadual de Educação – PEE 2006 - 2015.....</i>	68
2.6 <i>Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos – 2011 a 2014 e Sandoval Cardoso - abril/2014 a 01/01/2015.....</i>	71
CAPÍTULO 3	73
OS EMPRÉSTIMOS DO BANCO MUNDIAL NO ESTADO DO TOCANTINS E CONCEPÇÃO, OBJETIVOS, AÇÕES E ATIVIDADES PREVISTAS NO PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO – PEC.	73

3.1 Reflexos - Relatório nº 63731 – Estratégia de Parceria de País para o Brasil – exercícios fiscais de 2012 a 2015 e sua relação com a Educação básica pública.	74
3.2 O Banco Mundial no Estado do Tocantins – após o ano de 1988.	79
3.2.1. Os Projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS nos anos de 1994 e 2004 no Estado de Tocantins: dois empréstimos financeiros.	79
3.2.2. Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS.	81
3.3 O Programa Estrada do Conhecimento – PEC e a relação com o Banco Mundial para a educação pública.	86
3.3.1. Programa Estrada do Conhecimento – PEC práticas e ações na gestão escolar.	89
3.3.2. O Programa Estrada do Conhecimento – PEC: concepção, objetivos, ações e atividades previstas.	95
CAPITULO 4	104
O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO – PEC E AS FORMAS DE ATUAÇÃO NAS SEIS ESCOLAS ESTADUAIS PÚBLICAS - TO	104
4.1 No Estado do Tocantins: o sistema de avaliação.	105
4.2 Mecanismos de atuação: parcerias e reformas nas Escolas Públicas.	109
4.3 Dos editais às reformas em seis escolas públicas.	112
4.4 A reorganização da escola.	115
4.5 Funcionamento das escolas em tempo integral.	119
4.6 Os recursos financeiros na manutenção das escolas públicas.	119
4.7 A Vulnerabilidade Social preponderante na implementação do PEC.	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERENCIAS	133

APRESENTAÇÃO

Este livro é oriundo de estudos desenvolvidos na tese de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília intitulada: *POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: O Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins*¹.

Elegeram-se como objeto de estudo o Programa Estrada do Conhecimento – PEC², implementado a partir das proposituras do Banco Mundial e da Secretaria de Educação do Tocantins, por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS³ e sua configuração em seis escolas estaduais, entre os anos de 2011 a 2016, tendo como horizonte a presença e atuação do Banco Mundial, no Programa Estrada do Conhecimento - PEC.

Parte-se do entendimento da educação como prática social, ou seja, partícipe do processo de transformação das condições da sociedade, constituída e constituinte dessas relações, num movimento dialético, na luta, sem trégua, pela superação e mudança em direção às condições de uma educação que promova, em um processo histórico social, imerso em contradições, constituído de homens e mulheres “ativos e, a partir de seu processo de vida real”. (Marx, 1982, p. 37).

Estudar o Programa Estrada do Conhecimento proposto na educação básica pública no Estado do Tocantins pressupõe partir do dinamismo histórico. Neste programa, estão imbricadas as múltiplas determinações, nos aspectos filosóficos e pedagógicos, assim constituídas sob três fundamentos: primeiro, por meio das políticas públicas, desvendar a gestão da educação básica pública, que se apresenta como gerencialista; segundo, apreender a realidade política e econômica, decorrente da implantação de políticas carreadas e travestidas de recursos para melhoria das unidades escolares; terceiro, a presença e atuação do Banco Mundial na educação básica pública do Estado do Tocantins.

Estado do Tocantins no contexto das políticas públicas no capitalismo

A formação histórica desse Estado⁴ jovem e não jovem, de um lugar e não lugar é o ponto de partida para compreendermos a atuação de um Banco, na Educação básica pública do Estado do Tocantins.

Um estudo dessa natureza pretende desnudar a dureza dessa realidade e tentar “essa tradução” pelos escritos do célebre Florestan Fernandes, que apresenta a poesia como um dos componentes que pode, por exemplo, explicar a complexidade da condição humana em sua maior profundidade. Em Fernandes (1986), poesia e verdade apresentam a possibilidade de ir mais longe que outras criações, porque elabora todas as dores, vence o medo, sublima o desespero, recorta as esperanças e a negação utópica da realidade.

1 Este livro contempla parte da pesquisa defendida na tese de doutoramento no ano de 2017.

2 Programa Estrada do Conhecimento - PEC. Elaborado pela Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes – Seduc/2011.

3 Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS. Aprovado pela Lei estadual /TO/nº 2.271, de 29 de dezembro de 2009. Publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins – DOETO/nº 3.046.

4 Os relatos demonstram que por volta de 1610 “O primeiro descobrimento do atual território de Tocantins, deve-se provavelmente, a expedicionários franceses”. “[...] os corsários franceses procuravam agradar os índios, com os quais iniciaram desde logo intenso comércio, sendo eles os descobridores do Rio Tocantins pela foz. [...]”. (Silva, 1996, p.28).

Neste contexto e tempo, na busca da verdade inebriada pela poesia, embarcamos de carona com Paternostro (1945) para desvendar o Tocantins, sua história e sua população. Com o autor acompanhamos a maior parte de sua viagem de canoa e de batelão pelo Rio Tocantins⁵, de norte a sul. Também nos propomos a embarcar em caminhão, fazendo o registro histórico dos longos percursos em que o autor andou no lombo de burro. Eram os anos entre 1934 e 1938, no século XX em que, a realidade do norte goiano, sobretudo, na educação observada por Paternostro. Nessa viagem, encontramos e convivemos, em muitas ocasiões, com índios, negros, sertanejos, colonos, coronéis, poucas mulheres professoras e poucas escolas.

A história do Tocantins e o entendimento da constituição desse Estado da Federação não podem ser vistos em um quadro linear. O intuito desse estudo é entender a história, sua população, a relação entre as forças políticas, a cultura, como também de que forma se configura a política do “mando”, inclusive, a submissão desse povo, nessa parte do país, e o lugar que a educação básica pública ocupa na política do Estado. Recorre-se a Freire (1996) quando ele diz que não existe consciência crítica sem comprometimento histórico, assim como à poesia e às possibilidades da viagem para justificar a importância desse estudo.

Assim, no Brasil, na década de 1990, tem em seu bojo a atuação dos organismos internacionais no “ideário da Reforma, buscava conciliar as diretrizes internacionais para a constituição de uma nova forma de gestão da educação e da escola, no marco de mudanças regulatórias próprias do novo modelo hegemônico do papel do Estado, [...]”. (Krawczyk e Vieira, 2012, p. 53). Para as autoras, havia naquele momento a urgência de tratar “do ensino fundamental e médio e dos altos índices de fracasso e evasão escolares”, (idem), de exclusão e desigualdade educacional, na educação básica.

Naquele movimento, o governo brasileiro participou de eventos internacionais, dentre os quais evocamos: a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990)⁶; Conferência de Nova Delhi (1993); Semana Nacional de Educação para Todos (1993); Encontro de Dakar (2004) e Reunião do Grupo de Alto Nível de Educação para Todos (2004). O entendimento é que os eventos prescreveram as proposituras para a educação básica, sobretudo para os países que contraíram empréstimos do sistema financeiro internacional.

Na década de 1990 foram criadas as condições para a reforma da educação brasileira que definiu uma nova organização e gestão do sistema educacional e das escolas. Os organismos internacionais põe em curso um projeto hegemônico apostando no setor educacional privado como inovador e necessário, portador da modernidade, para alavancar crescimento econômico no País.

As transformações mundiais no processo de globalização, segundo Mészáros (2008), Vieira (2009) e Frigotto (2010) intensificam as demandas por educação e serviços sociais. As crescentes reivindicações da sociedade civil buscam possibilidades de participação, nos processos decisórios de políticas e gestão da educação pública. Estas trouxeram as questões sociais, para

5 Rio Tocantins com nascentes no Planalto Central, nas proximidades de Brasília/DF; deságua no Oceano Atlântico, próximo da cidade de Belém/PA. Para o Estado do Tocantins representa o caminho natural de entrada dos povos primitivos e dos povos colonizadores. A palavra Tocantins significa na língua indígena nariz bicudo ou nariz de Tucano.

6 Tem sido comum associar o início de uma articulação internacional em torno de uma agenda prioritária para a educação à Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia (5 a 9/3/1990).

os governos federal e estaduais. As disputas na aprovação de leis é uma das formas de materialização nesses processos.

Destarte, entendendo como Cheptulin (2004) em cada formação material pressupõe uma “contradição e que ela é a unidade dos aspectos contrários” (p. 307), nas tensões existentes na aprovação da LDB, da educação como prioridade, nas lutas democráticas e mesmo às pressões dos organismos internacionais, juntamente com o setor privado, bem como forças políticas conservadoras, demonstram as contradições, seja na política orientada por uma perspectiva democrática, seja nas políticas gerencialistas, na condição denominada de nova gestão pública.

Percebe-se nesse processo um movimento de reconfiguração da escola pública, aos ditames das empresas. A tensão que esteve em jogo e perdura, foi à desconcentração do Estado com a educação básica pública, no que se refere aos recursos, assim como sinaliza formas de controle aprimorado, sob os diretores escolares.

As novas formas de gestão da educação nos estudos de Neto (2012) não significa que o Estado tenha diminuído o seu controle sobre o sistema educativo, nem o fim do sistema educacional. Pelo contrário, o Estado detém o controle estratégico desses sistemas educativos. A relação evidente entre o transnacional, o nacional e o local põe nessa lógica que “as instâncias locais são permanentemente constrangidas por uma regulação nacional e esta, por sua vez, pela regulação transnacional que vem orientando as reformas da educação em escala global, em todos os níveis [...]”. (Neto, 2012, p. 35).

Na década de 1990, foram eleitos governadores nos Estados e o Congresso Nacional renovado no ano de 1995, representando um marco na “proposta educacional, na ótica do capital, pois este, se robustece, uma vez que a nova correlação de forças deixava entrever a supremacia, [...] da proposta neoliberal de educação nacional. (Neves, 2008, p.10). Por outro lado, a autora mostra a profunda crise do País no período as medidas modernizantes, bem como a atuação do Banco Mundial, nos termos dos acordos da dívida externa. Percebe-se nos estudos de Silva (1999) que a crise se manifesta desde a década de 1980, prossegue e chega à década de 1990⁷, em que “praticamente todos os países da América Latina e do Caribe implantaram reformas econômicas, seguindo as prescrições deliberadas no Consenso de Washington”. (Silva, 1999, p. 152).

Havia uma crença absoluta na modernização, na política de mercado livre e comércio sem fronteiras, descentralização, racionalidade, privatizações, desnacionalização, liberalização, desregulamentação e flexibilidade num movimento de expansão do capital. Desde a década de 1980 “houve uma explícita intervenção político-ideológica e financeira do Banco Mundial [...] nas decisões econômicas e sócio educacionais do país, avalizada pelo consentimento do governo federal e das elites dirigentes”. (Silva, 1999, p. 149).

Na Constituição Brasileira de 1988, o artigo 60 antecipa um compromisso firmado entre os nove países de reservar 50% dos recursos vinculados à educação no período de uma década, eliminando o analfabetismo e universalizando o ensino fundamental. Já o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, diz que: “a educação é direito de todos” [...] “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania” [...]. Isso é percebido nos textos dos documentos legais referentes ao financiamento da educação nos Arts. 212, 213 e no Art.

⁷ Os estudos de Fonseca (1998 e 2001a), Leher (1998), Silva (2002), Scaff (2013) revelam que as políticas do Banco para o País priorizavam as reformas econômicas e na década de 1990 e, também nas subsequentes, o Banco passa a se ocupar das políticas sociais.

60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. O Art. 212 prevê a vinculação de recursos, o 213 a possibilidade de transferência de recursos para as escolas privadas, como também o Art. 60 do ADCT prevê o comprometimento financeiro das diferentes esferas da administração pública com a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo.

A Emenda Constitucional (EC) nº 59, de 11/11/ 2009, acrescentou o § 3º ao art. 76 do ADCT para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União - DRU incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal. Foi dada nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos, tanto quanto ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica.

Assim, para o ensino médio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9394/96 dispõe, nos artigos 35 e 36, a duração mínima, as finalidades, currículo e educação profissional. Ao que é necessário a observância, de outras leis e regulamentações, mas, especialmente a Lei 13.415/2017, que trouxe a chamada reforma do ensino médio⁸.

Outra mudança refere-se a Lei nº 12.061, de 27/10/2009, que alterou o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O que antes era dever do Estado de assegurar uma progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio torna-se dever de assegurar a universalização do ensino médio gratuito.

Concordamos com Oliveira (2008) quando ele diz que: “o aumento da demanda e do acesso ao ensino médio (15 a 17 anos), incluindo a educação de jovens e adultos, significa, de certa maneira, maior democratização das oportunidades educacionais nesses níveis de ensino”. (p.73). No entanto, a realidade demonstra que não basta ampliar o acesso, é preciso garantir as condições para que os alunos permaneçam na escola aliando a qualidade da educação.

Sendo assim, a educação como prática social desempenha importante função para os menos favorecidos e faz-se necessário que se materialize na escola pública. É nesta base material que nos conduzimos com intenções de que as escolas dos filhos dos trabalhadores sejam estudadas na perspectiva da emancipação, sobretudo no Estado do Tocantins.

Para isso, localizamos no estudo, o entendimento sobre política pública e gestão da educação. A política educacional⁹ se dá no âmbito do poder público e as políticas públicas se referem à gestão dos governos. Assim, “as intenções do Poder Público traduzidas em políticas, ao serem transformadas em práticas, se materializam na gestão. A gestão pública integrada por três dimensões: o valor público, as condições de implementação e as condições políticas”. (Vieira, 2009, p.24).

8 De forma acelerada tramitou a Reforma do Ensino Médio proposta pelo governo, apresentada em 22/10/2016, por meio da MP 746/16 e em 30/11/2016, aprovada pela comissão Mista do Senado, e, sob nova denominação, PLV 34/2016. O governo justifica a flexibilidade e a modernidade, diante das possibilidades de escolha dos alunos de acordo com suas aptidões, a obrigatoriedade recairá apenas sob os componentes curriculares de Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa, os outros componentes serão contemplados no currículo como conteúdos. No País esse período foi marcado por manifestações, sobretudo ocupações nas escolas por secundaristas e universitários, também em protesto contra PEC, inicialmente a 241/55, que fixa os gastos da União pelos próximos 20 anos, limitando os recursos na área de educação.

9 Sobre o assunto: Behring e Boschetti (2011); Vieira (2009).

No Tocantins, percebe-se as políticas públicas formuladas por governos, trazem uma nova lógica de gestão, tendo como balizador as políticas nacionais, orientadas por organismos internacionais e conduzida pela Secretaria de Educação Estadual que exerce poder nas escolas, nos diretores. Em certa forma silencia, modifica a formulação das políticas para a educação básica no Tocantins.

O Programa Estrada do Conhecimento – PEC: definição das premissas teóricas e filosóficas.

O estudo se deu a partir da vigência da Constituição Federal e no marco da criação do Estado do Tocantins em 1988. O Programa Estrada do Conhecimento foi construído em (2011-2017) pela Seduc, para integrar o grupo de secretarias estaduais e autarquias que dispunham de dinheiro advindo do Banco Mundial, via Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS. Dessa forma, a Secretaria de Educação Estadual desenvolve o Programa Estrada do Conhecimento com argumento para implantar nas seis unidades escolares que apresentavam altos índices de vulnerabilidade social. O PEC é direcionado para seis escolas públicas estaduais e seis municípios do Tocantins, localizadas às margens da rodovia.

Com vista a localizar o estudo, neste percurso, fez-se necessário retomar a história da criação da BR - 153, e é por ela que começamos. Chamada em quase todos os escritos de Rodovia Belém-Brasília¹⁰, tem sua origem no governo de Juscelino Kubitschek - JK (1956 - 1961), obra prevista no seu plano de metas, da integração nacional, que “aquele governo levou até o limite do equilíbrio contraditório entre uma ideologia nacionalista-desenvolvimentista e a efetivação de uma política de abertura ao capital monopolista estrangeiro”. (Aquino, 2002, p. 319).

Os estudos de Aquino (2002) demonstram que até mesmo a decisão de construir a rodovia deu-se no antigo norte goiano, em solo Tocantinense, denominado de Cercadinho¹¹, com a presença de Juscelino Kubitschek de Oliveira, após certificar-se que esta parte do País era região Amazônica, “sem perda de tempo, JK mobilizou representantes de nações estrangeiras¹² para que elas testemunhassem a presença do seu governo na Amazônia”. (idem, p. 324).

Assim, a abertura da estrada desvela a presença do capital estrangeiro no país e a priorização do modelo de transporte por rodovias, mais caros e mais lucrativos. Deixa para trás a “navegação fluvial sempre é difícil em qualquer época do ano, o que não evitou que o Tocantins fosse, durante mais de dois séculos, a única via de acesso ao sertão goiano [...]”. (Valverde e Dias, 1967, p. 262). Os autores elucidam que: “com o declínio da mineração, os povoadores saíram das regiões das aluviões auríferas, estabelecendo-se em grandes fazendas de gado”. (idem). As pastagens propícias à criação de gado atraíram pessoas desde o Maranhão ao Goiás. Prevaleceram “a ação missionária, aldeando e catequizando o elemento indígena, facilitou a ocupação regional”. (p. 262). Nessa nova realidade, não são raros os registros de choques armados envolvendo grileiros e posseiros, sendo, mais contundentes, no então norte de Goiás.

10 No PEC consta na denominação do referido Programa situado as margens da Rodovia Belém-Brasília, nos estudos de Silva (2013): “É comum associar a BR-153 nominando-a de Belém-Brasília, na verdade isso já está no consciente coletivo [...] a verdadeira Belém-Brasília é a BR 010, saindo de Brasília- DF, rumando ao Norte pela margem direita do Rio Tocantins. Consta-se ainda, que a referida rodovia apresenta grande trecho de sua extensão sem pavimentação. (Silva, 2013, p.111).

11 Localidade próxima ao município de Aliança do Tocantins, um dos municípios que se situa uma unidade escolar contemplada com o Programa Estrada do Conhecimento.

12 Sobretudo dos Estados Unidos, visto que a construção da estrada havia sido distribuída entre diversas empresas daquele País.

Na mata aberta, o comércio tem seu itinerário realizado, não mais pelo rio, mas pela estrada. Os escritos demonstram essa passagem histórica: “Outrora a empresa possuía três barcos para transportar a produção para Belém, fazendo dois transbordos. Hoje não tem mais serventia; a viagem para a capital paraense é feita por caminhões, em 2 ou 2 ½ dias, deixando a mercadoria na porta”. (Valverde e Dias, 1967, p. 214).

Essa passagem nos estudos de Silva (2013) explica o que significou para os comerciantes, sair da navegação, para trafegar pela estrada que corta o país, no carregamento das mercadorias, produtos e artefatos. Enfim, o significado dessa transposição foi traduzido em progresso e no empobrecimento de parte da população local.

Estudos de Aquino (2002) apontam relatos sobre o êxodo rural, as ilusões com a cidade, bem como as possibilidades dos filhos irem à escola que fizeram com que camponeses vendessem as suas pequenas propriedades por pouco dinheiro e fossem para a cidade, morar na periferia, para desempenhar pequenos serviços para prover o sustento de suas famílias.

O relato do dono da empreiteira responsável pela construção do trecho da rodovia denominada de goiano-tocantinense ‘ao longo da estrada era reservados seis quilômetros de cada lado, para serem distribuídos entre colonos [...]’. (p.330). Não se concretizou, porque “imediatamente chegavam os latifundiários, que ofereciam algum dinheiro, compravam aquelas terras dos colonos e, assim, a margem da rodovia foi-se transformando em latifúndio”. (Aquino, 2002, p. 330).

Outra questão apontada que teria dificultado a permanência das pessoas em suas terras eram os perigos que estavam expostos na beira da estrada. Por esse motivo, as casas eram escassas, tinham de ser construídas longe, pois se queixavam que passava todo tipo de gente, dentre esses, os malfeitores.

Assim, observa-se que, apesar da abertura da BR – 153, o isolamento do norte de Goiás perdurou. Nesse contexto, o Estado do Tocantins foi criado em 1988 e as forças políticas e econômicas continuam acomodando aos interesses e administrando os conflitos agrários, sob outro poder, bem como a corrida do interior para a capital nos cargos e funcionalismo público.

Com esses elementos, pelo asfalto, pela rodovia que secciona o País de Norte a Sul, a BR – 153 é por ela que continuaremos, para aproximar e apreender o objeto do estudo. No quadro 1, observa-se a Diretoria Regional de Gestão e Formação, os municípios e as características das seis escolas públicas.

Quadro 1 - DRGF, características das seis escolas públicas.

DRGF ¹³	MUNICÍPIOS	UNIDADES ESCOLARES
Gurupi	Aliança do Tocantins	CEM – Anita Cassemiro Moreno: Atualmente com um número de 378 alunos (as), nos anos escolares entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental e Ensino médio, funcionando nos períodos matutino e vespertino e noturno; 13 professores; 29 funcionários. A gestão conta com um diretor e um secretário.
ocantinópolis	Aguiarnópolis	CEM – Nazaré Nunes da Silva: Atualmente com um número de 542 alunos (as), nos anos escolares entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental e Ensino médio, funcionando nos períodos matutino e vespertino; 28 professores; 45 funcionários. A gestão conta com um diretor, um secretário, 3 coordenadores e um orientador educacional.
Paraiso do Tocantins	Barrolândia	Escola Estadual Paulina Câmara: Conta com 147 alunos (as), nos anos escolares entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental, funcionando nos períodos matutino e vespertino, 14 professores, 9 funcionários. A gestão conta com um diretor, um secretário, 3 coordenadores.
	Pugmil	CEM – Darcy Ribeiro: Possui 250 alunos (as), nos anos escolares entre o 8º ao 9º ano do ensino fundamental, funcionando nos períodos matutino, vespertino e noturno, 13 professores, 28 funcionários. A gestão conta com um diretor, um secretário, 3 coordenadores.
Colinas do Tocantins	Colinas	Escola Estadual Lacerdino Oliveira: Com um número de 570 alunos (as), nos anos escolares entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental e Ensino médio, funcionando nos períodos matutino e vespertino; um total de 22 professores, sendo 18 contratos; 19 funcionários. A gestão conta com um diretor, um secretário, 2 coordenadores.
Araguaína	Wanderlândia	CEM José Luiz Siqueira: Número de 380 alunos (as), nos anos escolares entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental e Ensino médio, funcionando nos períodos matutino, vespertino e noturno; 20 professores; 23 funcionários. A gestão conta com um diretor e um secretário e 2 coordenadores.

Fonte: Dados coletados nas Unidades Escolares. (jul. a set./2016). Organização: Souza, N. N. (2017).

Na figura 1 a localização geográfica do Estado do Tocantins com destaque a BR - 153 e BR - 226, rodovias essas que seccionam os municípios onde estão localizadas as escolas inseridas no Programa Estrada do Conhecimento - PEC.

O propósito desse estudo na educação básica pública do Tocantins prioriza gestão escolar, sobretudo, a partir do Programa Estrada do Conhecimento –PEC, oriundo do Projeto de Desen-

13 Diretoria Regional de Gestão e Formação, a qual estão subordinadas às unidades escolares, são em número de treze no Estado do Tocantins.

volvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS, financiado com recursos contraído do Banco Mundial com vista à melhoria nos transportes rural e de maior oferta de serviços públicos para o Estado do Tocantins. Os recursos totalizam trezentos e setenta e cinco milhões de dólares americanos, aprovado em Lei Estadual em 2009 e a aprovação no Senado Federal em 2012. Com esses aportes foi firmado acordo de compromisso (Nº 8185-0/BR) entre o Banco Mundial e o governo Brasileiro.

Oriundo do PDRIS, o Programa Estrada do Conhecimento – PEC tem uma parcela de recursos para ser gasto no período dos anos de 2012 a 2017, destinados à educação pública. O empréstimo firmado entre Banco Mundial e o Brasil, para o Estado do Tocantins, é de caráter intersetorial e conta com a participação de nove Secretarias. Cada Secretaria de Estado elaborou um projeto para executar a partir de suas necessidades e submeter ao PDRIS. Nestes termos, a Seduc propôs o Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

Figura 1- Municípios onde se localizam as Escolas públicas no PEC, seccionados pelas BR 153 e BR 226, Estado do Tocantins.



Organização e Adaptação: Silva, M. A. (2014/2017). As figuras são adaptadas a partir de fotos da autora.

Os estudos de Fonseca (1998) e Pereira (2009) colaboram para o entendimento da disposição do Banco Mundial para a concessão de créditos aos setores sociais, inclusive à educação. Desta forma “para fundamentar a política social, o Banco produziu, a partir dos anos 1970, um discurso de caráter humanitário, respaldado por princípios de sustentabilidade, de justiça e de igualdade social”. (Fonseca, 1998, p.37).

Assim, a justificativa no documento Programa Estrada do Conhecimento se dá nos seguintes termos: “o Governo do Tocantins sedimentou em suas forças políticas o slogan *Cuidar das Pessoas*, firmando-se assim, um marco de responsabilidades para todos os propósitos de uma nova gestão das políticas públicas que se instaura como um Novo Tocantins”. (PEC, 2011, p.9).

No PEC consta que o Banco Mundial dispensaria US\$ 5 milhões de dólares e o Estado do Tocantins, a contrapartida equivalente a US\$ 1 milhão de dólares, totalizando US\$ 6 milhões de dólares, que seriam utilizados na execução do Programa Estrada do Conhecimento. Do

PDRIS para a Secretaria de Educação, constituído o PEC, consta de seis milhões de dólares, para a reforma de seis escolas públicas estaduais. Assim, para uma parcela da educação básica pública no Estado de Tocantins, a partir deste empréstimo previsto advir dos recursos do Banco Mundial.

Para integrar o Programa Estrada do Conhecimento – PEC foram eleitos no Estado, os municípios em situação de extrema pobreza, considerados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2010. O Estado do Tocantins apresentava em números absolutos 1.383.445 de habitantes e o índice de pobreza de 41,28%. E também utilizou dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. No documento Relatório nº 63731 – BR (2011) que fundamenta o Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável – PDRIS (2012), apresenta que a qualidade da educação no Brasil está melhorando e exige um monitoramento dos resultados, dando ênfase à qualidade do Ideb, bem como: “a) qualidade dos professores; b) índices de repetição e distorção de idade-ano escolar [...]; e c) qualidade do ensino médio”. (Relatório nº 63731 – BR, 2011, p. 145). Esses elementos utilizados como norteadores para a construção do Programa Estrada do Conhecimento – PEC (2011) fazem parte da política, materializado o projeto do Banco Mundial no Tocantins.

Isto posto, o problema central do presente estudo pode ser descrito assim: a) questões sociais: o Estado do Tocantins possui 510 unidades escolares estaduais, marcadas por todo tipo de carência: prostituição, desemprego, alimentação, desnutrição, drogas, a pobreza, desumanização, trabalho precarizado, além das estruturas precárias dos prédios escolares. b) questões do capital: a execução do Programa Estrada do Conhecimento – PEC, implementado a partir de recursos financeiros, contraídos via empréstimo do Banco Mundial, foi direcionado para reformar seis escolas públicas, pondo em prática um *modus operandi* dessa instituição financeira, impingindo novos *habitus* na gestão escolar e expandir os negócios econômicos nessa parte do País.

Com esse aporte e contexto histórico, o objetivo geral do estudo foi analisar o *Programa Estrada do Conhecimento – PEC* implementado a partir das proposituras do Banco Mundial e a Secretaria de Educação do Tocantins por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS e sua configuração em seis escolas públicas estaduais.

Organização e estrutura do livro

O presente livro está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo os estudos versam sobre: os “Antecedentes Históricos: forças econômicas e políticas na formação e constituição do Tocantins”, que analisa o processo histórico no qual foi constituído o Estado. Problematisa-se a ocupação da terra, povoamento, riquezas e o modo de viver das pessoas, bem como a construção política do Estado no século XIX, o sertão goiano e no século XX e as forças econômicas em disputa. É um convite a viagem pelos estudos desta pesquisa!

As forças políticas em ação desde a formação do Estado do Tocantins, com o foco nos governadores e secretários de educação, com prioridade às diferenças e continuidades nos seus mandatos, em relação à gestão na educação básica pública, são apresentadas no segundo capítulo, com o título - “A gestão pública no Estado de Tocantins, 1988 a 2014 - governos e secretarias”. O elo de ligação das gestões da Seduc é o PECGC, ancorado no gerencialismo, desse, a face na lógica da nova gestão pública.

“Os Empréstimos do Banco Mundial no Estado do Tocantins e concepção objetivos, ações e atividades previstas no Programa Estrada do Conhecimento – PEC” estudados no terceiro capítulo, apresenta os empréstimos realizados pelo Banco para o Estado do Tocantins, nos anos de 1994 e 2004, nos Projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins – PDRS e em 2012 o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS, focado no Programa Estrada do Conhecimento – PEC. Nessa parte dos estudos, a educação e os apontamentos destacam o real interesse do Banco na possibilidade dos negócios econômicos do capital.

“O Programa Estrada do Conhecimento – PEC e as formas de atuação nas seis escolas estaduais públicas do Tocantins” é tratado no quarto capítulo. Outras concepções de gestão escolar por meio da avaliação assentada no Ideb, além das parcerias, reformas e a jornada escolar, são elementos circunscritos como parte da implementação do PEC. Nessa parte do estudo, convidamos o leitor a viajar “Do PEC à inserção do Banco Mundial nas escolas públicas na continuidade dos estudos do PEC e nele a educação básica, nas seis escolas públicas. Os estudos empreendidos culminam na vulnerabilidade social, que no PEC foi posta como imperativa na implementação do Programa.

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES HISTÓRICOS: FORÇAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS NA FORMAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO TOCANTINS

Neste capítulo, problematiza-se a ocupação da terra, povoamento, riquezas e o modo de viver das pessoas, bem como à construção política do Estado do Tocantins. Para tanto, proponho como objetivo apreender a constituição do sertão goiano, a configuração histórica e formação do Estado de Tocantins. Parte-se da seguinte questão: como foi constituído o Tocantins, sua história, riquezas e como se formou a população que habita essa parte do País?

O capítulo apresenta um breve *detour* para adentrar no século XX, acerca de como o Tocantins foi formado, considerando os elementos fundantes da história, riquezas, forças econômicas e políticas, o rio, a mata e as pessoas que habitavam o sertão goiano. No curso do rio, discutimos esse sertão chamado Tocantins, a bordo de uma canoa, ou mesmo um batelão, embalada ao som da mata densa e do cerrado.

A proposição de um estudo em um estado jovem marcado pelas lutas de um povo, sobretudo, pela sobrevivência, pela coerção e a ousadia das forças econômicas e políticas que se fazem presente com práticas tão antigas, é um dos desafios a que nos propomos. Esse estudo busca em Fernandes (1986) elementos de poesia e verdade, que diz “a verdadeira poesia é *política*” e não só política, podendo ser convertida “em arma de luta política, como uma das marcas de emancipação dos oprimidos e uma das formas ideológicas da rebelião contra os opressores”. (p.248).

A poesia expressa à condição humana em sua maior complexidade e profundidade. Exprime o histórico e o permanente. Assim se busca no movimento, os elementos que culminaram na formação e constituição do Estado do Tocantins, referenciado na Constituição Federal de 1988.

Em uma de suas passagens, o autor diz que o poeta: “realiza a transmutação pela qual os valores de um homem, de uma geração, de uma classe, de uma sociedade e de uma civilização se interpenetram e, ao mesmo tempo, se revelam em sua própria contradição a tudo que freie ou constanja a liberdade maior do ser e da consciência. (Fernandes, 1986, p. 247).

É assim que o estudo apresenta o sertão do norte goiano, na condição de novo Estado, considerando que a população que aqui habita, são homens e mulheres, sertanejos, índios, negros, trabalhadores, coronéis, padres, inspetores de ensino que, no dizer do autor, “o reino da política, como ela é posta em prática em nossas plagas, é destituído de poesia e refratário à conformação com a verdade”. (idem, p. 250). Na busca da superação de práticas de exploração

propomos esse estudo, tendo como base fundamental neste capítulo os seguintes autores: Faoro (2012); Fernandes (1960; 1966; 1975a); Marx e Engels (1986) e Paternostro (1945) na busca de desvendar os fundamentos históricos e políticos que constituem o Estado do Tocantins.

1.1. A CONFORMAÇÃO DO PATRIMONIALISMO NO TOCANTINS

Neste item, aborda-se o patrimonialismo estatal, que esteve presente desde sempre como incentivador do setor especulativo da economia, predominantemente voltado ao lucro como jogo e aventura, ou, na outra face, interessado no desenvolvimento econômico sob o comando político, para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar, com a convicção de que a minoria é que sempre governa, não só em todos os sistemas políticos, como em todos os tempos, na configuração de um modelo econômico patrimonialista estamental perene.

Assim, localizar o *locus* do estudo pressupõe considerar o tempo histórico da formação do Estado, em que aconteceram transformações no formato, natureza e funções, nas continuidades e rupturas do Estado “[...] entendido como a organização política que, a partir de um determinado momento histórico, conquista, afirma e mantém a soberania sobre um determinado território, aí exercendo, entre outras, as funções de regulação, coerção e controle social [...]”. (Afonso, 2001, p.17).

A história do Tocantins, segundo Flores (2009), é a história de ocupação das terras desse sertão que foi cenário do encontro dos mais diferentes tipos étnicos os índios em seu habitat natural ou interiorizado por força da pressão do povoamento costeiro, com os africanos trazidos que fugiam ou trabalhavam na exploração mineral, bem como os exploradores portugueses, bandeirantes paulistas.

Também os franceses estiveram na ocupação do norte e dos mestiços resultados dos diversos cruzamentos étnicos. Diz que “o Brasil português foi primeiramente tomado pela costa”, (idem, p. 35). Relata que os portugueses chegam ao sertão equivocados de que essas terras faziam limite “com o Peru, o que levava à simples dedução de que haveria um prolongamento das minas peruanas nas terras portuguesas”. (Flores, 2009, p. 35).

Sobre o povoamento de Goiás, confirma Palacin e Moraes (2008) que se deu em decorrência do descobrimento das minas de ouro no século XVIII, que foi intensa e breve, por meio do trabalho escravo e indígena. Eles ressaltam ainda que só se explorou o ouro de aluvião e a técnica empregada foi rudimentar, sendo que esse povoamento, como todo povoamento aurífero, foi irregular e instável.

O norte goiano por terra foi, de certa forma, revelado com a corrida ao ouro, pois embrenhar-se na mata, abrir as picadas, promover a devastação que com a decadência das minas deu lugar ao cultivo da terra, foi tarefa das populações mineiras.

O início da primeira metade do século XVIII, foi marcada pela oposição do norte ao centro-sul de Goiás. Isso se deu segundo Cavalcante (2003) pelo valor do imposto das minas do norte, ser mais elevado, que as minas dos Goyases. O que alegavam as autoridades portuguesas é que as minas do Tocantins e do norte eram mais ricas, que as do centro-sul.

A primeira cisão entre o norte e o sul de Goiás, segundo Palacin (1994), se deu quando, em vez de ser cobrado o quinto em ouro em pó sobre a produção das minas auríferas, optou-se por determinar uma taxa de imposto sobre cada escravo utilizado, acrescida de uma taxa suplementar para as minas do norte. A população do norte, por sua condição de isolamento, sentiu a ação dessa política fiscal espoliativa como uma maneira de se evitar o contrabando e o isolacionismo. Mas a discriminação fiscal despertou nos fazendeiros e mineiros proprietários o sentimento separatista.

A elevação dos impostos pode ser considerada como sinais de manifestação concreta do sentimento separatista no norte de Goiás. Assim como no País, o processo de separação de Goiás, proporcionado pela formação das juntas administrativas revelam disputas pelo poder entre os grupos locais. “Especialmente sensível em Goiás foi à reação do norte, que, julgando-se injustiçado pela falta de assistência governamental, proclamou sua separação do sul”. (Palacin e Moraes, 2008, p. 77).

A divisão em duas comarcas “deu-se em função da diminuição da produção aurífera das minas do norte e do centro-sul, que já não despertava mais o interesse de controle da administração real e tornava o sustento dos instrumentos fiscais administrativos ocioso”. (Rodrigues, 2010, p. 52). Contudo, Cavalcante (2003) salienta que o desembargador Joaquim Teotônio Segurado¹⁴, ouvidor da Capitania de Goiás de 1804 a 1809 reivindicou legalmente a autonomia político-administrativa da região. Entre os feitos de Segurado, após cinco anos de apelo ao Príncipe Regente D. Pedro I, realiza em 1814 o seu intento ao criar a sede da Comarca do Norte na localidade da Palma, vila fundada pelo próprio Segurado, onde residia e cuidava de suas fazendas. Em 1821, Teotônio Segurado instalou a Junta Provisória Independente do Norte de Goiás, articulando com as elites econômicas em prol da causa independentista do Brasil, sem êxito. Entre outros fatores, estava o isolamento que se encontrava o norte goiano.

Referindo-se a Joaquim Teotônio Segurado, Rodrigues (2010) diz que a memória desse político constantemente se reatualiza nos discursos de representação do Estado de Tocantins que procuram criar uma imagem de herói.

A atuação desse personagem na história tocantinense gera uma contradição na historiografia local: ao mesmo tempo em que aparece em falas e discursos como um dos heróis da invenção do estado e é constantemente reatualizado nos discursos de Siqueira Campos em diversas ocasiões, Joaquim Theotônio Segurado também é apontado por outros autores como um dos personagens mais controversos da história do Tocantins, proprietário de muitas terras e de grande ligação com os interesses da Corte Portuguesa. (Rodrigues, 2010, p. 53).

Assim, Joaquim Teotônio Segurado, está na raiz da formação das forças econômicas e políticas dirigentes locais. Nos anos 1800, surgiram outros movimentos com proposições da separação do norte goiano, com finalidade de criar a Província da Boa Vista do Tocantins. O

14 Nos estudos de Cavalcante (2003) Joaquim Teotônio Segurado nasceu em Moura, Portugal, em 1775, e faleceu em 1831 assassinado em sua fazenda na Vila de Palma. Teotônio Segurado chegou ao Brasil em 1800 e, em 1803, foi nomeado ouvidor-geral da Capitania de Goiás pelo príncipe regente Dom João VI. No dia 21 de junho de 1809 foi nomeado desembargador da recém-criada comarca de São João das Duas Barras. A criação da comarca tinha como objetivo facilitar a administração do imenso território. Em 1815 foi fundada a vila de São João da Palma, tornando-se o seu primeiro ouvidor. No ano de 1821 proclamou a emancipação do norte de Goiás. Em 7 de agosto daquele ano foi eleito deputado junto às Cortes Portuguesas, pela Província de Goiás, ainda sob a administração do príncipe regente Dom Pedro I.

projeto para a redivisão do Império em 40 províncias, incluída a do norte goiano, nesse bojo, a de Tocantins, também não foi efetivado.

O ouvidor e administrador da Comarca do Norte era Joaquim Teotônio Segurado, designado por D. João VI e que “trabalhou para o desenvolvimento da navegação do rio Tocantins e o incremento do comércio com o Pará”. (Rodrigues, 2010, p.18). Proprietário de terras e fazendas, foi apontado como um dos pioneiros dos movimentos de emancipação do então norte goiano. O ouvidor assumiu a condição de líder na condução do movimento autonomista do Norte de Goiás, em 1821. Tal fato leva a duas indagações: o que teria induzido Teotônio Segurado a romper com o Sul? A independência em relação ao domínio de Lisboa ou à autonomia em relação ao Governo estabelecido no Rio de Janeiro? (Cavalcante, 2003, p.45).

Para Cavalcante (2003) as duas questões sugerem pelo menos duas vertentes: a primeira, que Joaquim Teotônio Segurado buscou como intenção pessoal, dificultar e neutralizar o movimento de separação nacional, por ser o representante da administração e “fiel defensor da soberania das cortes de Lisboa”. A segunda vertente leva em conta que Joaquim Teotônio Segurado teve a intenção de defender a causa separatista da região norte de Goiás, por enxergar as riquezas da região.

Assim, Cavalcante (2003) defende que, dos proprietários de terras e lideranças políticas do norte de Goiás à época, Joaquim Teotônio Segurado “foi quem melhor expressou o ideal autonomista, por ter instalado e sustentado a Junta Provisória da Comarca do Norte, de setembro de 1821 a janeiro de 1822, autônoma em relação ao centro-sul de Goiás”. (p. 50). Para os proprietários e fazendeiros localizados em torno da autonomia da Comarca do Norte o que faltava era um governo que devolvesse à região, em benefícios à população, os impostos cobrados sobre as potencialidades do solo, recursos naturais e pastoril. Além de que, esses latifundiários e políticos que detinham posses queriam também o poder político e o mando local.

Em 1822, a separação política do Brasil acalmou os interesses daqueles que estiveram à frente do movimento autonomista do Norte de Goiás, no qual os projetos de criação do Estado do Tocantins foram articulados pela representação intelectual e política de Joaquim Teotônio Segurado, no norte goiano. Segundo Cavalcante (2003), não demorou para que compreendessem que o estatuto jurídico da nação “livre e independente” não tinha alterado a condição de abandono a que estava relegado essa parte do País, e, as pessoas que habitavam esse espaço.

Em Goiás, parte-se do “marco histórico considerado como ponto de partida dessa epopéia, o ano de 1809, com a publicação do alvará de 18 de março, que dividiu a Capitania de Goiás em duas comarcas: a Comarca do Sul e a Comarca do Norte [...]”. (Rodrigues, 2010, p.17).

Assim, os que viviam nesta parte do País eram homens e mulheres simples, a terra era ocupada por um povo que vivia do que ela oferecia. A terra, rio, mata, animais ofereciam vida simples e complexa, à população, sem o acúmulo de riquezas. Com a figura do explorador e a terra reocupada foi preciso mão de obra. Recrutaram, então, os braços do índio e do negro na lógica da exploração. No território reconfigurado, as forças econômicas e políticas reinventam-se como o rio, quando encontra um rochedo de pedras, ele se curva, passa ao lado e, por vezes, por cima.

Desse modo, o conhecimento da realidade brasileira do sertão goiano, passa pelo entendimento da formação das elites proprietárias de terras. Suas particularidades e características comuns aparecem em Leal (1975; 2012) e segundo esse autor, todos são figuras tratadas

por coronéis¹⁵. Essas elites também possuíam liderança herdada, junto com as terras e a força eleitoral que “empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de donos de terras”. (Leal, 2012, p.45). Ascender no sertão, faz-se através da exploração da população pobre, pois o proprietário rural, vê-se como um homem rico diante de uma “massa humana que tira a subsistência de suas terras, vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono”. (Leal, 2012, 46).

Neste movimento de constituir das relações sociais, o proprietário da terra explora a condição de miséria e pobreza dos trabalhadores, esses que não tem propriedade, suas relações de família nada têm em comum com as da família burguesa. Na maioria das vezes, vendem sua força de trabalho. Ainda, se possuem consciência de si, estão longe de adquirir a consciência para si, diante das condições materiais objetivas em que vivem.

1.2. HISTÓRIA: O RIO, A MATA, SUAS RIQUEZAS E POPULAÇÃO NOS ANOS 1900.

Com a lente do poeta político e para entender a história do Tocantins, a opção foi embarcar ora em uma gaiola, por vezes em um batelão, ou até mesmo em barco a motor pelo Rio Tocantins até por que: “a colonização dum país dependeu sempre da água”. (Paternostro, 1945, p.27). No começo, o mar; depois os rios¹⁶ e no lombo de um burro, ou mesmo os 540 km, em que foram utilizados carro e caminhão, para realizar parte dessa viagem.

É com Paternostro, na obra *Viagem ao Tocantins* (1945), jovem médico que trabalhou no serviço de combate da febre amarela, de 1934 a 1938, percorrendo, o então, norte goiano, e em seus relatos, que pegamos carona com vista a nos apropriarmos de aspectos que remontam um pouco dessa história para extrair os fundamentos e as determinações socioeconômicas. Com outros autores e historiografias, busca-se entender a história, a população, a cultura e, ainda, como se configura a política do mando e do autoritarismo, sobre um povo, nessa parte do país, e nela lugar que ocupa a educação básica pública na formação do Estado.

Viagem ao Tocantins traz referência à ocupação da terra pelos portugueses e a esse respeito Prado Junior (1985) diz que

a colonização do Brasil constituiu para Portugal um problema de difícil solução. Com sua população pouco superior a um milhão de habitantes e suas demais conquistas ultramarinas da África e Ásia de que cuidar, pouco lhe sobrava, em gente e cabedais, para dedicar ao ocasional achado de Cabral. (Prado Junior, 1985, p. 11).

15 Sobre os coronéis, escolarizados “a maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida à qualidade de comando [...], os habilita a chefia”. (Leal, 2012, 45). Esses doutores bacharéis possuem vínculo familiar com o coronel, ou são aliados políticos.

16 As condições da viagem que Paternostro realizou no século XX são semelhantes ao que se tinha no século XIX, conforme registro: “No dia 28-5-1868 inaugurou-se a navegação a vapor do Araguaia, sob vivas do Imperador e ao som do Hino Nacional. Em 1870, Couto de Magalhães recebeu do governo o auxílio de cem contos de réis para organização de uma companhia fluvial e, por decreto garantiu-se-lhe um subsídio, durante 30 anos, de 40 contos de réis anuais contanto que o vapor realizasse seis viagens por ano de Itacaiú a Santa-Rita do Araguaia; entre esse porto e a 300 km da foz do Tocantins. A navegação se faria com barcos a remo; para a linha de navegação do Baixo-Tocantins. O Governo, outorgou, em 1873, uma subvenção de 80 contos. Desde o início, a navegação a vapor do Araguaia ficou truncada em 800 km, nos quais só navegavam barcos a remo. Couto Magalhães abandonou a Empresa que pereceu a partir de 1890. Ainda hoje se encontra em Leopoldina, os cascos dos três vapores ‘Araguaia’, ‘Colombo’ e ‘Mineiros’ que sulcaram as águas do rio. (Conforme Luís do Couto, Correio Oficial, Goiás, 29-05-1935 e Aires da Silva, Informação Goiana).

É neste cenário, em movimento, e no movimento da história, que Paternostro (1945) descreve o Brasil e o Tocantins no século XX¹⁷, fazendo uma imersão desde a ocupação dos lusitanos e, como esses, estavam “a cata de riquezas” controlados pela coroa portuguesa. À época permitia apenas entradas fiscalizadas, com o fim de não realizarem novas descobertas, se assim o fizessem, seria mais difícil controlar o “extravio de ouro ou cobrar os quintos”. Os primeiros que aqui chegavam, “desembarcavam sem entender o novo mundo que se abria aos seus olhos. [...]” (p.28). Chegavam sob a rigidez e o dogma da igreja, enchendo de canções tristes “[...] os ares que bandos alegres de periquitos e de araras espalhafatosas cortavam em todos os rumos. [...]”. (idem).

A ocupação dos portugueses e os interesses em explorar as terras e para cá foram enviados os “exilados voluntários e degredados” que não choravam ‘o seu rico Portugal’ e a nova vida representava, inclusive, a liberdade.

Embora naquela época Portugal, por estar absorvido em singrar os sete mares, não tomasse parte na Reforma e Renascença que bafejavam a Europa, não quer dizer que alguns de seus filhos já não ‘sentissem’ que vingadas certas ideias novas se livrariam da opressão do clero e da nobreza. Em maio de 1539, os trabalhadores gráficos de Lião faziam passeatas de protesto contra as explorações patronais e cartazes atrevidos contra os abusos dos clérigos se afixavam nas portas das igrejas de várias cidades europeias. Por muito ‘distante’ que as ruas de Lisboa estivessem da passeata de Lião, deve-se admitir que um ou outro de seus moradores souberam do movimento anti-feudal que fervilhava na Europa. (Paternostro, 1945, p.29).

Se na Europa, os trabalhadores já realizavam manifestações reivindicatórias, Portugal continuava alheio. Na colônia, o curso da vida seguia o da exploração da fauna e da flora. Os exilados da península Ibérica deram origem aos fidalgos, filhos de portugueses nascidos nas terras basilicas. E foram eles que se embrenharam para o sertão dando origem ao movimento denominado de entradas e bandeiras¹⁸, utilizando rios extensos e a expansão geográfica e ocupação territorial.

E na década de 1930, “os rios¹⁹ das três bacias brasileiras extasiam-nos pela largura e extensão, ‘correm como diabo no mato’ [...]”, (idem, p.34) e, apesar de serem encontrados muitos trechos impróprios para a navegação, as vias fluviais são os carregadores das cargas pesadas que constituem parte de nossa riqueza, sejam os minérios, madeiras e produtos extrativos vegetais. O registro de duas serrarias, (Igarapé-Mirim a Cametá) com meia dúzia de homens com serras na mão acertam as toras suspensas em girus e, transportados para o comércio de exportação. Quanto à indústria existiam na região seis usinas de aguardente²⁰. Desenvolviam a

17 Três ocupações principais dividem os habitantes da bacia do Tocantins. A 1ª da confluência do Araguaia até a foz – extração de riquezas vegetais, a 2ª e a 3ª no Médio e no Alto Tocantins – criação do gado e extração de riquezas minerais. “Vivem numa fase primária da civilização, isolados do progresso de Leste e do Sul do país”. (Paternostro, 1945, p. 60).

18 As bandeiras formadas por iniciativas particulares, sem a fiscalização metropolitana das ‘entradas’ tiveram maior impulso e liberdade de movimento, [...]. Os elementos que as compunham desprezavam os vagabundos funcionários governamentais. Combatiam os jesuítas que escravizavam as ‘peças da terra’ e repudiavam os favores da Coroa de Portugal. (Paternostro, 1945, p.30).

19 O autor faz alusão aos rios dizendo que nenhum dos rios do Brasil desempenha a função do Ohio, do Missisipi, pois nenhum deles articula-se com a rede de estradas de ferro como ocorre nos Estados Unidos e na Argentina, onde os horários dos trens coincidem com os das linhas de navegação fluvial.

20 Alambiques.

pesca às margens do rio e muitas vezes, nesse trecho da viagem de gaiola diminuía a marcha, para o cozinheiro perguntar para os nativos aos ‘berros’ se queriam vender peixe.

Havia uma abundância de madeira²¹, que servia de combustível e material de construção da região. As pessoas utilizavam para suas casas, seus barcos e seus fogões. A seringa outra fonte de renda, também era retirada pela mão de obra indígena e africana. O seringueiro²² era chamado de “canela fina”, em virtude da correria por conta dessa atividade.

A viagem pelo rio se dá por entendermos que chegar ao Tocantins, somente pelo rio, permite desvendar quem são as pessoas, de que vivem, quais são suas riquezas e como ocorreu a educação desse povo, quem habitava o então norte goiano e quem veio habitar. Por outro lado, os colonizadores, chegam para apropriar da riqueza local e da população autóctone. Não é só a chegada dos lusos, mas também o que trazem: armas, valores, interesses, outra cultura, formam as determinações econômicas que fazem com que aqui cheguem. Eles vem em busca do pau Brasil no litoral e quando entram ao sertão, é o ouro que os lusitanos buscam, apropriam e comercializam.

Em Paternostro (1945) as contradições dessa parte do País são evidenciadas, pois o Rio Tocantins foi utilizado como meio de locomoção para a extração da riqueza, há mais de dois séculos. Na década dos anos 1930, ele observa e registra os conflitos e número reduzido de índios²³. Ao mesmo tempo em que tribos Apinagés e Xerentes no Estado de Goiás, tidos como “pacíficos” são dizimados por conflitos e por doenças que brancos transmitiam, serviram como mão de obra para o trabalho de exploração.

Os índios Gaviões, comedores de carne de macaco, encontrados por Paternostro, ou mesmo os índios Apinajés permaneciam indiferentes às atividades do civilizado. Um exemplo dessa desobediência era as roupas colocadas para entrar na cidade, e, retiradas imediatamente na saída, e ainda “[...] falando o português cantado, frases sem concordância, trocando palavras masculinas e femininas, usando poucos verbos” (idem, p.143), já indicavam suas formas de resistência.

21 A extração de madeira para combustível proporciona o ganho dos moradores dos igarapés que desembocam no caminho líquido da gaiola, cujas caldeiras consomem lenha. Trazem-na em canoas, rio abaixo, muitas vezes em viagem de três dias e vendem-na aos trapiches, a razão de 10\$000 por 1.000 achas de 1m. Aí ficam empilhadas à espera da passagem da gaiola. Ao apito dêste, surgem de vários cantos os indivíduos que fazem o carregamento para o porão do navio. (idem, p.72-73).

22 À meia noite, com uma lamparina de óleo de mamona ou às 4 horas da madrugada, mal divisando as coisas na ante-manhã, êle sai da palhoça para engastar na árvore a vasilha[...]. Tem de furar 100 a 150 seringueiras para obter 4kg de borracha. Às 10 horas os canecos dependurados já estão cheios. É a hora do ‘corre’ por cima das lianas, das folhas e das poças para recolher o látex, que deve chegar ainda líquido ao tacho. Quando seca no vasilhame, antes de ir ao fogo, perde certas propriedades e se transforma no ‘sernambi’, que é a borracha do tipo inferior. Sernambi significa também ostra vulgar. A ‘canela fina’ ou adelgaçamento dos músculos da pantorrilha é o resultado deste trabalho; na correria matinal, o seringueiro pisa nas pontas dos pés, esticando os músculos como a gazela. Aliás, é generalizada na região a marcha nas pontas dos pés; os homens andam ligeiros e surgem inopinadamente sem fazer barulho. Trazem para a vida social, além do hábito profissional, a herança da ascendência indígena no tipo da marcha. (idem, p. 73-74).

23 Com referência a convivência dos índios com os colonizadores e forças econômicas locais: “As facções “brasileiros civilizados” e “brasileiros primitivos” guardam rancores recíprocos. [...]. O mau trato que nos séculos das descobertas, os caçadores de índios dispensaram a êstes, continua a servir de diretriz a muitos de nossos contemporâneos. [...]”. (p.134). São muitos os relatos da década de 1940, de índios que ainda eram dizimados no Vale do Tocantins, no que são chamados os massacres, que ditos por Júlio Paternostro, ainda perdurarão por alguns anos. Outro fato é a presença de estrangeiros nas tribos, que tinham filhos com as índias, a exemplo do alemão Curt Nimuendajú, citado com boas referências em publicações de etnologia sul-americana, permanecia de tempos em tempos com os índios, vivendo como eles, porém recebia dinheiro de Berlim, para enviar material aos museus antropológicos. (idem, p. 146-147).

A forma como comercializavam e como vendiam seus escassos produtos, sejam bananas, carás, inhames, nas portas das casas, não era tida como mercadológica, pois deixavam os produtos na porta escolhida para a venda e se retiravam, para horas depois, aparecer ou ficavam à espera. Se fosse preciso, um dia inteiro, até receber os níqueis. Essa forma não era vista como lucrativa visto que “chamavam de ‘agrado’ o depósito dos produtos feitos de manhã quando os moradores ainda estavam dormindo”. (idem, p.145).

A resistência indígena esteve ligada ao domínio da mata, e fez com que algumas tribos, de certa forma, retardassem, mesmo que por breve tempo, a invasão ou o convívio de outros povos, com a sua cultura. Era na mata que possuíam tudo o que necessitavam para a sobrevivência e refúgio. Em uma passagem, Paternostro (1945) identifica que entre as folhagens das árvores, os nativos observavam a embarcação, e foi informado que eram índios que não se relacionavam e eram tidos como violentos. Para os índios fugirem da exploração, criaram aldeamentos já que naquele tempo a espoliação do índio era coisa oficial. ‘Não se diferenciavam dos escravos trazidos da África’. “Padres, leigos, diretores de ‘registros’ compravam mercadorias dos regatões tendo como carta de fiança o número de índios que estavam sobre suas ordens”. (idem, p.137).

Desobediência e dominação se entrelaçavam e coexistiram nas relações entre índios e colonizadores. O fundador de Carolina escrevia em 1813: ‘Os Apinagés são uma nação bárbara, muito populosa, cujo número de guerreiros é tão grande que tem 16 cabos de guerra. Andam revoltosos, instigados pelos índios cristãos desertores do Pará. Só com a guerra poder-se-ia dominar esses índios e tê-los sob nosso proveito’. (idem).

No norte do País os colonos lutaram arduamente pela mão de obra indígena “de início simples defesa do indígena, em seguida busca formas racionais de convivência e finalmente exploração servil dessa mão-de-obra”. (Furtado, 2007, p.111). Eram dessa forma, tratados os homens e mulheres dessa parte do País, pelos que mandavam e exerciam a dominação, fidalgos e descendentes de portugueses que viviam aqui.

Nesta parte do País, distante do Rio de Janeiro – capital do país – isoladas as elites dominantes eram os padres, os fazendeiros, os políticos, os coronéis, os proprietários de terras, e explorador de rios, dos trabalhadores, indígenas, africanos, camponeses, mulheres e homens lavradores que viviam em situação de miséria, foram empurrados para a pobreza.

A espoliação dos trabalhadores, sobretudo, por parte dos fazendeiros, latifundiários, políticos, padres e coronéis foi uma constante nessa parte do país. Em Martins (1978), contado por Dom Pedro Casaldáliga, no norte goiano, que ocorrera próximo à estrada que liga Palmeirópolis a Paranã, entre os povoados de Retiro, Rosário e Barco na atualidade Tocantins (sudeste). Nessas terras, alvo de grileiros²⁴, exprime-se a prática e também as forças dominantes nestas paragens, conforme vemos no excerto:

[...] A partir de 1972 é que começou a se espalhar a notícia de que todas aquelas terras pertenciam ao Dr. Antônio Pereira da Silva, mais conhecido como Coronel Pereira e a Limírio Viana Guimarães. O *Coronel* Pereira fora prefeito de Paranã e deputado estadual reeleito. Atualmente ainda é deputado – outubro de 1977 -. O Senhor Limírio é o responsável por Palmeirópolis, designado pelo *Coronel* Pereira.

24 Segundo Martins (1978) “A partir de 1930 os lavradores já pagavam imposto territorial. Datados de 1940, existem recibos destes pagamentos”. (p. 31).

Em 1973 tem início o ano em que os dois decidem *limpar* a área. Muitos logo se retiraram, devido à força do *Coronel*, exaustivamente conhecida por todos. Outros resistiram, e quiseram permanecer no lugar onde nasceram, cresceram, casaram, tiveram filhos, enterraram seus parentes, *amansaram* a curva do rio, onde tomavam banho, o *varadouro* onde bebiam suas pingas, enfim, onde estabeleceram seu cordão umbilical.

E as pressões não se fizeram demorar. Ameaças de um lado, tocaias de outro, intrigas, insultos e finalmente, a expulsão. Os jagunços chegando, atemorizando tudo, jogando caminhões imensos contra as casas, dando tiros, assustando, ferindo e matando o gado. (Martins, 1978, p. 31).

As disputas e o alvo de grileiros são as terras férteis. A forma dos grileiros agirem, através da violência e intimidação resulta na expulsão dos trabalhadores de suas terras²⁵. A particularidade que une esses trabalhadores é que são os homens e mulheres que se sustentam, com a sua força de trabalho. Por outro lado, a força desenfreada do capital, que oprime, explora, desapropria são os coronéis, fazendeiros, políticos e padres. Nessa passagem, Casaldáliga fala do morador que vai a Goiânia à procura de seus direitos e fala com o governador do Estado.

O governador, com a sabedoria de um chefe de Estado da região, lhe informa que a terra havia sido vendida ao *Coronel* Pereira. ‘Meu filho, nada posso fazer’, afirma paternalmente o governador.

De volta a Paranã, tomou conhecimento de uma intimação do juiz do município. Foi-lhes paga uma indenização total de Cr\$ 40.000,00 o que não deu nem Cr\$ 7 mil para cada família. Cento e vinte e cinco pessoas, com posse de mais de 60 anos, foram atingidas por esse despejo.

Os posseiros expulsos de suas terras, hoje estão espalhados pelos patrimônios vizinhos de Barco, Retiro e outros povoados. No conjunto, 42 famílias foram desalojadas de uma área de 300 alqueires a qual, em 1972, tinham feito registrar no Registro de Imóveis de Paranã, como posse. O número de pessoas prejudicadas chegou a 350. Redundante falar que hoje passam todo o tipo de privações, sem ter o que comer, atacados pela malária, raquitismo, verminose, sem direito a nada, completamente *desacorçoados* – esse é o termo da região. (Martins, 1978, p.31-32).

Sobre os conflitos de terras, a maioria dos estudos se concentra no norte que era Goiás e no norte do Tocantins, que segundo Pinho (2009) acirram-se após a Guerrilha do Araguaia no ano de 1974, sobretudo, no regime militar (1964-1984). De fato, o que ocorreu foi à desocupação e reocupação das terras com incentivos fiscais de investimento para ocupação, para o progresso do país.

Os posseiros são indígenas, descendentes de africanos, camponeses e trabalhadores, designados como “aqueles que expulsos da terra, lutam em busca de uma nova posse”. (Pinho, 2009, p. 22). A legislação há muito tempo garante aos trabalhadores o direito de uso da terra e, para que se dimensione a Lei nº 4.504/1964, no art. II, que dispõe sobre o Estatuto da Terra: “§ 3º A

25 Mesmo sendo garantido em lei, que dispõe sobre o *Estatuto da Terra*, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, não se tem a garantia do cumprimento e os trabalhadores continuam sendo expulsos da terra.

todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, [...]. § 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam [...].”

Assim, os conflitos de terra perduram de norte a sul do Estado, e, muitos dos que vivem nas cidades foram os expulsos da terra, em razão dos conflitos, miséria, dos problemas sociais²⁶, advindos não só da falta de assistência pelo Estado, mas também da leniência do Estado, sobretudo, pelo poder político, como força conservadora a serviço da acumulação do capital.

Nessa sociedade do capital, foi erguido o Estado do Tocantins. Para Silva (2013) os interesses daqueles que chegavam e expropriavam as terras e, o modo de vida daqueles que viviam basicamente do que a natureza oferecia, fez emergir um tipo de desenvolvimento econômico e social. Desse ângulo, reafirma Fernandes (1975b) dependência e subdesenvolvimento não foram somente ‘impostos de fora para dentro’. A dependência e o subdesenvolvimento são parte de uma estratégia, reiterada sob várias circunstâncias no curso da evolução externa e interna do capitalismo. Foram essas circunstâncias pelas quais “os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana”. (idem, p.223).

Os territórios indígenas demarcados foram substituídos por projetos desenvolvimentistas, a exemplo das usinas hidrelétricas, ferrovia norte-sul, o agronegócio, agropecuária e frigoríficos, e a cultura extensiva de soja, adquirido a forma de reprodução do capital, especialmente a partir dos anos 2000.

1.3. ELEMENTOS CULTURAIS NA PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL

Continuamos a viagem, como se pudéssemos dividir, na “metade”, o estado, e em companhia do médico que procurava contribuir com a medicina, viajando em prol de evidências que permitissem a cura de enfermidades. E nós, a bordo de uma embarcação, tentando entender a população que vivia da terra²⁷ e, aqueles que foram trazidos da África para cá, foram determinantes na formação do Tocantins.

A partir de Pôrto Nacional, subindo o Tocantins, principia a área de influência do negro e prevalecem os goianos. Os negros instalaram-se na região no fim do Século XVI e durante o Século XVII; Portugal os enviara como escravos para extraírem o ouro que os Bartolomeus Buenos descobriram. Seus descendentes

26 Para aprofundar no tema, além da **Lei nº 4.504/1964**, e o vasto material disponível, a igreja católica tem marcado nas conferências a defesa dos pobres. Para **Suess (2008)** “as conferências marcam uma caminhada com trigo e joio: Medellín (libertação), Puebla (comunhão e participação), Santo Domingo (inculturação) e Aparecida (missão)”. Quem faz essa reflexão é o doutor em Teologia Fundamental e integrante do Conselho Indígena Missionário (CIMI) [...]”. Segundo ele, todas as Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano impregnaram também um caráter sacramental, um caráter indelével na Igreja latino-americana, como a opção pelos e com os pobres e a libertação. “Esse caráter indelével aparece mais na microestrutura eclesial do ‘povão’ do que nas instâncias hierárquicas” [...]. Neste sentido, Suess enfatizou que temos uma grande responsabilidade de continuar essa caminhada, “sobretudo por causa dos pobres [...]”. Disponível em: www.ihuonline.unisinos.br. Acesso em: 30 de abril de 2016.

27 A Portaria nº 06 de 1º de maio de 2004, o Governo Federal, através da Fundação Palmares, reconheceu como remanescentes de Quilombos 25 comunidades tocantinenses. Atualmente, existem 29 comunidades remanescentes de quilombos, que estão localizadas nas porções Norte, Sul, Sudeste e Central do território do Tocantins. No entanto, dessas 19 estão com Ações Judiciais para serem tituladas pelo INCRA.

e os mulatos constituem atualmente um grupo biotipológico heterogêneo; são faiscaidores, andrajosos e contribuem com o maior contingente para a romaria de Nossa Senhora da Natividade, a festa popular que movimenta aquele sertão. (Paternostro, 1945, p. 59).

À medida que a colonização portuguesa avança na região central do País, os africanos desempenharam papel determinante na exploração do ouro, pois os portugueses aproveitaram dos africanos o conhecimento sobre a exploração e fundição do ouro. Eram chamados de escravos minas, que tinham tradição e conhecimentos superior aos portugueses. Os africanos trouxeram consigo seus costumes, cultura e religiosidade e, sofreram toda adversidade no trabalho, na religião, na culinária, enfim, no modo de viver.

A situação da população afrodescendente é desalentadora, iníqua e desumana, e, para Fernandes (2008a) acarretava em dois dilemas sociais. O primeiro era o dilema da absorção da população africana às formas de vida social, organizadas imperantes na ordem social competitiva. O estado de miséria, de desorganização e de abandono em que vivia a maior parte dessa população precisava ser combatido e superado. Para o autor, é provável que ai não estivesse o pior aspecto da condição humana oferecida ao ‘negro’, mesmo assim, nele se achava, o lado mais doloroso do ‘drama da *raça negra*’. O segundo dilema reside no preconceito racial, ou seja, no que isso significa na sociedade brasileira, da perduração da velha associação entre *cor e posição social ínfima*, a qual excluía o ‘negro’, de modo parcial ou total, da condição de sujeito de direitos sociais.

Nos dois dilemas apresentados dos afrodescendentes, segundo Fernandes (2008b) “traduzia materialmente e simbolizava moralmente a própria impossibilidade de classes. [...] se impunham como anomalias sociais, a serem [...] superadas, acaso se quisesse garantir a expansão e a integração normais da ordem social competitiva”. (p.8).

Assim, a religiosidade, o dogma de fé e as coisas de Deus se potencializam no sertão, pois a vida simples, a pouca instrução, fazem dos homens e mulheres, pessoas que creditam que todas as ações e vivências são como dádivas divinas. Assim, a possibilidade da colheita farta, ou mesmo a escassez de alimentos, a fartura do peixe ou não, estão ligadas ao que o ser supremo os concederá. Neste quadro, a religiosidade manifestada na festa do Divino Espírito Santo²⁸, principal festejo do Tocantins, é realizada em praticamente todos os municípios do Estado.

As festas transplantadas da Europa e da África para o Brasil colonial conseguem se perpetuar até os dias atuais, tornando-se um evento das comunidades locais. São festividades constituídas de ritos e simbolismos renovadas todos os anos. São festas marcadas por elementos da cultura africana, da cultura europeia e um misto de costumes afro-indígenas. Estas festividades seculares²⁹ que acontecem no Estado, se constituem como parte fundamental do patrimônio

28 Relatos de Portugal contam que a rainha Isabel e seu marido fizeram uma promessa de alimentar os famintos e oferecer a sua coroa ao Espírito Santo em troca de paz, decorrentes das guerras com a Espanha por volta do séc. XIV, começa a ser difundido no Brasil no século XVI.

29 A presença marcante dos jesuítas na região pode ser constatada na imagem de Nossa Senhora de Natividade, trazida pelos jesuítas em 1735. Ela veio de barco, pelo Rio Tocantins e, depois nos ombros dos escravizados até o Arraial, e desde o século XVIII realiza-se a romaria do Bonfim, no povoado de Natividade. A padroeira de Arraias (1734) é Nossa Senhora dos Remédios; de Porto Nacional (1895) é Nossa Senhora das Mercês; de Monte do Carmo (1746) é Nossa Senhora do Rosário; de Dianópolis (1751) e a padroeira é Nossa Senhora da Abadia e celebra as Cavalhadas desde 1937, representam a luta entre cristãos e mouros. Todas essas festas têm lugar de destaque e são festas que duram dias, evidenciado seus rituais, culturas, crenças e formas de expressão e resistências.

cultural tocantinense e abrigam uma infinidade de práticas, de saberes tradicionais e de rituais religiosos.

Os afrodescendentes influenciaram na economia, na cultura, na política da sociedade de classes, o empírico dos estudos de Fernandes (2008b, vol. II) demonstra que:

a desagregação do regime de castas e estamental, associado à escravidão, não repercutiu diretamente nas formas de acomodação racial desenvolvidas no passado. Não só os mecanismos de dominação racial tradicionais ficaram intatos. Mas a reorganização da sociedade não afetou, de maneira significativa, os padrões preestabelecidos de concentração racial de renda, do prestígio social e do poder. Em consequência, a liberdade conquistada pelo ‘negro’ não produziu dividendos econômicos, sociais e culturais. (Fernandes, 2008b, v. II, p.567-568).

Para Fernandes (2008b) tornou-se insustentável continuar a manter, a população afrodescendente, à margem do desenvolvimento de uma civilização que ela contribuiu para a construção.

Nessa mesma linha de raciocínio, passamos a analisar a condição da *mulher*, Paternostro (1945) enfatizou: “a preponderância dos direitos do sexo masculino no vale do Tocantins é absoluta”. (p.192). Sobre as mulheres, os registros são quase inexistentes, pois os escritos são dos senhores, na grande maioria das vezes, proprietários de terras, fazendeiros, padres, todos são homens. Na década de 1930, a função da mulher³⁰ era a de cuidar da cozinha e dos filhos, sem intervir nos negócios, nem na conversa do marido, limitando-se a trazer os pratos para à mesa, sem poder sentar-se para comer, junto com a família e as visitas.

O serviço de rachar a lenha, buscar a água no Rio Tocantins, era destinado a elas. Acreditavam que a água do Tocantins não se corrompe, é pura e de responsabilidade das mulheres. “[...] Moças de 12 a 15 anos têm físico de mulheres formadas. Raramente levantam os olhos quando se lhes dirigem a palavra. [...]” (p.193). Os pais decidem prematuramente o casamento das filhas, que tem de obedecê-los até a véspera, como seres incapazes. O médico observa que

no sertão não há comédias, nem tragédias amorosas. A vida sexual é simples e primitiva como são outras atividades dos habitantes: preparo dos alimentos, meios de transporte, trocas de mercadorias, etc. Não há perversões sexuais que estamos acostumados a observar nas urbes, como resultados de desajustamentos e preconceitos que a civilização nos impôs. Muitos rapazes perdem a castidade com a esposa ou a companheira com que vivem monogamicamente a vida inteira. (Paternostro, 1945, p.193-194).

Em contrapartida, não raras vezes, os coronéis impunham às suas esposas que criassem os filhos dele com outras mulheres, sendo a poligamia e concubinatos³¹ permitidos. A mulher trabalhadora pobre, do sertão ou nos povoados, usa vestido de chita e pés descalços,

30 Além de - para a mulher pobre, o cultivo da terra, a agricultura.

31 Os assuntos de amor sempre levaram os poetas a construir “ditirambos” e os romancistas a urdir tramas e situações patéticas em que movimentam os personagens, obedecendo, frequentemente em suas obras, ao célebre ‘gosto da época’. Algumas novelas e romances situam no cenário do Brasil central entretosmos amorosos, que são pura fantasia dos escritores, e, se uma ou outra exceção de um tipo sertanejo fornece elemento para a feitura dos romances que compõem a nossa ‘serie sertanista’ não devia ser essa a rota a seguir, pois, os méritos reais da literatura só existem quando possuem raízes sociais. A maioria de nossos

muito acanhadas escondem-se das visitas, atrás das portas, ou as espreitam do fundo do quintal. Nas habitações dos caminhos, elas aparecem ao viajante; mas esse fato é consequência da ausência de esconderijos e não de desembaraço. Tais casas acham-se nos descampados, sem árvores em redor, sem cercas, abertas aos que passam, e, muitas, só possuem um cômodo. (Paternostro, 1945, p.193).

A submissão da mulher, seja pela doutrina da Igreja Católica, seja pelos códigos jurídicos e pela falta de instrução, era costume no sertão. O que se observa são mecanismos de disseminação de uma cultura de descrições e modelos sociais aceitáveis, à época. A mulher como frágil, o homem “tende a obter mais prestígio do que a mulher porque ele usualmente é vinculado a papéis sociais de domínio e autoridade”. (Rosaldo e Lamphere, 1979, p. 26).

A mulher vista por Paternostro revela parte da sociedade patriarcal e de classes sociais. Nela vontades são silenciadas, por uma cultura que oculta manifestações, sobretudo, no sertão, pois nessa sociedade patriarcal e patrimonial riquezas são acumuladas por homens. “Mas para que esta acumulação se realizasse era muito importante [...] que os bens adquiridos pelo marido [...] fossem gastos com economia, [...]. Era, pois, necessário que a mulher fosse, também, uma boa dona de casa, [...]”. (Kolontai, 2007, p. 138).

O casamento era o que dignificava a mulher. Ainda assim, a mulher, no interior do Brasil, não estava apenas sob o jugo de seus maridos, mas também dos padres. Gardner Botânico de origem Inglesa (1945) relata em uma passagem que ao chegar em Natividade, que havia na Vila, três padres, um dos quais morreu durante o tempo de sua estada. O autor diz que:

“[...] estes padres, como quase todos os mais que encontrei, em vez de serem exemplos de moralidade para o povo, eram quase incrivelmente imorais”. O que morreu era um velho de mais de 74 anos de idade, natural de Santos na província de S. Paulo e primo do célebre José Bonifácio de Andrada. Embora bem educado, humano e benévolo, deixou após de si uma família de meia dúzia de filhos de suas próprias escravas, os quais, juntamente com as mães, em cativo e vendidos depois, com objetos herdados, para pagamento das dívidas do morto. (Gardner, 1942, p. 281).

Na sucessão desse padre, o autor apresenta um vigário geral, o maior fazendeiro de gado do distrito, e diz que aprendeu “com o velho sacerdote o pouco de latim que lhe bastasse a resmungar o ofício religioso da Igreja, mas sem nenhum preparo teológico, dirigiu-se à cidade de Goiás para comprar sua ordenação do bispo”. Posteriormente, obteve também “por compra”, o vicariato geral do distrito. (idem). Gardner (1942) expõe ainda, que cerca de um mês depois de sua chegada à vila, foi chamado a “atender uma bela moça de dezesseis anos e que veio a morrer de febre puerperal poucos dias depois de dar à luz uma criança que era filha do padre”. (p.281).

Desta forma, a mulher professora aparece raramente no contexto da viagem de Paternostro (1945), mesmo assim, foi caracterizada pela pouca instrução. Os vencimentos recebidos do governo de Goiás eram poucos e os atrasos nos pagamentos, constantes. Sobre a condição econômica das professoras neste caso, “têm, portanto, um *status* econômico muito baixo, sujei-

romances de índios, caboclos e curibocas, desde o fundador do ‘gênero’ – Bernardo Guimarães – pode conter belas e exatas descrições do meio geográfico, da civilização material, mas não corresponde à verdade que se passou ou se passa na vida afetiva dos habitantes do sertão. (Paternostro, 1945, p. 194).

tando-se provavelmente, à ‘proteção’ inevitável das famílias abastadas do lugar [...]”. (Fernandes, 1960, p.124).

As escolas além de serem poucas, também estavam a cargo das igrejas³², com a supremacia da igreja católica, além da batista, entre outras. Paternostro (1945) retrata a realidade de uma escola, onde os alunos traziam de casa um banquinho de couro, um lápis e um caderno, sentados à frente da professora, a escola era um rancho vazio, portanto, um lugar improvisado. A realidade material da escola adversa, desde as condições físicas até mesmo aos conhecimentos e possibilidades de interação da professora com o meio e com os alunos, dificultavam sobremaneira a frequência e a rotina da Escola.

Conforme Saviani (1991; 2012) e Frigotto (1999) a educação como fenômeno da natureza humana tem na escola a ação intencional de educar. Por outro lado, constata-se que em algumas localidades, os pais pouco se incomodam com a alfabetização das crianças, a exemplo de Piabanha, cuja professora lutava para manter a frequência de 33 alunos. A essa passagem, Fernandes (1960), fazendo alusão às experiências de Paternostro (1945) e a essa professora, referindo-se à distância dos conhecimentos adquiridos na escola e a vida cotidiana, diz que:

a incongruência existente entre a escola e as necessidades imediatas do meio social tornaram-na uma coisa supérflua, um quase luxo de homens da cidade. ‘Ler, escrever e contar’, para o sertanejo, é menos importante que receber conhecimentos relativos ao trato da terra, dos animais etc., isto é conhecimentos indispensáveis ao seu tipo de vida. Saídos da escola, os conhecimentos lá adquiridos constituem peso morto, inaplicáveis, ou atuam à maneira de forças centrífugas [...]. (Fernandes, 1960, p. 123).

A crítica nos estudos de Fernandes (1960) é a constatação de Paternostro (1945) referindo-se ao mesmo sertão goiano no qual “o atraso de nosso sistema educacional, [que] ainda se defronta com velhos problemas suscitados pela necessidade de adaptação do ensino à vida rural, ao campo, em relação a outros níveis de cultura [...]”. (Fernandes, 1960, p. 122).

Em uma passagem da obra de Paternostro (1945) sobre o dia a dia relata a relação de uma escola que não contemplava a realidade das crianças e jovens que viviam nessa parte do País, Fernandes (1960), aponta a falta de integração da escola, com a realidade da comunidade, que Paternostro, assombrou-se com o ‘programa’ de uma ‘festa escolar’, na encenação respondiam por nomes franceses.

Para Fernandes (1960), fórmulas estreitas contentam a maioria das pessoas, minimizando as influências sociais na esfera da educação. A educação primária na região norte do Estado de Goiás³³ – Tocantins,

no final do Império, ou seja, três anos antes da Proclamação da República, constava de 20 escolas de instrução primária. Dessas, 13 eram destinadas ao

32 Exemplo são os padres e freiras franceses que se instalaram no Tocantins no século XIX ou a Missão Batista entre os indígenas a partir de 1936.

33 Em todos os momentos em que a referência é o norte goiano, os dados, sobretudo, os educacionais, segundo o IBGE comparando os anos 1940, com 2000 (IBGE, 2000) o Brasil apresentava taxas de analfabetismo para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, que comparadas, oscilavam entre 34,1% para o Rio de Janeiro e 80,5% para o Estado do Tocantins. No Censo Demográfico IBGE (2010), constata-se uma população de jovens entre 10 a 14 anos de 73. 785 habitantes e entre 15 a 19 anos, 70. 724 habitantes, em números absolutos.

sexo masculino e sete ao sexo feminino. Trata-se de um panorama que revelava, numa média de 40 anos (de 1837 a 1886), a criação de apenas 13 escolas, aumentando-se o raio de atendimento para oito (8) localidades. Em relação à escola para o sexo feminino, é possível observar o aumento de uma para sete (7) escolas em 1886. Todavia, esse número era bastante reduzido para uma região tão ampla. (Dourado, 2013, p.18).

Segundo Dourado (2013) as escolas públicas para os meninos eram prioritárias, em detrimento às escolas para as meninas e somente

seriam abertas escolas femininas nos lugares onde houvesse escolas de 2º grau para meninos. Com essa prerrogativa, a abertura de escolas para meninas estava na estreita dependência da ampliação das escolas masculinas, o que colocava em evidência a real distinção no tratamento da questão institucional para o sexo feminino. Nesse contexto, pode-se evidenciar que cada escola era provida por professores do mesmo sexo dos alunos e as inspetorias³⁴ eram exercidas por pessoas do sexo masculino. (Dourado, 2013, p.19).

Na região norte da província, embora já fosse previsto por meio do Regulamento provincial no ano de 1884, escolas mistas, mesmo assim, não existia essa modalidade de organização de ensino. Os estudos de Dourado (2012) indicam que com reforma da educação primária, em 1930, o grupo escolar passou a ser modelo de escola adotado no Estado de Goiás e à institucionalização dos grupos escolares no norte Goiano (hoje Tocantins), se dá pela Lei Estadual nº 694, do ano de 1921 e a instalação dos grupos escolares se dá somente em 1934. “O primeiro no município de Natividade (Dec. nº 4.042/1934) e, ano de 1935, os Grupos Escolares de Porto Nacional (Dec. nº 175/1935; de Arraias, de Tocantinópolis e de Taguatinga sob o (Dec. nº 14/1935)”. (Dourado, 2013, p.53). É somente a partir de 1945, que outros grupos escolares são criados. Pois “enquanto o estado de Goiás apresentava um total de 74 grupos escolares nesse ano, na região norte do Estado – Tocantins localizava-se dez deste total [...]” (idem). A autora fala também das mulheres no norte goiano, que aparecem segregadas das escolas, seja como professoras ou como alunas.

Observa-se também o papel da mulher índia, que não tinha o direito de receber dinheiro, pois apenas aos homens lhes era permitido. Em desobediência, constata-se que algumas freguesas, davam dinheiro “às escondidas” as mulheres índias, que vendiam produtos. Este dinheiro entre outras coisas era e é, empregado no consumo de aguardente, associado aos produtos minguaos que eram colocados nas portas das casas.

Nos escritos de Paternostro (1945) as elites econômicas e políticas ignoraram a realidade de “quem habita o nosso grande espaço continental, o sertanejo³⁵. Pária da civilização brasileira, aclimatizado e marcado por grande docilidade de caráter, estaria em outra fase cultural se houvessemos tido outra orientação administrativa”. (p. 21-22).

34 Os cargos de inspetores de ensino, segundo Dourado (2015) eram ocupados pelos homens, eram os coronéis, vereadores da cidade, que chegavam a permanecer no referido cargo, por décadas. (Informação Verbal - 25/03/2015).

35 Fernandes (1960) da obra de Paternostro (1945), diz que “De acordo com as ocupações, pode-se distinguir vários tipos de sertanejo: há os seringueiros, os vaqueiros, os remeiros, os carregadores, os apanhadores de castanhas, os tropeiros...”. Os pilotos são a parte, estão numa posição especial na hierarquia dos assalariados ou alugados, já que recebem altos salários, decidem sobre a saída da viagem, podem transportar sem cobrar, quem bem entenderem amigo, ou amásia. (p. 136).

Condutas disseminadas por uma cultura tradicional compõem as múltiplas determinações desse espaço do país explorado e, por vezes como se fosse esquecido. A dimensão material, analfabeta, heterogênea, onde o sagrado domina o secular, na economia de subsistência para os nativos e de exploração, para os proprietários de terras. O explorador abre o caminho do sertão, para espoliar as riquezas e as levam embora. Mas no sertão também tem o explorador fazendeiro, latifundiário, que explora o trabalhador local, e, ai permaneceu.

Esta digressão histórica demonstra que, sobretudo, os rincões mais distantes, seja povos do campo, das águas ou das florestas, a estrutura erguida pelo Estado, não mudou para melhor a vida das pessoas simples. De imediato, as diferenças são sentidas pelas perdas.

O Estado, neste novo desenho, legitima a propriedade privada da terra e normatiza as relações sociais numa sociedade dividida em privilégios, benesses, trabalho e exclusão para a maioria. Assim “o Estado e a iniciativa privada se fundem quando se trata de ganhos e lucros”. Silva (2013, p.127). Nessa simbiose, o autor diz que: “o foco deveria ser nas pessoas, mas as formas impostas pelo capitalismo [...], de que é preciso urgência, de que os grandes empreendimentos são sinônimo de progresso, de que o presente é o que realmente é importante [...]”. (idem). Ignora-se a história e os lucros se sobrepõem.

As diferenças de pronto são sentidas, para os que migram e se instalam no Estado, em Palmas, seja pela oportunidade de negócios, montando em sua maioria, comércio de serviços, seja para os que, sem opções, em outros lugares do país, lhes é destinado um lugar, fora do Plano diretor da capital, os bairros de trabalhadores, daqueles que não têm terra, nem estudo e nem os meios de produção.

A capital do Estado foi instalada em 1988, inicialmente tendo Miracema do Tocantins como sede do governo, logo atraiu a busca de terras para a expansão do agronegócio, criação do gado de corte, a cultura do abacaxi e, atualmente em franca expansão, da soja e toda forma de exploração e degradação do ambiente.

1.4. DAS DISPUTAS À CRIAÇÃO DO ESTADO DE TOCANTINS: O PODER DE MANDO E O AUTORITARISMO DAS FORÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS

Nesta viagem que fizemos, percorrendo a extensão territorial do Tocantins, pode-se perceber, na dinâmica própria do seu tempo, as múltiplas determinações econômicas, sociais e políticas, relações que necessitam ser analisadas na sua complexidade e nos seus contrários. Nessa sociedade do capital, sobressaem às lutas de classes e os embates entre o explorador e explorado, sob o modo de produção econômica. Agora, busca-se desvelar os projetos de autonomia regional nos anos 1950 e 1980 do século XX.

Inicialmente, faz-se necessário registrar a personificação de José Wilson Siqueira Campos³⁶, na criação do Estado do Tocantins. Natural do Crato – Ceará, nascido em 1º de agosto de 1928, no sertão cearense, filho de Pacífico Siqueira Campos - que tinha a profissão de seleiro e sapateiro e de dona Regina Siqueira Campos. Ficou órfão de mãe aos 12 anos, falecida em trabalho de parto. Siqueira Campos andou pelo país por quase 10 anos, em busca de oportunidades, chegando a passar parte da adolescência nas ruas.

36 Conferir no Capítulo 2 – Governador do Estado do Tocantins, em quatro mandatos no executivo estadual.

As contradições sobre a origem de José Wilson Siqueira Campos foram registradas em um livro de autor de mesmo sobrenome Campos (2005) que argumenta que Siqueira Campos não nasceu em Crato, no Ceará, mas no sertão de Pernambuco, na Serra de Ouricuri. E também não nasceu Siqueira Campos. Segundo o autor, esse sobrenome, surge de uma família que o criou, quando ele foi registrado, já com 17 anos. E, conta que sua história teria se cruzado com o tenente Siqueira Campos, da Coluna Prestes. Campos (2005) diz que eles não são contemporâneos, sendo um do Rio Grande do Sul, enquanto o outro é do sertão de Pernambuco. A origem³⁷ de Siqueira Campos é tão complexa que,

nos arquivos do palácio, naqueles anos, não constavam os documentos dele. A trajetória dele é obscura. O Siqueira Campos que se conhece hoje começa a surgir quando ele está com 37 anos. É uma história muito conturbada. Ele manipula esses elementos sobre sua origem com muita força. Fui com Leocádia Prestes visitar um memorial de Prestes, no Rio Grande do Sul, e vi uma foto dele abraçado a Prestes, porque ele diz que tinha sido seu auxiliar. As pessoas viam aquela fotografia do Siqueira Campos governador do Tocantins e achavam que fosse do tenente da Coluna Prestes. (Campos, 2005).

A história de Siqueira Campos, no norte goiano, inicia em 1963, quando se instala em Colinas de Goiás e começa a trabalhar na área rural, funda a Cooperativa Goiana de Agricultores e deflagra o movimento popular que pedia a criação do Tocantins. Elegeu-se vereador de Colinas de Goiás com maior votação no ano de 1965 e assume a presidência da Câmara, em 1966, seu partido político era a Arena.

Dois anos após ter se instalado em Colinas, elegeu-se vereador. Depois foi eleito deputado federal, por Goiás. 1971 a 1988, dedica-se à bandeira da criação do novo Estado, exercendo mandato na câmara federal, por cinco legislaturas, interrompendo o último mandato com a criação do Estado. Segundo Campos (2005) para entender o Tocantins

e, principalmente Siqueira Campos, é necessário uma grande dose de humor e tolerância. [...]. Siqueira Campos financiava com o dinheiro público escritores medíocres que se dispunham a narrar a epopeia do pau de arara que chegou magro e pobre em Colinas de Goiás há trinta anos e que se tornou gordo e rico no Estado que ajudou a criar. (Campos, 2005, p.161).

A vida de coronel e latifundiário favoreceu o poder de mando político. Siqueira Campos casou-se com Aurenny Siqueira Campos e atribuiu este nome aos bairros pobres, justamente os lugares reservados à população que chegava sem recursos, para que ficassem longe do centro da Capital do Estado. Assim, deu o nome de sua primeira esposa, aos bairros - Aurenny I, II, III e IV, com quem teve cinco filhos, dentre eles, Eduardo Siqueira Campos, político que acompanhou o pai, desempenhando cargos de Prefeito de Palmas, Senador da República, assessorias nos governos, ocupando secretarias e a Assembleia legislativa estadual.

No primeiro mandato, Siqueira Campos (1989-1991)³⁸ distribuiu terras, agiu como coronel latifundiário com características do tipo de domínio patrimonialista, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo “[...] apropria as atividades econômicas de desfrute dos bens, das concessões [...] numa confusão entre o setor público e o setor privado [...]”. (Faoro, 2012, p.823).

37 Observatoriodaimprensa.com.br. (11/10/2005 na edição 350). Acesso em 27 de novembro de 2014.

38 Conferir no Capítulo 2 – Governadores do Tocantins, período de mandato e a forma de eleição.

As formas de atuação política estão expressas no excerto, apontando a prática e a “confusão entre o setor público e o setor privado”.

Nos últimos quinze dias de seu mandato, já derrotado, Siqueira Campos distribui aos amigos o restante de lotes que ainda não estavam nas mãos das empreiteiras, e Palmas tornou-se uma cidade sitiada onde a especulação imobiliária altamente lucrativa está inviabilizando o seu desenvolvimento. Faltando três dias para a entrega definitiva a seu sucessor, fechou os órgãos públicos [...], permitiu que milhares de comodatos fossem emitidos e que negociatas fraudulentas recebessem o carimbo do Banco de Crédito Nacional em pleno sábado e domingo. (Campos, 2005, p.165).

Os escritos de Galdino (1993), bem como os de Campos (2005) apresentam que o Tocantins transformou-se num paraíso para as empreiteiras³⁹. “A construção de Palmas não é apenas um atentado à lógica pelo gasto exorbitante e desnecessário em um país que não consegue sequer propiciar saúde, moradia, educação e alimentar sua população”. (Campos 2005, p.187). Para Campos (2005), a capital do Tocantins – Palmas foi construída por governantes que não tiveram respeito ao interesse público. São inúmeros registros e das mais diversas naturezas inclusive a que se vale de medida provisória

editada, em 1990, pelo então governador Siqueira Campos (antes da promulgação da Constituição estadual ele pôde usar o instrumento que é exclusivo do presidente da república), o hectare de área pública foi vendido para amigos e auxiliares por Cr\$ 1,00, sem licitação, desde que fora da área de Palmas, a capital – o hectare de terra de primeira no Tocantins custa em média Cr\$ 340 mil. (Domingos, 1993, p. 68).

As relações de poder e o processo político em que o Estado controla e administra em prol dos interesses e favorecimento pessoais mostram que as elites ocupam o Estado. A administração política é tratada como assunto pessoal do governante. Sendo assim, percebe-se o exercício de seu poder político como extensão de seu patrimônio pessoal. O poder particular e o privilégio, é o que sobressai.

Eleito governador do Tocantins em 1988, logo após a criação do Estado, Siqueira Campos teve a prerrogativa de indicar os três conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, órgão responsável por aprovar as contas do governo. Também nomeou todos os desembargadores do Tribunal de Justiça e quatro dos sete integrantes do Tribunal Regional Eleitoral. Com uma parte significativa do Judiciário sob seu controle, o apoio de dois terços dos deputados estaduais e de mais de 90% dos prefeitos do Estado, os acordos e trocas políticas para governar se potencializam. Assim, sobressaem as forças oligárquicas materializadas no poder!

Nesta região, avultam as oligarquias políticas e econômicas que ocupam as terras, e disputam entre si o poder de mando, poder regional e local e em defesa de seus interesses, num movimento constante de práticas patrimonialistas.

39 A materialização da relação com as empreiteiras pode ser constatado no Capítulo 4, nos editais das reformas e ampliação das seis unidades escolares do Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

1.5. A CONTINUAÇÃO DO MOVIMENTO DE SEPARAÇÃO DO NORTE AO ANO DE 1988

As ideias e ações de separatismo tornam-se concretas na década de 1980. Outrora o sentimento autonomista das elites nortenses já havia se manifestado. A criação do Estado de Tocantins, nesse período, foi articulada pelos proprietários de terras e oligarquias políticas do Norte Goiano nos anos de 1956-1960 e 1984-1988.

O discurso autonomista ou separatista foi retomado e evocado na imprensa local por políticos e latifundiários e, especialmente, pela reação das elites que detinham o poder político na região. A estrutura política, comandada pelos coronéis, posição da elite regional evidencia o pacto coronelista da oligarquia caiadista com a oligarquia Ayres de Porto Nacional, que se utilizavam do ‘arranjo democrático’. – Nos estudos de Silva (2013) ressalte-se que o referido município, era o que detinha a maior importância da região, seja pelo porto, pelas escolas, ou mesmo, a cultura – ancorados no pragmatismo e no poder pessoal local.

Ainda, a respeito disso, Cavalcante (2003) destaca a fala do médico, jornalista e deputado federal pela região em 7 legislaturas, Francisco Ayres, que se posicionou contrário à divisão do Estado e defendia uma proposta de integração regional com o centro-Sul goiano. A existência dos partidos⁴⁰ movimentava “a imprensa local como instrumento de exercício e disputa de poder entre os coronéis goianos”. (Cavalcante, 2003, p.60).

Em 1945, outro movimento apresentado por Silva (1996) e Silva (2013), liderado pelo aviador brigadeiro Lísyas Rodrigues na defesa da criação do Estado e a bandeira da necessidade de desenvolvimento do norte goiano. O projeto de autonomia do norte foi articulado, em Porto Nacional, no período de 1956 a 1960, formado por algumas lideranças e oligarquias políticas, profissionais liberais e a igreja católica.

Em Porto Nacional, as lutas tomam corpo, constituindo a Carta de Porto Nacional, em prol da separação do norte, além de ações, na Câmara Municipal e nos movimentos de rua⁴¹. Em 1960, foi criada a Casa do Estudante Norte Goiano – Cenog⁴², que se constituiu como uma referência para paragens de estudos e pesquisas, e mobilização dos estudantes que estavam residindo fora do norte goiano. Rodrigues (2010) apresenta que o Cenog passa a publicar o jornal Paralelo 13, “focalizando a criação do estado do Tocantins” (p. 117), instrumento, para divulgar e cobrar a divisão do Estado, bem como denunciar as mazelas da ditadura.

Em 1981, em Brasília, incorporado por alguns como continuidade do Cenog foi constituída uma Comissão de Estudos do Norte Goiano – Conorte⁴³. Segundo os estudos de Cavalcante (2003) a Conorte expressou a conscientização da população norte Goiana sobre suas necessidades e potencial político-econômico, e também divulgou os ideais humanos nortenses através de pesquisas, estudos e debates sobre a região.

40 “[...] é através dos partidos que se realiza a aglutinação de forças; e se realiza também, a sua aplicação em fins mais ou menos visados consciente, deliberada e organizativamente”. (Fernandes, 1980, p. 7).

41 As pessoas saem às ruas capitaneadas por líderes locais, com faixas, em prol da autonomia do Norte.

42 Ponto de apoio do Norte de Goiás, com funcionários concursados pela Universidade Federal de Goiás, no ano de 2000, a estrutura doada a Universidade Federal do Tocantins.

43 Para saber mais sobre o Cenog, Conorte e o Jornal Paralelo 13 explicitados no texto, o livro de: SANTANA Jociléia dos Santos. *O Sonho de uma Geração: o movimento estudantil - Goiás e Tocantins*. Ed. UCG, 2007.

A Conorte, confirma Oliveira (2002) foi um movimento que atuou nas ações políticas concretas no movimento de divisão do Estado,

primeiramente, tratou de elaborar uma análise dos fenômenos nos campos político e econômico da região. Tal análise diagnosticou e denunciou em seguida o dualismo, a fragmentação nacional refletida no ressentimento da população local. O movimento criticava a indiferença da União e das áreas (Centro-sul) ligadas ao mercado nacional e internacional diante do atraso e do isolamento regional. Criticava também a discriminação que sofria a região por parte do governo estadual de Goiás e da União em relação à sua importância econômica; isto é a drenagem dos recursos locais para o estado, através dos impostos e do uso da população local apenas para fins eleitorais. (Oliveira, 2002, p. 28).

Para a autora, o diagnóstico econômico elaborado pela Conorte, em 1985, pode ser encarado como “o primeiro documento voltado para a sistematização dos problemas econômicos do Tocantins, [...] pois o objetivo da Conorte era o de buscar uma política econômica integrada ao desenvolvimento da região e demonstrar a capacidade de autogestão desta”. (Oliveira, 2002, p. 31).

A partir de 1981 até 1988 a atuação da Conorte, na divisão do estado de Goiás foi impulsionada, representando a confluência dos interesses das elites agrárias, latifundiários, políticos, ruralistas, coronéis e os empresários agricultores, que defendiam a divisão do Estado “como instrumento possível de pacificação dos conflitos agrários e regionais”. (Oliveira, 2002, p. 41).

Assim, Cavalcante (2003) diz que Siqueira Campos, em 1983, motivado pelas possibilidades de aprovação do novo Estado, protocolou o Projeto de Lei complementar - PLC nº 1, na Câmara dos Deputados e que recebeu o nº 218 de 1984, no Senado Federal, com as justificativas:

-Autonomia política e administrativa do Norte goiano, com a criação de cargos de governador, vice, três senadores, seis deputados federais e dezoito deputados estaduais, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Secretarias de Estado, órgãos federais e autarquias, instalados em âmbito regional, servindo a todos os habitantes da área, com economia de petróleo, espaço e tempo, e novas oportunidades de empregos públicos federal e estadual.

-Criação de um pólo irradiador de cultura e de progresso com a implantação da capital no Norte Goiano.

-Aplicação de mais recursos federais na região, pelo prazo mínimo de 10 anos, como vinha acontecendo com os Estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Rondônia, além da receita gerada internamente e de programas de incentivos, a fim de se consolidar a infra-estrutura, beneficiando a todos indiscriminadamente.

-Aceleração do processo de desenvolvimento integrado da região que não era menos rica do que Mato Grosso do Sul e nem do que o Estado de Rondônia.

-Aumento da confiança do empresariado nacional, do capitalista e do banqueiro para investir na região, explorando suas riquezas latentes, transformando a matéria-prima, nela abundante, em produtos manufaturados e gerando conse-

quentemente, milhares de empregos também na iniciativa privada. (Cavalcante, 2003, p. 113).

No PLC observa-se os interesses dos empresários, comerciantes, dos banqueiros, bem como a geração de empregos na iniciativa privada. Um outro projeto do senador Benedito Ferreira de 28 de junho de 1985, sob nº PLS 201/1985, foi aprovado pelo plenário das duas casas legislativas. Entretanto recebeu os vetos do Presidente da República José Sarney⁴⁴. Os dois projetos foram contestados sob a alegação de falta de recursos da União, para custear as despesas da criação de uma nova unidade administrativa da federação.

A Assembleia Nacional Constituinte instalada em 01 de fevereiro de 1987, elegeu como presidente o deputado federal Ulisses Guimarães. “Nessa Assembleia, foram criadas [...] comissões e subcomissões temáticas, com o objetivo de discutir e criar uma legislação sobre assuntos específicos que seriam incorporados à Constituição Federal, que seria promulgada ao fim de 18 meses de trabalhos [...]”. (Rodrigues, 2010, p. 113).

A Comissão da Organização do Estado, com o Título de Emendas oferecidas ao substitutivo (Vol. 84) na Emenda 2S0001-9, o deputado federal Siqueira Campos, afirma ser o continuador de Teotônio Segurado na luta pela emancipação do Norte de Goiás. Evoca a data de 9 de março de 1809: com a posse do seu primeiro Ouvidor Geral, Desembargador Joaquim Teotônio Segurado, faz referência à instalação da Comarca do Norte, criada por Dom João VI na então Província de Goiás. A segunda data mencionada foi 15 de setembro de 1821 em que, com a posse do primeiro Presidente Desembargador Joaquim Teotônio Segurado e demais integrantes do Governo Provisório, instalaram a Província do Tocantins.

Para a eleição dos dirigentes do Estado do Tocantins, a Emenda 2S0001-9, dispõe no § 3 – que em caráter de transição, a eleição do governador e do vice-governador realizada em 15 de novembro de 1988, fixou a posse para 12 de janeiro de 1989 e término dos mandatos em 31 de dezembro de 1990.

Por fim, na Constituição Federal de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no Artigo 13, criou o Estado do Tocantins, nos parágrafos primeiro ao sétimo versam sobre o Estado.

É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás, com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. (Constituição Federal, Art. 13, 1988, p.67).

44 As disputas entre as oligarquias regionais podem ser constatadas em 1985, quando Siqueira Campos respondeu ao veto do presidente José Sarney à emancipação do Tocantins com uma greve de fome de quatro dias em Brasília. Rodrigues (2010) observa em seus estudos que esse evento está registrado nas paredes da entrada do Palácio do Araguaia na sede do Governo Estadual em Palmas no Tocantins. Ainda, segundo o autor a obra em azulejo demonstra o ‘sacrifício’ feito pelo então Deputado Federal Siqueira Campos em prol de uma causa histórica.

Em 05 de outubro de 1988, foi criado o Estado do Tocantins, protagonizado por políticos, partidos políticos, empresários, fazendeiros e oligarquias. Também constitui parte dessa realidade a exploração do sertanejo, do indígena, da população afrodescendente, enfim, das mulheres e homens pobres e camponeses que, com a vida simples, tiveram as possibilidades de manifestação reduzidas, sobressaindo às ações e práticas das oligarquias econômicas e empresariais pela divisão do Estado de Goiás. Depreende-se, então, que os menos favorecidos economicamente, carregavam as marcas do isolamento e carências de toda ordem, e, com a nova configuração geopolítica, as condições de vida foram alteradas.

Os casos de desajustamentos e de conflitos observados no sertão, seja na educação, na política e na economia, segundo Fernandes (1960), em sua maior parte ocorreram pela concentração da propriedade privada da terra, pelos privilégios de uns e pela exploração dos trabalhadores, indígenas e camponeses pobres que vendiam sua força de trabalho e pagavam impostos.

Por outro lado, os mais abastados tinham opções traçadas pelos seus interesses, sobretudo, de ganho e benefícios. Nesse processo, atuaram os coronéis por meio de forças que a Folha de São Paulo publicou com *slogam* na capa “criação do Estado do Tocantins leva UDR ao poder”. O jornal expõe as mazelas ruralistas e os conflitos agrários existentes nessa parte do País: “a UDR já tem uma vitrine para exibir ao país seu modelo de administração pública. [...] O 24º e mais pobre Estado da Federação nasce com a marca da União Democrática Ruralista, a mais poderosa organização do território [...] acima do paralelo 13”. (Folha de São Paulo, 27/06/2013).

Além dos donos de terras, também os políticos, empresários, ruralistas e coronéis⁴⁵ estavam em disputa. Uns queriam permanecer no isolamento, a exemplo do deputado federal, pela região em sete legislaturas, Francisco Ayres, que se posicionou contrário à divisão; outros que, de certa forma, defendiam a divisão, se projetavam nas lutas seculares e se materializaram nas forças políticas locais, visualizavam interesses comerciais.

Elucida Fernandes (1960) de que não basta combater a capangagem e a política desastrosa dos coronéis, ou mesmo elevar o salário de fome dos de baixo. Estamos falando de um Brasil rural que esteve sob o domínio das oligarquias rurais e que no movimento de luta para a divisão do estado, esses brasileiros emprestaram sua força de trabalho sob o domínio de poderosos economicamente e politicamente, que se utilizavam do poder de mando para intimidar e submetê-los à exploração.

O primeiro governador José Wilson Siqueira Campos, no ano de 1989 esteve na gestão por quatro mandatos, intitula-se o “pai do povo e criador do Estado de Tocantins”. Os estudos de Faoro (2012) apresentam as características desse governante, personificadas em Siqueira Campos.

O chefe governa o estamento e a máquina que regula as relações sociais, a ela vinculadas. [...] o chefe provê, tutela os interesses particulares, concede benefícios e incentivos, distribui mercês e cargos, dele se espera que faça justiça sem atenção às normas objetivas e impessoais. No soberano concentram-se todas as esperanças de pobres e ricos, porque o Estado reflete o polo condutor da sociedade. [...]. Não se submete o chefe à aristocracia territorial, ao senhor das

45 O coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, [...], notadamente dos senhores de terras. “Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência a nossa estrutura agrária, que fornece base de sustentação das manifestações de poder privado [...]”. (Leal, 1975, p.20). Sobre o poder: KAUTSKY, Karl. *O Caminho do Poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.

terras, à burguesia, governando em nome de uma camada, diretamente sobre a nação. [...] Ele é o pai do povo [...] empreendendo em certas circunstâncias, uma política social de bem estar, para assegurar a adesão das massas. Filho do providencialismo estatal, ele o fortifica, usando dos poderes que a tradição lhe confere. Em casos extremos, será o ditador social, [...] de um suposto socialismo que sacia aspirações, desviando-as e acalmando-as, com algum circo e algum pão. [...]. (Faoro, 2012, p. 827).

Além de que em Faoro (2012) “a minoria governa sempre, em todos os sistemas políticos”. (p.828). A forma de governar dizendo que é para os pobres, mas beneficiando os ricos, na aparência, vestido de soberano bom, com uma carga de autoritarismo que convive com a vestimenta constitucional, que em última análise, a soberania popular não existe, a não ser travestida de que o povo exerce algum tipo de poder. No Tocantins percebe-se a autocracia autoritária estudada por Faoro (2012), “pode operar sem que o povo perceba seu caráter ditatorial, só emergente nos conflitos e nas tensões, quando os órgãos estatais e a carta constitucional cedem ao real, verdadeiro e atuante centro de poder político”. (p.829).

No patrimonialismo em Faoro (2012) percebe-se traços dessa forma de domínio no Tocantins, assumindo diferentes formas, em cada tempo. Na última gestão, em 2011, Siqueira Campos elege-se com 82 anos de idade, prometendo “aperfeiçoar” o programa de desenvolvimento econômico e social que executou em seus três mandatos anteriores.

Ao ser criado o Estado do Tocantins, e já na primeira gestão de Siqueira Campos de 1989 a 1990, se evidencia o *slogam* “*O Estado da livre iniciativa e da justiça social*”, coaduna com os ideais neoliberais, pautado nos princípios fundamentais da lógica de mercado. Campos (2005) diz que com esse *slogam* Siqueira Campos tentava atrair a iniciativa privada para a exploração industrial e comercial no recém-criado Tocantins.

Assim, a história da criação do Estado, população nortense evidencia as carências e farturas desta parte do País, palco de lutas, privilégios e conformidades, sobressaindo os aspectos econômicos e políticos. Na busca pela divisão do Estado de Goiás, emergiram as práticas de autoritarismo e patrimonialismo e reconfigurou o espaço de luta de classes.

CAPÍTULO 2

A GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DE TOCANTINS, 1988 a 2014 - GOVERNOS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Este capítulo apresenta as forças políticas em ação desde a formação do Estado, com o foco nos governadores e secretários de educação do Tocantins, com prioridade às diferenças e continuidades nos seus mandatos, em relação à gestão na educação básica pública.

Propõe como objetivo analisar se as formas de atuação e ação dos governadores e secretários de educação apresentam consonância com os ditames da nova gestão pública com o foco na descentralização do Estado no sistema de ensino público do Tocantins. Para tanto, problematiza-se: como se apresentam as forças econômicas e políticas após 1988, com o foco nos governadores e secretários de Educação do Tocantins, quanto à gestão da educação no Estado? De que maneira se configuram as práticas de continuidade na atuação dos secretários de educação? Como se materializa a lógica gerencialista nas escolas básica públicas? Como se manifesta a presença do Banco Mundial no Tocantins? E como é implementado o Programa Estrada do Conhecimento - PEC em seis escolas públicas do Tocantins?

A construção historiográfica aprofunda o conhecimento sobre as ações em cada gestão, dos governadores e secretários de educação, caracterizando como foi se construindo a história da educação no Estado. No Capítulo I, optou-se pela maior parte da viagem pelo rio Tocantins. Neste período andamos pelo rio e iniciamos a incursão pelo asfalto, fazendo paradas e analisando os períodos para “[...] poder dizer como é a história, devemos saber o que é a história e como ela é possível”. (Kosik, 1976, p.209).

Assim, em cada período serão apresentados os documentos e ações, referentes à gestão dos governadores em ordem de apresentação: Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos (1989 – 1991); Política e Gestão da Educação no Governo de Moisés Avelino (1991 a 1995); Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos (1995 a 2003); Política e Gestão da Educação no Governo Marcelo Miranda (2003 a 2009); Carlos Henrique Amorim (2009 a 2010), Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos (2011 a 2014) e Sandoval Cardoso (abril/2014 a 01/01/2015). “A realidade, em certo sentido, não existe a não ser como conjunto de fatos, como totalidade hierarquizada e articulada de fatos”. (Kosik, 1976, p.45). Assim, se estuda as ações dos secretários de educação em cada governo. Entre os autores que nos permitirão esta viagem estão: Fausto (2014), Fernandes (1966; 1980), Fonseca (2013; 2014) e Silva (1999; 2002).

2.1. O POLÍTICO E HISTÓRICO NACIONAL NA LÓGICA GERENCIALISTA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O Estado de Tocantins integra o contexto político nacional de candidatura estaduais e eleição de Fernando Collor de Mello à Presidente do Brasil. O Presidente Collor de Mello, ao tomar posse em 1990, implantou um plano econômico austero com a volta do Cruzeiro como moeda nacional; congelamento de preços, bloqueio de dinheiro de correntistas nos bancos, aumento de impostos e cortes de despesas públicas.

O objetivo do Plano Collor era conter a inflação e dá curso com “medidas para modernizar o país, iniciando a privatização de empresas estatais, a maior abertura ao comércio exterior, a redução do número de funcionários públicos, feita sem nenhum critério qualitativo”. (Fausto, 2014, p. 291). Medidas que não tiveram sucesso, causando profunda recessão, desemprego e insatisfação popular.

Assume a presidência da República, Itamar Franco, procura conter a inflação, e nomeia como Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que lança o Plano Real em 28 de fevereiro de 1994. A nova moeda, o real, em substituição à vigente, o cruzeiro real. O Ministro Fernando Henrique implementou as primeiras medidas de um plano de estabilização econômica, com o aporte do Fundo Monetário Internacional – FMI e aproximou-se dos preceitos neoliberais no marco de transformações geopolíticas internacionais. A candidatura e eleição à Presidência da República em novembro de 1994, estiveram atreladas a implantação da nova moeda. Para a educação Fonseca (2013) diz que: “no campo educacional, o ministério conclamou a participação da comunidade educativa em torno do Acordo Nacional de Educação, que se configurava como uma ação consensual para a melhoria da educação brasileira”. (Fonseca, 2013, p. 93).

Eleito presidente Fernando Henrique Cardoso governou por dois mandatos (1995-1998/1999-2002). Os programas de governo “Brasil em Ação”, no primeiro mandato, e, no segundo, “Avança Brasil”, primaram pela reforma do Estado na lógica do *Estado mínimo* que “significa o Estado máximo a serviço dos interesses do capital”. (Frigotto, 1999, p. 163). A cultura gerencial empreendida no serviço público, com destaque para as parcerias Público Privadas - PPPs, com foco em resultados, foi a tônica dos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sob o corolário do Estado mínimo, os mecanismos de apologias à esfera privada, descentralização, flexibilização, aparatos de racionalização, eficiência e eficácia são os mais frequentes. “Na prática, a descentralização e flexibilização tem se constituído em processos antidemocráticos de delegação de empresas (públicas ou privadas) [...]”. (Frigotto, 1999, p. 164) para oferta de serviços públicos.

Na educação básica pública, essa lógica de descentralização e privatização foi evidenciada, sobretudo nos documentos legais que são aprovados com a ingerência do Poder Executivo. As mudanças na legislação acontecem desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996. Na Lei 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação - PNE e nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs, este último apesar de não ter caráter de obrigatoriedade, muito contribuiu para o acirramento desse processo, visto que as orientações dos organismos financeiros internacionais foram, ao longo dos anos, sendo seguidos pelos governantes.

Nesse contexto, a reforma do Estado brasileiro (1995) se apresentava como nova gestão pública⁴⁶, derivada como uma face do gerencialismo, como preferem alguns autores, ou, uma variação do gerencialismo, que tem o mesmo fim, ou seja, se traduz em diminuição dos serviços públicos para a população, privatização de empresas estatais, criação das agências regulatórias e mudança da legislação que rege o funcionalismo público, reformas: tributária, previdenciária e trabalhista.

Nesse cenário, a partir de 1995, o Banco Mundial encontrou no Brasil o terreno profícuo para implantar o seu projeto para a educação básica, passando de emprestador de dinheiro a formulador de políticas para o País. Os novos valores estavam ligados à gestão, à avaliação, à eficiência, e à ajuda do setor privado posta como imprescindível no oferecimento dos serviços educacionais, sendo o mercado o seu regulador. A nova ordem fez com que termos como autonomia, descentralização, avaliação, desempenho, qualidade e produtividade sob a lógica neoliberal fossem absorvidas como parte da educação que necessita ser gerenciada.

Notadamente, a continuidade se dá no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) com a intensificação de reformas nas áreas econômica, social e política. A reforma educacional foi um dos componentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial, bem como do processo de reforma e modernização do Estado brasileiro.

Para Fausto (2014), nos últimos 30 anos vivemos uma grande transformação em que ainda estão em curso a internacionalização do processo produtivo. A revolução tecnológica superou em muito a revolução industrial. Houve a constituição de blocos econômicos entre os países, visando fortalecimento dos interesses e o Brasil não ficou imune, pelo contrário. A “escravidão, o clientelismo, a exclusão social das camadas mais pobres” (Fausto, 2014, p.308) ainda estão presentes em nossa sociedade. Mas a sociedade civil tem dado passos significativos com “os movimentos em favor de [...] gêneros, dos direitos indígenas, contra a discriminação racial, pela preservação da natureza, [...]”. (idem, p. 309). Esses movimentos podem ser considerados os avanços na área social. A própria democracia está agora “associada a um bem maior dos cidadãos e a perspectiva de um futuro melhor”. (idem, p.310).

Os debates apresentados em torno da gestão gerencial caracterizam-na pela “busca da eficiência, redução e controle dos gastos públicos, [...] melhor qualidade dos serviços públicos, pelos modelos de avaliação de desempenho, por novas formas de controlar o orçamento e os serviços públicos e pela descentralização administrativa, que dá maior autonomia [...]”. (Castro, 2008, p.391). A autora apresenta as constatações presentes na Declaração de Quito (1991) e de Santiago (1993), articuladas com o movimento geral da reforma das administrações burocráticas. Castro (2008) diz que para fazer frente aos novos desafios da reestruturação produtiva, da equidade social, e, da democratização da política o projeto é a criação de um novo estágio de desenvolvimento educativo.

46 A nova gestão pública (NGP) é tratada em um dossiê na revista *Educação e Sociedade*, como “Estado gerencial voltado para o controle dos resultados e com certo nível de descentralização que chegasse até ao cidadão”. O Editorial apresenta, o desafio para garantir e ampliar a governança do Estado brasileiro mediante um ajuste fiscal duradouro, reformas econômicas orientadas para o mercado e a inovação dos instrumentos de política social. No documento ficou evidenciada a relação entre o ajuste fiscal e a implementação de políticas públicas, pois, mediante a privatização e a transferência de alguns serviços públicos estatais para o setor público não-estatal, o Estado poderia reduzir o seu papel de executor ou prestador direto de serviços, passando a assumir apenas o papel de regulador e coordenador político. (Vol.36, nº132, 2015, p. 589). Desse dossiê, destaca-se: Oliveira (2015, pp.625-646).

No campo da gestão educacional, fica evidenciado que é necessário produzir uma transformação profunda na gestão educativa tradicional, que permita articular, efetivamente, a educação com as demandas econômicas, sociais, políticas e culturais, rompendo com o isolamento das ações educativas.

Nesse contexto, assinala-se a necessidade de impulsionar o processo de descentralização, de regionalização e de desconcentração; de desenhar ágeis mecanismos de avaliação de resultados, programas eficazes de compensação educativa, programas de emergência; de desenhar sistemas de informação e investigação para a tomada de decisão, como fórmulas destinadas a aumentar a capacidade de gestão. (Castro, 2008, p. 393).

A preocupação com a melhoria da capacidade de gestão traça-se, entre outras diretrizes:

a criação pelo Estado de condições para que as escolas cheguem a um nível adequado de autonomia; b) a garantia da atualização permanente de diretores, [...] c) o desenvolvimento de mecanismos que facilitem a gestão participativa das famílias e o fortalecimento da escola; e d) a otimização do tempo e do horário letivo efetivo para melhorar as oportunidades de aprendizagem. (Castro, 2008, p. 397).

As variáveis do modelo gerencial, elaborado por Paula (2005), identifica aspectos da administração pública do gerencialismo, apresentado no quadro 5.

Quadro 5 - Administração Pública Gerencial.

Origem	Movimento internacional pela reforma do Estado, que se iniciou nos anos 1980 e se baseia principalmente nos modelos inglês e estadunidense.
Projeto político	Enfatiza a eficiência administrativa e se baseia no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.
Dimensões estruturais enfatizadas na gestão	Dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa.
Organização administrativa do aparelho do Estado	Separação entre as atividades exclusivas e não-exclusivas do Estado nos três níveis governamentais.
Abertura das instituições políticas à participação social	Participativo no nível do discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular.
Abordagem de gestão	Gerencialismo: enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.

Fonte: Paula (2005, p.41).

Para Castro (2008) e Araújo e Castro (2011) o delineamento da nova gestão da educação e o gerencialismo foram traçados, sobretudo, pelos organismos internacionais, por meio das conferências voltadas para educação que ao longo do tempo, vieram se reformulando tanto na escola, quanto na empresa. A cada dia, as práticas, e os termos foram se aperfeiçoando, da ini-

ciativa privada, calcada na eficiência, eficácia, autonomia e capacidade geral de buscar recursos adicionais, sendo introduzidos na gestão da escola. O que está em evidência é a desconcentração do Estado com a educação e o comprometimento da sociedade civil, com a qualidade da educação.

Confirma-se assim, esse novo modelo de administração pública que passa a fazer parte da agenda política com as propostas de reformas do Estado. A “descentralização, privatização e gestão educativa gerencial por meio da superação do modelo burocrático e desregulamentação se fizeram presentes nesse novo paradigma administrativo que, em maior ou menor escala, foram sendo implementadas como políticas públicas no país”. (Araújo e Castro, 2011, p.102-103). Mesmo que a gestão se apresente na escola com outras nomenclaturas que seriam atribuídas a um modelo de gestão progressista, na prática, observa-se os atributos da lógica da empresa.

Para entender a história da educação pública do Estado do Tocantins, selecionamos também as Leis Nacionais, Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), e leis e documentos basilares do Estado, da Constituição Estadual do Tocantins (05/10/1989) e o Plano Estadual de Educação, (2006-2015).

2.1.1. GOVERNADORES E SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS - POLÍTICA E GESTÃO

A Constituição Federal de 1988 traz, em seus antecedentes, os anseios da população brasileira, e “refletiu o avanço ocorrido no país na área de extensão dos direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e, às chamadas minorias, ai se incluindo os índios. [...]”. (Fausto, 2014, p. 289). A superação para Fernandes (1991) seria não nos submetemos às fórmulas que foram absorvidas pelos militares na ânsia de criar a ‘pátria grande’, pois “ao tentar criar a ‘pátria grande’, eles quebraram toda a louça do armário”. (p.60).

Segundo Fausto (2014) a transição brasileira do regime autoritário para o democrático, teria de ter enfrentado naquele momento atacando: “a desigualdade de oportunidades, a ausência de instituições do Estado confiável e aberto aos cidadãos, a corrupção, o clientelismo”. (p. 290). Para ele, os males arraigados no Brasil não nasceram com o regime ditatorial, mas que poderiam ter dado início a esse enfrentamento.

A criação do Estado do Tocantins em 1988, resulta de um processo contraditório de práticas, conflitos e tensões que se apresenta com práticas patrimonialistas, autoritárias e populistas, construídas em acordos e negócios com as elites políticas, usineiros, empresários, latifundiários e de parte de trabalhadores. Nessas circunstâncias, propomos apresentar algumas ações dos governadores e secretários de Educação do Tocantins, com vista a entender os rumos da educação básica pública, a partir da política, dos partidos, as forças conservadoras e da população que se constituíram nesse Estado. Assim “o processo histórico mostra que as políticas para a educação pública são externadas em função dos interesses econômicos e políticos, nos quais, o país se subordina e, portanto, são, antes, de natureza econômica e política por sua própria natureza”. (Silva, 1999, p. 242).

O quadro dos governadores reafirma as forças políticas conservadoras que estiveram no poder, logo após a criação do estado. Os estudos de Rodrigues (2010) evidenciam que o poder

da União Democrática Ruralista - UDR, sob a orientação de Ronaldo Caiado⁴⁷, esteve na implantação de diversos sindicatos patronais rurais no norte goiano e que também esteve no pleito eleitoral de 1988, independente de quem vencesse a eleição.

A história do Tocantins, marcada por conflitos, contradições, relações sociais e capitalistas. Observa-se que as forças políticas conservadoras se revezaram no poder desde 1989, em número de três governadores eleitos, que ocuparam o Poder Executivo Estadual, com a predominância de dois partidos políticos.

O quadro 6, mostra os governadores no Estado do Tocantins, o período de mandato e o partido de 1988 a 2016, bem com a forma de eleição.

Quadro 6 - Governadores do Tocantins, período de mandato e a forma de eleição.

GOVERNADORES DO ESTADO DO TOCANTINS	PERÍODO – PARTIDO (S)	FORMA DE ELEIÇÃO
José Wilson Siqueira Campos (UT) ⁴⁸	(01/01/1989-15/03/1991) - PFL (01/01/1995-01/01/1999) - PFL (01/01/1999-01/01/2003) - PFL (01/01/2011-05/04/2014) - PSDB	Governador eleito
Moisés Nogueira Avelino	(15/03/1991-01/01/1995) - PMDB	Governador eleito
Marcelo de Carvalho Miranda ⁴⁹	(01/01/2003-01/01/2007) - PFL/PMDB (01/01/2007-08/09/2009) - PMDB	Governador eleito Reeleito e cassado
Carlos Henrique Amorim ⁵⁰	(09/09/2009-08/10/2009) - PMDB (08/10/2009-dez/2010) - PMDB	Assumiu a vacância, Governador eleito indiretamente (pela Assembleia Legislativa)
Sandoval Cardoso	(14/05/2014-01/01/2015) - SDD	Governador eleito indiretamente (pela Assembleia Legislativa, era o presidente da Assembleia)
Marcelo de Carvalho Miranda	(01/01/2015-01/01/2018) - PMDB	Governador eleito – 1º turno (51,30 % votos)

Fonte: <http://portal.to.gov.br/criacaoestadodotocantins>.1988. Rodrigues (2010); Jornal do Tocantins 07/10/2014 - Nº 6261. Organização: Souza, N. N., 2014.

O quadro 7 apresenta os Secretários de Educação no Tocantins desde 1989, observando as principais ações dos gestores que ocuparam o cargo de Secretários de Educação⁵¹, nos Planos e Programas de Educação, e, os respectivos governadores no período.

47 Deputado Federal pelo Estado de Goiás (DEM), fundador da União Democrática Ruralista (UDR). Ronaldo Caiado é herdeiro de uma longa tradição de políticos de Goiás, para aprofundar sobre o tema ler: CHAUL, Nasr Fayad (Org.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos de famílias*. Goiânia: UFG, 1998.

48 União do Tocantins - UT - sigla utilizada para abrigar o PFL, PSDB, PPR, e PPS, partidos da direita conservadora, aliás, como todos os partidos que governaram o Estado até o ano de 2014 e que continuará até 2018.

49 O governador Marcelo Miranda (PMDB) e seu vice, Paulo Sidnei Antunes (PPS), foram cassados por prática de abuso do poder político. O Recurso contra expedição do diploma do governador do Tocantins nº 698 e do seu vice foi feito no TSE em 02/02/2007, por Siqueira Campos, ex-governador do Estado e segundo colocado para o cargo de governador em 2006.

50 Com histórico de corrupção, candidatou-se ao pleito seguinte, e, perdeu a eleição para Siqueira Campos.

51 Neste item são apresentados Secretários de Educação do Estado do Tocantins, porém observou-se que em alguns períodos, por exemplo, assumiu a Secretaria pelo período de (2) dias, a opção foi por não compor o quadro.

Quadro 7 - Secretários de Educação do Estado do Tocantins, governos e ações: 1989 - 2015.

SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS	GOVERNOS	AÇÕES
Leomar de Melo Quintanilha ⁵² (05/01/1989 a 02/01/1990) Wadia C. de Oliveira (03/01/1990 a 24/11/1990) Cicinato M. da Silva (25/11/1990-14/03/1991)	Siqueira Campos	Criação das Delegacias Regionais; Polos educacionais; Censo educacional; Constituição Estadual do Tocantins, aprovada em 05 de outubro de 1989; Lei nº 1038, de 22/12/ 1998; SINTET.
Ruy Rodrigues da Silva (15/03/1991 a 04/04/1994) Iládio Teixeira Álvares Júnior (05/04/1994 a 31/12/1994)	Moisés Avelino	Implantação do planejamento participativo; Criação de Associação de Pais e Mestres; Aprovação do Estatuto do Magistério (Lei nº 351/92).
Nilmar Gavino Ruiz (01/01/1995 a 31/12/1998) Humberto Luis Falcão (01/01/1999 a 08/08/1999) Lívio William Reis de Carvalho (09/08/1999 a 10/08/1999)	Siqueira Campos	1997 - Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada - PEAGC.
Maria Auxiliadora Seabra Rezende (Dorinha) (02/06/2000 a 31/12/2002)	Siqueira Campos	2002- Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada – PECGC;
Maria Auxiliadora Seabra Rezende (01/01/2003 a 31/12/2006) (01/01/2007 a 15/08/2008) (16/08/2008 a 09/09/2009)	Marcelo Miranda	Planejamento Estratégico da Secretaria – PES/2003; Lei nº1.859/06/12/2007; Plano Estadual de Educação (2006-2015).
Leomar de Melo Quintanilha (10/09/2009 a 30/03/2010) Suzana Salazar de F. Morais (31/03/2010 a dez/2010)	Carlos Henrique Gaguim	
Danilo de Melo Souza (01/01/2011 a 01/01/2014)	Siqueira Campos	Programa Estrada do Conhecimento – PEC SALTO/2011 – Sistema de Avaliação do Estado do Tocantins.
Adriana Costa Aguiar (01/01/2014 a 01/01/2015)	Siqueira Campos Sandoval Cardoso	

Fonte: [www.seduc.to.gov.br/Conselho Estadual de Educação - CEE. \(2014\)](http://www.seduc.to.gov.br/Conselho%20Estadual%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20CEE.%20(2014).). Organização: Souza, N. N. (2014).

Com essas inquietações, observa-se que no Estado de Tocantins o capitalismo se apresenta nas práticas patrimonialistas e coronelistas, sobretudo, no recorte que realizamos no capítulo 1. A partir de Faoro (2012) “o bom príncipe, o pai do povo, guarda, na sua prudência de generalizar a aparência do poder, sem abrir nenhum canal de participação [...]” (p.827) com o povo. No trato do que público e privado, uma vez no poder tratar o que é público como propriedade privada,

52 O primeiro Secretário de Educação Leomar de Melo Quintanilha, o registro é de que à época era bancário e pecuarista, não possuindo ligação com a educação. Constata-se ainda, que no governo de Carlos Henrique Gaguim, ele assume novamente a pasta da Educação.

como coisa sua, e, as práticas autoritárias utilizadas e justificadas, na manutenção do equilíbrio, *da ordem*, do Estado.

Busca-se também demonstrar que os traços e as práticas patrimonialistas no Estado burguês, vivenciadas pelo poder executivo estadual, sobretudo, em algumas gestões, dão lugar ao autoritarismo e ao político, ou como que combinadas. Assim, também a luta por direitos “começa nas práticas políticas – não termina nelas”. (Fernandes, 1960, p.94).

O Estado como produto da sociedade civil formou-se carregado de contradições e antagonismos. Nessa lógica, as classes com interesses econômicos opostos, a fim de não destruir a si e a sociedade, impõem-se à necessidade de um poder que, “colocado em aparência acima da sociedade, deve dissipar o conflito, mantendo-os no limite da ‘ordem’”. “Esse poder, nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela e se lhe torna cada vez mais estranho, é o Estado”. (Fernandes, 1979, p.12).

O autor argumenta que essas razões nos forçam a ir ao político e a perceber como a sociedade de classes é irrigada por relações autoritárias, em todos os seus níveis de organização, funcionamento e transformação. Exposto assim, o poder econômico ao nível de produção e expropriação dos trabalhadores e do poder político, ao nível da dominação das elites e da máquina estatal.

Na sociedade capitalista há toda uma rede de relações autoritárias, já desvendadas por Marx (1979), Mandel (1990), Luxemburgo (1985) que são incorporadas as instituições tomando forma ao exacerbar-se na necessidade de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras de bens e dominantes.

Para tratar das práticas de autoritarismo, nos ancoramos em Fernandes (1979) que afirma o autoritarismo tem de pior “é uma espécie de perversão lógica, pois está vinculado ao ataque liberal aos ‘abusos de poder’ do Estado. (p. 03). O componente autoritário é oscilante, as relações autoritárias ganham saliência e a democracia se conforma como privilégio das elites que estão no poder. **É com esses elementos que analisaremos os governos de Siqueira Campos (1ª, 2ª, 3ª e 4ª gestão), Moisés Avelino (1ª gestão), bem como o Governo de Marcelo Miranda (1ª e 2ª gestão).**

2.2. POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS – 1989 – 1991 E PRÁTICAS DESSA GESTÃO

Neste item, tomou-se os seguintes documentos: a Constituição Estadual do Tocantins, aprovada em 05 de outubro de 1989 (Título XIV – Da Educação: artigos 123 ao 136); à luz da LDB 9394/96, a Lei nº 1038, de 22 de dezembro de 1998 e a luta dos docentes, nos apontamentos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins – SINTET, no primeiro⁵³ governo do Estado do Tocantins.

53 Siqueira Campos, nos primeiros anos à frente do Estado (1989-1991) fez também o uso do *slogan*: “Tocantins: 20 anos em 2”, uma referência à promover em dois anos um desenvolvimento acelerado, que faria o Tocantins avançar duas décadas à frente, como que uma alusão a J.K., na construção de Brasília.

No quadro 7 observa-se que nos dois primeiros anos de governo (1º mandato-1989/1991⁵⁴) se intercalaram três secretários de educação que se ativeram essencialmente à criação das delegacias regionais, bem como os polos educacionais e o Censo Educacional. Essas ações revelaram a dimensão da realidade do Estado, que ao ser criado, tinha 60 municípios e, em 2014, totaliza 139 municípios. Dados do IBGE (1991) demonstram que na criação do Estado havia uma população de 968.863 habitantes, desses 40% tinha entre 7 e 15 anos, eram aproximadamente 500.000 crianças em idade escolar, com um déficit educacional de 200.000 vagas. Frequentavam a escola de primeiro grau, 53.238 alunos, e no ensino do então 2º grau, eram 15.097 matrículas.

Diante dessa constatação, a Lei 1038/1998 que dispunha sobre o Sistema Estadual de Educação, em seu Artigo 37, estabelece: “As instituições que integram o Sistema Estadual de Educação obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participem os segmentos da instituição, da localidade e da região”. Percebe-se o que foi denominado de princípio da gestão democrática na primeira lei da educação e os marcos da responsabilidade da comunidade.

Considerando ainda, a Lei 1038/1998, no seu Capítulo II, - Das Competências da Secretaria da Educação e Cultura, observa-se: “IV - manter intercâmbio com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras, a fim de obter cooperação técnica e financeira para a modernização e expansão da educação”. No que se refere às competências da Secretaria, o que está posto, nesta lei, para a “modernização e expansão”, são acordos com organismos internacionais. O que se denota nesse texto é que a educação no Tocantins, nos termos legais, adota a simbiose entre organismos internacionais e Secretaria de Educação – Seduc, presentes nos primeiros documentos oficiais produzidos no novo Estado.

Para caracterizar a política e gestão desse governo, percorreu-se a história vivida pelos professores organizados no Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins – Sintet, que se constitui em 1989, pois até o ano de 1988, os trabalhadores em educação se organizavam no Centro de Professores de Goiás - CPG. A luta dos professores protagoniza, nas primeiras gestões estaduais, a história do Tocantins e da educação pública, entrelaçadas com o movimento docente. Corroboram Fernandes (1980), quando expressa que o movimento sindical demonstra, na prática, resistência e desobediência civil contra as práticas autoritárias e as imposições políticas.

Em janeiro de 1989, o Sintet teve a primeira audiência com o então Secretário de Educação, Leomar Quintanilha, e são apresentadas as reivindicações, das quais selecionamos aqui duas pautas: o Estatuto do Magistério e Eleições diretas para diretores nas escolas. “Apesar do fato de nossas gerações terem sofrido do capitalismo uma lavagem cerebral para acreditar que a vida é o que o dinheiro pode comprar, há mais nesse movimento do que pedidos de aumento de salário”. (Hobsbawm, 1984, p.379).

Em fevereiro de 1989, um mês depois, em audiência com governador Siqueira Campos, o Sindicato obteve o compromisso de atendimento de quase todas às reivindicações, exceto as eleições diretas para diretores das escolas. O Governador José Wilson Siqueira Campos manifestou dizendo que ele tinha o dever de político que era prometer, e, os docentes de acreditarem, se

54 Por força de lei, o primeiro governador foi eleito para permanecer no cargo, por (2) anos, com vista a acompanhar os pleitos estaduais do País.

quisessem⁵⁵. Caracteriza-se assim, o autoritarismo, que no dizer de Fernandes (1979) as relações autoritárias e de autoritarismo são típicas do capitalismo, residindo no Estado o “locus exclusivo ou principal da relação autoritária”. (p. 12). Não sendo o Estado uma instituição autônoma e que se explique por si mesma, pois é produto da sociedade, de acordo com Lenin (2007) “o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes”. (p. 25).

Assim, os marcos da luta estavam direcionados, e o Sintet, em dois anos de governo Siqueira Campos, protagonizou duas greves. Muito cedo, os trabalhadores em educação do Estado do Tocantins perceberam que “as greves fazem-nos ver que somente unidos podemos enfrentar e lutar contra os capitalistas; as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda classe e contra o governo autocrático e policial. [...]”. (Lenin, 1979, p.17). Era o sentimento dos professores, de um governo autoritário, que os movia, quando protagonizam a primeira greve em 1989, conseguindo também, a data de elaboração do Estatuto do Magistério.

A segunda greve ocorreu em 1990, em virtude de o governo ter enviado à Assembleia Legislativa uma medida provisória que criava o Regime Jurídico Único do serviço público estadual, sem discussão com os trabalhadores. Apesar da retirada da medida provisória e a promessa do governo de um novo plano com a participação dos servidores estaduais, o governo reenvia para a Assembleia Legislativa medida provisória contendo o Regime Jurídico Único, sem discussão com os profissionais da educação, para ser aprovado em caráter de “urgência urgentíssima”. A medida foi aprovada, transformando-se na Lei nº 255/1990, que regulava o Estatuto do Servidor Público do Estado.

O primeiro mandato do governador concretiza-se no ano de 1990 e Siqueira Campos não conseguiu eleger o seu sucessor. Moisés Avelino (1991 a 1994) se elege com promessa de democracia, acompanhando o movimento nacional de abertura democrática, sob uma conjuntura nacional de combate à corrupção e abertura econômica: desnacionalização, privatização, desestatização e promessas de vantagens das Parcerias - Público - Privadas – PPP⁵⁶.

2.3. POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE MOISÉS AVELINO - 1991 A 1995

A campanha eleitoral do governo do Estado para o pleito de 1991 a 1995 foi polarizada pelas chapas: União do Tocantins - UT e Movimento de Salvação do Tocantins - MST⁵⁷. Os partidos apresentavam a educação pública como prioridade em seus discursos e planos de governo. Neste período, a gestão do governo de Moisés Avelino - indicou Ruy Rodrigues na secretaria de educação, apresentado no quadro 7.

Nessa gestão,⁵⁸ acontece a implantação do planejamento participativo, a criação de Associação de Pais e Mestres, o Conselho Estadual de Educação e a luta dos docentes. Merece

55 Segundo o SINTET essa fala do governador: “evidenciou o que seria sua prática política de demagogia e desrespeito com a categoria”. www.sintet.org.br. Acesso em: 05 de setembro de 2014.

56 Observa-se que desde a constituição do Estado, as Parceria Público Privadas – PPPs estavam presentes acompanhando o movimento nacional e internacional - uma das condicionantes do Banco Mundial, para a realização dos investimentos com os parceiros.

57 Movimento de Salvação do Tocantins - MST (PMDB, PSDB, PDT, PRN e PC do B).

58 No ano de 1994 foi assinado o 1º empréstimo do Estado do Tocantins com o Banco Mundial, denominado de Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins – PDRS, que será tratado no Capítulo 3.

destaque também a aprovação do Estatuto do Magistério - Lei nº 351/92, que instituiu a carreira do magistério público estadual do ensino fundamental e médio. O estatuto estruturou a carreira do magistério, garantindo aos professores a progressão na profissão.

Logo nos primeiros meses, confirma-se a continuidade da gestão na forma de governar de Moisés Avelino, quando os professores reivindicam a elaboração do Estatuto do Magistério, e, realizaram outra greve⁵⁹ para que o Estatuto fosse aprovado na Assembleia Legislativa no ano de 1991 e sancionado no ano de 1992, pelo governador.

A segunda greve de professores ocorreu exigindo do governador ao cumprimento do estatuto, em fins de março de 1992, pois foi eleito com a perspectiva da gestão democrática, mas recorre à justiça e afirma a abusividade da greve⁶⁰. Entre as conquistas dessa greve estão: a criação da comissão de regulamentação do estatuto, a comissão de concurso público e o compromisso de eleições para diretores nas escolas, sobre este último, já havia se passado quatro anos, na metade da segunda gestão de Moisés Avelino, e a reivindicação continuava. As lições de Lênin (2007) diziam que onde o Estado está presente, os antagonismos de classes não podem ser objetivamente conciliados.

Em 1994, o Sindicato protagonizava a quinta greve, desde a criação do Estado, e, a mais longa, com 80 dias. Uma das principais reivindicações era o cumprimento total do Estatuto do Magistério e compromisso de negociação após a implantação do Plano Real.

A gestão apresenta como meta a implantação do planejamento participativo e a criação de Associação de Pais e Mestres. No âmbito estadual, ações como essas, poderiam ser atribuídas como um caráter democrático na gestão. Porém, se for contextualizado em âmbito nacional, constatar-se-á que essas ações foram capitaneadas pela União, na lógica da gestão descentralizada e de transferência para a escola, a responsabilidade com a educação. Isso se dá essencialmente, por meio dos recursos financeiros que a escola começou a administrar a partir da década de 1990, quando o Ministério da Educação passou a transferir recursos financeiros diretamente para as unidades escolares, de acordo com o princípio da escola autônoma, estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

A esse respeito, os estudos de Oliveira, Fonseca e Toschi (2005) elucidam que a desconcentração e autonomia, nessa nova ordem, são o carro chefe do Programa do governo federal denominado de Fundescola⁶¹ que

“se respaldam na própria orientação da legislação educacional brasileira.” A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9.394/96) propõe a organização do espaço físico e do trabalho pedagógico, a participação dos atores escolares e a integração entre escola e comunidade. (Oliveira; Fonseca; Toschi; 2005, p.129).

59 Primeira greve do governo Moisés Avelino, terceira greve protagonizada pela categoria.

60 Pedido de abusividade da greve arquivado em 14/10/1992 no Tribunal Regional do Trabalho em Brasília – Distrito Federal - DF.

61 Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) é um programa federal criado em 1998, oriundo de um acordo de financiamento entre o Banco Mundial e o MEC, desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação dos estados envolvidos. A missão do programa é o desenvolvimento da gestão escolar, com vistas à melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental e à permanência das crianças nas escolas públicas, [...]. (Oliveira; Fonseca; Toschi; 2005, p. 128).

No Tocantins, o Fundescola se materializa por meio do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, especialmente no Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada – PECGC, circunstanciado na gestão dos pleitos de 1995 a 2002. O Fundescola

compõe-se de diferentes projetos voltados para planejamento, adequação de prédios, equipamentos e mobiliários escolares e formação de professores. O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) é seu projeto principal, visando à modernização da gestão e ao fortalecimento da autonomia da escola, mediante a adoção do modelo de planejamento estratégico, que se apóia na racionalização e na eficiência administrativa. Busca elevar o grau de conhecimento e o compromisso de diretores, professores e outros funcionários da escola com os resultados educacionais; melhorar as condições de ensino e estimular o acompanhamento dos pais na aprendizagem de seus filhos.

O programa provém de um acordo de financiamento entre o Banco Mundial e o MEC e destina-se às regiões mais pobres do Brasil (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), [...]. (Fonseca, 2003, p. 303).

De certa forma, a gestão se apoia na racionalização e eficiência, na lógica da nova gestão pública que se mostra, desde a concepção do Estado. E essas bases vão se aperfeiçoando e aprofundando-se nos anos seguintes.

Nesse contexto, o Conselho Estadual de Educação – CEE-TO⁶² – foi instituído pela Lei nº 05, de 23 de janeiro de 1989 e; regulamentado pela Lei Complementar nº 08, de 11 de dezembro de 1995, nos termos do Art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins. Na teoria ele é um órgão normativo, consultivo, propositor, mobilizador e supervisor do Sistema Estadual de Ensino e de assessoramento ao titular da pasta da Secretaria de Educação e Cultura.

2.3.1. O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS– 1989

O Conselho é um órgão vinculado à Secretaria Estadual da Educação e Cultura. Tem atribuições normativa, consultiva e fiscalizadora do Sistema Estadual de Ensino e de assessoria do Secretário de Estado da Educação e Cultura. Todos os pareceres e informações do CEE devem ser aprovados pelo titular da pasta. O Conselho⁶³ na sua regulamentação foi constituído como unidade orçamentária de despesa, ou seja, deveria ter recursos próprios para execução de suas atividades. Entretanto, para a execução de suas atividades, o CEE deve se apoiar na estrutura da Secretaria da Educação e Cultura.

No Conselho de Educação, órgão ligado diretamente ao governo do Estado e ao secretário de Educação, o presidente é escolhido pelo chefe do poder executivo. Percebe-se o CEE atrelado ao governo do estado e ao secretário de educação, comprometendo as atividades do órgão e, da educação como um todo. O CEE é mais um órgão do estado que tem composição e funcionamento regulamentado nos moldes do mando e da subserviência, que sobressaem o patrimonial-

62 O CEE foi criado pela Constituição Estadual (1989), somente em 1994, no último ano de governo de Moisés Avelino foi aprovada uma lei própria a partir de uma minuta preparada pelos membros do CEE. Antes desta data valia a legislação de Goiás. O CEE mesmo instituído em lei, no final de 1995, ficou (4) quatro meses sem atividades, sendo retomado apenas no mês de janeiro de 1996.

63 O atual presidente do Conselho Estadual de Educação participa há mais de dez anos como membro, sendo funcionário cedido pela Assembleia Legislativa.

lismo e o autoritarismo, nas relações públicas, “o chefe como gestor de negócios”. (Faoro, 2012, p.837). Além de que, as ações desenvolvidas no Conselho estão também, atreladas as políticas nacionais.

Segundo Carvalho (2009) mesmo que a proposta de gestão educacional no Estado do Tocantins apresente características democráticas, a estrutura de organização da Seduc aponta para uma administração centralizada.

O próprio Conselho Estadual de Educação está diretamente subordinado ao Secretário de Educação e não possui autonomia para fiscalizar os atos da Seduc. Trata-se na verdade, de tipo de organização cartorial da administração que implica um modelo de instituição autoritária e centralizadora. A setorização de funções e atividades é organizada de forma piramidal e burocrática, dificultando a fluidez do processo de gestão. (Carvalho, 2009, p. 65).

Nesta gestão, o que se percebe, para além da continuidade dos primeiros anos de governo, o que se delineiam são aproximações entre políticas nacionais e internacionais, tendo na reforma do Estado e nos aparatos da globalização, sua justificativa. A educação ocupa lugar de destaque no discurso e prática da desconcentração e da gestão; autonomia da educação do Tocantins. Pois “a globalização neoliberal, hegemônica desde os anos 1980, assentou na velha ideia de que os governos, todos os governos, deveriam deixar livre o caminho às grandes e eficientes empresas em seus esforços para competir no mercado mundial”. (Teodoro, 2011, p. 153).

Foi dada atribuição de poder às instituições escolares, na tônica da desconcentração e transferência de responsabilidades para as escolas públicas, a fim de reduzir o investimento do Estado em educação, com características do gerencialismo no espaço público e nas escolas públicas.

2.4. POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS – 1995 A 2002

O governo de José Wilson Siqueira Campos⁶⁴, nos anos de 1995 a 2002, permaneceu por duas gestões seguidas, sob o slogan “*O governo da livre iniciativa e da justiça social*”⁶⁵ no poder executivo estadual. Nessas duas gestões, ocuparam a Secretaria de Educação, Nilmar Gavino Ruiz (1995 a 2000) e Maria Auxiliadora (Dorinha), entre 2000 e 2009.

Os documentos considerados nesse período foram: a Lei nº 1.360, de 31 de dezembro de 2002 no Programa Escola de Gestão Compartilhada - PEGC e excertos do Plano Estadual de Educação - PEETO (1997-2006), elaborado no auge da aprovação da LDB 9394/96, traduzem

64 Registre-se que o Governador Siqueira Campos revoga a Lei que instituiu a carreira do magistério público estadual do ensino fundamental e médio, que havia sido aprovada no governo anterior.

65 A “justiça social” dos governos de Siqueira Campos: o “*Estado da livre iniciativa e justiça social*” privatizou a Celtins, que era a empresa pública de energia elétrica. A energia fornecida por essa empresa está entre as mais caras do país, nesse Estado que é um dos grandes produtores de energia (Usinas Hidroelétricas em franca expansão). Vendeu a companhia de água e esgoto, a Saneatins. Os tocantinenses pagam pelo serviço de esgoto 80% sobre o valor consumido de água. Tratou os servidores em greve, como caso de polícia e, os militares mobilizados como um problema das forças armadas. Atacou os direitos dos servidores estaduais tornando suas condições de trabalho, salário, seguridade e plano de saúde precarizados. Disponível em: araguainoticias.com.br. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

segundo as reformas nacionais de Fernando Henrique Cardoso, em consonância com a ordem capitalista⁶⁶, no Estado do Tocantins.

As ações do governo estadual Siqueira Campos (1995-2002) se dão no campo das tensões do arcaísmo oligárquico, entre centralização e descentralização, entre regional e nacional”, a “histórica tensão vinda das demandas e configuração do papel do estado sob a ideologia neoliberal”. (Krawczyk e Vieira, 2012, p. 58).

Assim, a análise desse período, considera essa realidade, complexa, histórica e constituída por múltiplas determinações: relações complexas que envolvem a educação e o caráter contraditório do gerencialismo nas relações que envolvem a escola na sociedade do capital.

A lógica do produtivismo, tem no gerenciamento da escola, o diretor e a comunidade opera nas mudanças no sistema de ensino, com ênfase na promessa de autonomia e processa as modificações, racionalizando os investimentos. O determinante nesse período foi a abertura para o capital privado⁶⁷.

Na década de 1990, os organismos internacionais tiveram a abertura para interferirem no País com a anuência e consentimento de parte dos governadores e parte dos empresários, que ocupavam o poder à época. Os estudos de Silva (1999) apontam que:

“[...] a intervenção das instituições financeiras internacionais nas políticas para a educação básica pública, advinda de anos anteriores e acelerada pelas circunstâncias internacionais das últimas décadas conta com o consentimento do governo federal [...] dos estaduais e das elites dirigentes para sua efetivação”.

[...]. Essas políticas deliberadas e sistematizadas têm o propósito aparente de encaminhar o ajuste estrutural e as reformas institucionais dos países [...] colocando-os, em condições de participar do circuito modernizador vigente, mas dilaceram de forma irreparável a organização social dessas sociedades, particularmente das instituições educacionais. Acrescenta-se ainda, o estreitamento da margem de manobra dos governos nacionais, evidente na incapacidade para adotar políticas independentes de interesse nacional. (Silva, 1999, p. 99-100).

Nessa conjuntura, o Banco Mundial, segundo Frigotto e Ciavatta (2003), subscreveu as conclusões da Conferência Mundial de Educação para Todos e indica proposituras políticas para as décadas subsequentes a 1990 no documento *Prioridades y estrategias para la educación*, em 1995. O Banco Mundial atua com o discurso e ações para erradicar o analfabetismo, aumentar a eficácia do ensino e dar atenção ao atendimento escolar e questões da pobreza⁶⁸.

66 Sobre a reestruturação capitalista ver uma das obras clássicas: Mandel, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*, 1990 e Harvey, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, 2011.

67 No Tocantins, foi privatizada em 1997 a única instituição de ensino superior pública à época, Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, que serviria de modelo para o País, nos moldes da Reforma Bresser Pereira. Registre-se que a Universidade Federal do Tocantins, só foi criada em 2000, com seu efetivo funcionamento em 2003, com o primeiro concurso para docentes. Sem espaço para novas privatizações, o governo e a livre iniciativa avança com a política de terceirização. É uma maneira de privatizar ao permitir a retirada ou diminuição do papel do Estado da gestão, de um setor com o qual tem obrigações constitucionais. Bresser Pereira (1996) na ótica neoliberal a terceirização.

68 Os estudos dos autores Frigotto e Ciavatta (2003), Silva (1999; 2002), Fonseca (2011; 2013), Kruppa (2000) são unânimes ao fazer a crítica, no que se refere ao papel do Banco Mundial na educação básica.

Para Frigotto e Ciavatta (2003), nessa esteira o Banco Mundial recomenda “a reforma do financiamento e da administração da educação, iniciando pela redefinição da função do governo e pela busca de novas fontes de recursos” (idem, p.99). Isso se dá com o estreitamento de laços da educação profissional, com o setor produtivo, e, entre o setor público e privado na oferta de educação, a atenção aos resultados, a avaliação da aprendizagem e a descentralização da administração das políticas sociais.

Segundo Fonseca (2003), Scaff (2007) até a década de 1990 o Brasil tinha cinco projetos financiados pelo Banco Mundial para a educação. A partir daí o Banco amplia o seu leque de projetos com o Brasil e entre eles o Programa Fundescola⁶⁹ (Programa Fundo de Desenvolvimento da Escola) direcionado para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. “Entre os projetos desenvolvidos na década de 1990, através do governo brasileiro e o Banco Mundial, o mais abrangente e que possui maior investimento é o Fundescola, cujo valor de empréstimo, incluindo a contrapartida do governo brasileiro, é de US\$ 1,3 bilhão”. (Scaff, 2007, p. 65).

A legislação brasileira no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988, no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, no Art. 60, define: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição”. Garantido em texto constitucional, os direitos sociais, são cumpridos, na mesma lei, também na perspectiva do ideário neoliberal inculcado pelos organismos internacionais.

O Estado do Tocantins também assume nos documentos e nas ações a lógica da economia em primeiro plano, no PEETO (1997-2006) e aponta como necessidade a resolução dos problemas educacionais do Estado com a concentração, a sistematização, o acompanhamento e o rígido controle e avaliação da educação. Adota-se a postura de que o crescimento econômico é uma condição necessária para o desenvolvimento social, já que possibilita a execução de programas e ações para o avanço das sociedades.

A educação básica pública, em meio às políticas sociais, são parte da sustentação do crescimento econômico, traduzidas nas políticas orientadas pela lógica do mercado e preconizadas pelos organismos internacionais. As políticas sociais, nessa lógica empreendedora dependem de quando a economia for forte, ou seja, 1) os avanços da economia indicam o tipo de formação escolar necessária e 2) constituem em rede internacional, corporações e empresários que exigem espaço para ampliação dos ganhos do capital na educação básica pública.

Na reforma do Estado, tratada por Peroni (2013), o trinômio é a privatização, a publicização e a terceirização, e em Behring e Boschetti (2011), constata-se:

“a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social foi fortemente tencionada: pelas estratégias de extração de super lucros, em que se incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários;

69 **Fundescola** – O Fundo de Fortalecimento da Escola (1995) é um programa do FNDE realizado em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com financiamento do Banco Mundial e do Tesouro Nacional. O objetivo do programa é promover a eficácia, eficiência e equidade no ensino fundamental público das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio da oferta de serviços, produtos e assistência técnico-financeira inovadores e de qualidade, que focalizam o processo de ensino-aprendizagem e as práticas gerenciais das escolas e secretarias de Educação. www.fnde.gov.br. Acesso em: 20 de julho de 2015. O programa inicia em 1998 último ano de governo de Fernando Henrique Cardoso e que os governos Lula e Dilma dão continuidade e aperfeiçoam o Programa, realizado com a supervisão do Banco Mundial. Sobre o Fundescola reforça-se ver os estudos de Fonseca (2003); Oliveira; Fonseca; Toschi (2005), Scaff (2007).

pela super capitalização, com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, em que se incluem saúde, educação e previdência; [...]”. (Behring e Boschetti, 2011, p. 155).

Assim, Behring e Boschetti (2011) apresentam que também prevalece o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais que é a privatização, focalização e a descentralização. As autoras, sobre a descentralização, dizem que:

“[...] estabelecida não como partilhamento de poder entre esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da ‘reforma’ e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social”. (Behring e Boschetti, 2011, p. 156).

Sob a ótica neoliberal a descentralização, a avaliação e regulação referindo-se especificamente ao Banco Mundial diz que ele “está determinado a induzir os sistemas de educação à descentralização. [...] espera-se da descentralização, que em cada distrito ou estabelecimento sejam adotadas, com melhor conhecimento das condições locais, as combinações de insumos educativos mais eficientes [...]”. (Coraggio, 2009, p.100).

Neste sentido Neto e Rodriguez (2007) reafirmam que a descentralização guia-se por uma lógica de redução de gastos com a educação, por outro lado, reforça-se uma centralização. Os autores alertam que é por meio de três ações fundamentais: “a fixação de objetivos e prioridades regionais; a avaliação dos resultados; e a compensação das diferenças resultantes do processo de descentralização. [...] cria-se uma aparente e relativa autonomia; por outro, adotam-se fortes mecanismos de controle”. (p.15). Os autores evidenciam que a descentralização contempla as questões administrativas e financeiras, porém, deixa de fora os aspectos curriculares e pedagógicos.

Confirmado por Peroni (2003), Dalva; Souza (2009), Castro (2007) que as reformas educativas desenhadas nesse período, mostram os movimentos de descentralização, desconcentração e centralização, com a educação como um valor, e, mercado para comércio e consumo. Nessa lógica, as orientações dos organismos internacionais se apresentam como a alternativa aos recursos para a educação, cuja regra são a desregulamentação e competitividade, como meios para livre jogo do mercado.

Essas reformas, vistas em retrospectiva de conjunto, descrevem um movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do zigzague ou do pêndulo. Nessas metáforas “o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; [...] e o vaivém que se alternam sequencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional. (Saviani, 2008, p.9).

2.4.1. PROGRAMA ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA

Nesta lógica a Lei nº 1.360 de 31/12/2002⁷⁰, no Capítulo VI, do Artigo 79, Da Gestão Democrática do Ensino Público, percebe-se no parágrafo segundo, a criação do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, instituído em Lei.

Art. 79. As escolas mantidas pelo Poder Público Estadual obedecem ao princípio de gestão democrática do ensino público, assegurada a participação de Associações de Apoio integradas por professores, pais, alunos e demais servidores da Unidade Escolar.

§ 1º. A Associação de Apoio às Escolas de que trata este artigo tem poder deliberativo e obedece a estatuto próprio.

§ 2º. É criado na Secretaria de Educação e Cultura o programa “Escola Comunitária de Gestão Compartilhada”, com vistas ao fortalecimento do processo de autonomia da escola e à gestão democrática do ensino público e à descentralização de recursos.

§ 3º. O Programa efetiva-se com a criação da Associação de Apoio à Escola, constituída por uma Diretoria Executiva, um Conselho Fiscal, um Conselho Educacional e Comunitário, integrados por representantes das comunidades escolar e local.

§ 4º. “[...]”.

§ 5º. Os recursos repassados são destinados à manutenção das Unidades Escolares e ao suporte de suas ações pedagógicas.

§ 6º. São fontes de financiamento do Programa o Tesouro Estadual e o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, na conformidade do Plano Plurianual, mediante subvenção social e auxílios. (Lei Estadual/TO, nº 1.360/2002).

O parágrafo quarto da Lei nº 1.360/2002 foi revogado pela Lei Estadual nº 1616, de 13/10/2005, Lei que regulamentou o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada – PECGC, que será discutida no próximo item, na gestão do governador Marcelo Miranda, para efeito didático, já que a aprovação se dá naquela gestão.

O Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada estabelece os seguintes objetivos: melhorar a qualidade de ensino, estimulando a capacitação dos docentes e aquisição de recursos pedagógicos de acordo com as suas necessidades; fortalecer o trabalho coletivo e a participação das comunidades escolares e locais nas decisões da escola, possibilitando a autonomia no seu gerenciamento e tendo como foco as suas reais necessidades; estimular a busca da autonomia e da identidade da escola, incentivando-a na construção do seu projeto político pedagógico e no seu projeto de aprendizagem; utilizar os recursos financeiros com base nas prioridades estabelecidas, coletivamente, pela comunidade escolar.

70 Na gestão de Maria Auxiliadora, não só teve continuidade, bem como, foi instituída como Lei, com uma sensível diferença no nome do programa, de “Autônoma” para “Comunitária”.

A participação das unidades escolares junto ao Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada se efetiva a partir da criação da Associação de Apoio a Escola, formada por membros da comunidade escolar (pais, profissionais da educação, alunos e comunidade geral). A sua composição é constituída por uma diretoria executiva, um conselho educacional e comunitário e um conselho fiscal. O Programa, atende aos alunos matriculados do ensino fundamental ao ensino médio da rede estadual de ensino.

Na apresentação do Programa, ocorre a mudança do nome de *Autônoma* para *Comunitária*, já que com a nova reconfiguração, faz-se necessário a participação efetiva da comunidade se responsabilizando pela gestão da escola. Assim, estudos de Santos (2009), sobre o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, apresenta as possibilidades oferecidas pelo PEGGC divididas em três eixos: gerenciamento da prática pedagógica e participativa, gestão administrativa e de pessoas e gestão financeira e de recursos físicos. Quanto ao gerenciamento da prática pedagógica e participativa:

- a) construir o Projeto Político Pedagógico e, através dele, conquistar e exercer a necessária autonomia; b) criar órgãos colegiados, como instâncias democráticas de caráter consultivo e/ou deliberativo nas tomadas de decisões da gestão; c) estabelecer as estratégias pedagógicas de acordo com o espaço físico e os instrumentos de que dispõe; d) elaborar e atualizar o currículo que atenda as necessidades de acordo com as peculiaridades do contexto no qual está inserida, tendo como parâmetro o Referencial Curricular da Secretaria, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como a evolução da sociedade, ciência, tecnologia e cultura; e) planejar a avaliação das práticas educacionais, de forma participativa, organizada e sistemática, envolvendo os órgãos colegiados, os professores, funcionários, pais e alunos; f) promover parcerias com entidades, empresas, profissionais e instituições diversas. (Santos, 2009, p. 15-16).

Para a gestão administrativa e de pessoas, o que se apresenta como possibilidades oferecidas pelo Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada são:

- a) organizar adequadamente o espaço físico, o material pedagógico e o material humano disponível; b) criar a Associação de Apoio como unidade executora, com a finalidade de receber e aplicar recursos, firmar convênios e fazer parcerias; c) organizar, conforme a sua classificação modular, o quadro de professores e servidores, respeitando a área de habilitação o cargo e a função de cada um deles, [...]; d) promover na escola ações de formação continuada e em serviço, para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, bem como para elevar a motivação e a autoestima dos profissionais; e) promover, regularmente, a integração entre os profissionais da escola, pais e alunos, visando a articulação de suas ações, à unidade de propósitos e de concepção educacional; f) promover dinâmicas e ações para desenvolver equipes e lideranças, mediar conflitos e favorecer a organização dos segmentos escolares, em um clima de compromisso ético e solidário; g) promover práticas de valorização e reconhecimento do trabalho e esforço dos professores e funcionários, no sentido de reforçar ações voltadas para melhoria da qualidade de ensino. (Santos, 2009, p. 16).

O Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada quanto ao gerenciamento das práticas financeiras e de recursos físicos diz respeito a:

a) planejar as aplicações dos recursos financeiros, levando em conta as necessidades da proposta pedagógica, os princípios da gestão pública e a prestação de contas; b) promover a manutenção e utilização apropriada das instalações, dos equipamentos e dos materiais pedagógicos existentes para implementação da proposta; c) buscar formas alternativas para criar e obter recursos, espaços e materiais complementares para a melhoria de sua realização; d) disponibilizar o espaço da escola, nos fins de semana e período de férias, para o desenvolvimento de atividades que congreguem a comunidade local, de modo a garantir a maximização de seu uso e socialização de seus bens. (Santos, 2009, p. 16).

Os eixos da gestão do Programa dizem otimizar a vida das unidades escolares, com vista a abranger a escola em todas as suas faces, articulado de forma a fazer o gerenciamento da escola. A cada ano é publicado o cálculo do montante dos repasses. Por exemplo, no ano de 2015, foi realizado no mês de fevereiro, com base no número de alunos apresentados no Censo 2014. No entanto, quando a Unidade Escolar apresenta variação de número de alunos matriculados, no exercício vigente, no SGE (Sistema de Gerenciamento Escolar), em relação ao censo escolar do ano anterior, haverá adequação dos valores, observando a disponibilidade orçamentário-financeira.

A manutenção das Unidades Escolares se dá por meio do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, que repassa os recursos financeiros às Associações de Apoio as Escolas, em dez parcelas. Assim, as transferências são efetuadas a partir dos valores estabelecidos para cada Unidade Executora, no momento de elaboração do Cronograma de Desembolso anual, contendo os valores das parcelas a serem repassadas, e disponibilizado às escolas. Trata-se de um processo gerencial de planejamento, coordenado pela liderança da escola, com o apoio da Superintendência de Administração, Infraestrutura e Finanças, Diretoria Financeira e a Gerência de Convênios e Contratos.

Experiências indicam que assegurar a gestão democrática e que todos participem nas decisões tomadas na escola, tem seus limites, pois “a adoção de práticas participativas não está livre de servir a manipulação das pessoas, as quais podem ser induzidas a pensar que estão participando. [...] A participação não pode servir para respaldar decisões previamente definidas [...]”. (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2009, p. 335-336).

Nesta direção, a comunidade ainda assume a responsabilidade de gerir dinheiro, segundo a Secretaria de Educação e Cultura do TO: “incentivando campanhas com a participação dos alunos e da comunidade em geral, ou atuando na criação de caixa escolar, em que, os alunos que tem condições financeiras contribuirão com uma taxa mínima para a manutenção da escola, [...]”. (Seduc, 2005, p.7). A Seduc prevê, ainda, firmar convênios com órgãos governamentais e não governamentais. Ressalte-se, que está previsto na Lei nº 1.360/2002, a que, “doações e colaborações são bem acolhidas pela escola”.

A esse respeito, às pesquisas de Gewirtz e Ball (2011) apresentam que o novo gerencialismo ou o novo gerente da educação “ênfatisa os propósitos instrumentais de escolarização – aumentando padrões e desempenhos conforme mensurados pela avaliação dos resultados, nível de frequência [...] e está frequentemente articulado a um vocabulário da empresa, excelência,

qualidade e eficiência”. (Gewirtz e Ball, 2011, p.199). Elementos identificados nas políticas implantadas no Tocantins demonstram práticas de gerencialismo e empreendedorismo na educação, materializadas no PECGC. Vejamos.

A gestão democrática e o envolvimento de todos na escola, depende do diretor, responsável pelos recursos destinados a escola. Um dos fatores determinantes é a figura do diretor que ocupa lugar de destaque na estrutura do ensino público, fazem o elo da comunidade escolar e local e, também, com a rede que compõe o sistema de ensino. Gewirtz e Ball (2011) confirmam que nessa lógica gerencialista, os diretores são mais importantes como principais condutores das políticas nas instituições. Na filosofia do PECGC está

a convocação para uma maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares. Tal participação vista, sobretudo, como uma condição que facilita o desempenho da escola como instituição (mais que como um fator de correção e como uma relação de mútuo benefício entre escola/família e escola/comunidade), refere-se a três âmbitos: a) contribuição econômica para a sustentação da infra-estrutura escolar; b) os critérios de seleção da escola; e c) um maior envolvimento na gestão escolar. A noção de ‘participação’ (da família, da comunidade) na educação está cada vez mais fortemente contaminada pelo aspecto econômico. (Torres, 2009, p. 136-137).

Assim, o que está proposto no PECGC, além do envolvimento da escola, da família, com o forte apelo ao viés econômico, está à descentralização de recursos financeiros, o caminho para a que a escola atinja a autonomia. No Programa em análise, percebe-se a presença das orientações do Banco Mundial, que segundo Tommasi (2009) o Banco direciona a escola como que fosse orientada para produtividade do sistema, ao reescrever parâmetros de custos/benefícios, a descentralização, o fortalecimento da autonomia da escola, e ênfase em ‘insumos’ pedagógicos, absorvendo valores do mercado também na competição entre as escolas e entre os professores.

A gestão escolar, nesse processo, tornou-se o elemento estruturante das ações realizadas na escola. No ano de 2002, a Seduc implementou uma premiação estadual, o Prêmio Escola Comunitária, que avalia as dimensões: administrativa, pedagógica, financeira, jurídica e a gestão e fomenta a competição entre as escolas. A direção das escolas que devem trabalhar em prol de resultados e indicadores e se destacar no Prêmio Gestão Escolar⁷¹. Também como agravante nas estratégias do Banco Mundial “as prescrições e as medidas são de enfraquecimento das instituições escolares e acadêmicas, de desqualificação do ensino e de seus profissionais [...]” (Silva, 1999, p. 210).

Dessa forma, a presença e atuação do Banco nas políticas de educação básica pública do Estado de Tocantins apresenta-se em nome da qualidade de ensino, por meio de Associação de Pais e Mestres, no Programa como o da Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, na lógica do capital, descentralizando a gestão, e, responsabilizando as escolas pelos resultados. Contudo, a centralização das decisões fica com a Secretaria de Educação que conduz o processo, com aparência de gestão democrática e, essencialmente voltada para a economia da educação, de fazer mais, com menos, cortando os gastos públicos e aumentando a parcela de contribuição da sociedade, na responsabilidade de que:

71 Além dos Fóruns no âmbito do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, as escolas de Tocantins são “incentivadas” a participar do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar. Trata-se de uma iniciativa conjunta do Consed, da Undime, da Unesco e da Fundação Roberto Marinho que, desde 1998, premia as melhores práticas de gestão e de melhoria do ensino em escolas de educação básica.

“a melhoria da educação básica é compromisso de todos e só se dá com o envolvimento de toda a sociedade é recorrente nas políticas educacionais a partir dos anos 1990. O apelo ao compromisso social para com a melhoria da educação básica é fundado na noção de que a educação é responsabilidade da família e dos indivíduos e que a escola pública necessita do apoio de todos os segmentos para cumprir seu papel de educar. “Esse argumento recorrente é bastante retórico no sentido que insiste em um discurso que evoca práticas de envolvimento e responsabilização social – como se estivesse nas mãos de cada indivíduo, em particular, melhorar o mundo, melhorando a educação [...]”. (Oliveira; Toschi, 2009, p. 207).

Assim, envolver todos, fazendo-os acreditar que com sua participação a escola seria fortalecida e com o discurso da autonomia, cria-se um simulacro de gestão democrática do ensino público. E assim, imprime-se a descentralização de recursos, gerida pelas Associações de Apoio às Unidades Escolares - AAEs criadas em todas as escolas da rede oficial de ensino, exceto nas escolas indígenas, em que as associações ficaram sediadas nas Diretorias Regionais. O imperativo é simular a elevação do poder do diretor, que convoca a comunidade a prestar serviços voluntários contando com a experiência da população nos serviços de limpeza e reparos na escola de pintor, eletricitista, encanador, entre outros.

Outra ação com vista a que se cumpra o Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada foi à confecção de um *Manual de Gestão de Recursos Públicos* realizado pela Seduc, para as Associações, a fim de que os gestores escolares norteassem os procedimentos de gestão, observando as normas e princípios legais, dentre os quais, o de prestar contas das ações realizadas à sociedade e aos órgãos financiadores.

O manual de Gestão de Recursos Públicos, vem acompanhado de uma série de fichas e relatórios que devem ser preenchidos pelas escolas públicas. O que se percebe é a gestão alinhada com as políticas nacionais e internacionais, e o governo estadual, por meio do secretário de educação, implanta na secretaria de Educação a política articulada em âmbito federal, orientada na lógica do BM, segundo a qual, a escola necessita de maior autonomia, flexibilidade e descentralização, e conformação das leis da economia.

As estratégias adotadas no formato empresarial materializam-se nas escolas públicas, via diretores, as novas exigências, dessa re-configuração do capital. O secretário de educação, bem como os diretores das escolas são *muito importantes*, porque o secretário de Educação estabelece as normas alinhadas com as políticas federais, propõe aos diretores Regionais e, são eles, que repassam aos diretores de cada unidade escolar. O propósito é criar uma cadeia similar ao mundo empresarial, ordenada e hierarquizada.

Os diretores das unidades são os responsáveis pela implantação em cada escola pública, com o respaldo das Associações que passaram a ter papel central, sobretudo nas ações de cunho manual e operacional. O que chega para a escola é os manuais de instruções de como realizar as tarefas que deverão ser cumpridas, centradas na gestão do diretor, pois, já foram elaboradas pela Secretaria de educação, inclusive com a presença de técnicos e consultores, outros organismos e setores. À escola cumpre executar as tarefas⁷².

72 Sobre o tema ler ainda: *Implicações do modelo gerencialista racional na verificação do desempenho dos alunos e da escola pública*. (Silva, 2014).

Observa-se também que a Lei nº 1038/1998, aprovada no primeiro ano de governo de Siqueira Campos foi revogada pela Lei nº 1.360, de 31/12/2002. No entanto, o texto da Lei de 1998 foi transposto literalmente para o documento do ano de 2002, referindo-se as Competências da Secretaria da Educação e Cultura, como se constata no inciso VIII: “manter intercâmbio com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras, a fim de obter cooperação técnica e financeira para a modernização e expansão da educação”. Assume-se na Lei a cooperação técnica dos organismos internacionais, o Banco Mundial, amparado legalmente para a definição de políticas, desde os primeiros documentos produzidos para a educação básica no Estado do Tocantins.

Note-se, que o período analisado, a gestão do governo estadual de Siqueira Campos, como mencionado anteriormente, coincide com o governo de Fernando Henrique Cardoso dos anos de 1995 a 2002, no que Fonseca (2013) atesta que “a obrigação constitucional de elaborar os planos plurianuais de governo (PPAs)”, (p.93) iniciam no governo de Fernando Collor de Mello e perduraram nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Em que a tônica foi à reforma do Estado, com o amparo dos organismos internacionais. O governo federal por meio Decreto nº 2.829/10/1998 para Fonseca (2013) “deu base legal para a organização de todas as ações de governo em um conjunto de programas com gerenciamento intensivo para produzir resultados e reduzir custos (conhecido como choque de gestão)”. (idem, p.93).

A implantação das reformas no País se plantava e se fez sentir no Estado do Tocantins, perdurando para outras gestões como uma continuidade no *modus operandi* de governar, prova disso constata-se a Lei nº 1360/2002 foi assinada no último dia do Governo Siqueira Campos e o Anexo único dessa Lei nº 1.360, de 31 de dezembro de 2002, dá ênfase especial ao Planejamento Estratégico⁷³ assinado pela Secretária de Educação e Cultura Maria Auxiliadora Seabra Rezende, que continua a gestão até o ano de 2009.

O Planejamento Estratégico identifica valores, analisa o desempenho da educação, passado e presente, e a execução dos procedimentos dos órgãos gestores, bem assim suas relações internas e externas.

Neste contexto, a participação coletiva favorece a análise da situação de todos os setores da Educação, feita com base em fatos e dados, a fim de definir a visão de futuro. A partir desta identificação, análise e definição, os dirigentes dos órgãos têm condições de determinar a missão. Desta forma, passam a desenvolver processos e estabelecer o envolvimento de cada um.

O Planejamento Estratégico, então, [...] será desenvolvido até o ano de 2007, em consonância com o Plano Estadual de Educação, os quais concretizarão a visão de futuro da Educação no Estado. (Diário Oficial nº 1.347, Anexo Único, Lei nº 1.360/2002, p. 30-31).

Nesse período, percebe-se que o planejamento estratégico⁷⁴ foi publicado em Lei no último dia do governo de Siqueira Campos e cumprido no governo de Marcelo Miranda, tendo, na Se-

73 Por ocasião dos 50 anos do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA o Instituto lança a coleção Pensamento Estratégico, Planejamento Governamental & Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo. A obra apresenta, conexão entre as transformações da administração pública no Brasil no período recente com os temas do desenvolvimento e do planejamento e, desses, com o desenho e a implementação das políticas públicas. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acessado em: 15 de março de 2016.

74 “Planejamento Estratégico da Secretaria (PES) Consiste no processo gerencial desenvolvido pela secretaria de educação [...]. Ao realizá-lo, a secretaria analisa seu desempenho, processos, relações internas e externas, condições de funcionamento e resultados. [...] promove o fortalecimento institucional da secretaria visando

cretária de Educação o elo de um planejamento estratégico que foi incorporado no discurso do próximo governador.

Efetivamente, o Estado é um terreno de tensões e disputas demonstrados aqui nas experiências do governo federal, com a avidez dos governos do Estado, na perspectiva de financiamentos, em todas as três esferas do ensino. A educação, nessa nova configuração, expressa as disputas e tensões entre o caráter de direito social e, ao mesmo tempo, sob a lógica da racionalidade econômica da gestão gerencial, os interesses de grupos supranacionais de torná-la objeto comercializável.

A escola pública é de certa forma, vista como similar à empresa, tendo em sua composição o gerente, o individualismo, cliente e consumidor e, ainda, os alunos e pais, parceiros. É o que continuaremos a constatar na gestão do Governador Marcelo Miranda e da Secretária de Educação, Maria Auxiliadora. Neste processo se evidenciam as contradições nas práticas da escola pública, que ao pensar e elaborar a partir de sua realidade, mas ao mesmo tempo torna-se executora do que já vem pronto, com foco essencialmente, na figura do diretor e na responsabilização da comunidade local.

2.5. POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO MARCELO MIRANDA - 2003 A 2009 E CARLOS HENRIQUE AMORIM - 2009 A 2010

A gestão de Marcelo Miranda⁷⁵ foi analisada a partir do Planejamento Estratégico da Secretaria - PES – 2003; a Lei nº 1859/2007 que institui o Plano Estadual de Educação – PEE (2006-2015) e a Lei nº 1616, de 13/10/2005, que regulamentou o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada e Lei 2.139/2009 que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação de Ensino e adota outras providências, busca-se analisar a gestão e o gerencialismo no sistema e na escola. Assim, percebe-se, como as múltiplas determinações econômicas e políticas complementam o desvelar o gerencialismo⁷⁶, seja no Progestão, no Todos pela Educação e na eleição para diretores das escolas.

2.5.1. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – SEDUC – PES - MARCELO MIRANDA

O governo Marcelo Miranda se elegeu, em 2003, com proposta para a educação básica pública dividida em três eixos: autonomia da escola, correção do fluxo escolar e formação de profissionais de educação.

Nossas ações são direcionadas visando à melhoria da qualidade da educação, partindo do pressuposto de que só com professores capacitados e alunos

à melhoria da gestão da escola e do desempenho do aluno. Disponível em: portal.mec.gov.br: Acessado em: 20 de julho de 2015.

75 No ano de 2004, foi assinado o 2º empréstimo do Estado do Tocantins com o Banco Mundial, denominado de Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins – PDRS, que será tratado no capítulo 3.

76 Sobre o tema ler ainda: *Implicações do modelo gerencialista racional na verificação do desempenho dos alunos e da escola pública*. (Silva, 2014).

inseridos na escola - independente do poder aquisitivo ou localização geográfica - teremos cidadãos bem formados para a vida. A educação no Tocantins é vista em toda a sua totalidade. O trabalho é feito de forma planejada. Para tanto, foi elaborado o Planejamento Estratégico da Secretaria, o PES, que dentre seus objetivos, estão à promoção da profissionalização e valorização dos profissionais da educação; a reestruturação, modernização e consolidação da gestão; e a implantação de um programa permanente de avaliação, melhorando, sobretudo, o desempenho do Sistema Estadual de Ensino. (Miranda, 2003⁷⁷).

Segundo o documento “Planejamento Estratégico da Secretaria – PES (2002)”, a escolha do modelo de gestão da Secretaria de Educação e Cultura do Tocantins é resultado do PES, implantado a partir de 2003, anexo da Lei 1360, aprovado em 31 de dezembro de 2002, com o apoio do Fundescola (1998) na gestão do Governador Moisés Avelino. No Planejamento Estratégico da Secretaria (2002), o Plano de Metas, compõe-se de objetivos, estratégias e metas, como pode ser constatado no quadro 8

Quadro 8 - Plano de Metas – Secretaria de Educação – TO: 2002-2009

OBJETIVO	ESTRATÉGIAS/ METAS
Melhorar o Desempenho do Sistema Estadual de Ensino.	PROMOVER A REORGANIZAÇÃO CURRICULAR 1.1.1. Reorganizar e implementar o currículo de 1ª a 4ª série em todas as escolas. 1.1.2. Reorganizar e implementar o currículo de 5ª a 8ª série em todas as escolas. 1.1.3. Reorganizar e implementar o currículo da EJA 1.1.4. Promover a criação de um instrumento padrão que norteará a elaboração da proposta pedagógica, bem como implementá-lo em todas as escolas. 1.2 FORTALECER E AMPLIAR OS PROGRAMAS DE CORREÇÃO DE FLUXO E DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR. 1.2.1. Atingir o índice de 90% de aprovação na 1ª série do Ensino Fundamental até o ano de 2007. 1.2.2. Atingir o índice de 90% de aprovação na 5ª série do Ensino Fundamental até o ano de 2007. 1.2.3. Reduzir em 53% o abandono na escola dos alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental até o ano de 2005. 1.2.4. Reduzir em 61% o abandono na escola dos alunos de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental até o ano de 2006. 1.2.5. Reduzir em 32% o abandono na escola dos alunos da EJA (1º Segmento) até o ano de 2007. 1.2.6. Reduzir em 25% o abandono na escola dos alunos da EJA (2º Segmento) até o ano de 2007. 1.2.7. Reduzir em 50% a distorção idade de 1ª a 4ª série no Ensino Fundamental até o ano de 2007. 1.2.8. Reduzir em 35% a distorção idade/série de 5ª a 8ª série no Ensino Fundamental até o ano de 2007. 1.2.9. Reduzir em 30% a distorção idade/série no Ensino Médio até o ano de 2007. 1.2.10. Alfabetizar 15.000 pessoas anualmente até 2007.
Promover a Profissionalização, Responsabilização e Valorização dos Profissionais da Educação	2.1 IMPLANTAR POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PESSOAL 2.1.1. Criar e implementar um programa de formação continuada na área Gerencial da SEDUC e para atender 100% dos profissionais da Educação 2.1.2. Ampliar o programa de formação inicial, em nível superior. 2.1.3. Reestruturar o plano de carreira

77 Revista Cidades do Brasil, nº 43, agosto de 2003, aproximadamente 8 meses após a posse. Disponível também em: <http://cidadesdobrasil.com.br>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

OBJETIVO	ESTRATÉGIAS/ METAS
Reestruturar, Modernizar e Consolidar a Gestão	3.1 MODERNIZAR AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS 3.1.1. Mapear 100% dos Macro-processos e normatizar todas as rotinas 3.1.2. Criar e implantar um sistema de gerenciamento de dados. 3.1.3. Reestruturar o organograma da Secretaria. 3.1.4. Criar um documento formal definindo o perfil técnico dos servidores da Secretaria da Educação e Cultura. 3.1.5. Criar o regimento interno da SEDUC. 3.2 IMPLANTAR UMA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO DA SEDUC. 3.2.1. Criar e implantar um sistema integrado de comunicação. 3.3 FORTALECER FOCO NA ESCOLA 3.3.1. Elaborar e implantar os padrões mínimos de funcionamento das escolas da Rede Estadual.
Implantar Programa Permanente de Avaliação	4.1 ESTRUTURAR PLANO DE AVALIAÇÃO 4.1.1. Implantar um sistema permanente de avaliação da aprendizagem em 100% das escolas. 4.1.2. Implantar um sistema permanente de avaliação de desempenho dos servidores da SEDUC por segmento. 4.1.3. Implantar um sistema permanente de avaliação das escolas. 4.1.4. Implantar um sistema permanente de avaliação Institucional da SEDUC/DRE's. 4.1.5 Elaborar e Implementar uma Proposta de Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem em 100% das Unidades Escolares. 4.1.6. Criar e implementar mecanismo de monitoramento da qualidade e resultados das avaliações.

Fonte: Diário Oficial nº 1.347, Anexo Único, Lei nº 1.360/2002.

Como explicitado por Miranda (2003), o PES preconiza a melhoria dos índices de distorção idade-série, a evasão, a repetência e a melhora dos que abandonam a escola, além de contribuir para a otimização dos recursos, sejam eles: materiais, financeiros ou humanos. Assim, instituí o Grupo Estadual de Sistematização, instância consultiva e deliberativa como atribuições: planejar, executar, acompanhar, apoiar e avaliar a gestão da Seduc.

A visão estratégica da Seduc firmado em Lei pauta-se nos valores de: eficiência e eficácia na oferta e nos resultados dos serviços educacionais; compromisso e transparência na gestão pública democrática e uso correto dos recursos; ações inovadoras e ágeis frente aos desafios e integração e articulação nos processos organizacionais. (Anexo Único, Lei nº 1.360/2002). Desta forma, a preocupação com resultados reflete-se na visão estratégica, da eficiência e eficácia na oferta e nos resultados dos serviços educacionais, que prevê ações inovadoras e rápidas para fazer frente aos novos desafios e a importância da integração e articulação nos processos organizacionais.

Na Lei 1360/2002, a missão é garantir a todos o acesso, a permanência e o sucesso na educação básica, assegurando a gestão democrática e a inovação educacional. Nos objetivos estratégicos: 1 – Melhorar o desempenho do Sistema Estadual de Ensino; 2 – Promover a profissionalização, a responsabilização e a valorização dos profissionais da educação; 3 - Reestruturar, modernizar e consolidar a gestão e 4 - Implantar programa permanente de avaliação.

Nesta conjuntura, em abril de 2007, Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, simultaneamente à promulgação do Decreto nº 6.094,

dispondo sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação⁷⁸. O PDE sustenta-se em seis pilares: 1) visão sistêmica da educação; 2) territorialidade; 3) desenvolvimento; 4) regime de colaboração; 5) responsabilização; e 6) mobilização social.

Ao aderir ao PDE – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, Estados e Municípios tinham que realizar um diagnóstico minucioso da realidade educacional local a partir das dimensões: (1) gestão educacional; (2) formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; (3) práticas pedagógicas e avaliação; e (4) infraestrutura e recursos pedagógicos. A partir desse diagnóstico, um conjunto de ações, denominado de Plano de Ações Articuladas (PAR), tornou-se o instrumento sistêmico viabilizador da política.

Assim, observa-se que os técnicos externos passam a compor tanto no planejamento quanto na gestão do setor público. “No Brasil, a recomposição do bloco de poder que entrou em crise no final da ditadura civil-militar vem sendo liderada pelo setor financeiro, a fração burguesa mais poderosa no capitalismo e, [...] o principal sustentáculo do Estado-Maior da alta burguesia”. (Evangelista e Leher, 2012, p. 6).

Os autores revelam que o empresariado nacional, se une, capitaneados pelo Itaú Unibanco Holdings S.A., associadas à Confederação Nacional da Indústria – CNI, Grupo de Institutos Fundações e Empresas – GIFE e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

A convocatória da holding financeira partiu da constatação de que as corporações estavam atuando em centenas de grandes projetos educacionais com objetivos educacionais pertinentes, afins aos interesses corporativos que os patrocinam, mas que a dispersão dos esforços impedia uma intervenção ‘de classe’ na educação pública, objetivo altamente estratégico, pois envolve a socialização de mais de 50 milhões de jovens, a base da força de trabalho dos próximos anos. Os setores dominantes, após a articulação política dos grupos econômicos em prol do movimento, passaram a atuar por meio de suas fundações privadas ou de suas Organizações Sociais, como Itaú-Social, Faça Parte, Ayrton Senna, Roberto Marinho, Gerdau, Victor Civita, Abril, Bunge, Dpaschoal, Bradesco, Santander, Vale, PREAL, Lemann, entre outras. [...]. Embora o Todos pela Educação seja formalmente uma iniciativa de classe, autônoma em relação ao Estado e ao governo, somente pode cumprir seus objetivos operando por meio dos governos e, por isso, vem construindo, em seus conselhos, articulações com os novos gestores da educação pública no Brasil, tanto no MEC, como nas secretarias de educação. (Evangelista e Leher, 2012, p. 7-8).

O Todos pela Educação – TPE, criado em 2006, oriundo do setor banqueiro, e outros do ramo empresarial, passa a ocupar espaço no governo, para intervir na educação brasileira, com uma agenda do capital para a educação, com grandes orientações e metas segundo Evangelista e Leher (2012) que:

78 O Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” é um programa estratégico do PDE. Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica. A partir da adesão a esse Plano, os estados e municípios elaboram seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), que é o planejamento multidimensional da política de educação que devem fazer para um período de quatro anos (2008-2011). O PAR é coordenado pela secretaria de educação municipal e estadual elaborado com a colaboração dos gestores e comunidade local.

“[...] lança mão da ideia ‘competências básicas’, da instauração de metas de desempenho por meio de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) [...] instrumentos centralizados de avaliação e mecanismos de premiação e castigos balizados pelo cumprimento das metas, afetando os sistemas, os chamados gestores das escolas e, principalmente, os professores. Desse modo, os setores dominantes aprisionam em concepções estreitas o que vem a ser a ‘qualidade da educação’, traduzindo-a sob a forma de subordinação à formação para o trabalho explorado requerido pelo capitalismo dependente, [...]”. (Evan- gelista e Leher, 2012, p.8-9).

Sobressaem as características inerentes à gerência, traduzidas no “Movimento Todos pela Educação” são os empresários e banqueiros com a anuência do governo brasileiro, diversos setores⁷⁹ do segmento empresarial que tem como prioridade a “qualidade da educação” expressão ao lado de “melhoria da qualidade”, que segundo Torres (2009) fazem parte das prescrições do Banco Mundial. Alguns países absorvem integralmente e, outros, apenas as palavras apresentam conotações brandas, porém, com o mesmo sentido e o mesmo nível de rigidez na aplicação das políticas.

Os estudos de Oliveira; Fonseca e Toschi (2005) corroboram na medida em que ao se analisar o discurso e prática do governador, para entender que o PES elaborado em 2002 pela Seduc no Tocantins, foi posto de maneira que o Estado e as escolas “devem adotar a metodologia do planejamento estratégico, consubstanciada no modelo do PDE, que leve à racionalização, eficácia e eficiência da gestão e do trabalho escolar”. Na continuidade, observe na fala do governador, como a gestão e autonomia da escola, são apresentadas:

a secretaria implantou, em 1997, o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, que propiciou a descentralização administrativa e financeira das unidades escolares. Com isso, as escolas estaduais conquistaram a sua autonomia e o seu fortalecimento. Atualmente, elas administram os seus próprios recursos e planejam o seu orçamento de acordo com a sua realidade. Essa administração é acompanhada por uma Associação de Apoio, composta por professores, pais de alunos, além de representantes de vários segmentos da própria escola. Com a filosofia de participação, a escola ganhou, além da autonomia financeira, autonomia pedagógica e administrativa. (Miranda, 2003).

Para Castro (2008), a forma de gerenciamento que as escolas públicas estão colocando em prática são ações sugeridas pelo Banco Mundial, em que ressignifica os termos:

autonomia, descentralização e participação, agora despojados de seu sentido político. A autonomia passa a ser entendida como consentimento, como forma de construir uma cultura de organização de empresa; a descentralização passa a ser mais uma desconcentração de responsabilidades de poder, congruente com a “ordem espontânea” do mercado, respeitadora da liberdade individual e da garantia da eficiência econômica; a participação é, essencialmente, uma técnica de gestão, um fator de coesão e de consenso. (Castro, 2008, p.403-404).

79 “Todos pela Educação” que é uma aliança de representantes da sociedade civil, iniciativa privada, organizações sociais, educadores e gestores públicos da educação que se uniram para mobilizar, cada um em sua área de atuação, acesso à educação básica de qualidade. (MEC, 2011).

Nesta nova gestão, as ações e realizações estão postas em forma de Programa a exemplo do Escola Comunitária de Gestão Compartilhada um dos elos que liga os modos operandi da gestão dos secretários e governadores ao modelo macro de gerencialismo. Os recursos e o controle deles revelam os princípios de regulação, avaliação por desempenho, eficácia e competitividade próprios do mercado, mas dispensados à educação pública. Reafirmado também, na transferência de recursos dos Programas Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, Nacional de Alimentação e de Manutenção do Transporte Escolar.

2.5.2. REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA

A Lei Estadual nº 1616, de 13/10/2005, Lei que regulamentou o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, dispõe sobre a transferência de recursos dos Programas Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, Nacional de Alimentação e de Manutenção do Transporte Escolar, com a seguinte redação

Art.1º A transferência de recursos financeiros, consignados no orçamento do Estado para a execução dos Programas Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, Nacional de Alimentação e de Manutenção do Transporte Escolar, é formalizada mediante repasse financeiro direto às Unidades Executoras – UEx, sob a forma de subvenção social ou auxílio. [...].

I – as associações de apoio das escolas da rede estadual, responsáveis pela aplicação dos recursos dos Programas Escola Comunitária de Gestão Compartilhada e Nacional de Alimentação Escolar;

II – os municípios do Estado do Tocantins, parceiros do Programa de Manutenção do Transporte Escolar.

Art. 2º Os recursos financeiros de que trata esta Lei são oriundos: I – da União e do Estado, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o Salário-Educação e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ou outros que se lhes vierem substituir; [...].

Art. 3º Os recursos financeiros recebidos pelos municípios devem ser incluídos em seus próprios orçamentos.

Art. 4º A Secretaria da Educação e Cultura é autorizada a:

I – baixar normas complementares a esta Lei, em especial os critérios de cálculo de repasse financeiro para a execução dos Programas;

II – transferir de forma direta para as UEx os recursos financeiros mencionados nesta Lei, necessários à execução dos Programas, dispensada a formalização de convênio, ajuste, acordo, contrato ou outro instrumento congênere, substituídos pelas normas complementares previstas no inciso antecedente;

III – suspender o repasse dos recursos financeiros às UEx que descumprirem as regras desta Lei, de seu regulamento ou de outras normas aplicáveis à matéria.

§ único. Caso haja a suspensão de que trata o inciso III deste artigo, normaliza-se o repasse financeiro tão logo a irregularidade seja sanada. (DO/TO nº 2.024, Lei no 1.616, de 13 de outubro de 2005).

No ano de 2009, a Assembleia Legislativa do Tocantins aprovou a Lei 2.139/2009 que instituiu o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, na Secretaria de Ciência e Tecnologia. No Título III, Das Disposições Finais, estabelece que:

Art. 71. O programa “Escola Comunitária de Gestão Compartilhada”, criado [...] pela Lei 1.360, [...] 2002, com vistas ao fortalecimento do processo de autonomia da escola, à gestão democrática do ensino público e à descentralização de recursos, é instituído também, na Secretaria da Ciência e Tecnologia.

§1º O Programa efetiva-se com a criação da Associação de Apoio à Escola, constituída por uma Diretoria Executiva, um Conselho Fiscal, um Conselho Educacional e Comunitário, integrados por representantes das comunidades escolar e local.

§2º A Associação de Apoio às Escolas de que trata o caput deste artigo tem poder deliberativo e obedece ao estatuto próprio.

§3º Os recursos referenciados no caput deste artigo são destinados à manutenção das Unidades Escolares e ao suporte de suas ações pedagógicas.

Art. 72. As escolas mantidas pelo Poder Público Estadual obedecem ao princípio de gestão democrática do ensino público, assegurada a participação de Associações de Apoio integradas por professores, pais, alunos e demais servidores da Unidade Escolar. (Diário Oficial nº 2.970, Lei 2139/2009, p. 19-20).

Observa-se que a Seduc concentra/centraliza todas as ações normatizadas em lei, das finalidades que devem ser cumpridas nas unidades escolares. A gestão e os estudos apontam que a:

“autonomia escolar realiza-se mediante uma estratégia que se diz *descentralizadora*, por meio de um fundo repassado à escola, com vistas a estimular o quadro administrativo a tomar decisões que afetem *materialmente* a escola e a responsabilizar-se pelos resultados de suas decisões. Para tanto, os principais depositários do programa são os tomadores de decisões educacionais, como diretores, professores e outros especialistas. (Oliveira; Fonseca; Toschi; 2005, p. 132).

Assim, o modelo de gestão descentralizada nas escolas públicas do Tocantins serve aos governantes não só para se firmarem como as melhores políticas, mas também reafirmam que o: modelo de gestão tem servido de referência para outros estados brasileiros. (Miranda, 2003, p.74).

“As autoridades podem atribuir autonomia às escolas para com isso, desobrigar o poder público de suas responsabilidades”. (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2009, p. 334). Desta forma, a

autonomia não é concedida e sim gerida, implicando corresponsabilidade consciente, partilhada e solidária, de todos os membros da escola.

2.5.3. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – PEE 2006 - 2015

As ações e políticas para a educação pública do governo federal se fazem presentes no Estado do Tocantins nas práticas e documentos conduzidos pelos gestores, mesmo nos distintos governos. O Plano Estadual de Educação – PEE (2006-2015) demonstra a adequação entre os princípios da administração, do planejamento, da gestão, cooperação e parceria do Estado com outros segmentos da sociedade, bem como instituições internacionais e as ações e políticas dos governos estaduais e secretários de educação. Para tal, se faz necessário apresentar aspectos, leis e ações envolvidas nesse processo.

Assim, o Plano Estadual de Educação (2006/2015), sob a Lei nº 1.859, de 6 de dezembro de 2007, construído na gestão da Secretária Maria Auxiliadora (2000-2009)⁸⁰, tem como objetivo “conduzir e viabilizar um projeto de educação de qualidade⁸¹”. (PEE, 2006-2015). A gestão e o financiamento ocupam lugar de destaque no Plano Estadual de Educação.

Financiamento e gestão estão indissolúvelmente ligados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício do controle social permitem garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à Educação. Nesse sentido, o Governo deve garantir a gestão democrática do Ensino com o apoio da família e da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do aluno e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (PEE - Lei nº 1.859, de 6 de dezembro de 2007. Diário Oficial nº 13 2.547).

O Plano Estadual de Educação com vigência até 2015 é outro aporte legal que propaga o fortalecimento da gestão de recursos às escolas públicas, por meio do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada. Desde sua implantação o PECGC se apresenta como um elo inquebrável de todos os governos.

Nestes termos, o Plano Estadual aponta como prioridades:

- I - garantia do ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando-lhes o ingresso e a permanência com sucesso na escola;
- II - garantia do ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;
- III - ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino;

80 Registre-se que Maria Auxiliadora ocupava o cargo de técnica da Seduc de 1996 a 2000, ao ocupar o cargo de secretária de educação, Marcelo Miranda (PMDB) era o governador, após os governos de Siqueira Campos e Carlos Gaguim, permanece no cargo por aproximadamente uma década. Ao assumir a pasta da educação, em virtude do afastamento de Nilmar Ruiz concorrer ao pleito de deputada federal, que será seguido por Maria Auxiliadora, eleita deputada federal em 2014, para exercer mais um mandato.

81 Em nome de melhorar a qualidade a Secretaria se cerca de instituições como o Conselho Britânico, Fundação Cesgranrio e o Instituto Ayrton Senna, que utiliza a imagem de Ayrton e do personagem Senninha, e de contribuições de empresas como Microsoft, Vale do Rio Doce e Unibanco, nos programas: *Se Liga e Acelera Brasil*.

IV - valorização dos profissionais da educação;

V - desenvolvimento de um sistema de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, estimulando a avaliação institucional, de desempenho do servidor e o aperfeiçoamento dos processos de coleta, análise e difusão de dados. (PEE, 2006-2015).

Em consonância com a legislação federal, o Plano estadual instituiu um processo de reestruturação da Seduc por meio de desenvolvimento de um sistema de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, estimulando a avaliação institucional, de desempenho do servidor e o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão de dados. Na gestão da Secretária Maria Auxiliadora foi estabelecido o sistema de avaliação de desempenho dos professores no Estado voltado para os resultados, sendo o professor avaliado a partir do desempenho das turmas que ministravam as aulas.

O sistema de avaliação nas escolas públicas é mais um mecanismo de regulação e controle de resultados educacionais dessa gestão, seja na avaliação dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação do Tocantins – Saeto⁸², seja dos professores como estratégia de gestão para buscar subsídios para intervenções mais precisas do poder público.

Quanto à gestão, no ano de 2004, instituiu nova estrutura e organograma da Seduc. Na nova configuração da Secretaria de Educação, os delegados das treze delegacias de ensino passam a gerentes regionais, em cada uma das Diretorias, da Secretaria de Educação, que são denominadas de Diretorias Regionais – DREs. A Diretoria de Educação Básica passa a ter como atribuição principal construir o currículo escolar e realizar a avaliação. No novo desenho organizacional de gestão foi a criação da Assessoria de Planejamento e Avaliação e também um quadro específico para cada atividade de educação e gestão.

O Plano Estadual de Educação – TO que só viria a ser construído dois anos após a reestruturação da Seduc, com as novas exigências focadas na gestão, cria também a Coordenadoria de informática, com ela o Programa de Capacitação para Gestores Escolares⁸³ – Progestão⁸⁴ curso de formação continuada e em serviço que tinha como objetivo formar as equipes gestoras das escolas.

No Progestão estão presentes as características essenciais ao gerencialismo como: a mudança de postura das lideranças escolares quanto ao uso do patrimônio; maior transparência nas questões financeiras; implantação de programas de avaliação contínua, utilização de dados (resultados de avaliações) para inovações, ampliação das oportunidades de participação da comunidade na escola, entre outras. O foco era na gestão sob a lógica do gerencialismo empreendedor da escola pública.

Os gestores preparados incorporam a autoridade, fazem a gestão no sentido de que os professores também trabalhem em consonância com os novos valores. Para isso, preconiza cultivar a harmonia, responsabilidade, dissipar os conflitos para que a escola funcione bem. Mas ainda

82 Realizada pela Fundação CesgranRio – Avaliação implantada em toda rede do Estado.

83 É um programa elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed – em parceria com as Secretarias de Estaduais de Educação e que visa a capacitar profissionais para a gestão escolar.

84 A Seduc iniciou o Progestão em 2002 em sua política de formação continuada em serviço “como elemento impulsionador do ‘aprender a aprender’ dos gestores, da sua autocapacitação, do seu aprender a fazer coletivo, induzindo também o intercâmbio, a formação de redes, pautado pelo trabalho com questões vinculadas ao cotidiano escolar, tratando dos fundamentos teóricos e instrumentais da gestão escolar.

assim, os problemas decorrentes das indicações de diretores vieram à tona. Dessa forma, se fez necessária a implantação do processo de seleção de diretores⁸⁵ para as escolas do Estado, que ocorreu, a partir do ano de 2001, no âmbito do fortalecimento do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, bem como os cargos de coordenadores e supervisores pedagógicos⁸⁶.

A ocupação do cargo de diretor nas escolas do Tocantins nos anos 2001 e 2007 foi marcado por dois momentos na gestão da secretária Dorinha. O primeiro é o Decreto Estadual nº 1.100 de 04/01/2001, o Edital nº 01/2001 da Comissão do processo de seleção de diretores das escolas estaduais do Tocantins, que no Cap. III, dispõe sobre a seleção dos candidatos ao cargo de diretor em três etapas: a primeira, uma prova escrita, incluindo redação, esta etapa é chamada de “avaliação intelectual”. (DOE nº 1015/2001). Os aprovados passariam a segunda etapa, que previa a prova de títulos, e, a terceira etapa, consistia na entrega dos planos de trabalho pelos candidatos e a entrevista. Após esse processo, a Comissão deveria apresentar a lista tríplice ao Secretário de Educação, com vista à nomeação do candidato a diretor. Constata-se um simulacro de democracia no processo de escolha de diretores.

Os estudos de Paro (2003 e 2015) a eleição para diretor de escola é legítima porque democratiza as instituições “a democratização da escola pública deve implicar não apenas o acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta tomada de decisões que dizem respeito a seus interesses, o que inclui o envolvimento no processo de escolha de seus dirigentes”. (Paro, 2003, p. 27).

Certamente que não se percebe a participação da comunidade acadêmica no processo de seleção para diretores no Tocantins como esclarece Carvalho (2009) que apesar da importância desse processo seletivo para a condução democrática da gestão escolar, ele é insuficiente, pois os docentes, familiares e estudantes que atuam na escola não participam do processo seletivo. Ademais, a comissão designada para avaliar o certame era formada exclusivamente por servidores da Secretaria de Educação. O autor chama atenção para o Capítulo II, inciso II, item 5 do Edital que permite a candidatura de ‘servidor lotado na Secretaria de Educação em exercício fora da escola para a qual se habilite’. (Carvalho, 2009, p. 88). Em última instância cabe à Secretaria de Educação nomear quem lhe aprouver para dirigir as escolas públicas.

O segundo momento do processo de eleição para diretor das escolas estaduais aconteceu quando a Secretária de Educação, por meio do Of. nº 167/2007, comunica as escolas sobre o processo de escolha para diretor das unidades escolares, definindo a eleição direta para o cargo de diretor das escolas públicas estaduais do Tocantins. Um dos entrevistados quando perguntado sobre o concurso para diretor do ano de 2015, relembrou no ano de 2006, sobre a escolha de diretor

Quando teve aquela outra seleção anos anteriores que era Diretora eu tinha feito, até passei, fiquei um período por ter passado na seleção. [...] do outro concurso. O concurso foi em 2006 (dois mil e seis). Que a gente fez em 2006 (dois mil e seis). Teve em todas as escolas. Nós fizemos uma prova, aí depois a gente montava o plano. Só não teve a eleição, mas foi todo esse processo de

85 Foi definido o perfil do profissional para assumir a função de diretor escolar, que consta na Instrução Normativa nº1. O processo de seleção é iniciado pela DRE, que indica uma Comissão. Esta, por sua vez, elabora um parecer dos candidatos e envia uma lista tríplice para a Secretária de Educação definir o diretor.

86 A Instrução Normativa nº7, de janeiro de 2002, definiu o processo de seleção e o perfil para os cargos de Supervisor Pedagógico e Coordenador Pedagógico das unidades escolares. Em 2005, o perfil e o processo de seleção foram atualizados pela Instrução Normativa nºs 5 e 8.

seleção. A gente fez, depois fez a entrevista, apresentava o plano de trabalho da gente e eles selecionavam os candidatos. Aí a própria Secretaria que selecionava. Não teve eleição. Não teve eleição. A gente só fez uma prova, como se fosse um concurso. Aonde perguntava. Eram muitas questões que perguntavam mesmo sobre gestão... Em 2006 (dois mil e seis) se não me engano. [...]” (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

Esse processo de escolha para diretor acontece nos moldes do que aconteceu no ano de 2002, sem efetivamente acontecer a eleição com a comunidade. Nessa gestão, o que ocorreu foram ensaios de escolha de diretores de caráter democrático, pois alguns diretores foram nomeados por atos da Seduc, outros assumiram passando por processo seletivo, enfim, mesmo os que passaram por seleção, tais processos fechados e do controle da Secretaria de educação. Para a escolha foram designadas duas comissões uma da Seduc e outra da Diretoria Regional, designadas por ato da Secretária.

Portanto, o que se percebe é a confluência de ações em documentos oficiais que juntos definiram programas PES, PECGC e no Plano Estadual de Educação⁸⁷, com foco nos resultados como forma de garantir a equação eficiência e eficácia nos serviços educacionais,

“na educação básica coexistem duas lógicas: uma gerencialista, que vê na escola um espaço propício para se obterem rendas, um negócio rentável e lucrativo – daí a insistência para que os governos apoiem a abertura da educação para o mercado educacional; e outra, que vê e compreende a educação como um direito social e humano para todos, um campo em que os valores éticos e morais não são vendidos nem mensuráveis”. (Silva, 2014, p.86).

A adoção da gestão descentralizada e gerencialista dá resultados, que essencialmente podem ser traduzidos em índices, centrado na figura do diretor das escolas e nos equipamentos tecnológicos, criados para intensificar o controle e medir desempenho das escolas e dos estudantes. Nos propomos a defesa da educação pública, a educação como direito na promoção do humano, assumindo a complexidade do caráter público da educação e as possibilidades de transformação.

2.6. POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS – 2011 A 2014 E SANDOVAL CARDOSO - ABRIL/2014 A 01/01/2015

A análise dessa gestão se dá sob os três primeiros anos, governador José Wilson Siqueira Campos, renuncia (Anexo 3) em seu quarto mandato no Executivo estadual⁸⁸ e Danilo de Melo Souza Secretário de Educação. Após assumem Sandoval Cardoso como governador (abril/2014

87 O texto do PEE tem sua vigência até o ano de 2015. No dia 10 de junho de 2015 a Seduc envia a Assembleia Legislativa o PPE para vigorar os próximos dez anos. No novo Plano constam 22 propostas, entre elas a universalização até 2016, do atendimento aos jovens de 15 a 17 anos, e o acréscimo para no mínimo 85%, da taxa líquida de matrícula do ensino médio. (Seduc, 2015). Disponível em: seduc.to.gov.br. Acesso em: 11 de junho de 2015.

88 3º empréstimo contraído pelo Estado do Tocantins, com o Banco Mundial denominado de Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS, tratado no Capítulo 3.

a dez./2014) e Adriana da Costa Aguiar no cargo de Secretária de Educação (20/01/2014 a dez./2014).

Nesta gestão, sobressai a criação e chegada do *Programa Estrada do Conhecimento – PEC*, nas seis unidades escolares, objeto desse estudo. Neste item, para analisar o Programa Estrada do Conhecimento, buscou-se excertos das atas coletadas nas seis escolas partícipes do Programa e, ainda, dois documentos denominados de ofício e informativo que circularam na Seduc, Diretorias Regionais de Ensino, sediadas nos municípios: de Gurupi, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Araguaína e Tocantinópolis.

O Secretário de Educação Danilo Melo, no ano de 2011, implanta um novo sistema de avaliação direcionado a rede estadual e municipal do Tocantins denominado: o Sistema de Avaliação do Tocantins – Salto⁸⁹, que prevê avaliar a qualidade do ensino e aprendizagem na educação básica das redes estadual e municipal de ensino. Para a Seduc (2011) a avaliação compreende os avanços e dificuldades que os alunos apresentam no decorrer do processo educacional e promove a modernização da gestão e o aprimoramento do processo de ensino aprendizagem, com vista à melhoria dos indicadores educacionais.

No Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, desde a criação em 1997, passa a ser regido por lei a partir do ano de 2002, e em 2011, o Secretário de Educação Danilo de Melo ao assumir a Secretaria de Educação, reedita o *Manual de Gestão de Recursos Públicos por Associações de Apoio às Unidades escolares*, na 4ª edição. A Portaria emitida pela Seduc nº 0731, 19 de maio de 2011, preconiza:

Art. 1º. Aprovar o manual de —Gestão de Recursos Públicos por Associações de Apoio às Unidades Escolares 4ª Edição 2011 – Revisada, que contém instruções para o gerenciamento eficiente e eficaz na aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros repassados às Associações de Apoio às Unidades Escolares da rede estadual de ensino, por meio do Programa —Escola Comunitária de Gestão Compartilhada (Manual de Gestão de Recursos Públicos por Associações de Apoio às Unidades Escolares, 2011, p. 12).

O referido manual no ano de 2014, voltado essencialmente para a eficiência e a eficácia na gestão de recursos nas unidades escolares, evidencia as ações da escola, registradas nas fichas e relatórios que serão preenchidos com vista à transparência e controle de recursos nas escolas. Novamente, continua sendo o diretor, o responsável, pelas práticas gerencialistas nas escolas.

O governador em seu quarto mandato e a gestão de Danilo de Melo expressam a expansão do ensino de tempo integral, e, essa é uma das prioridades postas no PEC, bem como a qualificação de professores e a introdução de atividades culturais nas escolas estaduais, como as principais preocupações de sua gestão.

89 Essa avaliação não é obrigatória, porém quem não realizá-la não poderá usufruir dos prêmios E a responsabilidade continua sendo do diretor, que não seduziu os alunos para a realização da avaliação. Como forma de incentivo aos alunos e professores que mais se destacaram no processo ensino/aprendizagem, a Seduc desenvolveu o Sistema de Avaliação do Tocantins (Salto/2011), que distribuiu através do Prêmio de Valorização da Educação Pública 4.826 *tablets* para alunos. Disponível em: <http://casacivil.to.gov.br>. Acesso em 12 de outubro de 2014.

CAPÍTULO 3

OS EMPRÉSTIMOS DO BANCO MUNDIAL NO ESTADO DO TOCANTINS E CONCEPÇÃO, OBJETIVOS, AÇÕES E ATIVIDADES PREVISTAS NO PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO – PEC

Neste capítulo far-se-á a análise da presença e atuação do Banco Mundial por meio dos empréstimos destinados para o Estado do Tocantins, com foco no Programa Estrada do Conhecimento – PEC. Desta forma, o objetivo do capítulo é analisar como se dá a presença e atuação do Banco Mundial no Estado do Tocantins por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS e como se constitui o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, objeto desse estudo.

Na busca de compor o objeto, as questões que norteiam são: quais são os projetos e ações do Banco Mundial no Tocantins, após a constituição do Estado? Que lugar ocupa o Banco no Estado do Tocantins? Que concepção de gestão conduziu a implementação do Programa Estrada do Conhecimento - PEC nas unidades escolares? Houve mudanças? Em que direção?

Nos estudos propomos viajar por caminhos historiográficos que tratam das ações do Banco Mundial e quais interesses defendem, mas também, pelos caminhos da descoberta e do conhecimento de como essa instituição financeira se movimenta no Tocantins após a sua constituição, na educação básica, sobretudo, no terceiro empréstimo contraído pelo Estado, e no Programa Estrada do Conhecimento, oriundo dele.

O capítulo apresenta o Relatório nº 63731(2011) do Banco Mundial e relaciona diretamente com o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins – PDRIS. Além disso, faz ingressões no documento *Estratégia 2020* (2011), para a Educação do Grupo do Banco Mundial. Trata dos Projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS. São empréstimos contraídos do Banco Mundial nos anos de 1994 e 2004, bem como o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS selado no ano de 2012 e, deste, o Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

Nos estudos desse capítulo, busca-se as mediações da política e gestão dos agentes públicos ao privado. Assim, com foco no *PEC* a análise percorre os documentos oficiais e agrega registros obtidos de entrevistas realizadas com os gestores no período de junho a setembro de 2016.

Nesse contexto, o Estado do Tocantins contraiu com o Banco Mundial três empréstimos que se concretizaram nos anos de 1994, 2004 e 2012, sendo que este último denominado de Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS, sobre o qual nos deteremos, porque dele emana o Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

Considera-se, nesta parte, os documentos, que deram origem ao Programa Estrada do Conhecimento ou a ele estão relacionados: Relatório nº 63731 – Estratégia de Parceria de País para o Brasil – exercícios fiscais de 2012-2015, o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS e tangencia-se os Projetos de Desenvolvimento Regional e Sustentável dos anos de 1994 e 2004.

Parte-se do Relatório nº 63731 – BR (2011), o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins – PDRIS e do Programa Estrada do Conhecimento – PEC, como o fio estruturante das relações capitalistas, do capital que se produz e reproduz lastreado pelas condições especiais e históricas da propriedade privada, da acumulação e do excedente. O eixo de análise são os financiamentos contraídos pelo Estado com o foco na implantação do Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

3.1. REFLEXOS - RELATÓRIO Nº 63731 – ESTRATÉGIA DE PARceria DE PAÍS PARA O BRASIL – EXERCÍCIOS FISCAIS DE 2012 A 2015 E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Analisar as proposições do Banco Mundial no documento - Relatório nº 63731 e o Desenvolvimento e Corporação Financeira Internacional - Estratégia de Parceria de País, exercícios fiscais (2012⁹⁰ a 2015), justifica-se pelo fato de que o Estado do Tocantins ter contraído empréstimo do Banco e fazer parte desse relatório. Assim, busca-se expor, a partir desse relatório, os elementos de gestão que são inscritos no Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS, aprovado para o Tocantins e por meio do Programa Estrada do Conhecimento - PEC.

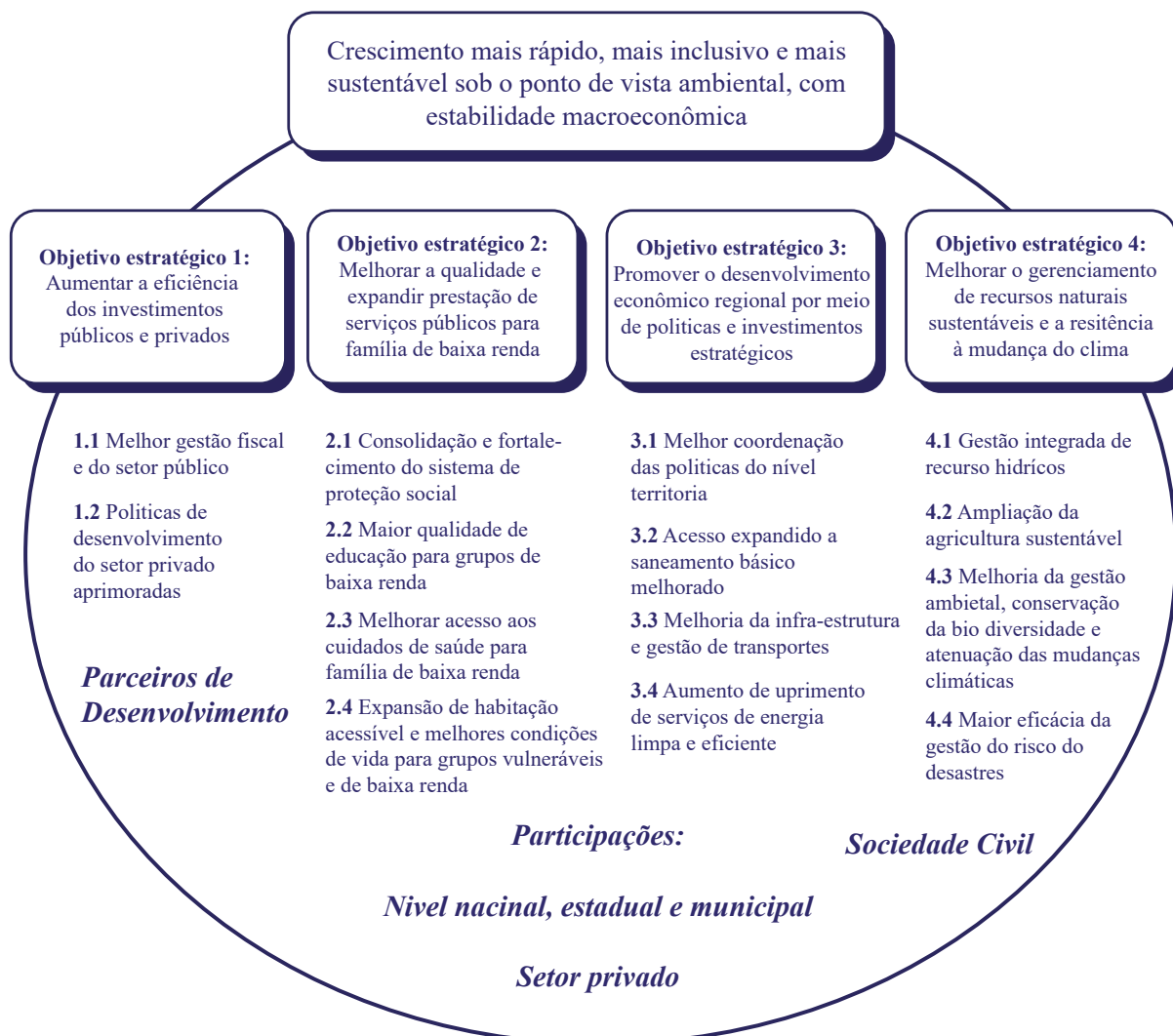
O *Relatório nº 63731* (2012-2015) apresenta o Banco Mundial no Brasil, dele extraímos proposições para educação, gestão da educação básica, focada no ensino médio e também para vulnerabilidade social, que serão tratados nos pormenores nos capítulos seguintes. Esses elementos estão em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS, e com o Programa Estrada do Conhecimento - PEC.

A análise prioriza os quatro objetivos estratégicos apresentados no relatório do Banco Mundial, pois esses se desdobram em metas e podem ser visualizados na figura 3.A figura

90 No ano de 2012 o Banco comemorou 50 anos atuando na educação inaugurada na Tunísia, em escolas secundárias, pode ser constatado no Documento *Estratégia 2020* para a Educação do Grupo BM (2011) é apresentado que o Banco “já investiu globalmente, 69 mil milhões de dólares na educação, através de mais de 1.500 projetos”. Para saber sobre o que significam os Bancos ver: CHESNAIS, François. *As Dívidas Ilegítimas: quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas*, 2012.

apresenta as áreas e os objetivos estratégicos do Banco Mundial para o Brasil, e, que estão presentes no Tocantins.

Figura 2- Crescimento mais rápido, mais inclusivo e mais sustentável sob o ponto de vista ambiental, com estabilidade macroeconômica.



Fonte: Relatório nº 63731(2011, p. 22). Org. Silva, M. A., (2015).

O programa do Grupo Banco Mundial segundo o Relatório (2011, p.22) contempla 14 áreas, em quatro objetivos estratégicos, em uma estrutura de flexibilidade e adaptabilidade. A meta do Banco, no relatório, é contribuir para que o País consiga apresentar crescimento mais rápido, inclusivo e ambientalmente sustentável, com estabilidade macroeconômica. Os resultados almejados consideram as atividades em andamento e as novas propostas, tendo como parceiros de desenvolvimento a sociedade civil, nos níveis nacional, estadual, municipal e do setor privado.

O Banco Mundial destaca a posição do governo brasileiro em antecipar pagamento das parcelas dos empréstimos, nos exercícios de 2009 e 2011⁹¹. Essa ação significa que o País

91 Durante o período da atual CPS (**Estratégia de Parceria de País do Banco Mundial**), o Governo do Brasil efetuou dois pagamentos antecipados da sua dívida com o BM. O primeiro pagamento antecipado de cerca

antecipou o pagamento, com vista a captar mais dinheiro do Banco, para empréstimos estaduais, entre eles, foi contemplado o Estado do Tocantins.

O relatório em questão menciona que: “dando continuidade ao trabalho da Administração Lula, a Presidente Dilma Rousseff definiu metas sociais e econômicas ambiciosas para os próximos anos, em coordenação com os governos subnacionais” (Relatório nº 63731, p. iii). O Governo federal visa a aumentar consideravelmente o potencial de crescimento do país acima dos atuais 4% a 4,5% no período supracitado, por meio de maiores investimentos, elevação da poupança pública e manutenção da disciplina fiscal. “Para os Programas de Aceleração do Crescimento I e II (PAC I e PAC II), focados no investimento em infraestrutura, foi previsto o investimento de R\$ 1,4 trilhão entre 2007 e 2014, sobretudo em moradia popular”. (Relatório nº 63731, p. i).

Assim, o Banco Mundial expõe que: “busca obter mais realizações, mantendo o foco na geração e transferência de conhecimentos, [...] enfatizando ainda mais, a inclusão social em linha com a meta da Presidente Dilma Rousseff de erradicar a pobreza extrema”. (Relatório nº 63731-BR, 2011, ii). A “redução de hiatos de infraestrutura, aumento da produtividade do setor privado e melhoria do capital humano”. Um segundo desafio é “reduzir a desigualdade e oferecer oportunidades de desenvolvimento humano a todos, incluindo, principalmente às mulheres” (idem, ii).

Para o Banco, as prioridades do Brasil estão focadas nos problemas de desenvolvimento e exigem soluções inovadoras, tanto em termos de melhoria das estruturas de políticas nacionais quanto na busca de novas formas de implementação de programas com governos estaduais e em nível de empresas.

Como parte integrante da agenda de conhecimento e inovação, capital de gestão, instrução financeira e formalização de empresas, o Banco “está testando o impacto de um programa-piloto de instrução financeira em grande escala sobre conhecimentos e tomada de decisões intertemporais para alunos do ensino médio e seus pais. [...]”. (Relatório nº 63731-BR, 2011, p.28). Nas palavras do Banco Mundial tem contribuído para

(a) um diálogo nacional transparente sobre resultados e desempenho da educação e (b) a elaboração de instrumentos para criar incentivos para fortalecer as instituições educacionais para obtenção de melhores resultados em todos os níveis. “Além disso, por meio de operações subnacionais, o Banco Mundial tem fornecido um apoio direto aos estados e selecionado municípios para reformas da educação para melhorar a qualidade dos professores, reduzir a repetição e aumentar a qualidade do ensino médio. [...]”. (Relatório nº 63731-BR, 2011, p.198).

Neste relatório (2012-2015), o “fortalecimento da proteção social, a melhoria do acesso à educação de qualidade, saúde e habitação demonstraram ser os principais instrumentos para

de US\$ 866 milhões foi efetuado em dezembro de 2009 e o segundo, de cerca de US\$ 3,1 bilhões, em junho de 2011. Mais recentemente, a Presidente Rousseff aprovou um pré-pagamento adicional de aproximadamente US\$ 2,7 bilhões e a solicitação formal correspondente foi recebida pelo BM no dia 30 de setembro de 2011. Com esse terceiro pré-pagamento, o programa de empréstimos indicativo apresentado na CPS para o EF12-13 é totalmente coerente com a estrutura de limite individual por mutuário – SBL (**Mutuário Único do Banco**). Além disso, no contexto do processo de consulta da CPS nacional, o governo brasileiro expressou sua intenção de solicitar a ampliação do SBL para o Brasil. (Relatório Nº 63731-BR, 2011, p. 41 grifo nosso).

promover o desenvolvimento social e econômico do Brasil”. (Relatório nº 63731-BR, 2011, p.27). O Banco apresenta como condição, pois, se trata, de “meta da Presidente Dilma de erradicar a extrema pobreza, [...], juntamente com o foco nas questões de gênero (idem, p. 27).

No relatório aponta que os governos estaduais fizeram importantes contribuições para a melhoria da posição fiscal do Brasil e o BM apoiou esses esforços, ajudando os estados a cumprir a estrutura de responsabilidade fiscal do país, expandir o espaço fiscal do investimento público em crescimento e melhorar a prestação dos serviços sociais básicos. O Banco Mundial atua junto aos governadores estaduais para

consolidar, disseminar e aprofundar essa primeira geração de reformas da gestão fiscal e do setor público. O Banco Mundial usará investimentos e empréstimos para políticas de desenvolvimento para apoiar as mudanças institucionais e reformas das políticas (p. ex.: em Alagoas, na Bahia, em Pernambuco, no Piauí e no Rio Grande do Norte no Nordeste, no Tocantins na região Centro-Oeste, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro no Sudeste, e no Paraná e Rio Grande do Sul na região Sul). (Relatório nº 63731-BR, 2011, p. 32).

O fortalecimento da capacidade de gestão do setor público foi unanimemente mencionado pelos estados como área de contribuição do Banco que

deveria continuar e fortalecer [...]. Em particular, as áreas de planejamento e desenvolvimento de projetos, qualidade das políticas, controle de despesas e monitoramento e avaliação de investimentos e implementação são mencionadas como as principais. Especificamente, vários estados solicitaram que o Banco Mundial os ajude a profissionalizar a gerência fixa do setor público por meio de planos de carreiras bem-definidos, protegidos da interferência política. [...] seria necessário ir muito além de uma mera capacitação, criando uma cultura gerencial. A gestão para resultados é vista por muitos estados e municípios como o melhor caminho a seguir, mas alguns acham que ainda carecem da capacidade técnica e institucional para optar por esse tipo de programa e que [...] deveria ser mais clara quanto à assistência que pretende dar aos governos que gostariam de adotar essa metodologia, incluindo a geração de capacidades e mudanças culturais entre os funcionários mais graduados. (Relatório nº 6373-BR, 2011, p. 42).

O relatório aponta ainda que “finalmente, o Banco Mundial e o Ministério da Indústria e Comércio estão começando a avaliar uma política para aumentar o conhecimento gerencial nas empresas brasileiras” (Relatório nº 63731-BR, 2011, p.28)⁹².

O Banco Mundial e a IFC⁹³ prevê expandir apoio para o nordeste, apresentada como a região mais pobre do Brasil e para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, no Cerrado e em outros ecossistemas frágeis.

92 A essa matéria a Confederação Nacional da Indústria – CNI no documento *Conhecimento e Inovação para a Competitividade*, elaborado pelo Banco Mundial no ano de 2008 afirma que: “as fontes de inovação para as firmas brasileiras e indica que a mais importante não é pesquisa e desenvolvimento, mas a compra de bens de capital e, além disso, que as empresas competitivas e os consumidores são as principais fontes de informação sobre inovação no Brasil”. (CNI, 2008, p.134).

93 O Relatório nº 63731-BR (2011) aponta que a Corporação Financeira Internacional, extensão do BM, atua no setor privado e tem presença no Relatório Estratégia para o Setor Educacional de 1999, as PPPs e grandes corporações que tratam do setor educacional, em uma ótica mercadológica, pois a IFC é quem tem prerro-

As parcerias público-privadas primordiais no Relatório Estratégia 2020 para a Educação do Grupo do Banco Mundial continuam sendo prioridade, confirmadas no Relatório 63731, porém a instituição avalia que poucos Estados fizeram progressos em parcerias, nos moldes do Banco.

Assim, os elementos presentes no *Relatório nº 63731-BR* se assemelham às metas e aos objetivos que constam no Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS e também no Programa Estrada do Conhecimento – PEC. E desse modo, percebe-se como o Banco Mundial atua no Tocantins.

O Banco Mundial para executar uma agenda econômica propõe aos governos o que deve ser realizado pelos gestores e pela sociedade civil. Apresenta-se com recursos financeiros e capacidade técnica para resolver questões por meio de políticos e empresários. Pela persuasão, defende a nova gestão pública, com facetas meritocráticas, a gestão por resultados e por produção, faz parte das indicações do Banco.

As empresas, colocadas no espaço público, são reconhecidas como eficientes e capazes de conviver sem o conflito. Viabiliza-se a política de manutenção dos empréstimos com o Brasil, no aumento de investimentos públicos e privados no país para vender seus serviços e projetos.

O retrato do Brasil posto no relatório prima pela riqueza de detalhes com que é elaborado, na preservação e exaltação do Banco, apresenta um estudo sobre a aceitação do Banco no Brasil. Nas palavras do Banco o “[...] CPS⁹⁴ de 2012-2015 desenvolverá e aprofundará a última Estratégia de País com o Brasil. O Grupo Banco Mundial tem sido um parceiro valioso para o Brasil, fornecendo soluções integradas, e de desenvolvimento multissetorial, adaptadas as suas necessidades. [...]”. (Relatório nº 63731-BR, 2011, p. i).

No Programa de empréstimos proposto pelo BIRD, para o Estado do Tocantins, constam cinco áreas: gestão fiscal e do setor público; acesso à proteção social, saúde e educação; políticas de desenvolvimento econômico regional; saneamento, transportes e infraestrutura energética e gestão de risco de desastres.

Nas relações do Banco com políticas públicas e programas aceitos e assumidos com governo federal e governos estaduais, são propostas linhas de crédito com vista ao que for mais rentável, para vender para os governos. O que se sobressai é a forma como são firmados esses empréstimos, a contrapartida que os estados assumem nos contratos, e que, depois de firmados, serão fiscalizados pelo Banco.

Ao analisar os documentos e as concepções que orientam as ações do Banco, percebe-se a forma de atuação propositiva, na medida em que se põe como instituição do capital, que tem o dinheiro e a técnica, em busca de outros espaços para vender seus serviços e aplicar suas receitas. Nas suas prioridades estão os projetos econômicos. Os que contraem os empréstimos são os Países ou os estados, neste caso, o Estado de Tocantins e nos deteremos nos acordos com o Banco Mundial.

gativas para cuidar do setor privado no Banco. (Trabalha com parceiros comerciais, investe em empresas privadas sustentáveis dos países em desenvolvimento sem exigência de aval dos governos).

94 Estratégia de Parcerias de Países - *CPS*. Estudos como o de Sônia Kruppa (2000) elucidam que no funcionamento e na organização do Banco destaca-se também o “Country Assistance Strategy” CAS, na prática rege os empréstimos, o CAS descreve a estratégia de assistência do Banco, com base em uma avaliação de suas prioridades no país e, indica o nível e a composição da assistência a ser proporcionada, com base na carteira do país e em seu desempenho econômico.

3.2. O BANCO MUNDIAL NO ESTADO DO TOCANTINS – APÓS O ANO DE 1988

Três financiamentos foram contraídos pelo Estado do Tocantins, após a criação do Estado. Os empréstimos foram realizados com o Banco Mundial, a partir de 1988, e se materializam aproximadamente a cada dez anos. Assim, os financiamentos concretizaram-se nos anos de 1994, 2004 e 2012, com ênfase no Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins – PDRIS, de onde emana o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, objeto desse estudo, bem como as possibilidades de investimento na Educação.

O Estado do Tocantins constituído pela Constituição Federal de 1988 se apresenta em consonância com os demais estados brasileiros que contraíram empréstimos do Banco Mundial. O caminho percorrido para a devida implantação de projetos e programas nos estados brasileiros surge da necessidade dos estados⁹⁵, segundo o Banco Mundial. São os interesses dos governos federal e estaduais em buscar empréstimos externos para realizar a política local e atender aos interesses de uma classe que domina o capital, na venda de serviços e projetos lucrativos. Nesta linha de conformação, os financiamentos para o Estado do Tocantins, nos três projetos, apresentam características de continuidade. Na sua essência, porém, apresenta uma evolução no que se refere ao volume de empréstimos, como se constata a seguir.

3.2.1. OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – PDRS NOS ANOS DE 1994 E 2004 NO ESTADO DE TOCANTINS: DOIS EMPRÉSTIMOS FINANCEIROS

O Estado do Tocantins contraiu o primeiro empréstimo do Banco Mundial em 1994, voltado exclusivamente para a pavimentação e restauração de rodovias, no valor de US\$ 87 milhões de dólares. O financiamento do “Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual” foi destinado à implantação, pavimentação e restauração de rodovias, prevendo maior integração entre as diversas regiões do Estado e a ampliação das condições de acesso às vias rodoviárias troncais e coletoras.

O segundo empréstimo contraído pelo Estado de Tocantins, com recursos do Banco Mundial, foi selado no ano de 2004, denominado de “Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS”. Foi formulado como uma continuidade do Projeto de Restauração e Gerenciamento de Conservação da Malha Rodoviária do Estado do Tocantins (3714-BR).

O projeto do PDRS foi configurado em consonância com as estratégias, metas e ações definidas no Programa Plurianual do Estado do Tocantins – PPA. Ele constitui o referencial técnico empregado pelo governo do Estado para negociar o financiamento parcial do projeto junto ao Banco Mundial. O PDRS contemplou prioritariamente quatro das regiões que concen-

95 O Governo do Estado do Tocantins deu entrada, na Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) (13/12/01), em dois Projetos para serem financiados com recursos do BIRD: Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e Malha Rodoviária – II. Como o Banco Mundial não estava financiando na época Projetos de caráter eminentemente rodoviário, foi criado o Projeto de Infra-Estrutura Rural (PIER), que agregava componentes do PCPR/Malha Rodoviária – II/Meio Ambiente. Em 27 de março de 2002, a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) da SEAIN aprovou a preparação do PIER. No dia 09 de dezembro de 2003 foi aprovado pela Diretoria do Banco o “Tocantins Sustainable Development Project” – Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Tocantins.

tram cerca da metade dos municípios do Estado (67 municípios) que registravam os menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, na região norte, sudeste, no leste e nordeste do Estado.

O valor do segundo empréstimo foi de US\$ 100 milhões, sendo que 60% foi de financiamento do Banco Mundial e 40% contrapartida do governo estadual. O detalhamento por regiões, valor e metas, pode ser observado no quadro 9.

Quadro 9 – PDRS: regiões contempladas, municípios, valores e metas.

Regiões	<ul style="list-style-type: none"> • Extremo-Norte (Bico do Papagaio- 25 municípios), • Nordeste (14 municípios), • Leste (Jalapão- 08 municípios) e • Região Sudeste (20 municípios).
Valor	<ul style="list-style-type: none"> • US\$ 60.000.000,00 do BIRD (60%) e US\$ 40.000.000,00 do Estado do Tocantins (40%), perfazendo um total de US\$ 100.000.000,00 de dólares.
Metas	<ul style="list-style-type: none"> • a) Eliminação de pontos críticos em rodovias municipais, com a construção de aproximadamente 600 pontes e 9.000 bueiros (US\$42.000.000,00); • b) Melhoramento de rodovias estaduais - aproximadamente 200 km (US\$30.000.000,00); • c) Aprimoramento do Zoneamento Ecológico - Econômico (ZEE) com implantação da Gestão Territorial; • d) Implantação de unidades de conservação ambiental; • e) Fortalecimento institucional do Estado e dos municípios

Fonte: <http://pdrs.seinf.to.gov.br>. **Organização:** Souza, N. N. (2014).

O segundo contrato de empréstimo nº 7208-BR com o Banco Mundial, assinado em 29 de outubro de 2004, para o Estado do Tocantins, com prazo de implementação de 2004 a 2009 no valor de US\$ 60.000.000,00, tinha o objetivo contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades rurais das regiões mais pobres do Tocantins e “reduzir as desigualdades regionais por meio da melhoria do acesso aos mercados, criar oportunidades de trabalho, à infraestrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que previa assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteção de ecossistemas frágeis”. (p.150).

As exigências do Banco de “estratégias governamentais para uma governança eficiente” (Bento, 2003, p.219) coloca a sociedade civil como co-responsável, por meio de representação no desempenho de funções que até então eram exclusivas do estado. O referendo e a iniciativa de participação popular no campo da ação legislativa foi posto como democracia direta, de que ocorram audiências públicas como etapa anterior ao selamento dos acordos.

Nos dois empréstimos dos anos de 1994 e 2004, menciona-se as possibilidades de interação da comunidade e eleger prioridades para desenvolvimento dos projetos e aplicação dos recursos. No documento específico do Plano Estratégico e Projeto Executivo, estão as razões de não terem sido realizadas audiências públicas.

No Tocantins, as decisões relativas às políticas públicas estaduais têm sido centradas basicamente no poder executivo. Essa particularidade deriva da criação recente do Estado e da consequente vulnerabilidade do poder público

municipal e da própria sociedade civil. Tal modelo demonstrou-se até então efetivo, propiciando queimar etapas no ataque ao subdesenvolvimento típico de regiões deprimidas e que, há muito, estavam fora das prioridades brasileiras. Nessas circunstâncias, o Estado e a sociedade civil têm conseguido manter um relacionamento cooperativo em políticas públicas, em posições distintas - porém complementares. (PDRS - Plano Estratégico e Projeto Executivo, Arquivo 1. p. 2, 2003).

As audiências públicas constam como obrigatórias quando assinados acordos dos Estados com o Banco. Nessas audiências, a comunidade poderia interagir, participar dando opiniões e ser esclarecida sobre dúvidas eventuais. Dois financiamentos realizados e, ainda, a justificativa das decisões concentradas no governador, pela recente criação do Estado. De 1988 a 2004, tem-se dezesseis anos. Observa-se no excerto do documento, que além de negar a população o mínimo de participação, justifica-se como se a sociedade estivesse participando em *posições distintas*. Obviamente que esses movimentos aconteceram com a participação do executivo estadual, mas também com as elites e empresários.

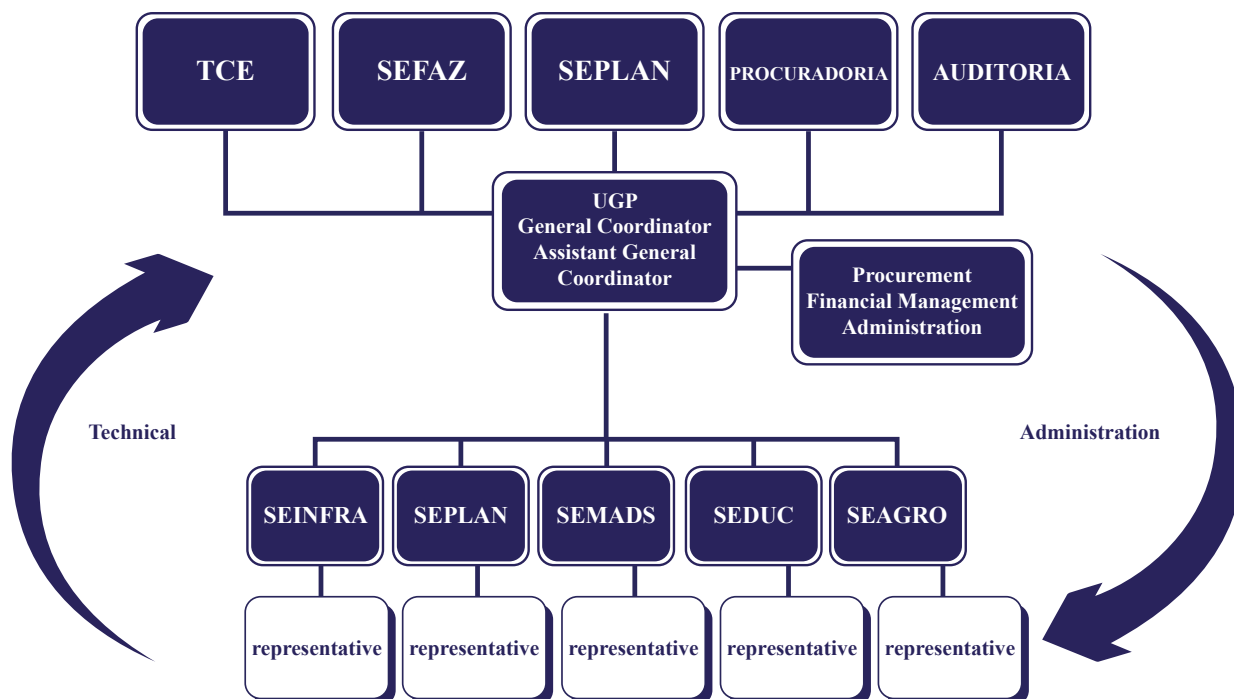
Desta forma, passemos ao terceiro empréstimo realizado pelo Estado do Tocantins com o Banco Mundial, denominado de Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS, que abrange a parte Oeste do Estado (72 municípios) com o objetivo de contribuir para melhorar a eficiência do transporte rodoviário e a qualidade de serviços públicos estaduais em 5 anos.

3.2.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL INTEGRADO DO TOCANTINS – PDRIS

O Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS, sob nº de identificação: P-121495, é o terceiro empréstimo contraído pelo Estado de Tocantins e parte da mensagem nº 97 de 05 de novembro de 2012 (nº 496, de 2012, na origem), da Presidente da República (Anexo 4). Propõe que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Tocantins e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada a financiar parcialmente o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS⁹⁶. Para que se entenda a composição do Projeto, ver fig.4.

96 Exposição de Motivos nº 00224/2012MF, de 31/10/ 2012, do Ministro da Fazenda; os pareceres favoráveis da Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins, da (STN) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; o parecer técnico da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública do Estado; a Recomendação nº 1.167, de 14/12/2009, da (Cofix), válida até 04/01/2013.

Figura 3 - Órgãos que compõe o PDRIS.



Fonte: Relatório de Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS). (Relatório N°: 56261-BR. p.49, 2012). Organização Souza, N. N. (maio/2017).

Para dimensionar o financiamento contraído pelo Estado do Tocantins oficializado no ano de 2012 e a sua forma de organização, são demonstrados os órgãos que participam do PDRIS: Tribunal de Contas do Estado, Secretaria da Fazenda, Seplam/UGP, que concentra a coordenação do projeto, a Procuradoria Estadual e Auditoria, além da Seinfra, Semads, Seduc e Seagro.

No âmbito Estadual, já havia sido aprovado o empréstimo no ano de 2009, que por meio da Lei nº 2.271, de 29 de dezembro de 2009, “autoriza o Poder Executivo a contratar a operação de crédito externo, com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externo no valor de US\$ 300.000,000.00 (Trezentos milhões de dólares), dos Estados Unidos da América” financiados pelo Bird, sendo US\$ 75 milhões de contrapartida estadual, que apesar de não constarem na referida lei estadual, estão previstos no montante do projeto, o total de US\$ 375,000,000.00 (Trezentos e *setenta e cinco* milhões de dólares) para serem aplicados entre 2012 e 2017 (5 anos), vinculando suas receitas tributárias e as oriundas de transferências constitucionais como contra garantias à União⁹⁷.

O PDRIS foi inserido no Plano Plurianual do Estado de Tocantins para o período 2012-2015, aprovado pela Lei nº 2.538, de 16 de dezembro de 2011. O representante do Poder Executivo, governador Siqueira Campos, garantiu que constaram da Lei Orçamentária Estadual de 2012 – Lei nº 2.547, de 22 de dezembro de 2011 – dotações suficientes à execução do Projeto.

A Lei Estadual nº 2.271 de 29 de dezembro de 2009 na sua aprovação tinha como finalidade quatro pontos: I - melhoria da eficiência da gestão pública; II - promoção e fortalecimento

97 A liberação dos recursos da operação de crédito prevista para o período 2012-2017, com amortizações em 40 parcelas semestrais e custo efetivo médio estimado em 3,9% ao ano, coincide com o relatório 2012 -2015 do Banco Mundial.

do sistema produtivo; III - conservação e uso sustentável dos recursos naturais e a IV - melhoria da eficiência do sistema de transportes.

No projeto aprovado no Senado Federal, o parecer da relatoria do Senador Aécio Neves, consta as despesas com pessoal no âmbito dos três poderes situavam-se dentro limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e da Resolução nº 43, do Senado Federal⁹⁸. No ano de 2012, a aprovação do projeto no Senado Federal se dá nos seguintes termos: para alcançar os objetivos, o projeto está estruturado em dois componentes: 1. Melhoria do transporte rural e 2. Eficiência no serviço público.

O PDRIS prevê estimular o desenvolvimento local e estadual por meio de melhorias nos transportes e de maior oferta de serviços públicos, sendo que 300 mil pessoas serão beneficiadas em 72 municípios. Propõe a eliminação de cerca de 2.600 pontos críticos, que foram mapeados em estradas vicinais municipais; reabilitação e conservação de cerca de 1,6 mil quilômetros de estradas estaduais, construção de pontes, bueiros e drenagem. Também a melhoria da eficiência da gestão pública e na conservação e uso sustentável dos recursos naturais. No quadro 10 apresenta a distribuição dos recursos do empréstimo contraído pelo Estado do Tocantins.

98 Outros documentos considerados para aprovação de projetos internacionais é o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, atestando que o Estado aplica corretamente os recursos em ações de serviços básicos de saúde e manutenção e desenvolvimento do ensino, em consonância com os arts. 198 e 212 da Constituição Federal e que o Estado exerce plenamente a sua competência tributária, que foi apresentado com vista à aprovação do empréstimo em evidência e o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, com o registro de que a União dispõe de margem para a concessão da garantia solicitada. Ainda, a adimplência do Estado com a administração pública federal, além do Ministério da Fazenda, bem como a formalização do respectivo contrato de contra garantia. Relatório de Gestão Fiscal da União para o 2º quadrimestre de 2012.

Quadro 10 - Recursos oriundos do 3º empréstimo do Banco Mundial ao Estado do Tocantins - 2012

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS – EM DÓLARES			
COMPONENTE 1 - MELHORAMENTO DO TRANSPORTE RURAL			
	BANCO MUNDIAL (US\$)	ESTADO	TOTAL (US\$)
Subcomponente 1.1 - Melhoramento das condições de transporte nas redes municipais	70	0	70
Subcomponente 1.2 - Melhoramento da segurança rodoviária nas estradas estaduais não pavimentadas	0	24	24
Subcomponente 1.3 - Rejuvenescimento e melhoramento da eficiência do gerenciamento da malha rodoviária estadual	160	0	160
Subcomponente 1.4 - Melhoramento das condições de transporte na rede estadual	0	40	40
Subcomponente 1.5 - Melhoramento da capacidade de planejamento e gerenciamento do transporte, da logística e segurança.	5	1	6
Sub - Total do Componente 1	235	65	300
COMPONENTE 2 - MELHORAMENTO DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM UMA SELEÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
Subcomponente 2.1 - Modernização da administração.	11	2,5	13,5
Subcomponente 2.2 - Apoio ao desenvolvimento da produção local.	5	1	6
Subcomponente 2.3 - Melhoramento do gerenciamento meio ambiental	11	2,5	13,5
Subcomponente 2.4 - Melhoramento da qualidade na educação	5	1	6
Subcomponente 2.5 - Melhoramento do atendimento dos usuários de serviços públicos e as condições de trabalho	8	3	11
Sub - Total do Componente 2	40	10	50
DESPESAS FINANCEIRAS E DE GERENCIAMENTO		10	
NÃO ALOCADO		15	
VALOR TOTAL (US\$) (dólares)		375	

Fonte: PDRIS/BM/TO/2012. <http://www-wds.worldbank.org>. Acesso em 20 de abril de 2013.
Adaptação da autora (2015).

Segundo os dados do quadro em evidência nesse terceiro empréstimo, contraído pelo Estado de Tocantins, há prazo de vencimento final de 24 anos e meio, com cinco anos de carência, e os componentes estão divididos em: componente 1 - Melhoramento do transporte rural e componente 2 - Melhoramento da eficiência dos serviços públicos numa seleção de serviços públicos. Dessa forma, permite problematizar as formas de atuação econômica e política do Banco Mundial, caracterizado pelo empréstimo de recursos a juros, que majoritariamente são destinados ao melhoramento do transporte rural, da malha viária e uma parcela consideravelmente menor para o melhoramento da eficiência dos serviços públicos. No componente 1, estão os grandes empresários, empreiteiras, evidenciado pelo volume de dinheiro destinado aos grandes investimentos do capital, na indústria, comércio e exploração.

Por outro lado, no componente 2, na gestão pública, a nova lógica meritocrática prevê recursos que são menores que tem o papel de empreender esse novo conceito orientado pelo Banco Mundial. Assim, o subcomponente 2.4 (Anexo 5) refere-se ao melhoramento da qualidade da educação e o valor de seis milhões de dólares, contabilizado nos negócios vendáveis do Banco Mundial.

O PDRIS estava previsto para ser desenvolvido em cinco anos, porém o Estado arca com o projeto de empréstimo e juros contraídos do Banco Mundial em 24 anos e meio, contando com mais 5 anos de carência. A conta que o Estado paga em longa data mantém as rendas do Banco na condição de instituição financeira, que vende produtos aos governos. São essencialmente os juros que o Estado transfere para o Banco, que proporcionam que essas dívidas sejam contraídas para pagamento em longo prazo.

Para o desenvolvimento do projeto, sete órgãos estão envolvidos: a Secretaria do Planejamento e Modernização da Gestão Pública - Seplan, administradora direta dos recursos, a Agência de Máquinas e Transportes do Tocantins - Agetrans, detentora da maior parcela de recursos, tida como primeiro componente, com gerenciamento de cerca de 80% do valor total do projeto, para melhorar a acessibilidade da população rural em estradas vicinais, as condições de transporte em trechos pavimentados, a conectividade e condições de segurança no trânsito e, ainda, o planejamento e gestão do transporte e logística.

O segundo componente contempla ações que visam eficácia nos serviços públicos. Nesta etapa, para a educação básica pública, os recursos são utilizados no Programa Estrada do Conhecimento – PEC, para seis unidades escolares. Há o envolvimento da Seplan, para modernização e descentralização dos serviços administrativos; Agricultura e Pecuária - Seagro e Instituto de Desenvolvimento Rural - Ruraltins, para realização de atividades voltadas à promoção de negócios rurais e criação de oportunidades para atrair investimentos sustentáveis; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semades e Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, que investirão em prol da melhoria da gestão, do sistema de licenciamento, monitoramento e medidas de execução ambiental, além de estudo de novas políticas públicas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais e desenvolvimento da biodiversidade.

Na análise dos três empréstimos de 1994, 2004 e 2012 que o Estado de Tocantins contraiu desde a sua criação em 1988, buscou-se apreender essa relação complexa, contraditória, desses empréstimos. A essência desse fenômeno se manifesta como um movimento que converge, quando se refere à natureza a que se destinam, e quanto aos lucros esperados pelos homens de negócios.

Pode-se aferir que os três empréstimos foram designados para suprir a malha viária do Estado. Porém, foram concebidos em diferentes momentos, num interstício aproximado de dez anos. No início da criação do Estado, eram poucas estradas pavimentadas. O primeiro financiamento relativamente pequeno em termos de montante de dinheiro foi crescendo no segundo empréstimo, e, consideravelmente no terceiro, com juros consideráveis.

Atingir os elementos reais significa desvelar o capital travestido de necessidades de um Estado que ora se constrói e, evidenciar, como o banco tem um projeto para o capital, sob a alcunha de *ajuda* e cooperação técnica aos países. Nesse movimento, procurando compreender essa realidade, a coisa em si, pode-se afirmar que dinheiro do Banco Mundial beneficia políticos e empresários na sua forma mais lucrativa, incluindo um histórico de corrupção sem precedentes⁹⁹.

Nesse sentido, políticos, partidos políticos, os empresários e banqueiros contam também segundo Fernandes (1981) com a desmoralização coletiva e de uma ordem de transição ultra-repressiva e conservadora. No Tocantins desde a criação do Estado, observa-se a atuação das elites nacionais e internacionais nas decisões políticas. São os pequenos grupos e os mesmos, em nome da ocupação do poder, governando em suas próprias causas, onde os trabalhadores tentam insurgir-se.

3.3. O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO – PEC E A RELAÇÃO COM O BANCO MUNDIAL PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

O intuito, neste item, é analisar o lugar que ocupa o Banco Mundial e como atua na educação e implantação do Programa Estrada do Conhecimento – PEC, e os elementos que motivaram o empréstimo dessa instituição financeira na educação básica, no Estado do Tocantins.

No componente 2, está disposto a eficiência dos serviços públicos, apresentado no quadro 10 do PDRIS. A educação básica aparece no melhoramento da qualidade da educação e tem a meta de reduzir a vulnerabilidade de populações pobres. As escolas escolhidas para receberem os recursos do PDRIS estão localizadas no perímetro urbano. Os recursos financeiros são destinados para escolas piloto, destinados às comunidades altamente vulneráveis ao longo da Rodovia BR - 153. O total de investimentos para a educação é 3% do valor total do projeto.

O acordo com o Banco Mundial e o Tocantins prevê empréstimo de trezentos milhões de dólares firmado no PDRIS e a contrapartida do Estado de setenta e cinco milhões de dólares, sendo que dessa quantia, seis milhões foram destinados à Secretaria de Educação do Tocantins.

99 A revelação do suposto esquema de corrupção envolvendo políticos, servidores públicos e empreiteiros apontam que o grupo fraudou licitações e contratos de terraplanagem e pavimentação asfáltica em 29 rodovias estaduais, com o fim de abastecer campanhas políticas no Estado. As investigações apontam três núcleos: o **1- Núcleo político**- em 2013 e 2014, o governo do TO, então Siqueira Campos e, posteriormente Sandoval Cardoso recebeu, por meio de empréstimos bancários internacionais R\$ 1,2 bilhão, para custear obras. A União foi a garantidora da operação de crédito. **2- Núcleo de servidores**- do valor total 70% (R\$ 850 milhões) foi repassado para Agetrans para obras de rodovias em 29 municípios. A fraude era dividida em duas partes – na 1ª os servidores direcionavam as licitações para um grupo formado por sete empresas e na 2ª os servidores atestavam medições das obras não realizadas e, aditivos que encareciam as obras em até 25%. **3- Núcleo de empresários** – recebidas as verbas do governo, os empresários, juntamente com os servidores públicos fraudavam a realização das obras. (Jornal do Tocantins, 23/10/2016. Ano 37–Nº 6.901).

Para a melhoria da qualidade do sistema de ensino voltado a crianças e adolescentes em situação de alta vulnerabilidade social, o orçamento foi de US\$ 6 milhões de dólares para a Secretaria de Educação desenvolver trabalho de ressocialização por meio da educação, em seis escolas de seis municípios do Estado.

Para entender o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS percebe-se a presença do Banco Mundial nas ações do Estado, no que concerne à educação pública no Tocantins, justificada a ligação do Banco com a educação no estado, mesmo que confusa, na simbiose do econômico e o produtivo na sociedade do capital. A naturalização das desigualdades para incluir as pessoas demonstrou que a necessidade da parceria do Banco, não só reconhece a presença do Banco na educação, como o torna imprescindível. A condição em relação à presença do Banco na educação, como se essa instituição financeira trouxesse as possibilidades de apreender a educação do Tocantins de outra forma, a partir do aporte de conhecimento e experiência que o Banco ofereceria.

A Secretaria de Educação e o mérito dos argumentos que originaram o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, revela que a Secretaria de Educação Estadual buscou a parceria com o Banco, utilizando como argumento de que somente as boas estradas e o desenvolvimento, associados ao econômico não bastariam, precisariam de educação para promover a capacitação dos trabalhadores. A Seduc necessita do empréstimo e o Banco mostra-se disposto a aplicação de poucos recursos para a educação pública.

O Banco Mundial impinge a sua ideologia na execução de seu projeto econômico, na forma de *ajuda*, para quem solicita *ajuda*, mas que, efetivamente, no concreto é o que se dispõe, enquanto instituição financeira. Por exemplo, o volume de dinheiro do empréstimo dispensado para as escolas públicas que serão atendidas no Estado com o Programa Estrada do Conhecimento. Isso, nos faz retomar a expressão do Relatório nº 63731 (2011) no dizer dos setores, que o Banco deveria priorizar e se ater às necessidades dos estados para prover seus financiamentos e não a rigidez de seu projeto.

Perseguindo o lugar que o Banco ocupa na educação básica pública e como foi constituído o Programa Estrada do Conhecimento, nos reportamos novamente ao *Relatório nº 63731* (2011), em questões nominadas pelo Banco, em termos de acesso “[...] tem apoiado a elaboração e a implementação das políticas de desenvolvimento da primeira infância com um enfoque em: funções básicas normativas e de supervisão (definição de diretrizes de currículos do desenvolvimento da primeira infância, qualidade dos professores e padrões de instalações), [...]” (p. 144), bem como o “[...] trabalho com determinados municípios na implementação de programas inovadores com efeitos potenciais de demonstração. (idem). A vulnerabilidade estava ligada ao que o Banco se propõe realizar as unidades escolares escolhidas, bem como a justificação de que essa instituição financeira não é um ente estranho à educação.

Desse modo, o trabalho “com determinados municípios” é a justificação do Programa Estrada do Conhecimento - PEC em apenas seis municípios. O Banco Mundial propõe projetos pilotos, para demonstrar mudanças, postas como possibilidades de transformação, como *vitrine*, nos lugares que o Banco empreende negócios. Nesses municípios onde sobressaem as carências de todas as ordens, o mínimo que pareça que foi realizado, pode ser potencializado como grandioso. Por outro lado, o que se evidencia é que o estado exhibe o empréstimo do Banco para a sociedade como um grande investimento realizado na educação e como se fossem advir mudanças substanciais para a educação pública.

Os estudos de Fonseca (2011) há tempos alertam sobre a necessidade de se questionar a utilização de dinheiro de empréstimo do Banco, considerando o volume e os altos juros. E se aplicando ao Tocantins, devemos considerar o número ínfimo de escolas contempladas com o Programa Estrada do Conhecimento. Além disso, com o empréstimo, o Banco executa o projeto a que se propõe, elevando seu capital com juros e persuadindo os governos na implantação de sua lógica mercadológica na educação pública.

Para a educação básica pública, a prática do Banco Mundial em âmbito nacional, desde 1970, de acordo com Fonseca, (1998, 2014), foi disseminar a expectativa de que a educação brasileira corrigiria os problemas estruturais, não veio a ocorrer, isso se dá também pela “fraca captação de recursos para o setor”. (idem, 2001b, p. 19). A autora pondera que “seria oportuno, também, que o setor educacional considerasse outras formas de cooperação internacional, cujas condições fossem financeiramente mais brandas e que não trouxessem a complexidade operacional própria dos projetos do Bird”. (Fonseca, 2011, p. 182).

Outro agravante, alerta Fonseca (2014), é “visível a intenção do Banco no sentido de dar continuidade ao processo de assistência à educação brasileira é até mesmo de incrementá-la, visto que o campo estadual abre grandes oportunidades para novos acordos”. (p.118), como é o caso do Tocantins.

Os interesses do Banco e o papel do Estado enquanto provedor de políticas públicas e aferimos que “teremos de aprender a situar claramente os problemas educacionais no próprio cerne de nossas opções políticas individuais e coletivas” (Fernandes, 1966, p. 99), sobretudo quando se trata da educação como direito e dever do estado provê-la. Em Fonseca (2016), a ingerência do Banco, que a autora se refere como a “intensidade da influência internacional [...] - compartilhada ou autonômica – com que os governos interagem [...] tem a ver com a própria orientação político-ideológica de cada governo nacional”. (p.31). São os governos federal e estaduais que propiciam a participação do Banco em todos os setores, sejam da economia ou da educação.

A esse respeito Silva (2002) constata que:

“os créditos concedidos à educação são frações de créditos econômicos e parte deles deve ser destinada aos projetos educacionais aprovados segundo critérios do próprio Banco”. Nesse contexto, o governo federal e os estaduais enfrentam a tarefa de reorganizar a educação básica pública com o propósito de ajustá-la não só às novas demandas sociais, mas, sobretudo, à realidade político-econômica ditada por esses órgãos dirigentes. Através dos ministérios e das secretarias de educação, os governos deliberam sobre a educação nacional, definindo seu sentido, finalidade, forma, conteúdos e imprimem a direção que possa legitimar o modelo econômico e político vigente. (Silva, 2002, p.12-13).

Para os projetos da educação básica pública, bem como das políticas sociais são destinados pequena parcela de financiamento, também confirmado nos estudos de Boschetti, ao afirmar que: “a interferência dos credores, por meio dos acordos firmados entre os governos nacionais e o [...] Banco Mundial, suprime muito de sua soberania nacional e os impõem regras de crescimento, de investimento e de contenção de recursos [...] que possuem implicações para [...] as políticas sociais, os direitos [...]”. (Boschetti, 2012, p.42).

Não cabe a inclusão de instituição financeira como partícipe ou mentora de processos na educação pública, por constituir naturezas adversas do capital, que não coadunam com a educação pública de qualidade, por estar a serviço do lucro e dos empreendimentos financeiros e vendáveis.

Apresentados os aspectos gerais do Banco Mundial no Estado do Tocantins, essencialmente do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do PDRIS e na educação, continuemos os estudos do Programa Estrada do Conhecimento, com o intuito de sair da aparência, nesse território permeado de contradições, com foco no *documento* do Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

3.3.1. PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO – PEC PRÁTICAS E AÇÕES NA GESTÃO ESCOLAR

Neste item, busca-se analisar comunicados e solicitações da Seduc para as Regionais de Ensino, e, destas, para as Escolas, além das Atas¹⁰⁰ produzidas nas unidades escolares por ocasião da apresentação do Programa Estrada do Conhecimento nas seis Unidades Escolares.

Observou-se também, que os técnicos da Seduc em algumas escolas desenvolvem o Programa Evasão Escolar Nota Zero – PEENZ, juntamente com o PEC. Foram coletadas nas seis escolas, dezesseis atas, de 11 de março de 2011 a 13 de outubro de 2014, documentos esses, referentes ao PEC, que fornecem elementos para elucidar a forma que o Programa chega nas escolas, bem como algumas reuniões posteriores. Percebe-se a similitude da composição das atas, na materialização do PEC nas unidades escolares, por isso apresentamos apenas alguns excertos desses documentos.

Na busca de elucidar como o PEC chega às escolas públicas, tratamos de mais dois documentos, a saber: ofício e informativo que circularam na Seduc, regionais e escolas. Desta forma, a análise se dá por meio desses documentos, imbuída do que Evangelista (2012) alerta na análise dos documentos, que precisamos nos questionar, se conseguimos captar, efetivamente, os sentidos que dão sentido ao texto.

O Programa Estrada do Conhecimento chega às escolas públicas via Seduc, por meio da Diretoria Regional, que envia em 16/11/2011 a solicitação de dados para as seis escolas de ensino médio e uma de ensino fundamental, todas selecionadas, a priori, pela Seduc. As solicitações chegam às escolas por e-mail, e os dados solicitados são: nome da escola, número de alunos, turmas atendidas, descrição das condições da estrutura física, neste item, a solicitação de fotos, ‘se for possível’, fatores que interferem diretamente na aprendizagem dos alunos (situação de vulnerabilidade) e nas necessidades urgentes de reforma.

Conforme veremos a seguir, Informativo nº1/2011 emitido pela Seduc aos Diretores Regionais das Diretorias de Araguaína, Colinas do Tocantins, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Tocantinópolis, com a denominação do assunto: Visita Técnica da Comissão Intersetorial do Programa Estrada do Conhecimento – PEC aos diretores das seis unidades escolares, com o fim de diagnosticar a realidade das escolas para fazerem parte do PEC.

100 Serão tratadas pelo código “X”, quando se referir ao nome da escola, com números de “1-6”.

O Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o Banco Mundial propõe o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, com o objetivo de apoiar 6 (seis) Unidades Escolares, situadas às margens da Rodovia Belém – Brasília que possuem alto índice de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Diante do exposto, informamos a Vossa Senhoria que entre os dias 05 a 16 de dezembro de 2011, uma equipe de técnicos desta secretaria, que compõem a comissão intersetorial responsável pelo desenvolvimento do programa, realizará um diagnóstico sócio-cultural das possíveis Unidades escolares que serão contempladas com o programa [...]. (Informativo N°1/Palmas, 30 de Nov./2011).

Logo após, a Seduc solicitou aos diretores uma reunião com a comunidade não só a escolar de pais e alunos, bem como o prefeito da cidade, secretários municipais, entre outros. Com essa agenda, a Seduc e técnicos das Diretorias Regionais de Gestão e Formação – DRGF, realizam as reuniões, com os participantes. Constava da pauta: a apresentação do Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

Assim, todas as Escolas possuem uma Ata constituída no dia da reunião, com os técnicos da Secretaria de Educação, exceto no município de Barrolândia, onde aparentemente duas escolas haviam sido contempladas com o Programa, sendo nesse município, uma de ensino fundamental – anos finais e outra, de ensino médio. Após realizada uma reunião com as duas unidades escolares, dispõem de uma Ata.

Os documentos, sobretudo, as Atas denotam que a proposta de implantação do Projeto Estrada do Conhecimento – PEC foi uma deliberação da Secretaria de Educação. Um comunicado às DRGFs, foi enviado, informando aos diretores das escolas contempladas, e solicitou providências para a realização do encontro com equipe intersetorial do Programa Estrada do Conhecimento – PEC/Seduc. O documento foi enviado pela Coordenadoria de Programas e Projetos do Ensino Fundamental a todas as Diretorias Regionais contempladas com o PEC: Araguaína, Colinas do Tocantins, Gurupi, Paraíso do Tocantins, e Tocantinópolis, datado de 01 de dezembro de 2011.

Assim, para que as reuniões acontecessem nos municípios, com as autoridades municipais, os diretores tinham a incumbência de convidar a comunidade, bem como as autoridades. Em alguns casos, a própria Diretoria Regional, Gurupi, por exemplo, envia documento ao Prefeito Municipal de Aliança do Tocantins, via diretor, reproduzimos o excerto do ofício.

O governo do Estado através da Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o Banco Mundial propõe o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, com o objetivo de apoiar 06 (seis) Unidades Escolares, situadas às margens da Rodovia Belém-Brasília que possuem alto índice de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. (Ofício nº 1237/2011/DRE/GAD).

Destaca-se que o assunto refere-se à visita da Equipe Intersetorial do Programa Estrada do Conhecimento PEC/Seduc, “para realizar um diagnóstico sociocultural”. De fato, o que ocorreu, foi à apresentação oral do projeto por técnicos da Seduc para a comunidade, confirmado no registro das Atas das reuniões nas escolas. Soma-se a isso, que nenhuma das escolas até

aquele momento, possuía, sequer, uma minuta do Programa, confirmado também pelos gestores escolares, posteriormente.

Selecionamos três atas, que refletem essa condição, por ocasião da implantação do PEC, nas unidades escolares:

“[...] iniciou a apresentação do Programa explicando o motivo que a Escola foi selecionada e especificando o objetivo do PEC que tem por finalidade a partir do componente “0” realizar um trabalho de diagnosticar a realidade do sistema educacional e a situação socioeconômica do município, para iniciar as interferências, o mesmo está localizado a margem da Belém-Brasília onde os jovens estão em situação de vulnerabilidade. Foram apresentados os componentes que norteiam o Programa, como o Componente I que é o apoio ao desenvolvimento da educação infantil, Componente II Diagnóstico da Qualidade da Educação Fundamental, Componente III Relevância da Escola e retorno dos resultados e Cursos de qualificação. (Colégio Estadual “X 1”, Ata dia: 12/12/2011).

“[...] fez a apresentação da equipe que acompanhara o lançamento do projeto PEC Programa Estrada do Conhecimento Programa criado pela SEDUC em parceria com o Banco Mundial. [...] comentou sobre o objetivo geral que é viabilizar a inclusão social, esplanou um pouco sobre o objetivo específico do projeto e as cidades contempladas. [...] O projeto procura apoiar o desenvolvimento da educação infantil através do diagnóstico da qualidade da educação fundamental, promovendo cursos de capacitações para os professores. [...]. Haverá também a relevância da escola e retorno dos resultados com a expansão do Programa Pioneiros Mirins, expansão da jornada escolar do ensino médio, implantação do ensino integral entre outros. O programa [...] também buscará através de um estudo identificar as principais causas do abandono escolar [...]. Durante as explicações ficou claro que a parceria do município é de primordial importância para que o programa acima citado se torne uma realidade e seja eficaz. (Colégio Estadual “X 6”, Ata dia: 07/12/2011).

“Apresentou a comunidade os objetivos do PEC, da relevância da escola, cursos de qualificação profissional e da poupança do aluno do Ensino Médio”. (Colégio Estadual “X 2”, Ata dia: 30/05/2012).

As atas falam da apresentação do PEC realizada por técnicos da Secretaria de Educação, em condições semelhantes, já que a Seduc se desloca de Palmas até as unidades escolares e expõe o Programa. Há entre as unidades escolares, até mesmo a ata de apresentação, redigida por técnico da Secretaria de Educação. Enquanto um dos técnicos expõe sobre o Programa, outro, redigiu a ata. Percebe-se que os diretores, recebem nas escolas a possibilidade de melhorias, sem intervirem no processo, além de pouco conhecerem sobre o PEC. Em outra ata, que refere-se à implantação do PEC, observa-se particularidades que não foram observadas em outras atas de reuniões nas unidades escolares, na apresentação do Programa.

O objetivo da visita *in loco* foi apresentar o PEC – Programa Estrada do Conhecimento, [...] iniciou apresentando a equipe do PEC. Mostrou a relevância da participação da comunidade. O Programa foi realizado pela Seduc em parceria com o Banco Mundial, a importância do município estar engajado a Unidade

Escolar para juntos desenvolverem ações imediatas para melhoria da aprendizagem; diminuição da evasão escolar; aumento de perspectivas de vida para os alunos de Ensino Médio; ofertas de cursos profissionalizantes, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida; melhoria da infraestrutura da escola e demais benefícios apresentados. O Secretário questionou a aplicação do Programa na Unidade Escolar no Colégio visto que na opinião dele tem muitos alunos em situação de risco nas escolas municipais. [...] a professora [...] explicou que estes alunos serão atendidos quando estiverem no ensino médio e seriam beneficiados caso tivessem Cemei. O Secretário municipal de Educação manifestou descontentamento em afirmar que muitas pessoas recebem todas propostas de cima para baixo, que já vem pronta, mas que ele precisa de outra reunião com a Seduc para resolver como será essa parceria, pois segundo ele o Regime de Colaboração é um regime e não um sistema, onde todos podem dar opiniões. O aluno [...] se manifestou a respeito da discussão que foi gerada afirmando que o foco da reunião é o benefício que a comunidade terá e não questões políticas. (Colégio Estadual “X 4”, Ata dia: 13/11/2011).

Na apresentação do Programa na escola estadual, acontece um questionamento por parte do secretário de educação municipal das propostas “de cima para baixo, que já vem pronta”, reforçando que o PEC foi gestado na Seduc e levado para os municípios. A Seduc quando questionada sobre o Programa e o atendimento ao município utiliza-se do argumento que na falta do Centro Municipal de Educação Infantil - Cemei, o município não poderá se beneficiar. A criação dos centros de educação infantil é um dos objetivos do Banco Mundial, dando atendimento às crianças na primeira infância e também, previsto no PEC. Além de que, caso o Secretário de Educação se oponha a parceria, os alunos não serão beneficiados, como se manifestou o aluno na reunião. Assim, resta aos estudantes esperarem pelo investimento apenas quando estiverem frequentando o ensino médio.

Após a visita da Seduc às escolas acontecem outras reuniões, que a exemplo da apresentação do Programa, escolhemos três excertos:

“[...] equipe da Seduc que veio para a Escola com o ‘PEENZ - Programa Evasão Escolar Nota Zero e PEC – Programa Estrada do Conhecimento – Banco Mundial, que desenvolveu atividades nesses três dias”. (Colégio Estadual “X 2”, Ata dia: 03/06/2012).

“[...] passou-se a analisar o PPP da Unidade Escolar verificando as ações de Prevenção, redução da evasão escolar, do abandono, da Repetência e da Distorção idade/série [...]” (Escola Estadual “X 3”, Ata dia: 11/06/2012).

“[...] falou do Programa Estrada do Conhecimento que está sendo implantado na escola, disse que o objetivo do PEC/Banco Mundial é diminuir o vandalismo em nosso estado”. (Escola Estadual “X 4”, Ata dias: 11 e 12/06/2012.)

Ao examinarmos as atas das reuniões, constata-se que estão presentes os elementos tratados no PEC como o abandono e a repetência. Mas também se percebe nesses registros, algumas discrepâncias, como “diminuir o vandalismo em nosso estado” tratado como objetivo do Programa, que atribuímos, naquele momento ainda, era recente, a implantação, no que havia aspectos que não haviam sido elucidados.

Além de que, cada direção escolar encontrou a forma de sensibilizar inclusive o chefe do Poder Executivo em cada município. O documento de uma diretora regional informa ao Prefeito Municipal que o “Colégio Estadual “X” foi à única escola desta Regional, indicada pela Seduc para participar do processo seletivo do referido programa”. Ainda, informa que foi solicitado o encontro com o Prefeito, não diz de quem partiu a solicitação, mais uma vez, percebe-se a Seduc atuando e atendendo aos propósitos do Banco Mundial, “[...] informamos que nos foi solicitado um encontro com Vossa Excelência juntamente com os Secretários Municipais de Saúde e Ação Social para dia 12 de dezembro [...]”, a diretora regional define inclusive o horário da reunião, bem como o local, neste caso, na sede da Prefeitura do município.

O Programa Estrada do Conhecimento inicialmente propunha reformar o prédio de 6 (seis) escolas estaduais que funcionam o ensino médio em 6 (seis) municípios e uma de ensino fundamental. Mesmo assim, os prefeitos municipais e secretários municipais são atraídos para o que o PEC poderia trazer de benefícios às escolas estaduais. De certa forma, os gestores municipais, pudessem também usufruir desses supostos ganhos e dar o aval para a interferência na concepção de educação dos respectivos municípios, que é de suas responsabilidade, sobretudo na educação infantil.

O empréstimo realizado pelo Estado, para as escolas estaduais e a Secretaria de Educação *Estadual* atua como interlocutora entre os municípios e o Banco Mundial, com vista à participação dos seis municípios, para atuação com as Secretarias *Municipais* de Educação. O que se observa é que os seis municípios já faziam parte, estavam inscritos no projeto do Programa Estrada do Conhecimento, elaborado pela Seduc.

O Programa é destinado para as escolas de ensino médio e uma escola do ensino fundamental, cujo financiamento é para o Estado do Tocantins, mas interfere também no ensino fundamental, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental de responsabilidade dos municípios. Os gestores municipais são chamados para investir na educação em seus municípios, com a *colaboração* do Banco. Os planos municipais de educação nesses municípios, previstos para serem construídos, bem como o propósito dos centros de educação infantil, que deverão ser criados.

Observa-se que por meio do PEC estão sendo postos em prática os elementos essenciais presentes no *Documento Estratégia de Educação - 2020*¹⁰¹, Aprendizagem para Todos: Investimento no Conhecimento e nas Aptidões das Pessoas para Promover o Desenvolvimento, um roteiro para os próximos 10 anos, no Relatório anual de 2011.

O Banco Mundial enfocará o trabalho em parceria estratégica para ajudar os países em desenvolvimento a fortalecerem seus sistemas educacionais além de insumos e a construir uma base de conhecimento global para reforma. “Novas ferramentas para avaliar os sistemas educacionais oferecerão um padrão referencial para as políticas educacionais de acordo com os padrões globais

101 O BM apresenta a colaboração com uma série de parceiros de desenvolvimento, incluindo a de Educação para Todos — Iniciativa por Via Acelerada, Unesco e Unicef, os avanços do compromisso global para alcançar as metas da Iniciativa Educação para Todos. O BM também faz parceria com o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) para fortalecer a base de evidências do que funciona em política educacional e por meio do fundo fiduciário do Programa Russo de Ajuda à Educação para o Desenvolvimento (READ) para fortalecer a capacidade de avaliação de aprendizado. Disponível em: worldbank.org. Acesso em: 12 de abril de 2016.

baseados em evidências e melhores práticas [...]”. (Banco Mundial-Relatório Aprendizagem para Todos - *Estratégia* (2020), 2011, p.12).

O Documento Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento - *Estratégia 2020* (2011) expressa que os investimentos em educação de qualidade alavancam o crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Nesse Documento o Banco diz que: “[...] a nossa Estratégia para o Sector da Educação 2020 estabelece o objetivo de alcançar a Aprendizagem para Todos. [...]”. (p.8). Os três pilares da estratégia são: investir antecipadamente, de forma inteligente e para todos.

Com enfoque na aprendizagem precoce, a proposta de que aconteça a aprendizagem não fazendo distinção do sistema formal e informal. O objetivo da aprendizagem para todos, para além da escolarização, continua sendo a pobreza, aliando-se a elementos que denotem as transformações e interesses econômicos do Banco, com os países que dependem dos seus empréstimos gastando pouco com educação, como explicitado por Fonseca (2011) e investindo em lucratividade, na lógica empresarial. A “estratégia para a educação apoia e implementa as prioridades-chave [...] ter os pobres e vulneráveis como objetivo, criar oportunidades de crescimento, promover ações coletivas globais e reforçar a governação”. (Banco Mundial, 2011, p. 03).

No documento - *Estratégia 2020* (2011), o Banco Mundial reafirma seus interesses econômicos e se volta para investimento na formação para o mercado fora da escola, em outros ambientes. Os investimentos de *grande monta* na escola não se justificam, no projeto do Banco, já que a aprendizagem para o mercado poderá acontecer em outros espaços que não o da escola. “A nova estratégia centra-se na aprendizagem por uma simples razão: o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não no número de anos que passaram sentados numa sala de aula”. (Banco Mundial, 2011, p. 03). Além de que: “investir para todos” não significa todos! Significa todos que produzem, que tem potencialidades de rendimentos e lucros. Todos são alguns.

Em síntese, as unidades escolares receberam as visitas da Seduc e do Banco e as Diretorias Regionais serviram e repassaram o que a Secretaria Estadual de Educação acordou com o Banco. Das unidades escolares e dos diretores, é exigido o cumprimento da obrigação do que foi determinado pela diretoria regional que na pirâmide do poder ascendente tem a Secretaria de Educação Estadual, que está junto com o Banco, em uma lógica em que se cruzam seus interesses, mas ao mesmo tempo, esse organismo internacional, se sobrepõe até mesmo ao Estado, portanto em uma lógica de submissão.

A gestão dos governadores e secretários de educação, notadamente a gestão do sistema estadual de ensino, além dos elementos da dinâmica capitalista presente nesta parte do País, orientam a educação e direcionam as políticas, por meio de programas desenvolvidos para as escolas públicas. Os fundamentos dessas políticas, na aparência se apresentam com preceitos de autonomia e descentralização, quando o que está posto são os ditames da nova gestão pública, na lógica compreendida como gerencialista. Esses elementos atendem as políticas para a educação, no âmbito das políticas oriundas da Reforma do Estado Brasileiro, desde 1995.

Destarte, optou-se pela apresentação no próximo item dos aspectos contemplados no PEC como um todo, desde a concepção, gênese, objetivos, recursos e financeiro, bem como os elementos didáticos pedagógicos para que o leitor dimensione o Programa como um todo.

3.3.2. O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO – PEC: CONCEPÇÃO, OBJETIVOS, AÇÕES E ATIVIDADES PREVISTAS.

Neste item, nos deteremos nas particularidades e essência do Programa Estrada do Conhecimento – PEC (2011), que é “parte do acordo de compromisso firmado entre Banco Mundial/ Brasil e Governo do Estado do Tocantins e tem como objetivo subsidiar o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável – PDRIS – Banco Mundial” (PEC, 2011, p. 6). O Programa Estrada do Conhecimento – PEC possui caráter intersetorial com a participação de nove Secretarias Estaduais e duas Autarquias: Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins e Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins.

O Programa prevê, ainda, parcerias firmadas com instituições governamentais e não governamentais e também com as prefeituras dos Municípios de Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia, “objetivando atender as Unidades Escolares que apresentam índice acentuado de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social” (PEC, 2011, p.6), devendo ser executado no prazo de cinco anos, no período de 2012 a 2017.

Os objetivos do programa estão assim constituídos:

§ Promover educação efetiva e integrada de modo a viabilizar o acesso à qualidade de vida e a inclusão social às crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social às margens da Rodovia Belém Brasília;

§ Viabilizar a melhoria da qualidade do ensino mediante a utilização de situações didáticas significativas de forma a garantir a permanência do aluno na escola;

§ Desenvolver estratégias de ensino diversificadas de forma a contemplar as necessidades e as potencialidades dos estudantes;

§ Estimular a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda para alunos (as) e famílias em situação de vulnerabilidade social (PEC, 2011, p.7).

O governo do Tocantins apresenta o PEC com o slogan ‘*Cuidar das Pessoas*’

firmando-se, assim, um marco de responsabilidades para todos os propósitos de uma nova gestão das políticas públicas que se instaura como um Novo Tocantins.

Nesta perspectiva, a Secretaria de Educação do Estado por meio do **Programa Estrada do Conhecimento** traz à discussão a preocupação com os altos índices de crianças e adolescentes em situação vulnerabilidade social às margens da Rodovia Belém-Brasília.

Essa vulnerabilidade social, caracterizada pelos alarmantes índices de prostituição de menores, tráfico de drogas e de pessoas, acentua-se a incidência de extrema pobreza, o que agrava todo o contexto familiar e também educacional, [...]. (PEC, 2011, p.7).

Em relação aos elementos atinentes à pobreza, o quadro 11 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios contemplados no Programa Estrada do Conhecimento

- PEC, à qual acrescentamos o Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM de cada um dos municípios contemplados com o PEC, como pode ser observado no quadro 11 utilizamos o município de Palmas – a capital do Estado, como parâmetro basilar na análise de comparação dos números.

Quadro 11 - Índice de Desenvolvimento Humano e Incidência de Pobreza nos Municípios Contemplados no PEC.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ABSOLUTA	IDH(M)	INCIDÊNCIA DE POBREZA
TOCANTINS	1.383.445	-	41,28%
Palmas	-	0,788	-
Aguiarnópolis	5.162	0,657	68,90%
Aliança do Tocantins	5.671	0,663	44,86%
Barrolândia	5.349	0,642	42,33%
Colinas do Tocantins	30.838	0,701	40,58%
Pugmil	2.369	0,669	42,53%
Wanderlândia	10.981	0,638	37,20%

Fonte: PEC (2010, p.13). IBGE – Censo/2010/Atlas Brasil 2013 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Org. Souza, N. N. (2015).

Constatando-se entre os municípios apresentados no quadro 11, Colinas do Tocantins é a que detém o maior índice com 0,701 e que o município de Wanderlândia possui o menor IDH com 0,638. Considerado os 139 municípios do Estado, o Município de Palmas possui 0,788%, com o maior índice. Os municípios de Lizarda e Esperantina localizadas no centro norte e norte do Estado, com os menores índices 0,570% no IDHM, bem como a elevada incidência de pobreza na população absoluta.

No Programa Estrada do Conhecimento (2011), a apresentação das *características gerais do Estado*, embasado em Parente (1999), expõe que é na economia¹⁰² de subsistência que a população encontrou formas de resistência para se integrar economicamente ao mercado nacional. Na justificativa e apresentação do PEC, foi ressaltado que “este Programa instaura-se por um problema complexo, determinado por desigualdades socioeconômicas e culturais, evidenciado há décadas e que foi acentuando-se ao longo dos últimos anos”. (PEC, 2011, p.9). Com essa realidade a política definida parte de ideias

educacionais inovadoras, as quais englobam novas perspectivas para dinamizar o processo de ensino e aprendizagem, incorporando ao currículo formas lúdicas e atrativas para os alunos, bem como, ações didático-pedagógicas que possam implementar uma visão de empreendedorismo para suplantar as forças de

102 No PEC, de acordo com dados do IBGE (2010) “quanto à economia, o Tocantins é conhecido como uma terra nova, de novas possibilidades e oportunidades, atrativa para novos investimentos”. Está assentada em um modelo expansionista de agro exportações, cerca de 89% de sua pauta de exportação é soja em grão, cerca de 10% é carne bovina e 1% outros, revelando sua forte inclinação agropecuária. Acrescenta-se a estes a exportação de minérios e seus recursos naturais. No setor terciário (comércio e serviços) suas principais atividades estão concentradas na capital, Palmas, e também nas cidades que estão localizadas à beira da Rodovia Belém-Brasília (BR’s 153 e 226). Faz-se importante frisar a relevância dessa rodovia para o Tocantins, pois ela corta o estado de norte a sul e possibilita um melhor desempenho no crescimento econômico das cidades localizadas às suas margens, servindo como entreposto de transportes rodoviários e de serviços a viajantes. Além disso, a Rodovia Belém-Brasília também facilita o escoamento da produção do Tocantins para outros estados e para portos no litoral. (PEC, 2011, p.11).

ganho ilícito que permeiam as crianças e adolescentes nos seis municípios [...], os quais apresentam maior incidência de vulnerabilidade social no ‘corredor’ Belém-Brasília. (PEC, 2011, p.9).

O empréstimo foi concedido ao Estado do Tocantins por meio do PDRIS, e tem um percentual para a Secretaria de Educação, a ser aplicado no Programa Estrada do Conhecimento - PEC, direcionado para os municípios e unidades escolares, que se iniciou no ano de 2012 e pode ser observado no quadro 12.

Quadro 12 - Empréstimo do Banco Mundial para o Tocantins destinado à Educação básica pública.

DISCRIMINAÇÃO	FONTE DE RECURSO	VALOR (US\$)
Banco Mundial	4220	5 000.000
Governo do Tocantins	100	1 000.000
TOTAL	---	6.000.000

Fonte: (PEC, 2011, p.8).

As fontes de recursos e os valores, referentes à cotação do dólar em US\$ 1,8, quando foi firmado o projeto. O Banco Mundial propunha US\$ 5 milhões de dólares e o Estado do Tocantins, a contrapartida, equivalente a US\$ 1 milhão de dólares, totalizando US\$ 6 milhões de dólares, a serem utilizados na execução do Programa Estrada do Conhecimento - PEC. Com esse aporte de recursos, o Programa Estrada do Conhecimento traz a vulnerabilidade social e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, como fatores preponderantes abordados no PEC.

Desta forma, urge a necessidade de implementar ações que possam configurar a busca de alternativas, colocando a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins à frente da definição de políticas públicas, impulsionadas por diversos segmentos governamentais, formalizando-se por um regime intersetorial, principal proposta metodológica do Programa Estrada do Conhecimento. (PEC, 2011, p.9).

Assim, no quadro 13, observam-se a descrição das obras e os respectivos valores em cada Unidade Escolar, na concepção do PEC.

Quadro 13 – Itens financiáveis nas reformas das escolas - Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

MUNICÍPIOS	ESCOLA	DESCRIÇÃO DAS OBRAS	VALOR
Pugmil	1	Ampliação e adequação de laboratórios, reforma e ampliação de refeitórios/cozinha, reforma e ampliação de banheiros.	475.000,00
Aliança do Tocantins	1	Ampliação e adequação do laboratório de informática, sala de vídeo, sala dos professores. Reforma e ampliação de refeitórios/cozinha.	475.000,00
Barrolândia	1	Ampliação e adequação de laboratórios, reforma e ampliação de refeitórios/cozinha, reforma e ampliação de banheiros.	475.000,00
Wanderlândia	1	Ampliação e adequação de laboratórios, reforma e ampliação de refeitórios/cozinha, reforma e ampliação de banheiros.	475.000,00
Colinas do Tocantins	1	Ampliação e adequação de laboratórios, reforma e ampliação de refeitórios/cozinha, reforma e ampliação de banheiros.	475.000,00
Aguiarnópolis	1	Ampliação e adequação de laboratórios, reforma e ampliação de refeitórios/cozinha, reforma e ampliação de banheiros, cobertura da quadra.	750.000,00
TOTAL	6	Previsto em R\$	3.100.000,00
		Previsto em US\$	1.823.529,00

Fonte: (PEC, 2011, Anexo 5, p. 7). Org. Souza, N. N. (2015).

Na elaboração do PEC, ano de 2011, foi previsto R\$ 475.000,00 (Quatrocentos e setenta e cinco mil reais) para cada unidade escolar destinado a reforma, exceto o Colégio Estadual Nazaré Nunes da Silva, no município de Aguiarnópolis, que consta no Programa o valor de R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais), atribuído à cobertura para a quadra de esportes, diferenciando-o do investimento das demais unidades escolares.

Além disso, a operacionalização do Programa exalta que “a proposta parte de ideias educacionais inovadoras de modo a dinamizar o processo de ensino e aprendizagem”. (PEC, 2011, p.23). Mesmo que nosso estudo não se detenha no processo de ensino e aprendizagem, nos propomos à apresentação do PEC, motivo pelo qual expomos neste item que o PEC traz também a realização da reformulação dos currículos escolares, “o desenvolvimento de ações didático-pedagógicas capazes de vislumbrar nos alunos de perspectivas empreendedoras”. (idem). Como intervenção na realidade o Programa prevê: apoio à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, expansão do Programa Pioneiros Mirins, reestruturação Curricular do Ensino Médio e Estudo Longitudinal.

a) **Apoio à Educação Infantil** Diagnosticar a qualidade do ensino, elaborar um plano municipal de educação, com metas específicas para esta etapa da educação básica, como também, elaborar um guia de orientações pedagógicas para auxiliar o trabalho do professor;

b) **Apoio ao Ensino Fundamental** Diagnosticar a qualidade do ensino, avaliar o conhecimento que o professor possui sobre os conteúdos que ministra, observando aspectos didáticos e pedagógicos de sua atuação e oferecer formação continuada específica conforme as necessidades identificadas;

c) **Apoio à expansão do Programa Pioneiros Mirins** Oferecer material didático pedagógico para os alunos e formação específica para os professores; d) **Apoio à Reestruturação Curricular do Ensino Médio** Viabilizar o desenvolvimento de ações tais como: Reforma da Infraestrutura das Unidades Escolares, Expansão da Jornada Escolar no Ensino Médio, implantação do Programa Nacional Observatório do Adolescente, Projeto Poupança do Futuro, realização de cursos de orientação profissional mediante demanda identificada e cursos específicos de prevenção à saúde.

e) **Implementação do Estudo Longitudinal** – Acompanhar um grupo de alunos por um determinado período para identificar as causas que levam ao abandono escolar. (PEC, 2011, p.23).

O Programa destaca que todos os níveis de ensino terão um currículo articulado, de forma adequada à realidade de cada município. “O Ensino Médio será reestruturado tendo em vista agregar aos componentes curriculares outros saberes da realidade cotidiana do jovem”. (p. 23). Também, serão oferecidos cursos de orientação profissional e cursos de promoção à saúde, à segurança e à qualidade de vida conforme, as necessidades identificadas em cada município.

No objeto desta tese sobre como se constitui o PEC e implicações na gestão escolar, observe que o oferecimento desses cursos serão definidos considerando aspectos intersetoriais, a partir do apoio de diversos segmentos governamentais, tanto no âmbito Estadual quanto no âmbito Municipal e o setor privado.

A estrutura do apoio intersetorial será definida de acordo com as especificidades de cada órgão, os quais deverão firmar parcerias com a Secretaria de Educação e apresentar projetos especiais para atender à situação problema que envolve o Programa. Para tanto, serão indicados os órgãos que deverão compor as devidas parcerias, após estudos em cada Município beneficiado. (PEC, 2011, p.24).

São as nove secretarias mencionadas no início deste item, a saber: 1) Secretaria da Cidadania e Justiça; 2) Secretaria do Trabalho e Assistência Social; 3) Secretaria da Ciência e Tecnologia; 4) Secretaria da Cultura; 5) Secretaria do Desporto; 6) Secretaria da Juventude; 7) Secretaria da Agricultura; 8) Secretaria da Saúde e 9) Secretaria do Turismo. O PEC propõe também firmar parcerias com as Prefeituras dos respectivos municípios e com órgãos institucionais tais como: a) Ministério Público; b) Associação dos Conselheiros Tutelares; c) Juizado de Menores e d) União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime; além das duas autarquias destacadas anteriormente: Ruraltins e Naturatins, e ainda, outras instituições não governamentais e órgãos que compõem o Sistema “S”, como Sesc, Senac, Sesi, Senar, e Sebrae. (idem).

No PEC (2011) a gestão do Programa foi prevista em dois eixos e estruturada em quatro componentes. O primeiro eixo refere-se ao diagnóstico da realidade local e, o segundo consiste no desenvolvimento de ações preventivas, enquanto que os componentes ancorados na perspectiva da ecopedagogia têm a função de nortear o trabalho a ser desenvolvido, conforme especificação a seguir:

COMPONENTE – 0

Diagnóstico do sistema educacional e da realidade socioeconômica dos respectivos municípios, verificando os aspectos gerais da gestão escolar, aspectos didático pedagógicos, como também as características econômicas e sociais da comunidade local.

COMPONENTE – I

Apoio ao desenvolvimento da Educação Infantil – Elaboração do Plano Municipais de Desenvolvimento da Educação Infantil – Diagnóstico da qualidade do ensino em duas etapas, sendo uma no início e outra no final do programa; elaboração de plano municipal de educação infantil em conformidade com os municípios, capacitação de professores, elaboração e distribuição de guia de orientações didático-pedagógicas para a Educação Infantil.

COMPONENTE – II

Diagnóstico da qualidade da Educação Fundamental/Formação de Professores – análise do contexto da sala de aula e avaliação dos conhecimentos específicos dos professores em relação ao conteúdo que ministra e a metodologia adotada. Esta avaliação será realizada em duas etapas, sendo uma no início e outra no final do programa, e realização de cursos de formação continuada para professores.

COMPONENTE – III

Redução do abandono/Relevância e retorno na escola (permanência do aluno e a melhoria da aprendizagem) Expansão e melhoria do Programa Pioneiros Mirins, ampliação da jornada escolar do Ensino Médio, Reforma da Infraestrutura da escola, implantação do Programa Observatório dos Adolescentes, Projeto Poupança do Futuro, Cursos qualificação profissional e Cursos específicos de prevenção à saúde (PEC, 2011, p.25-26).

No componente III está previsto como ação do Programa, a implementação de um estudo longitudinal, que consiste em acompanhar um grupo de alunos a partir do 9º ano do ensino fundamental, com vistas a verificar o quantitativo de alunos, que concluem o ensino médio, além de ter o propósito de identificar as causas que levam os alunos a abandonarem a escola. A operacionalização das atividades previstas no PEC, no quadro 14.

Quadro 14 - Indicadores de atividades previstas no PEC – 2011.

ATIVIDADE	INDICADOR INTERMEDIÁRIO	INDICADOR DE RESULTADOS
Componente 0 (até dezembro de 2011)	Preparar instrumento único; Visita <i>in loco</i> realizada; Resumir resultados num relatório; Reunião com parceiros.	Apresentar resultados para o Secretário; Termos de adesão assinados com os Parceiros.
Componente 1 – Desenvolvimento infantil		
Diagnóstico de qualidade (1ª rodada – jul. 2012; 2ª rodada jul. 2015).	TdR* ¹⁰³ preparado, licitação, contratação de consultoria empresa Relatório da pesquisa (2 rodadas); Disseminação dos resultados as comunidades; iniciar diálogo sobre planos de melhoria	Melhoria no resultado avaliação da educação infantil.
Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento da Educação Infantil (jan./ mai. 2013).	Realizar reuniões adicionais para a elaboração dos planos municipais de educação; Plano de desenvolvimento único com orientações específicas para os 6 municípios; Plano preparado.	Melhoria no resultado avaliação da educação infantil.
Materiais e formação (2ª metade 2013).	Guia preparado; Formação realizada (número de professores formados).	Melhoria na metodologia do professor; Capacitar 250 professores.
Componente 2 – Qualidade de educação		
Avaliação da qualidade; Observação na sala de aula (1ª rodada - nov. 2012; 2ª rodada - nov. 2015); Avaliação de conhecimento dos professores (1ª rodada - fev. 2013; 2ª rodada - fev. 2015).	TdRs finalizado, licitar, contratar; Visitas de sensibilização; Termo de Adesão; Relatório das observações (2 rodadas); Relatório da avaliação de conhecimento realizado (2 rodadas).	Disseminação para as comunidades; Melhoria entre as observações em sala de aula.
Formações especializadas (Set 2013 - Out. 2014)	Professores formados (250).	Melhoria entre avaliações de conhecimento.

Componente 3- Relevância e retorno na escola		
Expansão e melhoria do Programa Pioneiros Mirins; Complementar com melhor formação, mais materiais (Início de 2013).	TdRs finalizado, licitar, contratar e adquirir.	Taxa de abandono (Censo Escolar).
Ensino Médio Renovado ou outra reforma de jornada ampliada ou tempo integral no Ensino Médio; Reforço no núcleo comum (bens e serviços). Observatório do Adolescente; Educação Financeira na Escola (bens e serviços); Cursos com interesse especial para meninas (mas abertos para todos), (consultoria, bens e serviços); Saúde (bens e serviços); (Desenvolver / organizar – Jul./ Dez 2012); (Implantar – Início 2013).	Adequação curricular concluída; Número de professores formados no curso de Educação Financeira. Número de alunos atendidos no curso de Educação Financeira; Número de professores formados em cursos de interesse especial; Número de alunos atendidos pelos programas de Saúde.	Resultado de desempenho no SALTO; Taxa de ausência dos alunos (SGE).
Reforma da infra-estrutura limitada (fev. 2013 – Fev./2015).	TdRs finalizado, licitar, contratar e adquirir.	
EM – Poupanças do Futuro (Desenho – 2013; Implantar –2014 - 2016).	Desenhar e implantar o programa Poupança do Futuro.	Programa implantado.
Estudo longitudinal (Ago/ 2012).	TdR preparado, licitação, contratação de consultoria/ empresa; Relatório da pesquisa de todo o estudo; Disseminação dos resultados para secretaria e a comunidade.	Resultado do estudo.
Monitoramento do Programa (mar 2012).	Elaborar as ordens de serviço; Aplicar instrumento de monitoramento.	Divulgar os resultados para a Secretaria da Educação e comunidade escolar.
Kit Divulgação do Programa (jan. 2013).	Contratar serviços; Preparar logomarca.	Materiais preparados e distribuídos: Mochila e camiseta para alunos e equipe.

Fonte: PEC (2011, Anexo 6, p. 8-9).

O quadro 14 de indicadores, prevendo as atividades, indicador intermediário e indicador de resultados, nos componentes 1, 2 e 3, na educação infantil, qualidade da educação e relevância e retorno na escola, respectivamente, apresentam as particularidades das ações, tempo e formas de concretização. Nos Capítulos 4 e 5, percebe-se empiricamente que as ações e datas estão aquém do que foi planejado. A incompatibilidade se dá pelo que não foi desenvolvido no Programa. Vejamos.

As metas no PEC (2011) são previstas para a elaboração de *Planos Municipais de Educação*, para acontecerem nos seguintes moldes: previstos para serem elaborados nos anos de 2013 (1 plano), 2014 (2 planos) e, 2015 (3 planos), além de “pelo menos 4 monitoramentos em sala de aula”. (p.10). Constata-se que até o primeiro trimestre do ano de 2017 ainda não foram concretizadas essas ações.

Outro fato emblemático é quando se refere a *reduzir o abandono* dos alunos na escola: são previstas ações para serem realizadas reduzindo 3% em 2013; 8% em 2014; 13 % em 2015; 19% em 2016; 25 % em 2017. Para reduzir o abandono dos alunos, as ações previstas para iniciarem no ano de 2013 necessitariam vir em um crescente, para chegar ao ano de 2017 em 25 %. Constata-se no empírico que nenhuma ação foi realizada até o primeiro trimestre de 2017.

Posto a concepção, gênese, objetivos e recursos financeiros do Programa Estrada do Conhecimento, - PEC, recorremos a Fernandes (1966) de que não há dúvida de que a educação modela o homem. “Mas é este que determina socialmente a extensão das funções sociais construtivas da educação em sua vida”. (p. 71). Além de que,

existe uma interdependência estrutural e dinâmica entre a educação e a sociedade, em consequência da qual: 1) a educação forma o homem; 2) o homem define o valor social da educação. É preciso ter sempre em mira esses dois pólos do problema; [...] a importância da educação como técnica social e as funções que ela chega a desempenhar na formação da personalidade dependem estreitamente do modo pelo qual os homens entendem socialmente, por causa de suas concepções do mundo e das suas condições de existência, as relações que se devem estabelecer entre a educação e a vida humana. (Fernandes, 1966, p.71).

Assim, entendemos que temos elementos para a análise da implementação, discutindo a educação na escola pública nas contradições inerentes ao capital, na perspectiva da emancipação, mesmo que essa lógica esteja na contramão, no contexto do capital que considera as questões econômicas, tanto quanto a atuação das forças políticas em decorrência de recursos financeiros advindos de empréstimo internacional, para reconstrução da malha viária. Uma pequena parcela desses recursos foi dispensada para programa piloto voltado para a educação básica pública. As mudanças empreendidas no sistema de educação básica pública do Estado estão imbuídas das orientações fornecidas pelo Banco Mundial implementado com aporte técnico, recursos financeiros e colaboração dos gestores locais.

CAPITULO 4

O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO – PEC E AS FORMAS DE ATUAÇÃO NAS SEIS ESCOLAS ESTADUAIS PÚBLICAS - TO

Nos estudos desta tese foram percorridas várias cidades e localidades do Estado através de seu principal rio, o Tocantins. No entanto, nesta fase da viagem, continuamos e pela BR-153, rodovia que secciona o país de norte a sul, que na materialidade do asfalto, permitiu a condução e descortinar o Programa Estrada do Conhecimento.

O PEC, introduz outra concepção na gestão escolar, por exemplo por meio da avaliação, parcerias, reformas nas unidades escolares e a jornada escolar. Com esses elementos, neste capítulo, temos dois objetivos: o primeiro compreender como a *avaliação* medida por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, foi um critério de escolha das escolas. No segundo objetivo, analisar como as parcerias, reformas e a jornada escolar modificam a gestão das escolas, bem como a vulnerabilidade social.

Assim, elegemos as seguintes questões: a) Como se apresenta nas escolas a avaliação, um dos condicionantes para a implementação do PEC? b) Como ocorrem as reformas nas seis escolas partícipes do PEC? c) Em que termos funcionam as parcerias nas seis escolas? d) O que significa a escola de tempo integral na concepção do PEC; e) Como se materializam os recursos financeiros para a manutenção das escolas?

Na busca de elucidar os elementos fundamentais da pesquisa realizada em um Estado permeado de contradições, formado nas lutas sociais e políticas com interesses antagônicos, na seara do campo e da cidade, recorreremos as análises de Fernandes (1966), ao afirmar que depende da educação como fator social construtivo. O que nos parece que “mesmo os recursos materiais, humanos ou técnicos, mobilizados efetivamente, acabam sendo explorados de maneira extensamente irracional e improdutiva”. (Fernandes, 1966, p.351).

Este capítulo trata essencialmente do *Programa Estrada do Conhecimento* no seu documento, no *Relatório nº 63731- BR (2011)*, oriundo do relatório o *Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS*, que dele deriva o *PEC*, além do documento *Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial, o documento Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento (2011)*. Sigamos para demonstrar como da concepção passou-se à implementação do PEC nas seis escolas públicas situadas dentro de uma totalidade.

4.1. NO ESTADO DO TOCANTINS: O SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Para prosseguir e relembremos que o Programa Estrada do Conhecimento traz a avaliação, os resultados do Ideb, como prerrogativa para a escolha das unidades escolares participantes. Nessa seara não há consenso quando o assunto é avaliação, muito menos quando se refere ao campo educacional. Trata-se de fenômeno complexo, que escapa à teoria e intervém no campo político, social e na dinâmica da organização e gestão das escolas, penetrado de valores. Assim, propomos uma discussão na busca de compreender como se apresenta nas escolas a avaliação¹⁰⁴, já que ela é um dos condicionantes para a implementação do PEC.

A exposição do *Relatório nº 63731* (2011) dos dados do aumento do Brasil¹⁰⁵ de 52 pontos em matemática de 2000 a 2009 foi um dos maiores em termos de pontuação média do País nas três disciplinas testadas (linguagens, matemática e ciências) “aumentou 33 pontos durante a década, de 368 para 401”. (idem, p. 145). O Banco Mundial diz que tem contribuído para a melhoria da qualidade na educação no Brasil

[...] abrangendo as principais questões da qualidade da educação que não são totalmente abordadas pelas políticas atuais, principalmente: a) qualidade dos professores, b) índices de repetição e distorção de idade-ano escolar, que continuam, de longe, os mais elevados na América Latina; e c) qualidade do ensino médio. [...] aumentou a capacidade do Ministério de apoiar uma avaliação rigorosa das promissoras reformas e programas nos níveis estadual e municipal, e modo a apoiar a disseminação das políticas baseadas em evidências. (Relatório nº 63731, 2011, p. 145).

Nessa complexidade da avaliação, o Banco Mundial, no *Relatório nº 63731- BR* (2011), apresenta a Estratégia de parceria de País para o Brasil – exercícios fiscais de 2012 a 2015, aos dados das avaliações das escolas. O Banco diz que a qualidade da educação no Brasil está melhorando e uma maior atenção foi dada ao monitoramento dos resultados. “A qualidade do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb nos primeiros anos do ensino fundamental melhorou de 3,8 em 2005 para 4,2 em 2007 a 4,6 em 2009. O Ideb do ensino médio também melhorou de 3,4 em 2005 para 3,6 em 2009”. (Relatório nº 63731, 2011, p. 144).

Apesar do Banco Mundial apresentar dados satisfatórios sobre a avaliação no *Relatório nº 63731- BR* (2011), a contradição expressa, ao analisar o *Relatório Estratégia 2020* (2011), os dois relatórios datados do mesmo ano, observa-se que o Banco Mundial diz que “os níveis de aprendizagem que têm sido medidos em muitos países em desenvolvimento são, no entanto, alarmantemente baixos, especialmente entre as populações desfavorecidas”. (*Estratégia 2020*, 2011, p.3).

Percebe-se que o Banco atua junto aos órgãos governamentais influenciando avaliações como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, para aferir o desempenho do sistema educacional brasileiro, com os resultados estratificados da unidade de ensino, município, estado,

104 No Brasil alguns estudiosos que trazem contribuições sobre o tema da avaliação: Dias Sobrinho (2000; 2002), Souza; Bonamino (2012), Freitas (2013).

105 O Relatório apresenta que esses dados representam o terceiro maior progresso de qualquer país no período, após Luxemburgo (aumento de 38 pontos) e Chile (aumento de 37 pontos). (Relatório nº 63731, 2011, p. 144).

regiões geográficas até o âmbito da União. Nas propostas de intervenção, segundo o *Estratégia 2020* (2011) estão presentes as novas ferramentas para avaliar os sistemas educacionais, no oferecimento de um padrão referencial para as políticas educacionais de acordo com os padrões globais baseados em evidências e melhores práticas, para a educação em todos os níveis.

Isto posto, sigamos com a questão da avaliação no Tocantins.

A avaliação da rede escolar pública do Tocantins estabelecida pelo Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins – sisAPTO/Salto e a Lei 2977/2015, que aprovou o PEE/TO (2015-2025) no Art. 10, preconiza que o Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica do Tocantins, “coordenado pela Secretaria da Educação, em colaboração com os Municípios, constitui fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas deste nível de ensino”. Até o ano de 2025 está posto na Lei nº 2.977/2015§1º que o sistema de avaliação a que se refere o Art. 10 produz, no máximo, a cada dois anos:

I - indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos alunos, apurado em exames nacionais e estaduais de avaliação, com participação de, pelo menos, 80% dos alunos de cada ano escolar, periodicamente, avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo Censo Escolar da educação básica;

II - indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão.

§2º A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do §1º deste artigo não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

§3º Os indicadores mencionados no §1º deste artigo são estimados por etapa, estabelecimento de ensino e rede escolar, em âmbito estadual, sendo amplamente divulgados, ressalvada a publicação de resultados individuais e indicadores por turma, que fica admitida, exclusivamente, para a comunidade do respectivo estabelecimento e para a Secretaria da Educação.

§4º Cabem ao SAETO, coordenado pela Secretaria da Educação, a elaboração e o cálculo dos resultados e dos indicadores referidos no §1º deste artigo. (DOE/TO, nº 4.411, PEE/TO (2015-2025, Lei nº 2.977/2015).

Para a Seduc (2015) a partir dos resultados do Saeb e dos indicadores apontados pelo Censo Escolar busca-se acompanhar a evolução do desempenho dos estudantes ano a ano, definir ações e destinar recursos que vão contribuir para consolidar uma Educação Integral e Humanizada¹⁰⁶.

106 As provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2015 foram aplicadas no Tocantins no período de 9 a 20 de novembro. Participaram do exame, cerca de 48 mil alunos de escolas das redes públicas e particulares. Cada uma das avaliações do Saeb envolve dois tipos de instrumentos. Os testes de desempenho, a serem aplicados aos alunos e os questionários contextuais, direcionados aos estudantes, professores e diretores. Há ainda o questionário específico da escola. Os testes de desempenho abrangem as disciplinas de língua portuguesa e matemática, contendo cada prova dois blocos de cada área do conhecimento. Disponível em: <http://secom.to.gov.br>. Acesso em: 01 de março de 2016.

Também para a Seduc (2015) o Sistema de Avaliação da Aprendizagem Permanente do Estado do Tocantins visa reconhecer as potencialidades e deficiências dos estudantes e auxiliar professores e alunos na preparação para as avaliações internas e externas. A Secretaria de Educação distribuiu os Guias de Aprendizagem¹⁰⁷ para as escolas estaduais das 13 Diretorias Regionais de Ensino. Nestes termos, percebe-se que “esse processo se manifesta em práticas de estímulo ao sucesso individual, ao culto ao mérito e à competitividade entre alunos e entre as instituições de ensino”. (Araújo, 2012, p. 128-129).

O Sistema de Avaliação da Aprendizagem do Tocantins foi criado em 2011, conforme apresentado no capítulo 2, para avaliar a qualidade de ensino e aprendizagem na Educação Básica das Redes Municipal e Estadual de Ensino.

A partir de então a avaliação, de maneira censitária, no que concerne às turmas de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio nas escolas públicas da rede estadual, são aplicadas avaliações das disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, Biologia, Química e Física.

Segundo a Seduc (2011), a avaliação realizada pelo Estado serve como termômetro para os exames nacionais. Constata-se que o processo das avaliações pressiona os alunos para o *bom* desempenho. A avaliação ocupa espaço e destaque, sobretudo como uma exigência do Banco Mundial. A escolha das 6 (seis) unidades escolares para comporem o PEC se dá a partir dos resultados apresentados no Ideb.

Assim, reforça-se que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e o Censo Escolar foram apontados como os balizadores para a implantação do Programa Estrada do Conhecimento que coloca a

Secretaria da Educação do Estado do Tocantins à frente da definição de políticas públicas, impulsionadas por diversos segmentos governamentais, formalizando-se por um regime intersetorial, principal proposta metodológica do Programa Estrada do Conhecimento. É importante ressaltar que este Programa instaura-se por um problema complexo, determinado por desigualdades socioeconômicas e culturais, evidenciado há décadas e que foi acentuando-se ao longo dos últimos anos. Diante de tal realidade a política definida, parte de ideias educacionais inovadoras, as quais englobam novas perspectivas para dinamizar o processo de ensino e aprendizagem, incorporando ao currículo formas lúdicas e atrativas para os alunos, bem como, ações didático-pedagógicas que possam implementar uma visão de empreendedorismo para suplantar as forças de ganho ilícito que permeiam as crianças e adolescentes nos seis municípios [...] os quais apresentam maior incidência de vulnerabilidade social no ‘corredor’ Belém-Brasília. (PEC, 2011, p.9).

107 A Seduc visando o fortalecimento da prática pedagógica e, com base no Referencial Curricular do Ensino Fundamental, Proposta Curricular do Ensino Médio e Matriz de Referência da Prova Brasil, que norteiam as avaliações do Sistema de Avaliação Permanente da Aprendizagem do Estado do Tocantins – sisAPTO, confeccionou o Guia de Aprendizagem, destinado aos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins. Os Guias de Aprendizagem, por meio de itens elaborados, objetivam contribuir para o seu desenvolvimento educacional e melhorar a qualidade do ensino com foco em uma educação integral de forma humanizada. Disponível em: <http://seduc.to.gov.br>. Acesso em: 01 de março de 2016.

Consta no Programa Estrada do Conhecimento, um dos requisitos para a seleção dos municípios e das unidades escolares foram os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica Ideb, conforme especificação no quadro 15.

Quadro 15 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (4º ao 9º ano).

MÉDIA NACIONAL 4º e 5º ANO	MÉDIA NACIONAL 8º e 9º ANO	MÉDIA POR MUNICÍPIO	4º e 5º ANO	8º e 9º ANO
4,9	3,8	Aguiarnópolis	4,1	3,9
		Aliança do Tocantins	4,5	3,8
		Colinas do Tocantins	5,0	4,0
		Barrolândia	4,1	4,0
		Pugmil	3,9	3,3
		Wanderlândia	4,3	3,2

Fonte: PEC (2011, p. 16).

Dentre os seis municípios indicados para participarem do Programa Estrada do Conhecimento, verifica-se que o município de Pugmil apresenta o menor índice na fase inicial do ensino fundamental, com média de 3,9, ficando abaixo da média nacional, de 4,9. Além disso, ocupa o segundo lugar no mesmo grupo na etapa final do referido nível de ensino, com média de 3,3 atrás apenas do Município de Wanderlândia, com média de 3,2. Observa-se que o PEC (2011) não apresentou o Ideb do ensino médio no período.

Na categorização apresentada, em relação às dificuldades na gestão da escola pública, nas avaliações e preocupações com os índices às preocupações e ações no cotidiano da escola, estritamente voltados aos resultados das avaliações. As escolas estão pressionadas pelos índices. Os gestores atuam para que as escolas estejam entre as melhores no ranking, pressionados por uma lógica que faz com que trabalhem intensiva e exaustivamente, com foco exclusivo nas avaliações.

Por outro lado, alerta Dias Sobrinho (2002), que a cultura das avaliações desintegra currículos, estruturando os conteúdos em divisões e compartimentos que proporcionam uma maior facilidade para os alunos realizarem as avaliações, porém “com a repetição, isso vai criando e promovendo a mentalidade do ensinar e aprender para o sucesso nos exames”. (p.183).

De acordo com Freitas (2013), as escolas estão sendo forçadas a empreender todo seu esforço na produção da nota do exame, como se a nota alta no Ideb fosse sinônimo de boa educação. O autor sinaliza ainda que o sistema pode estar entrando em exaustão, pondo as escolas e seus profissionais sob suspeita permanente, incentivando fraudes, treinando para responder a testes, pois os resultados dos exames não podem explicar a realidade das escolas. A atenção terá de ser não às técnicas de medição ou controle, mas ao conjunto do projeto na lógica da responsabilização e privatização, que segundo o autor, “caminham juntas”.

A própria pressão sobre as escolas públicas feitas pelos estados com suas políticas de responsabilização tem seu limite na realidade concreta das escolas. Para Freitas (2013), o que está em jogo é a concepção de como se organizar e promover a educação pública. A meritocracia

tornou-se o ingrediente básico desse processo, pelo qual se pretende legitimar perante a opinião pública as ações de controle dos profissionais da educação, bem como a forma de gestão.

Tem-se a legitimação de vários interesses sob o manto da objetividade científica das avaliações. “[...] se juntam os objetivos dos políticos interessados em apresentar resultados aos seus eleitores, com os objetivos das corporações empresariais interessadas em garantir o controle ideológico da educação, e com os interesses da indústria educacional [...]”. (Freitas 2013, p. 64).

Para o Banco Mundial no Relatório 2020 (2011), “os níveis de aprendizagem que têm sido medidos em muitos países em desenvolvimento são, no entanto, alarmantemente baixos, especialmente entre as populações desfavorecidas”. (World Bank, 2011, p.7). Com essa constatação o documento propõe para a educação: prioridade nos resultados; peso das avaliações; sobretudo, as de larga escala; como melhorar as aprendizagens e técnicas inovadoras.

Essa prática desconsidera o cotidiano da escola para colocar peso sobre as avaliações em que os gestores escolares têm a determinação de atuarem no fortalecimento voltado aos resultados. Os gestores pressionados para que os resultados sejam satisfatórios e estejam previstos dentro de uma escala que necessita ser alcançada, sob a condição de manutenção ou alcance de índices, mesmo que para isso seja necessário que as menções atribuídas aos alunos sejam forçadas.

O trabalho pedagógico nas escolas do Tocantins prioriza resultados, obtidos por essas avaliações de larga escala. Assim, as cartilhas produzidas para os professores e alunos denominadas de material de apoio, aliadas aos prêmios pelo desempenho, na lógica do Banco Mundial, simulam parecer como necessidade de estudos dos estudantes.

Assim, a nova gestão pública tem na avaliação as formas de regulação. Segundo Oliveira (2015) a avaliação proporciona o controle sobre a eficiência e eficácia, no caso da educação, tomada como sinônimo de qualidade. “A qualidade da educação tem posto no centro das políticas educacionais, a avaliação do desempenho acadêmico, como único critério de verdade e mecanismo de distribuição dos bens sociais, comprometendo o direito à educação de importantes segmentos populacionais”. (Oliveira, 2015, p.640).

Elementos como esses distanciam da educação problematizadora que deve propor às pessoas dimensões significativas de sua realidade. Nesse sentido, Freire (1978) diz que é preciso superar as ‘situações-limites’ em que os homens se acham quase coisificados e as avaliações, sobretudo, as de larga escala, são elementos de coisificação do ser humano. As avaliações se tornaram um dos condicionantes nas escolas, é quase um currículo designado aos resultados, em que os diretores desempenham a função de *líder* ou *cobrador*, aquele que atribui aos professores, por meio do coordenador pedagógico, ou diretamente, diuturnamente, a importância do trabalho, na lógica dos *melhores* índices.

4.2. MECANISMOS DE ATUAÇÃO: PARCERIAS E REFORMAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Neste item, apresentamos as parcerias e reformas das seis escolas públicas, no Programa Estrada do Conhecimento, o seu caráter intersetorial com a participação de nove Secretarias

Estaduais e duas Autarquias, instituições governamentais e não governamentais e também com as prefeituras dos Municípios selecionados para participarem do PEC.

Com vistas a revelar as parcerias¹⁰⁸, percebe-se a existência das parcerias nas seis escolas estudadas. Estas foram, em sua maioria, firmadas com órgãos públicos a exemplo: prefeitura municipal, secretaria de saúde, Cras¹⁰⁹, e Ruraltins. Ademais, percebe-se que as escolas também dão a contrapartida nos municípios com ajuda mútua e a integração das unidades escolares com as comunidades a qual estão inseridas.

As parcerias acontecem com o comércio local, mas são escassas, concretizam-se em festividades comemorativas quando as escolas recebem doações, por meio de brindes. Essa ajuda do comércio às unidades escolares não se traduz em colaborações substanciais, devido ao fato, de que, o comércio nesses municípios é, em sua maioria, de pequeno e médio porte.

Na realidade nas seis escolas, a presença do Estado ocorre de duas formas: 1) omissivo, no que se refere às responsabilidades com a escola e aquelas comunidades, sobretudo, aos investimentos nas estruturas físicas e manutenção das escolas e 2) interventor, em uma lógica de mando e autoritarismo nas ações propostas pela Secretaria de Educação, que aportam nas escolas para serem efetivadas pelos diretores.

O Programa Estrada do Conhecimento obteve anuência política da Seduc para, agir nos negócios econômicos como um catalisador, explorando oportunidades de investimento para a educação. Pensada a partir do Banco, propôs em termos de recursos para reformar as escolas por meio dos editais¹¹⁰ suscetíveis a negócios comerciais numa simbiose entre o Banco e o Estado. Nos lembra Fernandes (1979) que a “intervenção do Estado, a administração da economia opera dentro dos quadros do capitalismo, com vistas a consolidar os lucros capitalistas, ou pelo menos aqueles setores essenciais dos monopólios capitalistas”. (p.48).

Os recursos que as empresas poderão usufruir, nas obras das escolas são tímidos, se considerado o valor total do financiamento do PDRIS. No quadro 16, apresentamos o montante de dinheiro previsto nas obras, bens de serviços e consultoria constante no Programa Estrada do Conhecimento.

108 O PEC criado em 2011 no Tocantins, faz parte da conjuntura nacional do governo da Presidente Dilma Rousseff (2011-2014), que aderiu as Parcerias Público-Privadas - PPPs.

109 Centro de Referência de Assistência Social - *Cras*.

110 Diário Oficial Nº 4.178, 25 de julho de 2014 e Diário Oficial Nº 4.482, 21 de outubro de 2015.

Quadro 16- Planilha de Custos utilizados no PEC – 2011.

PLANILHA DE CUSTOS		
TAXA DE CAMBIO: US\$ 1.00 Reais		R\$ 1.8 – Dólar
Categoria	R\$	US\$
Obras	3.100.000,00	1.823,529, 00
Bens e Serviços	5.762.080,00	3.389.458,80
Consultoria	1.337.920,00	787.011,80
		5.999999,60
TOTAL	10.200.000,00	6.000.000,00

Fonte: PEC (2011, Anexo 1, p. 1).

No quadro 16, nessa planilha de custos observa-se que na sua elaboração no ano de 2011 o PEC previu taxa de 1.8 dólares, para cada real. No ano de 2016, a atualização dos valores, era o valor do dólar de 2.4 (dois, ponto, quatro). E, é preciso enfatizar que não se orienta pela cotação do dólar que preconiza o mercado, é a cotação do dólar que é definido pelo Banco nos seus projetos. O Banco rege-se por regras próprias da instituição financeira. Então, o valor que é alterado, porque tem alterações do dólar, e isso é previsto nos projetos do banco, são as revisões de “meio termo”. Em, 2016 o dinheiro do Programa Estrada do Conhecimento convertido em Real era de R\$ 49.668.736,27 (Quarenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e trinta e seis e vinte e sete centavos).

O montante de recursos para o Programa Estrada do Conhecimento no ano de 2011¹¹¹ foi em moeda nacional de R\$ 10.200.000,00 (Dez milhões e duzentos mil). Por outro lado, quando examina o financiamento do Banco Mundial para o Brasil, Fonseca (2009), diz que: “os projetos do ponto de vista de sua eficácia para a correção dos problemas estruturais da educação brasileira, [...] apresentaram efeitos pouco significativos no que se refere ao desempenho escolar, especialmente no nível do ensino fundamental” (p. 246).

A efetiva execução das “diretrizes do Banco” está amparada em Lei Federal nº 8.666/1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências e especialmente no **Art. 42**. “Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes”.

Das ações previstas no Programa Estrada do Conhecimento consta a reforma das unidades escolares na estrutura física.

Durante o trabalho empírico constata-se *in loco* a necessidade premente de reformas em todas as unidades escolares do Estado, desde os prédios, as instalações físicas, demonstra: omissão do governo estadual, e desconcentração de serviços para a comunidade.

111 O PEC (2011) apresenta os limites adotados para as despesas, por método de aquisição, que requerem a revisão prévia pelo Banco Mundial: Bens/Obras/Serviços: USD 500.000 - Consultorias: USD 200.000 e as duas primeiras de cada modalidade, considerando-se a Taxa de cambio de US\$ 1.00 = R\$ R\$ 1.8, valores condizentes na elaboração do PEC no ano de 2011. Todas as contratações diretas/Todas as seleções de fonte única (consultoria)/Todos os termos de referência para a contratação de consultores deverão ter a não objeção prévia do Banco Mundial. (PEC, 2011, Anexo 3, p. 4).

Ao analisar os documentos constata-se os interesses econômicos: do banco em ampliar os negócios, da Seduc de captar recursos para as escolas.

Diante dessa realidade a pergunta que não quer calar: vale a pena aguentar toda a complexidade de um empréstimo internacional, em dólar para realizar itens de infraestrutura (ainda que fossem boas)? Assim, continuamos os questionamentos no próximo item.

4.3. DOS EDITAIS ÀS REFORMAS EM SEIS ESCOLAS PÚBLICAS

Para as reformas pretendidas no PEC, os avisos de licitação em dois momentos: nos anos de 2014 e 2015 respectivamente. Também os acordos se traduzem nessa lógica cronológica. Assim, o “*Acordo de Empréstimo n.º: 8185-0 BR Edital NCB n.º 003/2014*”, publicado no Diário Oficial nº 4.178, da parte correspondente à educação e os recursos destinados às seis escolas, eleitas dos seis municípios a ver:

1. O Estado do Tocantins recebeu/solicitou um empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), em diversas moedas, no montante de US\$ 300 milhões para o financiamento do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS, Acordo de Empréstimo nº 8185-0 BR, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato para construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 3 (três) escolas da região norte - Grupo I, que correspondem aos municípios de Colinas do Tocantins, Wanderlândia e Aguiarnópolis. A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco, unificado em 01 (um) grupo com 03 (três) lotes. As empresas poderão apresentar propostas para o grupo, ou para o lote, à opção da empresa. As empresas que desejarem participar deverão apresentar proposta individual para cada lote. (Diário Oficial Nº 4.178, Ano XXVI - Estado do Tocantins, sexta-feira, 25 de julho de 2014, p.18).

Trata-se de dois avisos de licitação (1.e 2./2014), denominados no edital de Grupo I, um seguido do terceiro, em que a licitação e a concorrência, como constatado no PEC (2011). Observa-se que a aprovação depende do Banco Mundial, inscrito como “*não objeção*” (PEC, 2011, Anexo 5, p.7), confirmado também no campo empírico. No número 2 efetivamente aparece a discriminação da licitação e a contratante Seduc:

2. A Comissão de Licitação de Obras Civis e Rodoviárias da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, licitando para a Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado do Tocantins - SEDUC, doravante denominado Contratante, convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para a construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 3 (três) escolas da região norte - Grupo I, que correspondem aos municípios de Colinas do Tocantins, Wanderlândia e Aguiarnópolis. As obras a serem executadas envolvem basicamente reforma geral de blocos de edifícios existentes e a construção de cobertura de quadra poliesportiva (somente nas cidades de Colinas do Tocantins e Aguiarnópolis), salas de aula, refeitório,

banheiros, guaritas e gradis. Complementarmente, serão executadas as instalações elétricas, hidros sanitárias e o paisagismo. (Diário Oficial nº 4.178, Ano XXVI - Estado do Tocantins, sexta-feira, 25 de julho de 2014, p.18).

O *Acordo de Empréstimo nº: 8185-0 BR, Edital NCB n.º 004/2014*, no excerto de duas partes do edital, para as escolas denominadas de Grupo II, na região sul:

O Estado do Tocantins recebeu/solicitou um empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), em diversas moedas, no montante de US\$ 300 milhões para o financiamento do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS, Acordo de Empréstimo nº 8185-0 BR, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato para construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 3 (três) escolas da região sul - Grupo II, que correspondem aos municípios de Barrolândia, Pugmil e Aliança do Tocantins. A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco, unificado em 01 (um) grupo com 03 (três) lotes. As empresas poderão apresentar propostas para o grupo, ou para o lote, à opção da empresa. As empresas que desejarem participar deverão apresentar proposta individual para cada lote. (Diário Oficial nº 4.178, Ano XXVI - Estado do Tocantins, sexta-feira, 25 de julho de 2014, p.18).

A instituição financeira por meio das secretarias estaduais autoriza a contratação da empresa para obras que serão realizadas nas escolas:

2. A Comissão de Licitação de Obras Civis e Rodoviárias da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, licitando para a Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado do Tocantins - SEDUC, doravante denominado Contratante convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para a construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 3 (três) escolas da região sul - Grupo II, que correspondem aos municípios de Barrolândia, Pugmil e Aliança do Tocantins. As obras a serem executadas envolvem basicamente reforma geral de blocos de edifícios existentes e a construção de salas de aula, refeitório, banheiros, vestiários, salas administrativas, passagens cobertas e guaritas e gradis. Complementarmente, serão executadas as instalações elétricas, hidrossanitárias e o paisagismo. (Diário Oficial Nº 4.178, Ano XXVI - Estado do Tocantins, sexta-feira, 25 de julho de 2014, p.18).

Observa-se que o meio de atuação do Banco Mundial continua por empréstimos do Estado. O que há de diferente? O Banco atua dentro da ordem. Fazer licitação é a forma convencional para selecionar as construtoras para participarem dos empreendimentos. Para a população, a presença do Banco Mundial nesses municípios é controversa, ao mesmo tempo que dizem que vem dinheiro *de fora*, parecem, por vezes, não assimilarem o que é esse organismo.

No segundo momento, no ano de 2015, o Governo do Estado do Tocantins, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – Dertins, lança novamente o

Aviso de Licitação¹¹², referente ao Acordo de Empréstimo n.º: 8185-0 sobre o Edital n.º NCB 004/2015/Obras Financiadas com 100% de recurso do BIRD, nos termos do edital de 2014:

1. O Estado do Tocantins recebeu um empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), em diversas moedas, no montante de US\$ 300 milhões para o financiamento do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS, Acordo de Empréstimo n.º 8185-0 BR, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato para construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 6 (seis) escolas compreendidas entre a região norte e sul, que correspondem aos municípios de Colinas do Tocantins, Wanderlândia, Aguiarnópolis, Barrolândia, Pugmil e Aliança. A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco, unificado em 01 (um) grupo com 06 (seis) lotes que correspondem aos municípios de Colinas do Tocantins, Wanderlândia, Aguiarnópolis, Barrolândia, Pugmil e Aliança. As empresas poderão apresentar propostas para até 2 (dois) lotes (duas escolas).

2. A Comissão de Licitação de Obras Públicas do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Tocantins - DERTINS, licitando para a Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado do Tocantins - SEDUC, doravante denominado Contratante, convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para a construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 6 (seis) escolas a região norte e sul, que correspondem aos municípios de Colinas do Tocantins, Wanderlândia, Aguiarnópolis, Barrolândia, Pugmil e Aliança. As obras a serem executadas envolvem basicamente reforma geral de blocos de edifícios existentes e a construção de cobertura de quadra poliesportiva (somente nas cidades de Colinas do Tocantins e Aguiarnópolis), salas de aula, refeitório, banheiros, guaritas e gradis. Complementarmente, serão executados as instalações elétricas, hidrossanitárias e o paisagismo. (Diário Oficial N.º 4.482, Estado do Tocantins, 21 de Outubro de 2015, Seção 3. p.184).

Conforme apresentado no ano de 2011, no capítulo 3, a previsão total de investimentos com a reforma de seis escolas era de R\$3.100.000,00 (Três milhões e cem mil reais). Percebe-se que esse montante de dinheiro é para as escolas acostumadas a poucos recursos, torna-se uma quantia avultosa.

O Programa aportou nas escolas trazendo a exigência de mudança de postura com protocolos de que *“os professores teriam que trabalhar com mais afinco, com mais dedicação, porque os alunos teriam que ter notas boas e teriam que mostrar isso nas avaliações externas”*. Esse sentimento da responsabilidade com a avaliação comum a todas as escolas pesquisadas revela como o Banco Mundial e a Seduc atuam nas escolas.

112 3. O Edital e cópias adicionais poderão ser adquiridos na Comissão de Licitação de Obras Públicas e Serviços do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Tocantins - Dertins, [...]por meio de solicitação por escrito e o pagamento sem direito a restituição de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por Edital. 4. As propostas deverão ser entregues no (a) [...] Dertins, [...] Palmas - TO até as 09:00 horas do dia 25 de novembro de 2015.5. O Concorrente poderá apresentar proposta individualmente ou como participante de um Consórcio. Em 20 de outubro de 2015. Maurício Mattos Mendonça. Superintendente de Licitação. Secretaria de Planejamento e da Modalidade da Gestão Pública.

As escolas públicas são precárias e não há disposição política dos governos Federal Estadual de investir na mudança dessa realidade; ao mesmo tempo, o Banco Mundial cria ilusões de transformações das escolas, por meio das reformas. Estas melhorias não chegaram, mas potencializou-se a necessidade dos melhores resultados, nos índices das escolas. Além de que, os estudos de Fonseca (2011) elucidam:

a análise dos resultados financeiros suscita a indagação sobre a real necessidade do financiamento externo à educação brasileira, tendo-se em conta as despesas decorrentes dos empréstimos e a fraca captação de recursos para o setor. [...]. Uma outra questão merece ser colocada quanto à adequação do financiamento do banco ao setor educacional. Em decorrência da vinculação aos acordos comerciais, as ações de cooperação técnica à educação são caracterizadas pelo formalismo próprio aos acordos econômicos e a seus corolários de inflexibilidade financeira e condicionalidades políticas e econômicas. Por outro lado, os projetos do Bird definem *a priori* uma racionalidade própria (modelos de gestão e de organização) que irá provocar incompatibilidades de ordem administrativa e financeira em seu confronto com a organização local. (Fonseca, 2011, p. 181).

Assim, situamos o Programa Estrada do Conhecimento e o PDRIS, como parte de uma totalidade de exploração do modo de produção capitalista que se apresenta como *mote* a vulnerabilidade social, mas busca alterar a gestão da escola, forçando racionalidade técnica.

4.4. A REORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

Este item trata da suposta escola de tempo integral¹¹³ por ser mais um dos critérios na escolha para implementação no Programa Estrada do Conhecimento. A legislação a Lei nº 9394/96, no Art. 34 que diz: “a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. E no parágrafo 2º do mesmo artigo: “o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”.

Nesse sentido o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb dispõe, para fins de distribuição dos recursos que considera para a “educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola, ou em atividades escolares [...]”. (Decreto nº 6.253/2007, art. 4º).

No âmbito das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado em abril de 2007, é instituído o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, regulamentado pelo Decreto 7.083/10. Constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino, na ampliação da jornada escolar nas escolas públicas. O Programa Mais Educação é coordenado pela Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC, em parceria com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação.

113 Sabe-se o quanto os termos: educação integral, jornada ampliada e educação de tempo integral são polêmicos. Não se trata de analisá-los aqui, mas como foi utilizado na proposta do PEC. Ver Setubal; Carvalho (2012).

Desta forma, a operacionalização do Programa Mais Educação foi feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE¹¹⁴ e pelo Programa Escolar Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Os territórios do Programa foram definidos inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentavam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, situadas em capitais e regiões metropolitanas.

No Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005/2014, que determina diretrizes, metas e estratégias para as políticas educacionais no decênio 2014-2024, na meta 6 prevê “oferecer educação de tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica, de forma a atender, pelo menos 25% dos estudantes desse nível de ensino”. No que requer claro delineamento sobre o que se entende por educação em tempo integral, para além da ampliação da jornada escolar.

Ao percorrer as escolas públicas percebeu-se a distância que elas estão em relação à educação integral. O conceito de educação integral definido como ampliação do tempo diário e permanência na escola no percurso educativo, “tem em seu bojo o reconhecimento do papel do Estado e de sua responsabilidade em relação à educação pública, à qualidade dos serviços públicos oferecidos à população, indissociada da realização dos direitos sociais”. (Leclerc e Moll, 2012, p. 22).

O que as autoras expõem sobre a responsabilidade do Estado não coaduna com o que podemos constatar na expressão do entrevistado, na realidade das escolas do Tocantins. O que sobressai, nesse depoimento, são as condições e estruturas precárias, inclusive funcionando com salas de aula multisseriadas¹¹⁵. A isso se agrega a falta de espaço para comportar os alunos e o número reduzido de professores. O campo empírico nos fornece elementos para pensar a educação, mas não se esgota, assim nos deteremos em duas indagações subjacentes: Que escola quer a população, às famílias das crianças? Que concepção de educação está oculta na escola pública que o governo oferece?

Para descortinar o PEC e a escola de tempo integral e/ou jornada ampliada, faz-se necessário uma parada breve e algumas pontuações, para discutir o *lócus* da escola. A jornada de tempo integral pressupõe minimamente dois turnos na escola, para isso é necessária estrutura física que comporte as atividades pedagógicas, lúdicas e esportivas, além da biblioteca e laboratórios, refeitório e alimentação, condizente com as necessidades das crianças. Necessita de corpo docente e técnicos, desempenhando as funções na sua área de formação. Esses deveriam ser os requisitos mínimos para o funcionamento das escolas.

As condições de educação pública que o governo oferece estão nos limites da ordem democrática, na regulação e no aproveitamento de aptidões, no ideal apenas, de oferecer “distribuição equitativa de todas as condições e oportunidades essenciais para a conquista de posições na estrutura de poder na sociedade de classes”. (Fernandes, 1966, p.101).

114 Criado em 1995, o PDDE tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pdde>. Acesso em: 14 de novembro de 2016.

115 Salas de aula multisseriadas ou classes multisseriadas, são salas com alunos de diversas idades e níveis educacionais.

Nesse movimento de pensar a escola pública para a classe trabalhadora¹¹⁶, na lógica da emancipação e a serviço da coletividade, deve ser garantido o acesso à sociedade do conhecimento, mesmo que pelos limites impostos no capitalismo. Ainda assim, estaremos nos preparando e utilizando de reformas na educação, apenas como elemento de transição. Pois as necessidades vitais da escola emancipadora não coadunam com os princípios do capital, da escola burguesa, que essencialmente exclui, na lógica perversa da competição e do individualismo. Fernandes (1966), Mészáros (2007), Saviani (2011, 2012, 2015).

Em seus estudos Marx, preocupou-se sobremaneira com a educação a ponto de em uma das teses a Feuerbach dizer que o educador precisava ser educado, na defesa de que as mudanças e os conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção do modo capitalista são antagônicas. Por isso,

assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir da sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (Marx, 1982, p.25-26).

A escola pública tornou-se objeto de luta dos trabalhadores dentro do capitalismo. Enquanto nossas forças não nos permitirem termos outro regime, as reformas na educação terão que ocorrer como forma de preparação para a superação essencialmente, da espoliação e do autoritarismo a qual a escola é submetida.

Para Fernandes (1966) os vícios de um sistema educacional montado para atender as necessidades sócio-culturais de uma “sociedade aristocrática e patrimonialista, movida por [...] interesses rurais e altamente empenhado em perpetuar as bases tradicionalistas das formas de dominação, de concepção do mundo e de organização da vida, perpetuaram-se de maneira ostensiva ou disfarçada”. (p. 73). Fernandes assevera que a escola opera como um agente de solapamento da ordem social preexistente, em que se inclui, mas não se tem forças para desencadear inovações essenciais ao aproveitamento prático das potencialidades construtivas e poder para remodelar o meio social circundante. Os escritos de Fernandes (1959) denunciavam os principais problemas da educação que residiam na falta de recursos e de medidas modernizadoras de intervenção na realidade da escola, que não se diferenciam dos problemas educacionais atuais.

Assim, apresentamos a seguir o quadro 17, com a descrição dos bens e serviços propostos no Programa Estrada do Conhecimento, como forma de propiciar o conhecimento de como se deu no PEC os bens e serviços, como mais um elemento para a continuidade da discussão sobre a escola e a jornada escolar de tempo integral.

Uma *observação* sobre dois pontos do quadro se refere a bens e serviços. Percebe-se que o valor mais alto é para os bens e serviços relacionados aos materiais para formação e implantação para a expansão do *Programa Pioneiros Mirins* e, em segundo lugar, no montante de recursos o *Projeto Poupança do Futuro EM*.

116 No que se refere à escola para a classe trabalhadora, a universalização da escola unitária proposta por Gramsci, no entendimento que a educação se torna dimensão estratégica na luta pela transformação social, que tem como pilar na escola pública a gratuidade. Atente-se que é também a escola reivindicada pelas forças do capital, mas que não coaduna com a propriedade privada dos meios de produção.

O *Programa Pioneiros Mirins* foi criado no governo Siqueira Campos no ano de 1989. É um programa de bolsa voltado para assistência social, com o objetivo de atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que estivessem matriculados na escola e a renda familiar não ultrapassasse dois salários mínimos. No atual governo de Marcelo Miranda, está suspenso. A contradição e a harmonização posta, no Programa Pioneiros Mirins nos anos “2000”, de acordo com dados oficiais, o programa atendia a aproximadamente 35.000 (trinta e cinco mil) crianças e adolescentes, em idade de 7 a 14 anos, nos 139 (cento e trinta e nove) municípios. (Tocantins, 2000). Em 2011, o PEC formulado para atender seis municípios, em seis escolas, totalizando 2.296 alunos.

O *Projeto Poupança do Futuro*, ligado umbilicalmente com a educação financeira que é proposta do Banco, que deve ser desenvolvido nos currículos das escolas, nos dimensionamentos propostos para a educação, previsto no *Relatório nº 63731* (2011, p.65). Um outro elemento que converge, o *Programa Pioneiros Mirins* e o *Projeto Poupança do Futuro* é que os recursos para prover o Programa Pioneiros Mirins desde a sua criação, são oriundos do governo estadual e podem ser ainda provenientes de órgãos federais, estaduais, municipais e outras instituições nacionais e estrangeiras. (Tocantins, 1996). Já se anunciava no Programa Pioneiros Mirins as possibilidades de financiamentos com instituições estrangeiras, como é o caso do PEC. Nesse sentido, observa-se no quadro 17 os bens e serviços propostos no Programa Estrada do Conhecimento.

Quadro 17 - Bens e serviços: Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

TIPO CONTRATAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
Bens e serviços	Publicar os guias de formação	50.000,00
Bens e serviços	Publicar os planos de desenvolvimento	50.000,00
Bens e serviços	Materiais para formação e implantação para a expansão dos Pioneiros Mirins	3.601.600,00
Bens e serviços	Materiais para expansão da jornada no EM	168.000,00
Bens e serviços	Materiais para reforço no núcleo comum EM	30.780,00
Bens e Serviços	Materiais para o observatório do Adolescente	100.000,00
Bens e Serviços	Projeto Poupança do Futuro EM	750.000,00
Bens e Serviços	Desenvolvimento dos cursos especiais	161.700,00
Bens e Serviços	Cursos relacionados com saúde EM	200.000,00
Serviços	Monitoramento do Programa (servidores da SEDUC)	350.000,00
Bens e Serviços	Kit para Divulgação do Programa	300.000,00
	TOTAL EM US\$ (Taxa de cambio: US\$ 1) = R\$ 1.8	
TOTAL	PREVISTO EM R\$	5.762.080,00
	PREVISTO EM US\$	3.389.458,80

Fonte: (PEC, 2011, Anexo 4, p. 5).

A estreita relação do Estado com o setor privado na sociedade capitalista, passa pelo entendimento do capital como processo de reprodução da vida social e em constante transformação. Esse capital que se apresenta com novas faces da mesma moeda, nas formas de organização

e reorganização, para sustentar-se em suas crises. No confronto busca acomodar, as relações público e privado¹¹⁷, na lógica do mercado pressupondo a supremacia do econômico e do lucro sobre a educação (Mészáros, 2009), (Harvey, 2010, 2011).

4.5. FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

Na discussão da escola pública, retornemos a análise sobre a *escola de tempo integral*. Nela os *Materiais para expansão da jornada no EM*, segundo o Programa Estrada do Conhecimento, passarão a atender os alunos em tempo integral. Este é um debate que sobressaem as necessidades prementes de que as escolas públicas atendam em tempo integral, aliado às expectativas da comunidade. Ao mesmo tempo, percebe-se a indefinição quanto ao fato das unidades serem transformadas, com vistas a esse atendimento.

Assim, faz-se necessária a problematização sobre a escola pública e sua função social na reprodução dos negócios do capital, pois é nesse contexto que se dá o PEC. A discussão sobre a escola pública, se acirra a partir da década de 1990 com a reforma do Estado e imposição de uma postura do mercado e administração dos recursos públicos, por meio de uma nova forma de gestão pública. Os movimentos internacionais, sobretudo, das conferências, colocam a alcinha da pobreza e da educação dos menos favorecidos.

É importante reafirmar que o Banco Mundial é uma instituição financeira e econômica que utiliza a educação como um negócio. Por outro lado, nota-se a visão da ausência do Estado no cuidado das escolas públicas e revisita a velha dualidade do ensino brasileiro.

Nos estudos de Libâneo (2012) a escola do conhecimento e a do acolhimento social que pressupõe a escola inclusiva como caricata a inclusão social, alinhada a lógica dos organismos internacionais, que afronta princípios democráticos, e escola do conhecimento para poucos privilegiados.

Neste sentido, Arroyo (1986) defende que a luta por uma escola pública para todos deve se dar na apropriação e na definição do projeto a serviço dos interesses da classe trabalhadora. Se a educação tem como objetivo a formação do ser humano, são as necessidades deste ser que determinam os objetivos da educação, segundo Saviani (2012; 2005b). Para isso a escola como espaço de luta, que tem os limites da sociedade do capital, mas nas suas determinações, a importância da educação deve estar fincada na socialização do conhecimento. Dessa forma, faz a mediação entre as relações e a prática social, possibilitando a compreensão crítica e histórica da realidade. Essa é a educação no espaço de luta que emancipa.

4.6. OS RECURSOS FINANCEIROS NA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS

A educação “tornou-se um problema social em todas as sociedades que compartilham da moderna civilização, associada à economia de mercado, ao regime de classes sociais [...]”.

117 Essa discussão pode ser conferida em Peroni (org.) 2013, na obra: *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a educação*. Sobre o capitalismo: Mandel (1982); Harvey (2012, 2013); Harnecker (1978); Hobsbawm/Parain/Lefebvre (1975).

Aumentam as exigências de uma economia de mercado nos vários setores do ensino são bem conhecidas”. (Fernandes, 1966, p.101).

Em termos de recursos, as escolas pesquisadas recebem em torno de três mil e quinhentos reais a quatro mil e duzentos reais do governo estadual. Estas escolas, até o ano de 2015, assim como outras escolas, até o início do ano de 2016, recebiam dinheiro do governo federal via PDDE, nos programas “Mais educação¹¹⁸” e Programa de Ensino Médio Inovador - Proemi. Cada um desses programas, em média, segundo os documentos, triplicava a receita da escola. A respeito desses fatos, as dificuldades da gestão da escola constatadas *in loco*, percebe-se que as receitas são destinadas ao pagamento de energia, água e telefone, tendo que contabilizar ainda pequenos reparos.

Os recursos que as escolas recebem servem basicamente para a manutenção de serviços essenciais no limite das carências, conduziram à problematização sobre a fonte de recursos as escolas participantes do PEC. Entre os questionamentos, buscamos entender porque exaltam o dinheiro da *Gestão*? Esse dinheiro as escolas recebem do Estado e está em consonância com a responsabilidade pública prevista na legislação, independente do governante do estado.

O montante da Gestão é substancial se comparado aos outros programas de repasse de dinheiro promovidos pelo governo federal, que por vezes são interrompidos. Os recursos do Banco Mundial destinados são recursos indiretos, já que advêm dessa instituição, por meio de empréstimos, seja para o País ou Estado e daí a destinação.

Uma constatação! Os recursos financeiros do PEC para as seis escolas públicas foram destinados para reformar às instalações físicas. Estas ainda não ocorreram (2017), mas se observa alterações na gestão escolar: a) as escolas públicas convivem com recursos federais, estaduais de forma direta; b) as reformas significam recursos indiretos; c) há muito desconhecimento sobre os recursos advindos do Banco e principalmente quanto sua origem por parte das escolas.

Nesse sentido, o movimento que a escola produz está circunscrito nos Decretos nº 6.253/2007 e Decreto 7.083/10, o primeiro se refere ao Fundeb e o segundo o Programa Mais Educação, que preveem os recursos para educação integral, quando os alunos permanecem por período igual ou superior a sete horas diárias ou em atividades escolares¹¹⁹.

As seis escolas pesquisadas no Tocantins aderiram ao Programa Mais Educação do governo federal com atividades diárias e os alunos, nas atividades em dias alternados, portanto, atende a jornada ampliada. A maioria das experiências ocorre no contraturno escolar, essa forma de organização tem um turno que funciona como escola regular e outro com jornada ampliada. Assim,

118 Programa Mais Educação - criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do MEC para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino, que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macro campos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

119 As escolas elegiam e se comprometiam desenvolver a cada ano, seis das atividades propostas no Programa Mais Educação, sendo que o acompanhamento pedagógico necessita fazer parte do plano de ação, e as outras cinco podem ser escolhidas de acordo com as preferências da escola, nos eixos supracitados.

o entendimento de que as matrículas associadas ao tempo integral fazem jus a recursos diferenciados do Fundeb, é de se esperar que as instâncias subnacionais, especialmente aquelas com menor arrecadação tributária, venham percebendo o Fundo como uma possibilidade para viabilizar, pelo menos em termos financeiros, a implantação do tempo integral nas suas escolas. Essa possibilidade conjugada ao Programa Mais Educação, que em certa medida oferece assistência técnica e financeira a escolas públicas de educação básica que atendam a um determinado perfil, potencializa a oportunidade de Estados e municípios constituírem sua política de educação integral. (Menezes; Leite, 2012, p.60).

A escola que as comunidades desejam é de tempo integral. Nós defendemos que as escolas precisam se constituir na educação integral. Com esse entendimento, a população nos municípios aguarda com expectativa essa possibilidade de que as crianças permaneçam na escola por pelo menos dois turnos, sendo assistidas inclusive com refeição de qualidade. Reforce-se que todas as escolas estão necessitando de reformas ou necessitam de construção de novos prédios, para suprir a questão do espaço físico e infraestrutura.

Durante o trabalho empírico, constata-se também que as seis escolas participantes do PEC recebem recursos do Fundeb e do Programa Mais Educação. A condição para receberem esse recurso é contarem com a classificação de jornada ampliada e/ou tempo integral. Portanto, todas elas utilizavam o recurso que supostamente viria como ganho, a partir da implementação efetiva do PEC.

Assim, todas as escolas do Tocantins funcionavam com o Programa Mais Educação. As unidades escolares aderiram ao Programa Mais Educação para serem classificadas como escolas de jornada de tempo integral. Essa foi a estratégia das unidades escolares para garantir maior aporte de recursos na sustentação das escolas¹²⁰.

4.7. A VULNERABILIDADE SOCIAL PREPONDERANTE NA IMPLEMENTAÇÃO DO PEC

De acordo com o método adotado, tratar da educação básica, com o foco na gestão escolar, pressupõe descortinar as múltiplas determinações desse Programa e as contradições nele presentes, por ser um dos elementos que dão suporte para a implementação do Programa. Nesse movimento, Kosik (1976) nos ampara quando nos permite viajar embalada pela dialética e no pensamento crítico buscar a compreender a ‘coisa em si’ e chegar à compreensão da realidade? Indagamos: como a vulnerabilidade social na estrada serviu de mote para o Programa Estrada do Conhecimento nas seis escolas públicas? Assim, este item traz uma incursão pela temática

120 A partir do ano de 2017, o governo federal implementa o Programa *Novo Mais Educação*. O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Res. FNDE nº 5/2016, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. Em 2017, o Programa será implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-novo-educacao>. Acesso em: 20 de março de 2017.

vulnerabilidade social¹²¹, por constar como um dos elementos *expressivos* que justificam a elaboração do PEC. O conceito de vulnerabilidade social¹²² é complexo e contraditório, tendo sua origem nos organismos internacionais, em substituição ao conceito de exclusão social, ligado à pobreza, sobretudo, a partir da década de 1990. Neste sentido “tem sido amplamente difundindo como orientação para intervenção dos Estados na consolidação de políticas públicas”. (Monteiro, 2011, p.36).

Ao realizarmos aproximação com o tema, percebemos diversas interpretações, sobre a vulnerabilidade social. Assim, para localizar esta parte do estudo, Monteiro (2011) adverte para não incorrer em análises que não demonstrem a estrutura social do sistema capitalista e esteja atrelada aos sujeitos individuais. O risco é atribuir à vulnerabilidade ao sujeito vulnerável, em vez de se analisar a vulnerabilidade. Além disso, é necessário problematizar as contradições, na perspectiva de superação, mas essencialmente como produto das desigualdades sociais na sociedade capitalista.

A vulnerabilidade social, condição dos grupos de pessoas que estão às margens da BR-153, excluídas da sociedade, onde se interpodem os fatores econômicos, políticos e sociais. Os problemas sociais constituídos no *Programa Estrada do Conhecimento*, que na Apresentação, cita os seis municípios, e diz que: “objetivando atender as Unidades Escolares que apresentam índice acentuado de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social”. (PEC, 2011, p.7).

Ao percorrer a BR-153, percebi as mazelas sociais manifestadas nas pessoas, no seu modo de vida, no quase completo estado de abandono e miséria, a fome que ronda aqueles municípios pobres, a falta de perspectiva de vida, que inevitavelmente se impõe. A questão que nos move nesta parte é: que razões movem e atraem o capital para a BR-153? Para responder a essa questão fazemos outra pergunta: quais são os elementos econômicos que interessam ao capital e às empresas e estão situados ao longo da BR-153?

Prosseguimos. A BR-153 se destaca como corredor de circulação e vias de acesso para transporte, de mercadorias de longa distância, bem como caminho para integrar as localidades para reduzir os custos, com vista ao agronegócio, na fronteira agrícola denominada de Matopiba¹²³, nos mercados de *commodities* agrícolas, nacionais e internacionais. O avanço do capital é tão avassalador, nessa última fronteira agrícola, que os estudos demonstram que dos

121 Neste estudo a vulnerabilidade social numa perspectiva, efetivadora de direitos, como adverte, Monteiro (2011) que essa é uma temática, que apesar de não ser um tema novo, caracteriza-se como um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade. Assim em uma perspectiva ampliada, optamos pelo conceito de vulnerabilidades sociais referenciadas pela política não se restringem às condições de pobreza, mas abarcam, igualmente, vitimizações, fragilidades e contingências que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, em decorrência de imposições sociais, econômicas e políticas. “Assim compreendidas, as vulnerabilidades sociais vinculam-se a situações de empobrecimento da classe trabalhadora, relacionadas a dificuldades materiais para a manutenção da sobrevivência [...]”. (Semzezem e Alves, 2013, p.144). *Na verdade a vulnerabilidade social esse é um termo adotado pelo Banco Mundial para justificar o que chama de ajuda aos países, na justificação de empréstimos.* (grifos da autora).

122 Para o Banco Mundial a situação de pobreza é naturalizada e interfere na economia dos países como consumidores.

123 Presidente Dilma Roussef – Decreto 8.447 de 06/05/2015 - Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. O Matopiba é a última fronteira agrícola em expansão do país. “Esses quatro estados têm um imenso potencial de crescimento. Essa é uma das poucas grandes regiões que restam no mundo como fronteira agrícola a ser explorada. Aqui temos o que há de melhor, solo adequado e uma infraestrutura que está em conclusão”. Os estados que compõem o Matopiba são: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Disponível em: <http://agricultura.gov.br>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

139 municípios do Estado, na sua totalidade, serão impactados. São as reservas indígenas, quilombolas, os conflitos de terra, permeados com as antigas práticas, pessoas ameaçadas e mesmo as mortes e miséria.

O Estado do Tocantins, anterior a 1988, era denominado de *corredor da miséria* pelos empresários. Era quando os ribeirinhos viviam do rio, os pequenos proprietários da plantação de lavoura, ou mesmo do cultivo de hortaliças. Em 2015, os grandes empreendimentos no Estado o apontam como estado promissor. O solo, clima, ventos, água tudo em abundância, são riquezas para os grandes empreendimentos, sobretudo comércio de grãos, a monocultura da soja e do gado são transportados e comercializados, mas não se revertem em bens sociais.

Há também ao longo da rodovia, os pequenos comércios, maior parte deles eram os que viviam da pesca, mas o rio foi privatizado, foi transformado em lago e os que tinham suas pequenas plantações, não podem mais cultivar os seus produtos. Para os que ainda não foram arrancados de seus pedaços de terra, o avião sobrevoa a lavoura de soja espalhando os agrotóxicos, em prol dos grandes investidores, que só vislumbram o lucro. Tudo isso em nome de um projeto econômico, hegemônico e conservador das oligarquias.

Os excluídos são os pais que tinham a terra ou viviam do rio, agora montam suas barraquinhas de comida, às margens da rodovia, preferencialmente próximo aos postos de gasolina com seus filhos e filhas. São estes que se prostituem, vendem e compram drogas. As mulheres e as meninas são numerosas duplamente excluídas: da educação e dos direitos sociais.

As situações de exclusão das escolas públicas à beira da estrada formam as razões de escolha para integrarem o Programa Estrada do Conhecimento. No texto do PEC e na realidade presenciada, verifica-se que as questões relacionadas à escolha das unidades escolares contempladas com o Programa são, dentre outras, situações advindas da vulnerabilidade social.

O que está circunscrito no Programa, de que a vulnerabilidade social foi o elemento determinante para adesão ao Programa Estrada do Conhecimento. Entretanto, acreditamos ser necessária uma análise criteriosa e dialética da realidade e dos dados, para que se possa ir além da pseudo concreticidade e observar as múltiplas determinações e contradições que compõem o Programa Estrada do Conhecimento.

Esse programa é uma proposta elaborada pela Secretaria de Educação em 2011. Porém, o que se observa, sobretudo nos documentos é, que o Banco participou ativamente desde o diagnóstico para confecção do PEC e sinaliza com a utilização de recursos financeiros, aplicados à educação, constantes também do *Relatório nº 63731* (2011), que prevê “maior qualidade da educação para grupos de baixa renda”. (p. 22).

É necessário enfatizar que a vulnerabilidade social às margens da BR -153 é decorrência do modelo econômico vigente, concentrador, explorador e patrimonialista. Elementos do capital. Com esses elementos muitas escolas estão em condições similares em suas estruturas físicas.

Reafirma-se o que está circunscrito no PEC, de que o financiamento é para a estrada, para o capital. No PDRIS constam as obras previstas para revitalização da malha viária do Estado. O PEC foi criado a partir do PDRIS para a reforma de seis escolas. Neste ponto se entrelaçam os interesses das empresas que atuarão nas estradas e nos prédios escolares, a serviço dos grandes empreendimentos, com o fim de obter lucro.

Há uma discrepância em relação aos números do PDRIS e do PEC: enquanto a revitalização da malha viária prevê beneficiar 72 (setenta e dois municípios no Estado), o PEC no que concerne a estrutura física contempla apenas 6 (seis) municípios e 6 (seis) unidades escolares públicas estaduais, selecionadas para revitalização da estrutura física.

Assim, a vulnerabilidade social e econômica é gerada no capitalismo, na sociedade de classes, produto das desigualdades sociais no estado capitalista. Resulta da divisão da sociedade em classes e se reproduz de forma constante, no estado capitalista.

Por outro lado, a vulnerabilidade se expressa no abandono escolar e analfabetismo. Nessa busca questionamos: o que reverbera com o abandono da escola, nessas comunidades? Assim partimos do Plano Nacional de Educação – PNE.

Considerada a aprovação da nova Lei nº 13.005/2014-2014, apresenta-se a Meta 3 do PNE/2014-2024, que propõe “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%”. Essa Meta dispõe de quatorze estratégias com vista a sua implantação que destacamos a 3.8 que prevê:

“estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. (PNE/2014-2024, p.23).

Além das estratégias 3.9 na busca ativa da população em idade escolar e da estratégia 3.10 que dispõe fomentar programas, para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem escolar. Com o Plano, as metas se referem não só às matrículas na idade recomendada, mas também à conclusão. A partir de elementos do novo PNE, que data de 2014, e a observação que a partir do ano de 2016, por meio da Emenda Constitucional nº 59/2009, portanto, anterior à data de aprovação do novo PNE, a educação básica passou a ser obrigatória para todos dos 4 aos 17 anos.

Observa-se que nesse nível de ensino e nos municípios em evidência o abandono e as dificuldades do jovem em conseguir trabalho, as carências das comunidades na luta pela manutenção das necessidades básicas e a sobrevivência. Nos escritos de Castro (1957) a “história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão nosso de cada dia. Parece, pois, difícil explicar e, ainda mais difícil compreender o fato singular de que o homem, [...] até agora não tenha obtido uma vitória decisiva nesta luta, por sua própria subsistência”. (p.45).

Buscando suprir as carências básicas de sobrevivência, os jovens encontram poucas alternativas nas cidades, o emprego, às margens da rodovia.

O abandono da escola está ligado diretamente às condições econômicas, da sobrevivência, na expressão de Martins (2008), onde o descompasso entre o econômico e o social na sociedade capitalista, expressa o avanço do econômico, em relação ao social. Para o autor, o econômico

anuncia possibilidades que a sociedade não realiza ou se a faz é com atraso. E Marx (1982) indicou como contradição fundamental da sociedade capitalista, a contradição entre a produção social e a apropriação privada dos resultados da produção.

Segundo Martins (2008), na reinterpretação de Lefebvre, “a pobreza é pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível”. (p.103).

Assim, a educação como direito nos documentos oficiais está garantida na Constituição Federal de 1988, incluindo a PEC 42/2008, PEC da Juventude, aprovada em 7/7/2010 - inclui o termo juventude na Constituição, na LDB nº 9394/1996, no ECA nº 8.069/1990, nas Leis que instituíram os PNEs 10.172/2001 e 13.005/2014 e, ainda assim, a escola pública presente no dia a dia continua distante para os estudantes e famílias.

Nessa luta “para analisar se o direito à educação das crianças, dos adolescentes e jovens populares tem avançado, teremos de aprofundar sobre, se seus direitos à vida justa e digna, a teto, renda, alimentação, à terra, às identidades de gênero, raça, classe e etnia [...]”. (Arroyo, 1986, p.32).

Na pobreza e suas diferentes formas de perversidade, produzida em um sistema de classificação social, moral, política, cultural e pedagógica, que oprime, necessita criar espaços e possibilidades de permanência na escola. Apesar de a legislação garantir os direitos educacionais “é contraditório esperar que um Estado que reprime as lutas populares por direitos assuma seu dever de garantir o direito à educação dos coletivos que são reprimidos”. (idem).

A condição de exclusão segundo Freire (1978) desumaniza as pessoas. As promessas e retórica de autoridades e políticos quando se refere a educação para os mais necessitados, são carregados de interesses que geralmente não atendem a lógica da escola que emancipa. Em Arroyo (2015) a reflexão de que é preciso considerar, a maioria dos alunos das escolas, vem das classes populares e nesse quadro a escola desafiada, necessita de novos procedimentos, para que estas classes possam ter condições de permanecer nela.

O abandono da escola pelos jovens em situação de vulnerabilidade social, pela necessidade de se manter e, devido ao fato de ingressarem no caminho das drogas, como observado é objeto de estudos e análise do Banco Mundial, que afirma ser os homens com maior “probabilidade de abandonar a escola, ingressar na força de trabalho mais cedo, [...] e utilizar substâncias tóxicas. O abandono da escola e o emprego precoce podem estar conectados, uma vez que os jovens do sexo masculino têm mais probabilidade de conseguir trabalho remunerado do que os do sexo feminino”. (World Bank, 2012, p. 32).

No documento *Estratégia de Educação 2020* (2011) “a nova estratégia centra-se na aprendizagem por uma simples razão: o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não no número de anos que passaram sentados numa sala de aula”. (World Bank, 2011, p.8). Não convêm ao Banco expor a complexidade do que significa a relação da escola com as estruturas que geram a pobreza, por isso atribui ao indivíduo o seu fracasso.

O *Estratégia 2020* (2011) defende a aprendizagem por competências e não a valorização da escola, mas a aprendizagem nos espaços informais, que pode preparar o trabalhador resiliente e dar respostas ao mercado produtivo. No PEC a vulnerabilidade social, os dados sobre

o abandono e o analfabetismo nas escolas são apontados como a falência da escola pública, exigindo outros mecanismos de inserção do trabalhador na produção. Diante dessa complexidade às relações entre o Banco e os governos estaduais e federal, observando inclusive o momento político e eleitoral, como pode ser observado no excerto do Relatório, a seguir.

A preparação da CPS do Brasil para o EF12-15 coincidiu com o primeiro semestre no poder da Presidente Dilma Rousseff e de todos os governadores dos Estados brasileiros. Consultas para a CPS foram realizadas durante o período no qual as novas autoridades estavam desenvolvendo planos de investimento de quatro anos (PPAs). Isso permitiu ao WBG alinhar suas estratégias com aquelas das autoridades recém-eleitas, garantindo que a integração, a inovação e o conhecimento pudessem ter o máximo de impacto. (Relatório nº 63731, 2011, p.1).

Na continuidade do texto do documento, a comprovação do que o Banco propõe em seu projeto.

A CPS proposta está alinhada com as estratégias regionais do Banco Mundial e da IFC na América Latina e Caribe (LCR) e com a estrutura estratégica do WBG para países de renda média (MICs). As estratégias do Banco Mundial e IFC para LCR visam à criação de oportunidades para redução da pobreza e da desigualdade definindo como meta os pobres e vulneráveis, apoiando o crescimento e a criação de empregos, fortalecendo a governança, promovendo uma ação coletiva global, estimulando a inovação e a competitividade no setor privado e abordando a mudança climática. A CPS é coerente com a abordagem do Grupo Banco Mundial em relação aos MICs, que chama o BIRD e a IFC para serem ágeis, flexíveis e inovadores. Isso requer que eles trabalhem com os MICs, à medida que assumem um papel cada vez mais importante em uma variedade de questões globais, incluindo a mudança climática. (Relatório nº 63731, 2011, p.1).

Esses elementos contribuem para demonstrar que o Programa Estrada do Conhecimento implementado no Tocantins está em sintonia com o Projeto do Banco Mundial. Percebe-se que para a educação, a vulnerabilidade social ocupa destaque conforme constatado no Relatório nº 63731 (2011), e que as carências do Estado são o terreno fértil para a implantação dos negócios econômicos das empresas.

Assim, as metas previstas no Programa Estrada do Conhecimento para redução do abandono: 3% em 2013; 8% em 2014; 13 % em 2015; 19% em 2016; 25 % em 2017. (PEC, 2011, p. 26). Constata-se que não consta nos documentos, nenhuma ação referente às metas com vista a reduzir o abandono de alunos, foi desenvolvida nas unidades escolares.

Nesta sociedade capitalista classificatória e excludente cabe a nós perguntarmos o que a escola, no cumprimento da tarefa de educar, pode fazer para que os menos favorecidos tenham possibilidade de sobressair nessa sociedade? Buscamos em Fernandes (1966) algum alento. Diz ele: “enquanto se pensou que a escola constituía o fator por excelência do ‘progresso do gênero humano’, supunha-se que a mudança social representava os ganhos obtidos pelo homem no cultivo de sua inteligência através da educação formal (p. 84), mas para isso “as instituições

escolares precisam estar aptas a permitir um uso ‘ótimo’ sem precedentes dos recursos educacionais”. (p.86).

Portanto, o Programa Estrada do Conhecimento (2011) de um lado: “parte de ideias educacionais inovadoras de modo a dinamizar o processo de ensino e aprendizagem. [...] propõe uma reformulação curricular tendo em vista o desenvolvimento de ações didático-pedagógicas capazes de vislumbrar nos alunos o desenvolvimento de perspectivas empreendedoras” (p.23); de outro lado, incentiva a lógica de mercado como fator de eficiência dos sistemas de ensino, difunde a ideia de que famílias são consumidoras de um serviço, na lógica do cliente. Eis, portanto a concepção de educação como a prestação de um serviço e não como um direito de todos, difundida pelo Banco Mundial e acatada pela Seduc.

A vulnerabilidade social, nos seis municípios, tornou-se um dos mecanismos de inserção do Banco na educação básica pública. O PEC enquanto programa se dispõe a cuidar de seis escolas com alta vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o Programa Estrada do Conhecimento – PEC voltado para a educação básica pública no Tocantins, em seis escolas, em seis municípios às margens da BR-153.

Nesse sentido o estudo pautou-se nos seguintes objetivos específicos: 1- *Apreender* a constituição do sertão goiano, a configuração histórica e formação do Estado de Tocantins; 2- *Analisar* se as formas de atuação e ação dos governadores e secretários de educação apresentam consonância com os ditames da nova gestão pública com o foco na descentralização do Estado no sistema de ensino público do Tocantins; 3- *Analisar* como se dá a presença e atuação do Banco Mundial no Estado do Tocantins por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS e como se constitui o Programa Estrada do Conhecimento – PEC; 4- a) *Compreender* como a avaliação medida por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb foi utilizada como um critério para as escolas que foram escolhidas para a implementação do PEC em situação de vulnerabilidade social.

Ao assumir a linha teórica no materialismo histórico-dialético, essa permitiu problematizar e analisar os elementos na educação básica pública no Tocantins. A categoria contradição, permitiu ver as práticas patrimonialistas e autoritárias, bem como a mediação, dialogar com os gestores que são participantes da formulação de políticas para a educação das escolas. Assim, surgiram do real concreto da pesquisa, dessa relação dialética, as categorias de conteúdo que são: gestão, nova gestão pública como uma derivação do gerencialismo, patrimonialismo e autoritarismo.

Desde a década 1990, se introduz ações para aproximar a educação pública da lógica empresarial, adoção de índices externos e valorizando resultados em detrimento do processo pedagógico e coletivo. A mudança não se evidencia e, sim, a continuidade e aperfeiçoamento de acordos com as políticas gerencialistas, pois o que se observa, são políticas implantadas que, além da continuidade, aperfeiçoam suas práticas de acordo com os ditames da lógica do capital e das empresas, reconfigurando a gestão das escolas públicas e a regulação dos procedimentos e do trabalho dos gestores escolares.

A política da continuidade nos mandatos dos secretários de educação se mostra nos documentos analisados e o Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada criado em 1997, que se notabiliza como a principal ação na continuidade dos governos, na educação do Tocantins/Seduc. O Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada (2002), é o programa que envolve as escolas públicas e a cada gestão, tornou-se o fio condutor que perpassou todos os governos desde 1997 e perdura até 2017, articulando a forma de fazer o gerenciamento das escolas, como parte, inclusive, da agenda do Banco Mundial. Os documentos e relatórios analisados demonstram a disposição desde a constituição do Estado de *contar*, com a colaboração dos organismos internacionais.

A lógica da gestão gerencial nas escolas públicas está concentrada no trabalho do diretor escolar. Selecionado num processo pseudo democrático, recebe tarefas e expedientes que muitas das vezes, a sua escola, não participou. O imperativo é levar esse diretor a agir como gerente que presta contas numa cadeia de resultados similar às empresas. Como na empresa, o gerente precisa ser competente, a escola passa essencialmente a administrar recursos, ou a falta deles.

Por meio do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, a Seduc controla as escolas públicas, introduzindo formas de liderança que na aparência necessitam parecer democráticas, são forjadas no âmbito escolar.

Assim, outro Programa, o Programa Estrada do Conhecimento, criado em 2011, objeto do estudo. Reafirmamos nossa percepção de que esse apresenta-se como instrumento para o Banco Mundial poder fazer parte da educação, como um agente que está credenciado a contribuir com a educação básica pública. Em seis municípios, as escolas municipais e seis escolas estaduais selecionadas com a perspectiva de reduzir a vulnerabilidade social, o que se apresenta é a possibilidade de intervir efetivamente na educação. O fortalecimento das políticas assentadas no gerencialismo, tem suas bases, na lógica empresarial, pois atribuem aos diretores à execução eficiente de políticas pensadas fora dos muros das escolas. Nesse processo que vem sendo aperfeiçoado o Estado capitalista regulador e fiscalizador fomenta novas formas de gestão pública, inclusive nos sistemas e nas escolas públicas.

Observa-se que os projetos e ações do Banco Mundial no Tocantins, após constituição do Estado, materializam-se nos anos de 1994, 2004 os PDRS e, no ano de 2012, o PDRIS. Os três financiamentos são destinados a reconstrução da malha viária do Estado. Na análise, constata-se os elementos políticos, econômicos e sociais que ora se escondem e, por vezes, se mostram, materializados na contradição da extrema pobreza local e na ganância do capital. Dos empréstimos com o Estado extraem rendimentos para servir ao capital e ao lucro, sobretudo aos bancos, empreiteiros e suas empresas, que com a concordância de políticos e funcionários públicos, encerram um cerco de condições que beneficiam oligarquias que sempre ocuparam os espaços de poder e mando, lastreadas no autoritarismo, enraizadas nas relações patrimonialistas no Estado.

Somente no empréstimo firmado no ano de 2012, por meio do Programa Estrada do Conhecimento – PEC, se observa uma parcela de investimento para a educação. Na educação básica pública, com foco nas seis escolas, de um total de 510 escolas públicas. Questiona-se não só o quantitativo de dinheiro designado para a educação, mas, sobretudo, o quantitativo de unidades escolares atendidas. A motivação que conduz a implantação do PEC nas unidades escolares se mostra de acordo com a Seduc e o Banco Mundial. A Seduc busca a possibilidade de investimento em educação e nas escolas. Por outro lado, o Banco como parte de seu projeto, inclusive inscrito no Relatório nº 63731- BR (2011), fornece *apoio direto aos estados e realiza a seleção de municípios para reformas da educação*. E mais, no mesmo Relatório o Banco afirma desenvolver em alguns municípios a implantação de *“programas inovadores com efeitos potenciais de demonstração”* (p.144).

A visibilidade que o banco impinge é o de implementador de políticas, apresentado no Relatório nº 63731 (2011), inclusive como o mediador entre o governo federal e os estaduais. Comprovadamente esse é um dos escopos do projeto do Banco em curso para os estados e municípios, materializado no Programa Estrada do Conhecimento.

Sobressai-se o *modus operandi* do Banco Mundial, da gestão pública. Uma condição para o empréstimo ao Tocantins, assinado no ano de 2012, circunstanciado no Relatório nº 63731- BR (2011), são os objetivos estratégicos de “aumentar a eficiência” e a racionalidade dos investimentos públicos, com medidas para reduzir gastos da administração pública, implantação da meritocracia, com o foco nos resultados. Outro objetivo proposto no Relatório é o de “melhorar

a qualidade e expandir a prestação de serviços públicos para famílias de baixa renda”, com o foco na pobreza, e na vulnerabilidade social, estes dois aliados, são o *carro chefe* do PEC.

Para a educação pública, notadamente, designou uma pequena parte dos recursos advindos do Programa Estrada do Conhecimento evidenciado, nas práticas, como o Banco atua sobre os órgãos estaduais. Percebe-se a anuência revelada dos governantes e gestores que acatam as proposições do Banco Mundial, desde que, contraem os empréstimos com altos juros. O Banco Mundial passa de prestador de dinheiro a atuar dentro das instituições, como precursor de ideias, para a organização e funções da escola pública.

Na realidade do Tocantins, vive-se um paradoxo entre as práticas patrimonialistas e autoritárias que imperam na gestão pública, mas os discursos e programas apresentam-se como democráticos. Ao mesmo tempo, práticas democráticas e ativas levantam suas vozes, pois onde há opressão, por outro lado, a luta dos que são oprimidos, insurgem-se de alguma forma. Presente nessas práticas também o poder do atraso e o poder do progresso, na ausência de limites entre interesses privados, beiram a usurpação do Estado.

De fato, evidencia uma relação de interesses econômicos entre oligarquias locais e internacionais, pois governos estaduais, municipais, empreiteiras e construtoras agem para explorar negócios rentáveis, sob a aparência de eficiência, competitividade e crescimento econômico.

A atuação do Banco Mundial se materializa a partir do financiamento contraído pelo Estado, tendo como garantidor o Brasil, de praxe, a anuência dos gestores públicos, que inicia com o governador e, aprovação do financiamento na Assembleia Legislativa. Na Secretaria de Educação, a criação do Programa Estrada do Conhecimento e o acompanhamento realizado por técnicos do Banco, como uma espécie de assessoria e consultoria. Nas unidades escolares os diretores recebem o Programa. Há que se considerar também a instrumentalização dos dirigentes locais no poder de convencimento e persuasão.

Assim, pode-se afirmar que o Banco Mundial está presente no Estado do Tocantins, não mais só como um Banco, mas sim fazendo parte das decisões políticas, naturalizado e instrumentalizado como necessário para o progresso e desenvolvimento do Estado. Tem anuência dos poderes Executivo e Legislativo para aplicar o seu projeto, com alterações às normas, adoção de preceitos de suposta melhoria na qualidade e na gestão das escolas públicas. O ideário dos dominantes, Banco Mundial, Governo e Secretaria de Educação, tornou-se hegemônico, sendo conduzido pelas elites, como se fossem ideias de todos, seja na necessidade de empréstimos e, dele resultante, seja na melhoria da qualidade da Educação Básica advir, dos financiamentos que o Estado realize com os organismos internacionais.

Efetivamente o PDRIS se apresentou como uma possibilidade de investimento nas escolas públicas que se encontram necessitadas de revitalização, sobretudo, nas estruturas físicas. Constatar que todas as escolas necessitam de reforma não foi o suficiente para o investimento, já que com volume de recursos para a educação, não seria possível tal empreendimento na justificação da vulnerabilidade social às margens da rodovia.

Nos documentos e na análise do material empírico coletado também procurou situar a dinâmica histórica do que significa os empréstimos do Banco para a aplicação na educação básica. Em termos dialéticos, emerge a necessidade de dinheiro para sustentação das escolas públicas; a Seduc como propulsora das mudanças empreendidas no projeto do Banco cria a ilusão de que recursos chegam à escola; e o Banco Mundial tem perspectiva de obter espaço

para juros significativos. Já as empresas têm a possibilidade de potencializar seus negócios, o exemplo foi reformar as seis escolas públicas. Nesse processo, ocorrem as contradições das relações pública e privada e, dessa forma, interesses empresariais são assumidos como públicos.

Às dificuldades nas escolas públicas em alcançar os *índices das avaliações* que precisam ser traduzidos em resultados. Assim, uma dificuldade fundante nos documentos inclusive, nas escolas são os índices que necessitam ser constantemente trabalhados, na busca de atingir as metas, sobretudo, as previstas nas avaliações de larga escala como o Ideb, avaliação em âmbito nacional, ou mesmo o Salto promovida pela Secretaria de Educação do Estado. Ressalte-se que o Ideb tornou-se referência da qualidade, na educação básica pública. Nas seis escolas essa avaliação se apresenta como uma das condicionantes para a implementação do PEC. Nos documentos do Banco, não como coincidência, mas é a instituição financeira que se posiciona a favor dos *ganhos que as escolas poderão ter*, a partir dos resultados do Ideb, constituinte da agenda do Banco Mundial, no que o Banco se propõe ao *empenho, em ajudar* a educação.

Um outro agravante, na similaridade das escolas, deve-se aos recursos financeiros e, as dificuldades de administrar as escolas, diante dos *recursos de que dispõem*, para a manutenção desses estabelecimentos de ensino. Constata-se nos dados oficiais, que apesar de as escolas receberem recursos federais por meio de programas que aderem, o que sustenta, efetivamente as instituições escolares, são os recursos estaduais, vinculados pela legislação. É o dinheiro da *gestão!*

Se no passado à escola de tempo integral esteve associada aos grandes investimentos de infraestrutura e tempo de permanência nas escolas. No PEC, a lógica do investimento na reforma das escolas, porém, tímidos. O suficiente para garantir ganhos às empresas. A economia dos investimentos na educação apoia-se como suporte na sociedade. Os espaços escolares tomam nova forma, sua ampliação se dá nas redes sociais, ou mesmo o uso de outros espaços públicos, a exemplo de praças e áreas verdes. O Estado economizando, na medida que não desagrade as empresas, pressupõe a responsabilização da escola, juntamente com a sociedade.

As práticas patrimonialistas observadas desde a criação do Estado perduram nas escolas, com roupagens autoritárias, por meio da ingerência política. São as mesmas oligarquias que capitanearam a criação do Estado, presentes na educação há aproximadamente três décadas. Os *de baixo* levantam suas vozes, mas ainda são silenciados, numa lógica perversa da intimidação. Nesse contexto impera ainda o sentimento do medo, as incertezas, as perseguições.

Portanto, as formas de atuação do Banco Mundial na educação básica do Tocantins se dão nos empréstimos de recursos financeiros ao estado; na definição de critérios econômicos voltados essencialmente para o financiamento de grandes empreendimentos, como é o caso da reconstituição da malha viária; na definição de projetos educacionais que moldam na gestão pública, os preceitos da eficiência na lógica privada e regulada pelo mercado. O PEC é uma dessas ações que são levadas às escolas por interlocutores que gestaram o programa no gabinete e que a escola deve cumprir.

Reafirma-se que o Banco atua por empréstimo na definição de programas e projetos traduzidos por meio de relatórios. Nesses documentos produzidos pelo Banco, são expostas as necessidades dos países e estados. O que o Banco propõe para os estados como se fossem carta de intenções e, desses documentos para o selamento dos acordos, sobra muito pouco para os estados ávidos pelo empréstimo, de ter a capacidade de negociação com o Banco. Por outro lado,

o Estado do Tocantins, por meio da Seduc, numa relação de consentimento e acolhimento ao que o Banco se propõe, conduz o Programa Estrada do Conhecimento voltado para alterações na gestão da educação. O que se evidencia é a centralização das ações e decisões na Secretaria de Educação, em uma gestão burocrática, que precisa parecer democrática, na acomodação da funcionalidade da escola.

Nisto, as características da nova gestão pública observadas no PECGC, como o gerencialismo, em uma lógica meritocrática, em práticas autoritárias. Desde o PECGC, percebe-se os simulacros da gestão democrática. No PEC, os diretores e seis escolas. Constatamos que, para além do PEC, os diretores escolares, serão capacitados. O PEC representa uma *porta de entrada* para as reais intenções do que o Banco com a anuência da Seduc, deseja implantar na educação pública.

O PEC traz a vulnerabilidade social em seis municípios e aponta em seis escolas, que reafirmamos a inserção do Banco Mundial na Seduc, para essas escolas e para todas as escolas públicas do Estado. As seis escolas têm como *mote* a vulnerabilidade social, para a inserção do Banco na Seduc, quando o que está em questão são os diretores de todas as escolas, na lógica do gerencialismo, uma das faces da nova gestão pública. Sobre o manto da vulnerabilidade, o que de fato se vê é o processo de expropriação das terras e exploração dos trabalhadores.

Assim, reafirma-se que os recursos financeiros do PDRIS, destinado à educação no Tocantins, materializado no PEC é um simulacro de ganhos que trazem na aparência vantagens para as escolas do Tocantins. São apenas seis escolas as escolhidas para modelo do que o Banco pode empreender no Estado. E o governo, por sua vez, propaga investimentos na educação pública. O PEC é um programa do capital para o capital.

Neste movimento, a *tese* que este estudo defende é que o Banco Mundial se insere na Educação básica pública, com a anuência e mediação da Secretaria Estadual de Educação, com propósito de reafirmar a nova forma de gestão nas escolas, via diretores escolares. O Programa Estrada do Conhecimento – PEC instrumento, elaborado pela Seduc, orientado pelo Banco Mundial, implementado em conformidade a dar curso ao projeto econômico do Banco, com investimento de recursos para a educação, utilizando como *mote* a vulnerabilidade social em seis municípios do Tocantins.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. *Reforma do Estado e Políticas Educacionais: Entre a Crise do Estado-Nação e a Emergência da Regulação Supranacional*. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 75, p.15 a 32. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v.22>. Acessado em 30 de nov. de 2015.

ANTUNES, Ricardo. *Apresentação*. In: MÉSZÁROS, I. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

AQUINO, Napoleão Araújo. *A Construção da Belém-Brasília e suas implicações no Processo de Urbanização do Estado do Tocantins*. In: A (trans)formação histórica do Tocantins. GIRALDIN, Odair. (Org.). Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.

ARAUJO, Adilson Cesar de. *Gestão, avaliação e qualidade da educação: políticas públicas reveladas na prática escolar*. Brasília: Liber Livro, FE/UnB, 2012.

ARAÚJO, Suêldes de Araújo; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. *Gestão educativa gerencial: superação do modelo burocrático?* Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas da Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 81-106, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

ARROYO, Miguel G. *A escola possível é possível?* In: ARROYO, M.G (org). Da escola carente à escola possível. São Paulo, Ed. Loyola.1986.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. *A Educação como Política Pública*. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BANCO MUNDIAL – <http://worldbank.org>.

_____. CNI. *Conhecimento e inovação para competitividade*. Tradução: Confederação Nacional da Indústria. Brasília: CNI, 2008.

_____. *Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial. Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento* (2011). The Word Bank Group. 2011.

_____. PDRS - Plano Estratégico e Projeto Executivo, Arquivo 1. p. 2, 2003. Disponível em: <http://pdrs.seinf.to.gov.br>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

_____. PDRIS/BM/TO/2012. Recursos oriundos do 3º empréstimo do Banco Mundial ao Estado do Tocantins – 2012. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

_____. *Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável – PDRIS*, 2011. Disponível também em: <http://www-wds.worldbank.org/>. Acesso em: 16 de junho de 2013.

_____. Projeto de desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS - Nº de identificação do PDRIS – P-121495/2012. Disponível em: www.worldbank.org. Acessado em: 13 de janeiro de 2013.

_____. Projeto de desenvolvimento Regional e Sustentável - PDRS - Nº 7208-BR/ 2004. Disponível em: <http://pdrs.seinf.to.gov.br>. Acesso em: 05 de janeiro de 2013.

_____. *Projeto de desenvolvimento Regional e Sustentável - PDRS - Nº 3714-BR/1994*. Disponível em: <http://pdrs.seinf.to.gov.br>. Acesso em: 05 de janeiro de 2013.

_____. *Relatório nº 63731 – Estratégia de Parceria de Países para o Brasil – exercícios fiscais de 2012-2015 (2011)*.

_____. *Relatório do Departamento de Avaliação das Operações do Banco Mundial (1995)*.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2012: Igualdade de gênero e desenvolvimento (RDM 2012)*.

_____. *Relatório de Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável -PDRIS*. Relatório Nº: 56261-BR. 2012. Disponível em: <http://worldbank.org>. Acesso em: 08 de janeiro de 2013.

_____. *Relatório - Education sector strategy*. Washington: The World Bank Group, 1999.

_____. *Relatório - Prioridades y estrategias para la educación, 1995*.

BRITO Bastos, R. *Banco Mundial: aprendizagem para todos até 2020 – Breves notas sobre uma obstinada estratégia*. Contribuciones a las Ciencias Sociales, Noviembre 2014, Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/30banco-mundial.html/. Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

BEHRING, Eliane Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e historia*. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTO, Leonardo Valles. *Governança e Governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização*. São Paulo: Manole, 2003, p.219.

BOSCHETTI, Ivanete. *América Latina Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento?* In SALVADOR, Evilázio. (Org.). *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Diário de Campo: a antropologia como alegoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: Senado Federal. 1988. 292 p.

_____. Câmara dos Deputados. *Emenda Constitucional nº 14, de 1996*. Bsb, 1996. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 12 de dez. de 2013.

_____. Câmara dos Deputados. *Emenda Constitucional nº 59, de 11/11/ 2009*. Bsb, 1996. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 12 de dez. de 2013.

_____. Câmara dos Deputados. *Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006*. Bsb, 2006. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 12 de dez. de 2013.

_____. *Decreto nº 6.094/2007 de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e estados. Brasília, 2007.

_____. *Decreto nº 6.253/2007*, art. 4º. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

_____. *Decreto nº 2.829/10/1998*, conjunto de programas com gerenciamento intensivo para produzir resultados e reduzir custos.

_____. *Decreto 8.447 de 06/05/2015*. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor.

_____. *Emenda Constitucional nº 26, do ano de 2000*. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal.

_____. *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB -Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (Dec.nº6253/2007, art.4º)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado em 10 de março de 2014.

_____. *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF -Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 10 de março de 2014.

_____. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)*. Disponível em: www.fnde.gov.br/. Acesso em: 20 de julho de 2015.

_____. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira– INEP*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/básica-censo>. Acessado em: 13 de fev. 2015.

_____. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira– INEP*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010*. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acessado em 15 de junho de 2013.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1991/1999*. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acessado em 10 de abril de 2013.

_____. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Pensamento Estratégico, Planejamento Governamental & Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo*. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acessado em: 15 de março de 2016.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE – Censo/2010/Atlas Brasil 2013 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.*

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado em: 12 de fevereiro de 2016.

_____. *Lei que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017.* Brasília, DF: **Presidência da República Casa Civil, 2017.**

_____. *Lei nº 12.061/27/10/2009*, altera Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos ao ensino médio público. www.planalto.gov.br/civil. Acessado em 01 de dezembro de 2013.

_____. *Lei 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 20 de março de 2014.

_____. *Lei nº 8.069/1990*, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

_____. *Lei nº 8.666/1993 – Normas para licitações e contratos da Administração Pública.*

_____. *Lei nº 4.504/1964*, no Art. II, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

_____. *Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.* Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 junho de 2014.

_____. *Lei nº 11.947*, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 de novembro de 2016.

_____. *PDDE. Programa Dinheiro Direto na Escola. Ministério da Educação – MEC.* Disponível em: portal.mec.gov.br/pdde. Acessado em 14 de novembro de 2016.

_____. *MEC: O Plano de Desenvolvimento da Educação – razões, princípios e programas.*

Brasil, Governo Federal, 2007.

_____. *Plano Decenal de Educação para Todos.* MEC/SEF. - Brasília: MEC/SEF, **1993.**

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs.* Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acessado em 10 de julho de 2013.

_____. *Portaria nº 06 de 1º de maio de 2004*, o Governo Federal, através da Fundação Palmares, reconheceu como remanescentes de Quilombos 25 comunidades tocantinenses.

_____. *Programa Mais Educação*, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa>

- mais-educação. Acesso em: 12 de outubro de 2016.

_____. *Programa Novo Mais Educação*, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016. Disponível em: portal.mec.gov.br/programa-novo-mais-educacao. Acesso em: 20 de março de 2017.

_____. BRASIL. MEC: INEP. Portaria nº 304, de 21 de junho de 2013. Estabelece a sistemática para a realização das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. DOU de 24/06/2013 (nº 119, Seção 1, pág, 33). Brasília, 2013d.

_____. MEC. Portaria nº 931, de 21 de março de 2005. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. DOU de 22/03/2005 (nº 55, Seção 1, pág, 17). Brasília, 2005.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

CAMPOS, Rinaldo. *O Ditador do Cerrado*. Anônima, 5ª ed., 2005.

CHAUL, Nasr Fayad (Org.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos de famílias*. Goiânia: UFG, 1998.

CARVALHO, Roberto Francisco de. *Gestão escolar autônoma e compartilhada: gerencialismo ou democratização?* Goiânia: UFG, 2009.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. *Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina*. RBPAE – v.24, n.3, p. 389-406, set./dez. 2008. p. 389-406. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpaec>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*. Vol. 1, Ed, Brasiliense, Rio de Janeiro, 1957.

CASTRO, Maria Duarte Araújo. *Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar*. In: NETO, Antônio Cabral; CASTRO, Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna. (Orgs.). *Pontos e Contrapontos da Política Educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais*. Brasília: Liber Livro, 2007.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo. *As elites políticas e o discurso separatista do norte goiano nas primeiras décadas do século XX. Estudos – Revista da Universidade Católica de Goiás, vol. 23, Goiânia, jul. - dez.1996.*

_____, **Maria do Espírito Santo. *O Discurso Autonomista do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.**

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2004.

CHESNAIS, François. *As Dívidas Ilegítimas: quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas*. Copyright Éditions Raisons d'Agir. Tradução: Artur Lopes Cardoso. 1ª Ed. Fevereiro de 2012.

CORAGGIO, José Luis. *Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção*. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (Orgs.) *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

_____, Carlos Roberto Jamil. *Educação e categorias*. In: *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Carlos Roberto Jamil. *Formação em política e administração da educação no Brasil*. Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2., 2001, Braga/PT. Palestra... Braga/PT: Universidade do Minho, 2001.

DALVA, Gercina; SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de. *A Política Educacional Brasileira com o foco na Gestão Descentralizada: uma estratégia para participação e autonomia da gestão escolar?* Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simpósio_2009/125b.pdf. Acesso em: 18 de novembro de 2015.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação institucional: das perspectivas tecnológicas às políticas e sociais*. In: DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____, José. *Avaliação – Seleção, medida, formação*. In: *Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado*. Florianópolis, Insular, 2002.

DOMINGOS, João. *Tocantins, o paraíso para donos do poder*. Política. Bsb, 17 nov.1991. In: GALDINO, Edmundo. *Tocantins: corrupção, fraude e violência*. Câmara dos Deputados. 49ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa, nº 185/91: Brasília, 1992.

DOURADO, Benvinda Barros. *O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e suas implicações na organização e gestão da escola pública do Tocantins*. Goiania: UFG, 2002. Dissertação de Mestrado, 137p.

_____, Benvinda Barros. *A Educação no Tocantins: mudanças na lógica de gerenciamento do sistema e da organização e gestão da escola*. Revista Linhas Críticas, Brasília, v. 10. nº 18, jan./jun. 2004. Pp.145-156.

_____, Benvinda Barros. *Educação em Porto Nacional: uma perspectiva histórica*. Porto Nacional, TO: O Paralelo 13, 2013.

_____, Benvinda Barros. *A educação primária no Tocantins: das escolas isoladas aos grupos escolares*. In: MACHADO, M.M; SANTOS, J. S. (Org.). *Percursos históricos da educação no cerrado*. 1º ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012, v. 1, p. 191-271.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Progestão: Como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de Gestão escolar?* Módulo II / Brasília: CONSED Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

DUARTE, Newton. *Luta de Classes, Educação e Revolução*. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (Orgs.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. *Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições*; tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos em política educacional. In: ARAUJO, R.M.L.; RODRIGUES, D.S. (orgs.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. *Todos pela Educação e o Episódio Costin no Mec: A Pedagogia do Capital em ação na Política Educacional Brasileira: trabalho necessário*. <http://www.uff.br/trabalhonecessario>; Ano 10, nº 15/2012. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012. (1ª reimpressão, 2013).

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 2014.

FERNANDES, Florestan. *Introdução*. In: *Contribuição à crítica da Economia Política*. MARX, Karl. Ed. Flama Limitada, São Paulo, 1946.

_____, Florestan. *Ensaio de Sociologia geral e Aplicada*. Pioneira. São Paulo, 1959.

_____, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. Difusão Epopéia do Livro. São Paulo, 1960.

_____, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. Dominus Editora. São Paulo, 1966.

_____, (a) Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____, (b) Florestan. *Capitalismo Dependente*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____, Florestan. *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*. São Paulo: Hucitec, 1979. Apresentação de Heloisa Rodrigues Fernandes.

_____, Florestan. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____, Florestan. *Que tipo de República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____, Florestan. *Memória viva da educação brasileira*. Brasília: INEP, 1991.

_____, (a) Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: (o legado da raça branca)*. Vol. I. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____, (b) Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: (no limiar de uma nova era)*. Vol. II. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008.

FLORES, Kátia Maia Flores. *Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. Goiânia: UCG, 2009.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. *Ensino médio no Brasil: os desafios das políticas de garantia do direito a sua universalização*. In: Revista Linhas Críticas, vol.17, n.34, set/dez. 2011.

FONSECA, Marília. *O projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar*. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 302-318, 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 12 de agosto 2014.

_____, Marília. Planejamento educacional no Brasil: um campo de disputas entre as políticas governamentais e as demandas da sociedade. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi e FONSECA, Marília. (Orgs.). *Política e Planejamento Educacional no Brasil do século 21*. Brasília: Liber Livro, 2013.

_____, Marília. O Banco Mundial e a Educação: reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão*. 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____, Marília. ***O Banco Mundial como Referência para a Justiça Social no Terceiro Mundo: evidências do caso brasileiro***. Rev. Fac. Educ. Vol. 24 nº1. São Paulo Jan./Jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em: 10 dez. 2013.

_____, (a) Marília. *A experiência de cooperação entre o Brasil e o Banco Mundial: redefinindo o papel da educação e do professor*. Linhas Críticas, Brasília v.7, n.12, jan/jun. 2001. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas. Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

_____, (b) Marília. *O Banco Mundial e a justiça social no terceiro mundo*. Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Vol. 1, nº 23, Ano X, Brasília (DF), 2001.

_____, Marília. *A gestão da educação básica na ótica da cooperação internacional: um salto para o futuro ou para o passado?* In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. (Orgs.). *As dimensões do Projeto Político Pedagógico: novos desafios para a escola*. 6ª ed. São Paulo: Papirus, 2008.

_____, Marília. Planos de Governo e educação brasileira: do regime militar aos tempos atuais. RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, vol. 30, nº 2, Goiânia, 2014, pp. 251-268.

_____, Marília. *O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional*. In: TOMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. (Orgs.). 6ª Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

_____, Marília. *Concepções e práticas de planejamento educacional: reflexões a partir da experiência brasileira*. In. SCAFF, Elisângela Alves da Silva. FONSECA, Marília. (Organizadoras). *Gestão e planejamento da educação básica nos cenários nacional e internacional*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREITAS, Luis Carlos de. *Responsabilização, Meritocracia e Privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo?* In: PINO, I. R.; PACHECO, D. D. e ZAN (Organização); SOUZA, A. N....[ET al.]. Plano Nacional de Educação (PNE): questões desafiadoras e embates emblemáticos. Brasília, DF: Inep, 2013.

_____. *Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação*. Educação e Sociedade, Campinas, S. P., v. 33, nº 119, p. 379-404, abr./jun., 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. *Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, nº 82, p. 93-139, abr. 2003.

_____, Gaudêncio. *Sujeitos e conhecimento: os sentidos do ensino médio*. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). *Ensino médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2004. p. 53-70.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GALDINO, Edmundo. *Tocantins: corrupção, fraude e violência*. Brasília: Câmara dos Deputados, 49ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa, nº 185/91: Brasília, 1992.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias*. 2ª Ed. Chapecó-SC: Argos, 2012.

GARDNER, George. *Viagens ao Brasil*. Série 5ª. Vol. 223. São Paulo: Brasiliense, 1942.

GATTI, Bernardete Angelina. *A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GEWIRTZ, Sharon; BALL, Stephen J. Do modelo de gestão do “Bem-Estar Social” ao “novo gerencialismo”: mudanças discursivas sobre a gestão escolar no mercado educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 29, n. 11, p. 311-361, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em 15 de julho de 2015.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. ed./tradução. Coutinho, Carlos Nelson. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HADDAD, Sérgio; SILVA, Camila Croso; AZZI, Diego; BOCK, Renato. *Banco Mundial em foco: sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a iniciativa Via Rápida na América Latina*. In: HADDAD, Sérgio. [et al.]. (Org.). Banco Mundial, OMC e FMI. São Paulo: Cortez, 2008.

HARNECKER, Marta. *O Capital: conceitos fundamentais*. São Paulo: Global Editora, 1978.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. 3ª Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBSBAWN Eric; PARAIN; LEFEBVRE, Henri. *História do Capitalismo: transição*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.

HOBSBAWN, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. (a) Eric. *A era das revoluções 1789-1848*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. (b) Eric. *A era do capital 1848-1875*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KAUTSKY, Karl. *O Caminho do Poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KOPNIN, Pável Vasilievich. *A Dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho – educação e o papel social da escola*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 7ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA, Vera Lúcia. *Uma perspectiva histórico-sociológica da reforma Educacional na América Latina - Argentina, Brasil, Chile e México nos anos 1990*. Brasília: Liber Livro, 2012.

KRUPPA, Sônia. *O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

_____, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. *Educação integral em jornada ampliada: universalidade e obrigatoriedade?* In: Políticas de Educação Integral em jornada ampliada. INEP, Brasília, v. 25, nº 88, 2012. pp. 17-52.

LEHER, Roberto. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza*. Tese de Doutorado apresentada à faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP, 1998.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre os sindicatos*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. José Carlos. *O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, nº 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. *A crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*, São Paulo: Ensaio, 1990.

_____. Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, Edilson. *Nós do Araguaia: Dom Pedro Casaldáliga, bispo da teimosia e da liberdade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Karl e Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 7ª Ed. São Paulo: Global, 1988. (Coleção Universidade Popular).

_____, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Flama, 1946.

_____, Karl. *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

_____, Karl. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa, Estampa, 1973.

MELLO, Hivy Damasio Araújo. *O Banco Mundial e a Educação no Brasil: Convergências em torno de uma Agenda Global*, Campinas, Unicamp, Tese de Doutorado, 2012.

MENEZES, Janaína Specht da Silva; LEITE, Lúcia Helena Alvarez Leite. *Ampliação da jornada escolar em municípios brasileiros: políticas e práticas*. INEP, Brasília, v. 25, nº 88, pp. 53-68.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____, István. *O Desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____, István. *A educação para além do capital*. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRANDA, M. Revista Cidades do Brasil, nº 43, agosto de 2003. Disponível também em: <http://cidadesdobrasil.com.br>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. *O marco conceitual da vulnerabilidade social*. Revista Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

NETO, Antônio Cabral. *Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional*. Revista Educação em Questão, Natal, v. 42, nº 28, p.7-40, jan./abr. 2012. Disponível em: www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao. Acesso em: 17 ago 2015.

NETO, Antônio Cabral; RODRIGUEZ, Jorge. *Reformas Educacionais na América Latina: cenários, Proposições e Resultados*. In: (Orgs.) [et al.]. NETO, Antônio Cabral.... Pontos e Contrapontos da Política Educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livro, 2007.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. José Paulo. *Posfácio*. In: COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação e política no limiar do século XXI*. (Org.). 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. *Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil*. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). Educação superior no Brasil – 10 anos pós- LDB. Brasília: Inep, 2008, p. 71-88. Disponível também em: www.oei.es/pdf2/educacaosuperiorbrasil.

OLIVEIRA, João Ferreira de; FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza Seabra. *O programa Fundescola: concepções, objetivos, componentes e abrangência – a perspectiva de melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas*. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 127-147, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <http://cedes.unicamp.br>. Acessado em: 20 de jan. de 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Rosy de. *A “invenção” do Tocantins*. In: A (trans)formação histórica do Tocantins. GIRALDIN, Odair. (Org.). Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação*. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n.º. 132, p. 625-646, jul.-set. 2015.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática*. 17ª ed. Campinas, São Paulo, 2011.

PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás: 1722 - 1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. 4ª ed., Goiânia: Editora da UCG, 1994.

_____, Luis. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Loyola, 1990.

_____, Luís; MORAES, Maria Augusta de Santanna. *História de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG. 2001.

_____, Luis; MORAES, Maria Augusta de Santanna. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Vieira, 2008.

PARO, Vitor Henrique. *Eleição de Diretores*. 2ª Ed. São Paulo: Xamã, 2003.

_____, Vitor Henrique. *Diretor Escolar: educador ou gerente?* São Paulo: Cortez, 2015.

PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, Série 5ª, Brasileira, Vol. 248, 1945.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Administração Pública Brasileira entre o gerencialismo e a Gestão Social*. Rev. adm. empres, vol.45, n.º.1, p.36-49. ISSN 0034-7590, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org/>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFT, 1999.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. 382 f. Niterói-RJ, UFF. Tese de Doutorado, 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. (Org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013.

_____, Vera Maria Vidal. *Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.

PINHO, Maria José de. *De Província de Goiás a Estado do Tocantins: o camponês no bico do papagaio e o conflito de terra na década de 1980*. In: FIRMINO, Eugênio Pacelli de Moraes.

(Org.). Tocantins do Passado (Re) construído e do Presente em Construção: história, escola, universidade e conhecimento. Goiânia: UCG, 2009.

PNE. Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira. Consolidado na Plenária de Encerramento do II CONED, II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte (MG), 09 de novembro de 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. *Dialética do Conhecimento*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____, Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RÊSES, Erlando; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Kátia Augusta Curado Cordeiro da. *O Materialismo Histórico Dialético e o Estudo de Políticas Públicas de Educação: questões de método*. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. *Investigação em política e gestão da educação: método, temas e olhares*. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

RODRIGUES, Jean Carlos. *Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense*. São Paulo: Blucher, 2010.

ROSALDO, Zimbalist; LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Joana D’Arc Alves dos. Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada: a descentralização como Estratégia da Gestão Democrática na Escola, 2009. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br>. Acessado em: 09 de junho de 2015.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. *Planejamento da Educação e Cooperação Internacional: uma análise dos programas Monhangabara e Fundescola*, São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 2007.

_____, Elisângela Alves da Silva. *Diretrizes do Banco Mundial para a inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras*. In: PARO, Vitor Henrique. *A Teoria do Valor em Marx e a Educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Autores Associados, 1991.

_____. (a) Dermeval. *Transformações do Capitalismo, do Mundo, do Trabalho e da Educação*. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

_____. (b) Dermeval. *História da escola pública no Brasil: questões para a pesquisa*. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *A escola pública no Brasil: memória e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

_____. Dermeval. *Educação Brasileira: estrutura e sistema*. 10ª ed. Campinas, Autores Associados, 2008.

_____. Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2011.

_____. Dermeval. *Escola e democracia*. 42ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2012.

_____. Dermeval. *História do Tempo e Tempo da História: estudos de historiografia e história da educação*. São Paulo: Autores Associados, 2015.

SANFELICE, José Luis. Prefácio. In SILVA, Maria Abádia da. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

_____, José Luis. Apresentação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *A escola pública no Brasil: memória e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

SANTANA Jocyléia dos Santos. *O Sonho de uma Geração: o movimento estudantil - Goiás e Tocantins*. Ed. UCG, 2007.

SEMZEZEM, Priscila; ALVES, Jolinda de Moraes. *Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social*. Revista de Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 16, n.1, p. 143-166, jul./dez. 2013.

SHIROMA, Eneida Otto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. *Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos*. 2005. Disponível em: www.gepeto.ced.ufsc.br. Acesso em: 13 de novembro de 2016.

SETUBAL, Maria Alice; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *Alguns parâmetros para educação integral que se quer no Brasil*. In: LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. *Políticas de Educação Integral em jornada ampliada*. INEP, Brasília, v. 25, nº 88, 2012. pp. 113-123.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da; CARVALHO, Lorena Sousa. *Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública*. Revista Educação em Questão, Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set./dez. 2014.

SILVA, Maria Abádia da. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

_____, Maria Abádia da. *Política para a educação pública: a intervenção das instituições financeiras internacionais e o consentimento nacional*. 330f. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, SP, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____, Maria Abádia da. *Agências, instituições e organizações internacionais atuam nas decisões de políticas para a educação básica pública?* In: *Política e Governança Educacional: contradições e desafios na promoção da cidadania*. Universa, Brasília, 2012.

_____, Maria Abádia da. *Implicações do modelo gerencialista racional na verificação do desempenho dos alunos e da escola pública*. In: *Cadernos do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação – ANPAE*. Eixo-6. Porto-Portugal, 2014.

SILVA, Mauricio Alves da. *Geotecnologia aplicada ao ordenamento territorial do município de Porto Nacional-Tocantins*. 268f. Tese de Doutorado, Uberlândia – MG: UFU, 2013.

_____, Mauricio Alves da. Figura 4- Municípios onde se localizam as Escolas públicas no PEC, seccionados pelas BR 153 e BR 226, Estado do Tocantins. Organização e Adaptação. (2014/2017). Figuras são adaptadas a partir de fotos de SOUZA, N. N. (2017).

SILVA, Otávio Barros da. *Breve História do Tocantins e de sua Gente: Uma luta secular*. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins. Brasília: Solo Editores, 1996.

SOUZA, Sandra Zákia; BONAMINO, Alicia. *Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/>. Acesso em: 08 de agosto de 2016.

SUESS, Paulo. *Medellín, Puebla, Aparecida e Santo Domingo: a luta pelos pobres e pela libertação*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

TEODORO, António; JEZINE, Edineide (orgs.). Organizações internacionais e modos de regulação das políticas de educação: indicadores e comparações internacionais. Brasília: Liber Livro, 2012.

TOCANTINS, Governo do Estado (TO). *Constituição do Estado do Tocantins*, Palmas, 1989.

Censo Escolar da SEDUC. Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br/seduc/index.php/programas/projetos/censo-escolar/dados-escolares-2009>. 08 de julho de 2015.

_____. *Censo Escolar* da SEDUC. Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br/seduc/index.php/programas/projetos/censo-escolar/dados-escolares-2014>. 02 de março de 2015.

_____. *Conselho Estadual de Educação - CEE*. (2014). Lei nº 05, de 23 de janeiro de 1989.

_____. *Diário Oficial/TO nº 4. 411, p.20, 09/07/2015*). Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br/seduc/index.php>. Acesso em: 11 de junho de 2015.

_____. *Diário Oficial/TO* Ano XXVI, nº 4.178. *Edital NCB n.º 003/2014*, de licitação para reforma nas escolas do PEC. p.18, sexta-feira, 25 de julho de 2014.

_____. *Diário Oficial/TO* nº 4.482, Edital de licitação para reforma nas escolas do PEC. Ano XXVI - Estado do Tocantins, sexta-feira, 21 de outubro de 2015.

_____. *Diário Oficial/TO*, nº 4.411, aprovação do PEE/TO (Plano Educação Estadual) 2015-2025, sob a Lei nº 2.977/2015.

_____. *Diário Oficial TO nº 1.347, Anexo Único, Lei nº 1.360/2002*, p. 30-31.

_____. *Diário Oficial TO nº 2.024, Lei nº 1.616*, de 13 de outubro de 2005.

_____. *Decreto Estadual* nº 1.100 de 04/01/2001. DOE nº 1015/2001, eleição para diretor das escolas estaduais.

_____. *Decreto Estadual* nº 211/2015, da Assembleia Legislativa do Tocantins, que anulou a eleição direta de diretores de escola da rede estadual.

_____. Edital nº 01/2001 da Comissão do processo de seleção de diretores das escolas estaduais do Tocantins.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 2016. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 01 de março de 2016.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 2015. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 11 de junho de 2015.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 2011. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 30 de março de 2014.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 2015. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 11 de junho de 2015.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 2005. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 08 de janeiro de 2013.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 1997. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 08 de janeiro de 2013.

_____. *Instrução Normativa* nº 7/2002, definiu o processo de seleção e o perfil para os cargos de Supervisor Pedagógico e Coordenador Pedagógico das unidades escolares.

_____. *Informativo* nº 1/2011, emitido pela Seduc aos Diretores Regionais das Diretorias de Araguaína, Colinas do Tocantins, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Tocantinópolis.

_____. *Lei Estadual/TO* nº 351, de 13 de janeiro de 1992. Institui a carreira do magistério público estadual do ensino fundamental e médio. Palmas, Seduc, 1992.

_____. *Lei Estadual* nº 1.360, de 31 de dezembro de 2002 do Programa Escola de Gestão Compartilhada - PEGC.

_____. *Lei Estadual/TO* 1038/1998 - *Sistema Estadual do Ensino*. Disponível em: <http://www.al.to.gov.br>. Acesso em: 04 dez. 2014.

_____. *Lei Estadual/TO* nº 1859/2007 que institui o Plano Estadual de Educação – PEE (2006-2015).

_____. *Lei Estadual/TO* nº 351/92, que instituiu a carreira do magistério público estadual do ensino fundamental e médio.

_____. *Lei Estadual/TO* nº 1616, de 13/10/2005, que regulamentou o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

_____. *Lei Estadual/TO n° 2.139/2009* que institui o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, na Secretaria de Ciência e Tecnologia.

_____. *Lei Estadual/TO n° 2.601/2012*, institui a obrigatoriedade dos símbolos nacionais e do Estado.

_____. *Lei Estadual/TO n° 255/1990*, regulava o Estatuto do Servidor Público do Estado.

_____. *Lei Estadual/TO n° 05, de 23 de janeiro de 1989*, regulamentada pela Lei Complementar n° 08, de 11 de dezembro de 1995. Lei que cria e regulamenta o CEE respectivamente.

_____. *Lei Estadual/TO n° 2.538/2011*, que insere o PDRIS no Plano Plurianual do Estado e o Programa Estrada do Conhecimento (2011). Disponível em: www.cge.to.gov.br/leis-estaduais. Acesso em: 30 de janeiro de 2014.

_____. *Lei Estadual/TO n° 2.547, de 22 de dezembro de 2011* – Garantia de dotações orçamentária suficientes à execução do PDRIS/2012.

_____. *Lei Estadual/TO n° 2.271, de 29 de dezembro de 2009*. Publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins – DOETO n° 3.046.

_____. *Lei Estadual/TO n° 977, de 30 de abril de 1998, oficializa o Hino do Tocantins*.

_____. *Of. n° 167/2007*, comunica as escolas sobre o processo de escolha para diretor das unidades escolares

_____. *Of. n° 1237/2011/DRE/GAD*, a um chefe do executivo municipal do PEC.

_____. *Plano Estadual de Educação, (2006-2015)*. Palmas, Seduc, 1997. Disponível em: www.cge.to.gov.br/leis-estaduais. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

_____. *Plano Estadual de Educação, (1997-2006)*. Palmas, Seduc, 1997. Disponível em: www.cge.to.gov.br/leis-estaduais. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

_____. *Programa Estrada do Conhecimento* – PEC, 2011. Documento fornecido pela Seduc em jan. 2013 (impresso).

_____. *Portaria Seduc n° 0731*, de 19 de maio de 2011. Institui o *Manual de Gestão de Recursos Públicos por Associações de Apoio às Unidades Escolares*, Seduc, 2011.

_____. *Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Tocantins* – Sintet. Disponível em: www.sintet.org.br/. Acesso em: 05 de setembro de 2014.

_____. *Governo mais perto de você*. Jornal do Tocantins, n° 6.994 - 09/02/2017 p.4.

_____. *O Tocantins é para todos nós*. Disponível em: www.brasil.com.tocantins. Acesso em 20 de setembro de 2014.

_____. *Empréstimos efetuados por dois governadores do Tocantins*. Jornal do Tocantins, 11/07/2015.

_____. *Governo pode perder recursos do PDRIS*. Jornal do Tocantins, Nº 6.925 - 20/11/2016, p.6.

_____. *Revelação do suposto esquema de corrupção*. Jornal do Tocantins, 23/10/2016. Ano 37 – nº 6.901.

_____. *O Tocantins nasce com a marca da União Democrática Ruralista*. Folha de São Paulo, 27/06/2013.

_____. *Observatorioidaimprensa.com.br*. (11/10/2005 na edição 350). Acesso em 27 de novembro de 2014

TOMMASI, Livia de. *Financiamento do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos e fases de implementação*. In: O Banco Mundial e as políticas educacionais. TOMMASI, Livia de. WARDE, Mirian Jorge. HADDAD, Sérgio. (Orgs.). 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

TONET, Ivo. *Método Científico: Uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TEODORO, Antônio. *A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais*. Brasília: Líber Livro, 2011.

TORRES, Carlos Alberto. *Estado, Privatização e Política Educacional. Elementos para uma crítica do neoliberalismo*. In: Gentili, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: O neoliberalismo e a crise da escola pública*. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TORRES, Rosa Maria. *Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial*. In: O Banco Mundial e as políticas educacionais. TOMMASI, Livia de. WARDE, Mirian Jorge. HADDAD, Sérgio. (Orgs.). 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

UNESCO. Proyecto Principal de Educación. *Declaración de Quito*. Santiago do Chile. Boletín n. 24, abr/1991. Disponível em: <http://www.fronesis.org>. Acessado em: 14 de fev. 2015.

_____. *Declaración Mundial sobre Educación para Todos*. Aprobada pela Conferência Mundial de Educação para Todos Jontiem, Tailândia. 1990. Disponível em: www.unesco.org. Acessado em 20 de julho de 2014.

_____. *Declaración de Nova Delhi de Educación para Todos*. Índia: Nova Delhi, 1993. Acessado em: 13 de fev. 2015.

_____. *Declaración/Compromiso Nacional de Educación para Todos*. Brasil: Brasília, 1993. Acessado em: 13 de fev. 2015.

_____. *Declaración de Brasilia. Grupo de Alto Nivel de Educación para Todos*. Brasil: Brasília, 2004. Acessado em: 14 de fev. 2015.

_____. *Declaración de Dakar. Educación para todos, 2000*. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br. Acessado em: 14 de fev. 2015.

_____. *Declaración de Quito*. 24 de julho de 1998. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/dhesc/>. Acessado em: 14 de fev. 2015.

_____. Proyecto Principal de Educación. *Declaración de Santiago*. Santiago do Chile. Boletín n. 31, ago/1993. Disponível em <http://www.fronesis.org>. Acesso em: 14 de fev. 2015.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina. V. *A rodovia Belém-Brasília: Estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro: Vozes, 1967.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Educação Básica política e gestão da escola*. Brasília: Liber Livro, 2009.



EDUFT

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS